

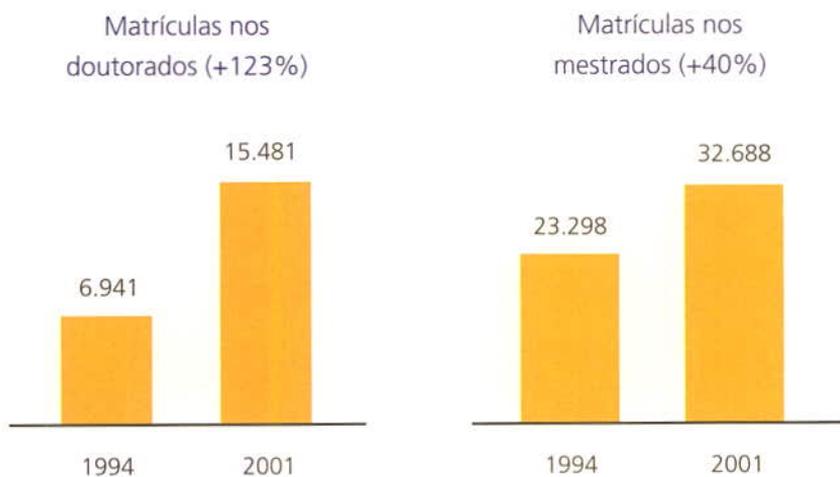
Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento

NUNCA O SETOR DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA RECEBEU TANTO INCENTIVO. As ações do governo vêm sendo orientadas para fazer do conhecimento aplicado um fator de avanços econômicos e sociais. Duas visões fundamentais somaram-se: a de que o conhecimento deve ter papel central como gerador de progresso e bem-estar, e a de que a capacidade de inovação é fundamental para a competitividade das empresas e para a economia.

Doutorados e mestrados crescem com qualidade

- No início da década de 90, o País formava pouco mais de mil doutores por ano. Hoje, são cerca de 6.300 por ano. Esse patamar coloca o Brasil em posição próxima à da Coreia do Sul, do Canadá, da Itália e da Suíça. O ritmo de expansão da produção científica brasileira supera significativamente a média mundial.
- O ensino de pós-graduação apresenta resultados muito expressivos em termos de expansão do sistema e no controle e na elevação da qualidade na formação dos cursos. Cresceu consideravelmente o número de programas, cursos, alunos matriculados e de concluintes, tanto em mestrado quanto em doutorado, como mostram os gráficos e as tabelas a seguir.

Pós-graduação recebe muito mais alunos nas instituições federais



Fonte: MEC/Capes

- Em 1994, o número de matrículas nos cursos de mestrado foi de 40.027. Em 2001, saltou para 64.906; um crescimento de 62%.
- No mesmo período, as matrículas nos cursos de doutorado quase dobraram.

Matrículas na pós-graduação

Total das instituições

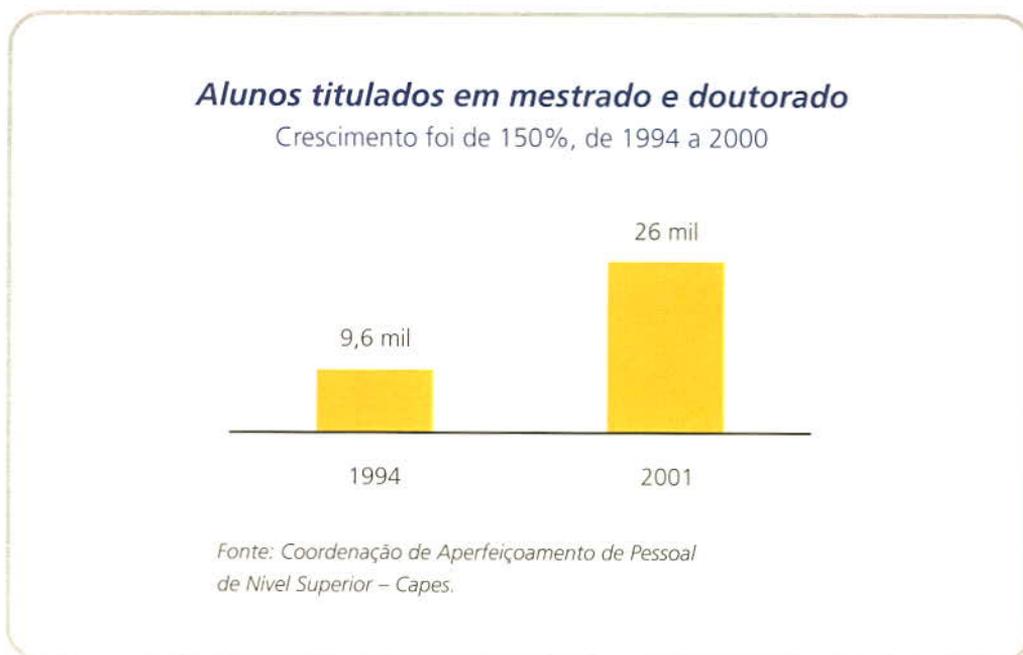
	Mestrado	Doutorado
1994	40 mil	17,4 mil
2001	64,9 mil	35 mil
Aumento	62%	102%

Só instituições federais

	Mestrado	Doutorado
1994	23,3 mil	6,9 mil
2001	32,7 mil	15,5 mil
Aumento	40%	123%

Fonte: Capes

- Nas instituições federais, a expansão foi também significativa. As matrículas nos cursos de mestrado passaram de 23.298, em 1994, para 32.688, em 2001; uma ampliação de 40%. No doutorado, o aumento foi de 123%, isto é, o País saltou de 6.941 matrículas, em 1994, para 15.481, em 2001.
- Também merece destaque o número total de titulados pela pós-graduação, em mestrado e doutorado. Foram 26 mil, em 2001, contra 9,6 mil, em 1994; um aumento de 170%. Pelas instituições federais, foram titulados, em 2001, 10,5 mil alunos do mestrado e 2,5 mil alunos do doutorado. Esses números expressam um aumento de 146% nos titulados em mestrado e 213% nos em doutorado, em relação a 1994.



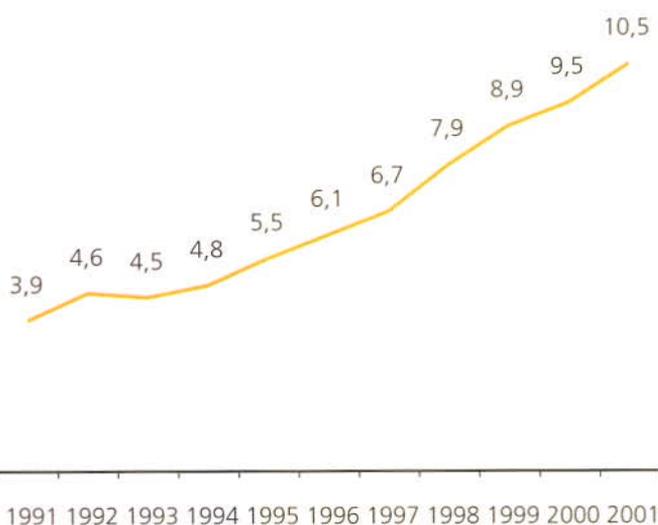
Produção científica melhora conceito na cena internacional

Em 2001, o Brasil produziu 1,4% do total de artigos publicados em periódicos científicos internacionais, no que só foi superado por 17 países. Além de a produção científica nacional ter crescido nos últimos anos, também se elevou o conceito dos pesquisadores brasileiros na comunidade acadêmica internacional.

- O número de artigos de pesquisadores brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais aumentou 118% de 1994 a 2001. No mesmo período, a presença de autores brasileiros nesses periódicos aumentou de 0,76% para 1,44% dos artigos publicados.

Artigos de Pesquisadores Brasileiros Publicados em Periódicos Científicos

Em milhares



Fonte: Ministério de Ciência e Tecnologia.

- O crescimento da produção científica brasileira pode ser avaliado pelos dados do Institute of Scientific Information. Em 1985, o Brasil participava com 0,48% da produção científica mundial, com 2,3 mil artigos indexados. Decorridos nove anos, a produção em 1994 atingiu 4,8 mil artigos, com participação de 0,76%. Em 2001, o Brasil estava na 18ª posição no *ranking* mundial. Com 10,5 mil artigos, a participação brasileira já representava 1,44% da produção mundial.
- Atuam nesse domínio o Ministério da Ciência e Tecnologia e suas duas agências de fomento, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), cuja capacidade de atuação vem sendo bastante ampliada. Destaca-se também a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamen-

to de Pessoal de Nível Superior (Capes). Essas instituições procuraram intensificar a cooperação com as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

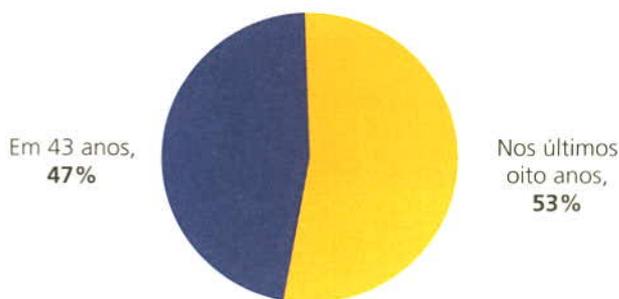
Mais bolsas ajudam na formação dos pesquisadores

A formação de pesquisadores tem sido impulsionada com um volume bem maior de bolsas concedidas pelo CNPq e pela Capes. Em 2001, foram quase 31 mil bolsas de mestrado e doutorado concedidas. Incluindo todas as agências estaduais, o número de bolsas de mestrado e doutorado no País supera 37 mil. Considerando apenas o CNPq, o número total de bolsas concedidas – incluindo as de Iniciação à Pesquisa, Formação e Qualificação, Estímulo à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico Empresarial e outras – aproxima-se de 45 mil.

Concessão de bolsas na história do CNPq

Entre 1951 e 1993 foram concedidas 325.597 bolsas.

Nos últimos oito anos, de 1994 a 2001, o CNPq concedeu 373.203 bolsas, ou seja, 47.606 a mais do que naqueles 43 anos.



Fonte: CNPq

Mais recursos, melhor gestão de C&T

Uma revolução para valer: a partir de 1999, com a criação de 14 Fundos Setoriais de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a C&T brasileira passa a contar com fontes mais estáveis de financiamento e adota um novo modelo gerencial:

- *Gestão compartilhada e transparente* – Instituída por meio de comitês gestores, formados por representantes do governo, agências reguladoras, comunidade científica e setor empresarial, assegura maior eficácia na aplicação dos recursos e na avaliação de resultados.
- *Estabilidade das fontes de financiamento* – Constituídos por fontes de recursos diversificadas, não-fiscais e definidas por lei, os Fundos Setoriais permitem a adoção de políticas de C&T de médio e longo prazos.
- *Incentivo à inovação tecnológica* – Estímulo ao investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento para aplicação do conhecimento na geração de produtos e processos inovadores.
- *Desconcentração regional* – No mínimo 30% dos recursos destinam-se a projetos desenvolvidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Fundos setoriais	
Lei Orçamentária + Créditos (em R\$ milhões)	
Fundo Aeronáutico	21,7
Fundo de Agronegócios	50,5
Fundo de Biotecnologia	21,7
Fundo de Informática	40,0
Fundo Petróleo e Gás	193,9
Fundo de Recursos Hídricos	28,3
Fundo de Saúde	50,5
Fundo de Telecomunicações*	200,4
Fundo de Transportes	7,9
Fundo Energia	71,4
Fundo Espacial	5,4
Fundo Mineral	3,2
Fundo de Infra-Estrutura	159,7
Fundo Verde Amarelo	192,0
Total	1.046,6

Fonte: Ministério da Ciência e Tecnologia

* O Funtel encontra-se no Orçamento do Ministério das Comunicações

Busca da excelência e criação de institutos federais

- A avaliação de desempenho realizada por uma comissão de 72 especialistas externos (Comissão Tundisi) levou o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) a formatar uma política estratégica de longo prazo para suas 23 Unidades de Pesquisa, com a definição clara de suas respectivas missões.
- Com ênfase em metas e resultados instituiu-se, a partir de 2001, um novo modelo gerencial marcado pela celebração de termos de compromisso entre o Ministério e as unidades de pesquisa e pela transformação de autarquias em organizações sociais, com a assinatura dos respectivos contratos de gestão.
- Com base nas recomendações da Comissão Tundisi, o MCT incluiu na proposta orçamentária de 2003 – e está detalhando tecnicamente esses projetos – recursos para a criação de três novas unidades de pesquisa nas áreas de nanotecnologia, pesquisas sobre o semi-árido e sobre a biotecnologia voltadas para a biodiversidade da Amazônia.
- Também cabe destacar a criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social que tem como principais finalidades e objetivos: promover e realizar estudos e pesquisas prospectivos de alto nível na área de ciência e tecnologia e suas relações com setores produtivos; promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas dos programas e projetos científicos e tecnológicos; difundir informações, experiências e projetos à sociedade; promover interlocução, articulação e interação dos setores de ciência e tecnologia e produtivo.

Grupos de excelência na vanguarda

- O programa Institutos do Milênio mantém 17 redes de pesquisa em campos da vanguarda mundial do conhecimento. Com a participação do Banco Mundial, o programa dispõe de R\$ 90 milhões para o período 2001-2003.
- As redes integram grupos e centros de pesquisa, em nível de excelência, de todas as regiões do País, via Internet, na busca de soluções em áreas tão diversas como saúde, educação, agricultura, novos materiais, tecnologia da indústria de manufatura, genética e nanotecnologia.

- Ainda deverão ser consolidados os institutos de pesquisa para atuar em redes dedicadas a estudar a adaptação humana ao semi-árido e a encontrar caminhos para a exploração sustentada da Amazônia, do mar e das regiões costeiras.
- Depois de criar 14 Fundos Setoriais, buscou-se recuperar o orçamento de fomento do CNPq, de modo que, em 2003, o órgão contará com ações de fomento variadas, cobrindo três grandes programas de suporte à pesquisa básica: o programa Institutos do Milênio, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e o suporte à Pesquisa Fundamental. No total, são R\$ 86 milhões nessas três ações.

Desenvolvimento regional

- Para enfrentar desigualdades e fortalecer vocações locais, pela primeira vez no Brasil, as ações de C&T enfeixaram uma Agenda Regional, alcançada por diálogo, articulação e cooperação entre níveis de governos, setor privado, universidades e institutos de pesquisa.
- Desse esforço, nasceram Plataformas Tecnológicas em todas as regiões do País, consolidando cerca de 115 Arranjos Produtivos Locais, abrangendo desde a exploração do gesso, em Pernambuco, e pedras ornamentais, no Espírito Santo, até a produção de medicamentos genéricos, em Goiás, e de caju e *software*, no Ceará, além do pólo de informática, no Rio de Janeiro.
- A Agenda de Ações Regionais também foi beneficiada por diversos projetos nacionais de apoio à pesquisa e à inovação, como os dos Fundos Setoriais, da Sociedade da Informação, de Biotecnologia, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Capacitação Tecnológica de Recursos Humanos e de Cooperação Internacional.
- Os Fundos Setoriais têm contribuído para descentralizar a produção de conhecimento e para a fixação de cientistas fora do eixo Sul-Sudeste. O Fundo de Petróleo, por exemplo, fez a primeira chamada para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Estímulo à Fixação de Recursos Humanos de Interesse dos Fundos Setoriais (Proset). A convocação dispõe de recursos da ordem de R\$ 3 milhões, em 2002, para financiar as propostas aprovadas. O objetivo dessa iniciativa é estimular a fixação no País de recursos humanos com destacado desempenho acadêmico e/ou reconhecida competência em áreas vinculadas ao setor de petróleo e gás natural. Os candidatos atuarão, preferencialmente, nas Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste.

- Dentro do espírito de cooperação técnica e objetivando ampliar o suporte financeiro dado às pesquisas científicas e tecnológicas do Nordeste e o conseqüente aumento da competitividade do setor produtivo da Região, o Banco do Nordeste criou o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), que já apoiou 955 projetos com recursos não-reembolsáveis da ordem de US\$ 60,3 milhões.

Nas fronteiras do conhecimento

A pesquisa brasileira alcançou padrão mundial e entrou na linha de frente de vários campos da fronteira do conhecimento, como biotecnologia e genômica. Após o êxito alcançado no Estado de São Paulo, no seqüenciamento genético da bactéria *Xilella Fastidiosa*, registram-se novos e importantes avanços:

- *Rede Nacional do Projeto Genoma Brasileiro* – Integrada por 25 laboratórios e centenas de pesquisadores em 15 Estados, concluiu o seqüenciamento da *Chromobacterium Violaceum*, primeiro organismo de vida livre nos trópicos a ter seu genoma integralmente seqüenciado.
- *Redes Regionais do Genoma Brasileiro* – Oito redes distribuídas por todo o País realizam o seqüenciamento de genomas de organismos de interesse social, econômico e local. Os estudos vão desde a identificação de genes de bactérias fixadores de nitrogênio aplicados à agricultura até a busca de soluções para moléstias, como Esquistossomose, Mal de Chagas e Leishmaniose.
- *Projeto Genoma do Eucalipto* – Maior produtor de celulose, o Brasil lidera as pesquisas mundiais em genômica do eucalipto. A Rede Genolyptus integra 12 empresas, 7 universidades e a Embrapa, na busca de maior qualidade e competitividade.

Rede Nacional do Projeto Genoma Brasileiro



Fonte: Ministério da Ciência e da Tecnologia

Incentivo à inovação

O sistema de C&T transformou-se em forte aliado do setor privado na busca para a criação de um ambiente favorável à promoção de maior densidade tecnológica, agregação de valor e inovação no Brasil.

As empresas privadas brasileiras passaram a contar com mecanismos inéditos de incentivo ao investimento em inovação tecnológica:

- Juros mais baixos, via mecanismo de equalização.
- Acesso a fundos de capital de risco e suporte a essa área.
- Subvenção a empresas que executam programas de desenvolvimento tecnológico industrial e agropecuário.
- Quem fizer investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) poderá deduzir esses gastos quando do pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e também na hora de calcular o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica.

- Poderão ser abatidos uma segunda vez (em dobro), para efeito do cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, os valores gastos em P&D realizados no País e que resultarem em patentes depositadas no Brasil ou no exterior.
- O Projeto de Lei da Inovação, submetido à análise do Congresso Nacional, representa um grande avanço na gestão da Ciência e Tecnologia no Brasil. A Lei busca incentivar a articulação entre universidades, pesquisadores, centros de pesquisa, empresas e governos disponibilizando os instrumentos necessários e adequados para o desenvolvimento de projetos cooperativos em P&D.



- O objetivo tem sido o de criar instrumentos de apoio à inovação, entre os quais citam-se ainda os seguintes:
 - *Programa Nacional de Incubadora de Empresas* – 150 incubadoras em atuação em todo o País.
 - *Projeto Inovar* – Promoção de investimentos de capital de risco em pequenas e médias empresas. O Portal de Capital de Risco já conta com 600 empresas cadastradas e as rodadas de negócios do Venture Fórum Brasil registram participação de mais de mil empresas emergentes.

- *Programa de Apoio Tecnológico à Exportação (Progex)* – Parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) e o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
- *Programa Nacional de Software para Exportação (Softex)* – Implantado pelo governo, teve sua gestão transferida para a iniciativa privada. Conta com mais de mil empresas associadas, 19 núcleos regionais e 18 centros Softex Genesis, em 12 Estados da Federação.

Qualidade e competitividade

O governo investe na melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços e na ampliação da competitividade brasileira no mercado internacional e atua, em parceria com o empresário, por intermédio do Movimento Brasil Competitivo.

A partir de 2000, com o fortalecimento, pelo MCT, do Programa de Tecnologia Industrial Básica e Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade (TIB), amplia-se e consolida-se uma rede estruturada de serviços tecnológicos de suporte à indústria.

Nos dois últimos anos, com grande suporte do Fundo Verde Amarelo, recursos significativos foram empregados no aparelhamento de laboratórios e centros de pesquisa e na formação de recursos humanos voltados para:

- Metrologia
- Normalização e avaliação de conformidade
- Tecnologias de gestão
- Propriedade intelectual
- Design.

Eliminação da desigualdade digital

O programa Sociedade da Informação conta com investimentos previstos de R\$ 3,4 bilhões até 2004. Instituído para viabilizar o novo estágio da evolução da Internet e disseminar o uso do computador em todo o território nacional, cria condições para que o maior número de brasileiros tenha acesso às tecnologias da informação e comunicação.

- A nova Lei de Informática, ao estabilizar o setor e privilegiar regiões menos favorecidas na distribuição da contrapartida em P&D, deu início à desconcentração dos investimentos.
- A Rede Nacional de Pesquisa (RNP) já interliga 326 instituições de ensino e pesquisa distribuídas em todos os Estados da Federação.
- Em 2001, a implantação da nova infra-estrutura de pesquisa em rede (RNP2) ativou a conexão com a National Science Foundation e com o projeto Internet 2, dos Estados Unidos, e iniciou, em caráter experimental, a conexão com a Europa, via Portugal.
- Governo Eletrônico – Coordenado pela Casa Civil, o governo já disponibilizou 72% de seus programas de cunho social e econômico na internet, facilitando o dia-a-dia do cidadão e imprimindo maior transparência à gestão pública. No primeiro semestre de 2002, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) lançou, na sede de suas regionais, o programa Serpro Cidadão, que oferece treinamento para pessoas interessadas em usar a internet gratuitamente.
- *Ações de Universalização de Acesso* – O Banco Postal, o Caixa Aqui, o projeto Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) e o Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (Sipam) são projetos que geram a infra-estrutura necessária para a eliminação das desigualdades digitais em todo o território nacional.
- *Exemplos a serem seguidos* – O programa Rede Jovem e a instalação dos Telecentros de Informações e Negócios, ação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, são exemplos do que pode ser efetivamente realizado para eliminar as desigualdades digitais no País, não apenas ao disponibilizar equipamentos, mas, principalmente, ao gerar um ambiente social que estimule o uso e a inserção da comunidade na Internet.

Aumenta a presença do Brasil no cenário mundial

O Brasil hoje é reconhecido internacionalmente como país proficiente em ciência. Esse reconhecimento internacional permitiu ampliar o intercâmbio científico e tecnológico com outras nações e intensificar as relações de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia.

Nos últimos anos, foram firmados diversos acordos de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia com os seguintes países:

- Alemanha
- Argentina
- Austrália
- Chile
- China
- Coréia
- Cuba
- Eslovênia
- Espanha
- França
- Índia
- Moçambique
- Nova Zelândia
- Rússia
- Ucrânia

Hoje, o Brasil é parceiro de países em todos os estágios de desenvolvimento e em campos diversos que vão desde desenvolvimento industrial, pesquisa ambiental e ciência espacial até as chamadas fronteiras do conhecimento, como genômica, tecnologias da informação e nanociências.

- O Brasil também tem importantes parcerias com a Agência Espacial Européia (ESA), além de já ter ratificado o Protocolo de Quioto.
- Pela primeira vez em 18 anos, visitou o Brasil delegação do governo dos Estados Unidos, com representantes de nove agências de cooperação em C&T, estando em curso entendimentos para a celebração de cooperação.
- Nos últimos dois anos, foram firmados 25 acordos de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia com países como Cuba, Estados Unidos, França, Argentina, Moçambique, Itália, China e Coréia

Energia nuclear para a saúde

- Os radioisótopos e radiofármacos produzidos e distribuídos pelos institutos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) são utilizados por mais de 300 hospitais, clínicas e laboratórios que prestam serviços de medicina nuclear em todo o País. O maior cliente desse programa é o Sistema Único de Saúde, por meio de sua rede própria e de credenciados. Os beneficiários finais são os pacientes que necessitam dos diversos serviços de diagnóstico e terapia oferecidos pela medicina nuclear.
- Desde o início de 1995, deu-se grande prioridade à produção de radioisótopos e radiofármacos, buscando-se a ampliação do portfólio de produtos. Foi possível o início de produção e distribuição de diversos produtos destinados ao alívio de dores de metástases ósseas, aos diagnósticos (em cardiologia, oncologia e doenças da tireóide) e ao tratamento de câncer da próstata, entre outros.
- De 1995 a 2001, a produção de radioisótopos e radiofármacos aumentou 134%, evolução similar a que tiveram os procedimentos médicos associados, que passaram de 800 mil para 1,87 milhão de pacientes por ano. O crescimento anual tem sido da ordem de 10%. Em 2002, espera-se atender 2,1 milhões de pacientes.

Atuação do setor espacial

Em 1996 foi aprovado o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) para o período 1996-2005, sob a coordenação da Agência Espacial Brasileira (AEB). É um procedimento de programação de longo prazo que busca a gradativa autonomia em tecnologias espaciais estratégicas, a capacitação crescente da indústria nacional, a ampliação do leque das aplicações espaciais em uso e sua difusão continuada pelos mais variados setores de atividade de sociedade.

O PNAE orientou as ações do Governo, nos últimos oito anos, para a busca da consolidação crescente das atividades e do setor espacial brasileiros. Os resultados são significativos, cabendo destacar:

- O Brasil hoje utiliza amplamente as tecnologias espaciais, não apenas nas telecomunicações mas também no monitoramento do meio ambiente destaca-se o projeto de avaliação periódica do desflorestamento da Amazônia, no planejamento da ocupação do solo, na cartografia, no inventário de recursos minerais, na agricultura, na vigilância territorial, no planejamento urbano e no monitoramento oceânico, entre outras áreas de aplicação.
- A capacitação nacional para desenvolver satélites próprios, voltados a satisfazer necessidades do País, vem-se consolidando de forma continuada, tanto no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) quanto na indústria brasileira. Em 1998, foram lançados com sucesso o segundo satélite nacional de coleta de dados (SCD-2), e o satélite de monitoramento de recursos terrestres (CBERS-1), desenvolvido em parceria com a China. Um segundo satélite sino-brasileiro, o CBERS-2, foi concluído e será lançado no início de 2003. Dois outros satélites de pequeno porte estão em desenvolvimento – o SSR-1 e o científico franco-brasileiro FBM.
- Com os avanços no campo espacial, houve convite para que o Brasil participasse da construção da Estação Espacial Internacional, em parceria com os Estados Unidos e mais outros 14 países desenvolvidos. Isso permitirá sua utilização em pesquisas de grande impacto potencial, além de criar a oportunidade para o treinamento do primeiro astronauta brasileiro pela Nasa.
- Por intermédio do Centro Técnico Aeroespacial, do Comando da Aeronáutica, com grande colaboração da indústria aeroespacial brasileira, o País tem concebido e produzido uma série de foguetes de sondagem, que permitiram inúmeros experimentos científicos.

- O domínio da tecnologia de foguetes de sondagem serviu de base para o desenvolvimento de um veículo lançador de satélites nacional, o VLS. Foram realizados dois testes em voo, em 1997 e 1999, e um terceiro protótipo está pronto para lançamento.
- A disponibilidade dos satélites nacionais SCD-1, SCD-2 e CBERS-1 permitiu a implantação do Sistema Nacional de Coleta de Dados, que conta hoje com cerca de 500 plataformas remotas de coleta de dados (PCDs), distribuídas por todo o território nacional, além de algumas instaladas em países vizinhos. As áreas de meteorologia e de geração de energia hidrelétrica, hoje, dependem operacionalmente das informações fornecidas pelo Sistema. Além disso, estão entre os usuários mais de 70 empresas, órgãos públicos e universidades, em utilizações diversas, como monitoramento da qualidade da água, oceanografia e estudos de química da atmosfera.

Os programas estratégicos que preparam o País para o futuro

Programas estratégicos

		<p>O que é:</p> <p>Universalização do Ensino Fundamental e valorização do magistério</p>
		<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Superar a taxa de 97% do atendimento escolar da população de 7 a 14 anos de idade, até 2002• Reduzir para 9% a taxa de abandono escolar no Ensino Fundamental, até 2002• Garantir uma refeição de boa qualidade por dia para 37 milhões de crianças• Distribuir livros didáticos a 30 milhões de estudantes e 174 mil escolas públicas de Ensino Fundamental
1	Toda Criança na Escola Recursos em 2002: R\$ 4,6 bilhões	
		<p>O que é:</p> <p>Novas tecnologias e capacitação de pessoal para melhoria da qualidade do Ensino Fundamental</p>
		<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Elevar para 68% a taxa esperada de conclusão do Ensino Fundamental• Montar mais 200 núcleos de Tecnologia Educacional em todo o País para capacitar, no uso da informática, mil professores multiplicadores e 25 mil professores que atuarão nas escolas• Formar 10% dos professores da rede pública por meio do Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado
2	Escola de Qualidade para Todos Recursos em 2002: R\$ 82,6 milhões	

<p>3</p> <p>Desenvolvimento do Ensino Médio</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 577,4 milhões</p>	<p>O que é: Ampliação das vagas e melhoria da qualidade do Ensino Médio</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atender 1 milhão de novos alunos • Elevar para 40% o porcentual de jovens de 15 a 17 anos de idade matriculados no Ensino Médio • Gratuidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir de 2001, para os estudantes das escolas públicas, comunitárias, filantrópicas e dos cursos supletivos
<p>4</p> <p>Desenvolvimento da Educação Profissional</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 757,4 milhões</p>	<p>O que é: Ampliação das vagas e melhoria da qualidade da Educação Profissional</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevar em 30% o número de matrículas iniciais no ensino profissional • Firmar mais 88 convênios para projetos escolares de Educação Profissional
<p>5</p> <p>Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 471,3 milhões</p>	<p>O que é: Educação para jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram o Ensino Fundamental</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o índice de analfabetismo para menos de 10%, até 2002 • Erradicar o analfabetismo jovem, até 2002 • Integrar ao programa 50 mil assentados da reforma agrária
<p>6</p> <p>Saúde da Família e da Criança</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 3,3 bilhões</p>	<p>O que é: Maior acesso da população aos serviços básicos de saúde e redução da mortalidade infantil</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevar para 40% o contingente da população coberto pelas equipes de saúde da família, até 2002 • Elevar para 60% a parcela da população coberta pelos agentes comunitários de saúde, até 2002 • Reduzir para 31 por mil a taxa de mortalidade infantil no primeiro ano de vida, até 2003 • Elevar para 32%, em 2002, a população coberta por equipes do Programa Saúde Bucal

7	<p>Valorização do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 5,4 bilhões</p>	<p>O que é: Renda mínima e atendimento de saúde para o idoso. Inclusão social e renda mínima para pessoas carentes portadoras de deficiência</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renda mensal de um salário mínimo para 620 mil idosos em situação de exclusão social • 14 milhões de idosos vacinados • Renda mensal de um salário mínimo para 1,06 milhão de pessoas carentes portadoras de deficiência e incapacitadas para o trabalho • Atendimento, em ações de promoção social, de 160 mil pessoas carentes portadoras de deficiência
8	<p>Esporte na Escola</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 96,4 milhões</p>	<p>O que é: Estímulo à prática desportiva para estudantes das instituições públicas de Ensino Fundamental e Médio</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar infra-estrutura esportiva em 297 escolas, beneficiando 470 mil alunos das redes de ensino público • Implantar e manter 1.346 núcleos de esporte, beneficiando 1,7 milhão de alunos
9	<p>Erradicação do Trabalho Infantil</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 497,6 milhões</p>	<p>O que é: Bolsa Escola e fiscalização para eliminar o trabalho infantil</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Retirar do trabalho infantil 860 mil crianças de 7 a 15 anos
10	<p>Saneamento Básico</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 1,2 bilhão</p>	<p>O que é: Água, esgoto e coleta de lixo em cidades com menos de 30 mil habitantes</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atender 3 milhões de famílias de baixa renda com ações de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo
11	<p>Saneamento é Vida</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 870,9 milhões</p>	<p>O que é: Água, esgoto e coleta de lixo em municípios com população superior a 75 mil habitantes</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atender 1,2 milhão de famílias com abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo

12	Morar Melhor	<p>O que é: Habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana para a população com renda mensal de até três salários mínimos em cem municípios com população inferior a 75 mil habitantes</p>
	Recursos em 2002: R\$ 520,7 milhões	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atender 1,8 milhão de famílias, com moradia, infra-estrutura urbana, abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo
13	Nosso Bairro	<p>O que é: Habitação, saneamento e infra-estrutura urbana para famílias que vivem em situação de exclusão social</p>
	Recursos em 2002: R\$ 649,6 milhões	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atender 445 mil famílias, com infra-estrutura urbana, habitação e saneamento.
14	Carta de Crédito	<p>O que é: Habitação para famílias com renda de até 20 salários mínimos</p>
	Recursos em 2002: R\$ 3,3 bilhões	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Financiar aquisição ou melhoria de 470 mil moradias
15	Desenvolvimento de Médias, Pequenas e Microempresas	<p>O que é: Criar e manter empregos mediante assistência técnica, capacitação e crédito para as médias, pequenas e microempresas</p>
	Recursos em 2002: R\$ 12,3 bilhões	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1,8 milhão de operações de crédito • 189 núcleos de artesanato • Formação de 149 multiplicadores em gestão de médias, pequenas e microempresas • Apoio a 30 projetos de infra-estrutura para instalação de médias, pequenas e microempresas
16	Qualificação Profissional do Trabalhador	<p>O que é: Capacitação para elevar a empregabilidade, a produtividade e a renda do trabalhador</p>
	Recursos em 2002: R\$ 300 milhões	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar ou requalificar 9 milhões de trabalhadores no período 2000-2002

17	<p>Agricultura Familiar (Pronaf)</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 4,3 bilhões</p>	<p>O que é: Desenvolvimento da agricultura familiar</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atingir a marca de 1,6 milhão de contratos de crédito com agricultores familiares • Implantar infra-estrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento sustentável em 1,55 mil municípios
18	<p>Reforma Agrária</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 1,1 bilhão</p>	<p>O que é: Assentamento de trabalhadores rurais e consolidação de assentamentos</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assentar 200 mil famílias de trabalhadores rurais
19	<p>Energia para as Populações Rurais</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 642 milhões</p>	<p>O que é: Energia elétrica para áreas rurais e pequenas comunidades isoladas</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar redes de distribuição de energia elétrica em áreas rurais, atendendo 1 milhão de propriedades e domicílios rurais, beneficiando 5 milhões de pessoas • Levar fontes alternativas de energia elétrica a 16 mil comunidades isoladas não atendidas pelas redes elétricas convencionais
20	<p>Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística no Nordeste (Prodetur II)</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 400,2 milhões</p>	<p>O que é: Desenvolvimento turístico no Nordeste</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevar para 10% a participação do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) da Região Nordeste • Estruturar 13 pólos de desenvolvimento integrado de turismo
21	<p>Preservação do Patrimônio Histórico (Monumenta)</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 22,1 milhões</p>	<p>O que é: Revitalização do patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar os principais conjuntos históricos urbanos de 27 municípios

<p>22</p> <p>Segurança e Qualidade dos Alimentos</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 88,2 milhões</p>	<p>O que é: Alimentos de qualidade para os mercados interno e externo</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 40% o índice de irregularidades de alimentos e bebidas • Reduzir de 21% para 12% o índice de irregularidades encontradas no total da inspeção de alimentos e bebidas • Aumentar de 3.935 para 4.220 o número de estabelecimentos com controle sanitário • Aumentar de 25 para 400 o número de estabelecimentos com sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)
<p>23</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 890,9 milhões</p>	<p>O que é: Redução da violência e da criminalidade</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 30% o déficit de vagas no sistema penitenciário, até 2003 • Reparar todas as polícias estaduais, até 2002 • Reparar todas as unidades da Polícia Federal para o combate ao crime organizado, até 2003 • Capacitar 45 mil lideranças comunitárias no combate à violência, até 2002 • Concluir a implantação do Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen), interligando os 860 estabelecimentos do País ao Ministério da Justiça
<p>24</p> <p>Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 576,3 milhões</p>	<p>O que é: Qualidade de vida nas regiões metropolitanas</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir oito trechos em vários estados, entre 2001 e 2006 • Realizar a manutenção e a operação do Sistema de Transporte Ferroviário de Passageiros

25	<p>Pantanal</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 41 milhões</p>	<p>O que é: Saneamento, preservação do meio ambiente e estímulo a atividades econômicas para conservação e desenvolvimento sustentável do Pantanal</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar para 70% o percentual de famílias com saneamento básico no Pantanal • Elevar de 0,6 para 4% a taxa de conservação dos ecossistemas do Pantanal
26	<p>Parques do Brasil</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 133,2 milhões</p>	<p>O que é: Conservação e manejo sustentável de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparar 44 parques nacionais para visitação pública, até 2002 • Garantir o uso sustentável de 12%, em média, da área de biomas, até 2003 • Assegurar a proteção integral de 5%, em média, da área de biomas, até 2003
27	<p>Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 31,6 milhões</p>	<p>O que é: Proteção das florestas nacionais</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 38% a taxa de desflorestamento da Amazônia • Elevar para 100% a taxa de monitoração das florestas nacionais
28	<p>Sociedade da Informação (internet II)</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 885 milhões</p>	<p>O que é: Infra-estrutura moderna de informação e comunicação e desenvolvimento de bens e serviços de informática e automação</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar a RNP2 – uma infra-estrutura avançada de rede de computadores – no suporte às pesquisas e na consolidação de novas modalidades de ensino, especialmente na educação a distância • Elevar em 50% as aplicações do setor privado em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias da informação • Aumentar para R\$ 400 milhões o valor anual das exportações de <i>software</i> • Elevar para 350 mil o número de domínios registrados na internet

29	<p>Biotecnologia e Recursos Genéticos (Genoma)</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 86,2 milhões</p>	<p>O que é: Desenvolvimento da competência nacional em recursos genéticos e produtos biotecnológicos para a indústria, a agropecuária e a saúde</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elevar em 30% o número de empresas de base biotecnológica • Aumentar em 30% o registro de produtos e processos biotecnológicos gerados no País • Concluir o seqüenciamento genético de mais um organismo, por meio da rede de 25 laboratórios de todo o País
30	<p>Revitalização do São Francisco</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 45,5 milhões</p>	<p>O que é: Recuperação ambiental do rio São Francisco e de nascentes e mananciais de sua bacia</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reverter o processo de degradação e destruição de nascentes e mananciais da bacia do rio São Francisco • Conter o processo de assoreamento do leito do rio São Francisco • Preservar a qualidade da água na bacia do São Francisco • Implantar o sistema de gestão dos recursos hídricos da bacia do São Francisco
31	<p>Infra-Estrutura</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 354,4 milhões</p>	<p>O que é: Conclusão de barragens, açudes e adutoras para ampliar a oferta de água de boa qualidade no Nordeste</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir, até 2002, as seguintes obras: Açude Jenipapo, Açude Salinas, Adutora Acauã, Adutora Agreste Alagoano, Adutora Alto Sertão, Adutora do Cariri, Adutora do Oeste, Adutora Jucazinho, Barragem Acauã, Barragem Berizal, Barragem Castanhão, Barragem Congonhas, Barragem do Poço de Marruá, Barragem Mucutu, Barragem Pedra Redonda, Barragem Santa Cruz do Apodi, Barragem Umari, Canal do Sertão Alagoano, Projeto Pão-de-Açúcar–Olhos D’Água das Flores, Projeto Propertins, Sistema Adutor de Pajeú, e Sistema Águas Vermelhas • Realizar 80% das obras do Proágua Semi-Árido no Rio Grande do Norte • Implantar sistemas sanitários e de abastecimento de água em escolas públicas

		<p>O que é:</p> <p>Ampliar a oferta da produção agrícola irrigada para os mercados interno e externo</p>
32	<p>Irrigação e Drenagem</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 162,8 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir as obras de irrigação de: Baixo do Irecê, Baixo Acaraú, Canal Serra da Batateira, Pontal Norte-Sul, Flores de Goiás, Iuiú, Jacaré-Curituba, Luiz Alves do Araguaia, Marituba, Mesa de Pedra, Pindorama, Platôs de Guadalupe, Salangô, Salitre, Santa Terezinha, Tabuleiros de Russas, Tabuleiros Litorâneos, Três Barras e Várzeas de Sousa
		<p>O que é:</p> <p>Integração com os países da fronteira norte</p>
33	<p>Corredor Fronteira Norte</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 172,1 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Finalizar a pavimentação das rodovias BR-401/RR (Boa Vista-fronteira com a Guiana, inclusive a ponte internacional); BR-156/AP (Ferreira Gomes-Oiapoque, 453 quilômetros), BR-364/AC (Sena Madureira-Rio Liberdade) e BR-317/AC (Brasília-Assis Brasil) • Construir os trechos rodoviários: BR-317/AC (Rio Branco-divisa AC/AM) e BR-317/AM (Boca do Acre-divisa AM/AC) • Construção de Anel Rodoviário BR-364/AC-Rio Branco
		<p>O que é:</p> <p>Redução de custos de transporte de cargas nos Estados do Amazonas, do Pará, de Rondônia e de Mato Grosso</p>
34	<p>Corredor Oeste-Norte</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 173,3 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Completar, em 2003, a pavimentação das rodovias BR-230/PA (Marabá-Altamira), BR-230/AM (Humaitá-Lábrea) e BR-364 (Sapezal-Comodoro) • Ampliar a extensão pavimentada da rodovia BR-163 (divisa MT-Santarém)
		<p>O que é:</p> <p>Redução do custo de transporte no Nordeste</p>
35	<p>Corredor São Francisco</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 40,2 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir a pavimentação da rodovia BR-116/BA (Euclides da Cunha-Ibó), a Hidrovia do São Francisco e a BR-101 (divisa AL/SE-divisa SE/BA)

		<p>O que é: Redução do custo de transporte no Nordeste</p>
36	<p>Corredor Nordeste</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 243,9 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir, em 2002, a duplicação das rodovias BR-232/PE (Recife–Caruaru) e BR-116/CE (Fortaleza–Pacajus) • Efetuar, em 2003, as obras de duplicação da rodovia BR-101/RN/PB/PE/AL/SE (Natal–divisa SE/BA) e duplicação da rodovia BR-230/PB (João Pessoa–Campina Grande) • Concluir obras no Porto de Pecém, no Porto de Suape, e a BR-020/PI (São Raimundo Nonato–Picos)
		<p>O que é: Redução de custos de transporte nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás</p>
37	<p>Corredor Sudoeste</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 16,2 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir as obras de pavimentação da rodovia BR-070/MT (Cáceres–fronteira com a Bolívia) e da rodovia BR-267/MS (Jardim–Porto Murtinho) • Terminar obras na Ferronorte, trecho Alto Taquari–Rondonópolis, com 294 quilômetros
		<p>O que é: Redução do custo de transporte de cargas nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, de Mato Grosso e Goiás</p>
38	<p>Corredor Araguaia–Tocantins</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 249,5 milhões</p>	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Finalizar as seguintes obras: Hidrovia Araguaia–Tocantins, Hidrovia da Ilha do Marajó, Porto de Alcântara, Ferrovia Norte–Sul (trecho Palmeiras do Tocantins–Açailândia, 280 quilômetros), obras civis da eclusa 1 e canal intermediário do sistema de transposição do Tucuruí, Hidrovia do Capim, BR-230/TO (divisa MATO–divisa TO/PA)

		O que é: Redução do custo de transporte no Estado de Goiás
39	Duplicação da Rodovia Brasília–divisa SP/MG Recursos em 2002: R\$ 134,6 milhões	Metas: <ul style="list-style-type: none"> • Encerrar, em 2002, a duplicação das rodovias BR-060/DF (Distrito Federal–divisa DF/GO), BR-060/GO (divisa DF/GO–entroncamento da BR-153) e BR-050/MG (divisa GO/MG–divisa SP/MG) • Findar, em 2003, as obras de duplicação das rodovias BR-153/GO (Aparecida de Goiânia–Itumbiara) e BR-153/MG (divisa GO/MG–entroncamento da BR-365/Trevo)
40	Duplicação da Rodovia Fernão Dias Recursos em 2002: R\$ 229 milhões	O que é: Redução de custos de transporte para expandir a atividade econômica no eixo São Paulo–Belo Horizonte Metas: <ul style="list-style-type: none"> • Concluir a duplicação da rodovia BR-381/SP (divisa MG/SP–entroncamento da BR-116) • Arrematar, em 2002, as seguintes obras: duplicação da rodovia BR-381/MG (divisa SP/MG–Belo Horizonte) e adequação de anel rodoviário (BR-381/MG, Belo Horizonte)
41	Corredor Transmetropolitano Recursos em 2002: R\$ 240,7 milhões	O que é: Melhoria da qualidade de vida na região metropolitana de São Paulo e redução do custo de transporte de cargas nas Regiões Sul e Sudeste Metas: <ul style="list-style-type: none"> • Acabar, em 2002, as seguintes obras: Rodoanel de São Paulo (Trecho Oeste) e duplicação da rodovia BR-116/SP (São Paulo–divisa SP/PR) • Completar, em 2003, o acesso rodoviário ao porto de Sepetiba (Corredor Leste)

		O que é: Integração dos países do Mercosul
		Metas:
42	Corredor Mercosul Recursos em 2002: R\$ 214,8 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Efetuar, em 2002, as seguintes obras: duplicação da BR-116/PR (divisa SP/PR–Km 42,7), duplicação de contornos rodoviários (BR-116–Curitiba Leste), construção de interligação rodoviária (Curitiba Leste e Oeste) e duplicação da BR-101/376/SC (divisa PR/SC–Palhoça) Findar, em 2003, as seguintes obras: BR 101 (Osório–São José do Norte–Rio Grande), 40% da duplicação da rodovia BR-101 (trecho Palhoça/SC–Osório/RS), pavimentação da rodovia BR-282 (Florianópolis–fronteira com a Argentina) e Porto de Rio Grande
43	Manutenção e Restauração de Rodovias Recursos em 2002: R\$ 586,4 milhões	<p>O que é: Rodovias federais em boas condições de tráfego</p> <p>Metas: Recuperar 16 mil quilômetros de rodovias federais</p>
44	Aeroportos Recursos em 2002: R\$ 186,5 milhões	<p>O que é: Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência da infra-estrutura aeroportuária brasileira</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Concluir, em 2002, as obras de construção e ampliação dos aeroportos de Salvador e Porto Velho Concluir, em 2003, as obras de construção e ampliação dos aeroportos de Maceió e Recife
45	Oferta de Petróleo e Gás Natural Recursos em 2002: R\$ 16,5 bilhões	<p>O que é: Aumento da produção nacional de óleo e gás natural</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produção média diária de 1,49 milhão de barris de petróleo Produção média diária de 45,4 milhões de metros cúbicos de gás natural

<p>46 Geração Termelétrica</p> <p>Recursos em 2002:</p> <p>R\$ 5,6 bilhões</p>	<p>O que é:</p> <p>Elevação da capacidade de geração termelétrica em 12.083 MW</p>
	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir, até 2002, as usinas: UTE Bongí – repotenciação – (PE) 150 MW; UTE Camaçari – repotenciação – (Camaçari, BA) 300 MW; UTE Cubatão/CCBS (Cubatão, SP) 440 MW; UTE Duke Energy (Pederneiras, SP) 480 MW; UTE Eletrobrás (Macaé, RJ) – <i>backup</i> da usina de Angra dos Reis – 500 MW; UTE Santa Cruz – Fase I, ampliação – (Rio de Janeiro, RJ) 320 MW; UTE Termoalagoas (Messias, AL) 120 MW; UTE Termonorte (Porto Velho, RO) 345 MW; UTE Coteminas (São Gonçalo Amarante, RN) 90 MW; UTE Termo Ceará – MPX – (Pecém-Caucaia, CE) 270 MW; UTE Termosergipe – Fase I – (Carmópolis/Jarapatuba, SE) 90 MW; UTE Arjona – ampliação – (Campo Grande, MS) 80 MW; e UTE Campos – ampliação – (Campos, RJ) 80 MW • Concluir, até 2003, as usinas: UTE Araucária (Araucária, PR) 480 MW; UTE Arjona (Campo Grande, MS) 120 MW; UTE Refap (Canoas, RS) 500 MW; UTE Corumbá (Corumbá, MS) 90 MW; UTE Eletrobolt (Seropédica, RJ) 350 MW; UTE Fafen (Camaçari, BA) 56 MW; UTE Ibirité (Ibirité, MG) 690 MW; UTE Juiz de Fora (Juiz de Fora, MG) 103 MW; UTE Macaé Merchant (Macaé, RJ) 870 MW; UTE Piratininga (São Paulo, SP) 600 MW; UTE Rio Gen (Seropédica, RJ) 500 MW; UTE Termobahia (São Francisco do Conde, BA) 450 MW; UTE Termopernambuco (Suape-Ipojuca, PE) 500 MW; UTE Termorio (Duque de Caxias, RJ) 1.036 MW; UTE Três Lagoas (Três Lagoas, MS) 240 MW; UTE Fortaleza–Dunas (Pecém–Caucaia, CE) 307 MW; UTE Termo açu (Açu, RN) 325 MW; UTE Norte Capixaba (Linhares, ES) 250 MW; UTE Norte Fluminense (Macaé, RJ) 778 MW; UTE São Gonçalo – reativação – (São Gonçalo, RJ) 193 MW; e UTE Termocatarinense Norte (Joinville, SC) 350 MW

<p>Geração Hidrelétrica</p> <p>47 Recursos em 2002: R\$ 1,9 bilhões</p>	<p>O que é:</p> <p>Elevação da capacidade de geração hidrelétrica em 5.643 MW, até 2002; elevação de 2.501 MW, em 2003; e elevação total de 12.712 MW, até o fim da construção das usinas relacionadas</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir as usinas: UHE Cana Brava (GO) 471,6 MW; UHE Candonga (MG) 140 MW; UHE Dona Francisca (RS) 126 MW; UHE Funil Grande (MG) 180 MW; UHE Guaporé (MT) 120 MW; UHE Itá (SC) 1.450 MW; UHE Itaipu (PR) 1.400 MW; UHE Itapebi (BA/MG) 450 MW; UHE Itiquira I e II (MT) 156 MW; UHE Jauru (MT) 117,9 MW; UHE Lajeado (TO) 902,5 MW; UHE Machadinho (RS) 1.140 MW; UHE Manso (MT) 159 MW; UHE Ourinhos (SP/PR) 44 MW; UHE Piraju (SP) 80 MW; UHE Porto Estrela (MG) 112 MW; UHE Porto Primavera (SP) 1.980 MW; UHE Quebra Queixo (SC) 120 MW; UHE Queimado (GO/MG) 105 MW; UHE Santa Clara (MG) 60 MW; e UHE Tucuruí (PA) – Etapa II – 4.125 MW
---	--

<p>48</p> <p>Linhas de Transmissão</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 930,4 milhões</p>	<p>O que é:</p> <p>Conclusão de 7.317 quilômetros de linhas de transmissão</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concluir, até 2002, a implementação dos sistemas de transmissão: Sistema de Transmissão Campos Novos/Blumenau – 500 kV –, 253 km (SC); Sistema de Transmissão Itá/Caxias – 525 kV –, 252 km (RS); Sistema de Transmissão Itaipu/São Paulo – 765 kV – (PR/SP), 385 km; Sistema de Transmissão Jiparaná/Pimenta Bueno/Vilhena – 230 kV – 279 km (RO); Sistema de Transmissão Lajeado/Miracema – 500 kV –, 30 km (TO); e Sistema de Transmissão Porto Velho/Abunã/Rio Branco – 230 kV –, 494 km (RO/AC) • Finalizar, até 2003, a implementação dos sistemas de transmissão do Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica: Sistema de Transmissão Cachoeira Paulista/Adrianópolis III – 500 kV –, 178 km (SP/RJ); Sistema de Transmissão Coxipó/Jauru – 230 kV –, 360 km (MT); Sistema de Transmissão Bateias/Ibiuna (Curitiba/São Paulo) – 500 kV –, 332 km (PR/SP); Sistema de Transmissão Norte–Sul II (Samambaia/Itumbiara e Samambaia/Emborcação) – 500 kV –, 280 km (DF/GO/MG); Sistema de Transmissão Norte–Sul II (Imperatriz/Miracema/Serra da Mesa/Samambaia) – 500 kV –, 1.278 km (MA/TO/GO/DF), Sistema de Transmissão Ouro Preto 2/Vitória – 345 kV –, 370 km (MG/ES); Sistema de Transmissão Presidente Dutra/Peritoró – 230 kV –, 120 km (MA); Sistema de Transmissão Presidente Dutra/Teresina II – 500 kV–, 208 km (MA/PI); Sistema de Transmissão Serra da Mesa/Bom Jesus da Lapa/Governador Mangabeira (Interligação SE/NE) – 500 kV –, 1.050 km (GO/BA); Sistema de Transmissão Taquaruçu/Assis/Sumaré – 440 kV –, 505,3 km (SP); Sistema de Transmissão Tijuco Preto/Baixada III – 345 kV –, 26,1 km (SP); Sistema de Transmissão Tucuruí/Presidente Dutra – 500 kV –, 924 km (PA/MA) e Sistema de Transmissão Tucuruí/Vila do Conde (circuito 2) – 500 kV –, 223 km (PA)
---	--

Telecomunidade
49 Recursos em 2002:
R\$ 832 milhões

O que é:

Fundo para promover ações que garantam o acesso de qualquer pessoa, ou instituição de interesse público, aos serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica, bem como a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público

Metas:

- Implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, e implantação de acessos públicos à internet, incluindo equipamentos terminais para operação em:
 - 13 mil escolas públicas de Ensino Médio e Ensino Profissionalizante, atendendo 7 milhões de alunos e 318 mil professores;
 - 60 mil escolas públicas de Ensino Fundamental em 5.063 municípios;
 - 4,8 mil bibliotecas do setor público e em 5,8 mil bibliotecas do terceiro setor (incluem os centros de difusão cultural);
 - 45.350 entidades assistenciais de saúde e em 67 centrais de regulação, dando acesso a 11.256 equipes de saúde na família;
 - 361 mil estabelecimentos rurais, dando acesso a 1 milhão de pessoas;
 - 9 mil localidades com menos de cem habitantes;
 - 13.250 instituições de assistência a pessoas portadoras de deficiência, atendendo 713.600 deficientes carentes;
 - 40 mil delegacias e postos de polícia, 400 batalhões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, 337 penitenciárias, 479 cadeias públicas, 22 colônias agrícolas, 28 casas de albergado, 25 hospitais de custódia, 140 áreas militares, 60 navios da Marinha, 200 pontos remotos civis, e na base brasileira localizada na Antártida
-

<p>50</p> <p>Descentralização de Rodovias Federais</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 3,9 milhões</p>	<p>O que é: Concessão para a iniciativa privada, ou transferência para estados, da administração de trechos das rodovias federais</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos para elaboração de projetos para licitação de novos trechos a serem concedidos, em um total de 5.182,8 quilômetros • Estudos de viabilidade de concessão de trechos correspondentes a 1.102,6 quilômetros • Gerenciamento dos trechos diretamente concedidos pelo DNER – 1.680,1 km contratados e 2.718,1 quilômetros em licitação • Fiscalização das concessões administradas por estados – 3.007,5 quilômetros contratados e 635 quilômetros em negociação
<p>51</p> <p>Gestão da Política de Transportes</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 40,4 milhões</p>	<p>O que é: Planejamento, avaliação e controle dos programas na área de transportes</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaborar estudos para o desenvolvimento tecnológico da engenharia rodoviária • Elaborar estudos de impacto ambiental e desenvolver projetos rodoviários • Elaborar estudos para o planejamento do setor rodoviário

<p>52</p> <p>Comunidade Ativa</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 64,9 milhões</p>	<p>O que é: Promoção do desenvolvimento social por meio da indução ao desenvolvimento local, integrado e sustentável, articulando ações do governo e celebrando parcerias com a sociedade civil</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implantar processo de desenvolvimento local, integrado e sustentável em mil localidades carentes
<p>53</p> <p>Turismo: a Indústria do Novo Milênio</p> <p>Recursos em 2002: R\$ 19,6 milhões</p>	<p>O que é: Aumento do fluxo, da taxa de permanência e do gasto de turistas no País</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar para 6,5 milhões o fluxo de turistas estrangeiros • Aumentar para 57 milhões o fluxo de turistas internos • Elevar para US\$ 5,5 bilhões a receita cambial turística • Gerar 500 mil novos empregos

Fonte: SPI- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Uma política econômica de combate às desigualdades sociais

OS OITO ANOS DO PLANO REAL MUDARAM O BRASIL. OS DESAFIOS DO PAÍS continuam imensos, mas estamos em condições muito melhores para enfrentá-los. Com a ajuda de toda a população, o Governo Federal construiu uma economia sólida e desenvolveu programas sociais eficazes, destinados sobretudo aos mais pobres.

- O Plano Real foi o instrumento que tornou possível promover os benefícios para milhões e milhões de brasileiros. Em resumo, ingressamos numa era de estabilização, de crescimento e de distribuição de renda e abandonamos o círculo vicioso da recessão, da inflação e da concentração de renda
- A primeira forma de luta contra a exclusão social consistiu em conseguir a estabilização econômica, deixando para trás quatro décadas de convivência com a inflação. Em junho de 1994, a inflação estava em 47%, quando foi controlada pelo Plano Real. Em 2001, a média foi de apenas 0,6% ao mês. O Governo Federal desmontou a ciranda da inflação, deixou de agir na economia como se fosse um megaempresário, reestruturou o sistema financeiro e consolidou o ajuste fiscal (o equilíbrio das contas públicas, isto é, o Estado brasileiro não pode gastar mais do que arrecada). A estabilização contribuiu para distribuir a renda e melhorar as condições de vida da população.
- A segunda forma de luta contra a exclusão social foi o crescimento econômico, com aumento da produção e do emprego. Uma importante razão para isso foi o aumento do poder de compra dos assalariados logo após o Plano Real. O crescimento econômico médio entre 1995 e 2001 foi da ordem de 2,9% do PIB, superior aos 6 anos anteriores (da ordem de 0,6% do PIB). Isso se deu apesar de o País ter enfrentado três crises econômicas internacionais de graves proporções (mexicana, asiática e russa).

- A terceira forma de luta contra a exclusão social baseou-se em investimentos diretos num bem-sucedido conjunto de programas em áreas como educação, saúde, reforma agrária e combate à pobreza, entre outras.

As bases para um novo tipo de desenvolvimento

O modelo de industrialização seguido pelo Brasil desde a década de 1930 ficou conhecido como de “substituição de importações” e estava baseado na proteção do Estado e no fechamento do mercado interno. Foi capaz de impulsionar o desenvolvimento do País por quase 50 anos, mas teve também limitações importantes.

Limitação número 1: beneficiou apenas uma parcela restrita de brasileiros.

Limitação número 2: favoreceu a formação de monopólios e, ao proteger a empresa nacional da concorrência estrangeira, acabou por torná-la menos competitiva e inferior na qualidade de seus produtos e serviços.

Em decorrência dessa herança, o País mostrava-se incapaz de financiar os investimentos necessários a um novo ciclo de desenvolvimento. Era preciso, ao mesmo tempo, buscar uma saída que permitisse democratizar os ganhos do desenvolvimento e associar a economia brasileira à dinâmica da economia internacional.

Para atingir esses objetivos, a partir de 1995, o Governo Federal seguiu uma agenda de reformas cujos principais tópicos vão listados no quadro a seguir.

As mudanças na economia (1995-2002)

As diretrizes que marcaram a atuação do Governo Federal com o objetivo de firmar as bases para um novo tipo de desenvolvimento

Preservação e aprofundamento das conquistas do Plano Real, com persistente combate à cultura e às causas da inflação

Compromisso permanente com a estabilidade monetária

Adoção de um programa de reestruturação do sistema financeiro

Consolidação e avanço do processo de privatização de empresas estatais

Quebra do monopólio estatal em vários setores

Abertura da economia

Estímulo à concorrência para ampliar o acesso a bens e serviços de menor preço e melhor qualidade, democratizando os benefícios do desenvolvimento

Transparência e solidez nas contas públicas

Organização das finanças públicas e viabilização financeira dos governos federal, estaduais e municipais

Construção de um pacto federativo para combinar os benefícios da descentralização com o imperativo da responsabilidade fiscal em todos os níveis de governo
Reestruturação das dívidas dos estados para que pudessem reorganizar suas finanças, pagar suas contas e elevar investimentos sobretudo na área social
Transformação do Orçamento da União de peça de ficção em peça-chave de planejamento e escolha das prioridades da sociedade brasileira
Saneamento dos bancos públicos
Reconhecimento pelo Tesouro Nacional de dívidas antes ocultadas das estatísticas da dívida pública
Ajuste fiscal de forte impacto (Plano de Estabilidade Fiscal), base para o acordo com o FMI, que permitiu ajuda financeira de 41 bilhões de dólares
Lei de Responsabilidade Fiscal para selar o compromisso com a racionalidade e a prudência na administração dos recursos públicos. Aprovada pelo Congresso em 2000, foi o coroamento de um novo marco nas finanças públicas no Brasil
Substituição do “regime de bandas cambiais estreitas” e adoção de um “regime de flutuação cambial”
Redução do custo de financiamento das empresas (nova Lei da S.A; estímulo do BNDES à capitalização das empresas por meio do mercado de capitais; regulamentação da previdência privada)
Racionalização dos gastos públicos, de sorte, que governos e prefeituras pudessem reduzir despesas de custeio e ampliar os gastos sociais
Retomada dos instrumentos de planejamento e fomento do desenvolvimento
Adoção de políticas de desenvolvimento regional a partir dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Programa Avanço Brasil)
Apoio mais eficaz ao comércio exterior
Apoio às micro, pequenas e médias empresas
Investimento na formação de pesquisadores em meio a uma ampla reforma do sistema de ciência e tecnologia

O crescimento do PIB

Os anos 80 foram considerados uma “década perdida” para a economia brasileira – um período de dificuldades que parecia não ter fim. De 1981 a 1992, o PIB *per capita* diminuiu 0,5% ao ano, em média. Em seguida, veio o contraste: em 2001, a economia brasileira completou nove anos de crescimento contínuo. De 1993 a 2001, o PIB *per capita* aumentou 1,7% ao ano, em média.

- De 1993, quando foram tomadas as primeiras medidas que prepararam o Plano Real, até 2001, o PIB brasileiro cresceu em média 3,1% ao ano, menos do que o desejado

pela população, mas acima do dobro do crescimento médio dos 12 anos anteriores. O crescimento acumulado foi de 31,2%.

- Além disso, o crescimento da economia brasileira foi muito mais regular. Com as limitações internas e as crises externas, não houve nenhum ano de queda do PIB desde 1993, embora o crescimento tenha sido pequeno em 1998 e 1999. Dos 12 anos anteriores, cinco tiveram queda do PIB.

O PIB brasileiro (1995-2001)		
	R\$ milhões	Varição real anual
1995	646.192	4,22 %
1996	778.887	2,66 %
1997	870.743	3,27 %
1998	914.188	0,13 %
1999	963.869	0,81 %
2000	1.086.700	4,36 %
2001 (*)	1.184.769	1,51 %

(*) Resultados preliminares

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais

O PIB brasileiro per capita (1995-2001)					
Ano	Produto interno bruto		População residente (1.000 hab)	Produto interno bruto per capita	
	R\$ milhões	Varição real anual		R\$	Varição real anual
1995	646.192	4,22 %	159.016	4.064	2,75 %
1996	778.887	2,66 %	161.247	4.830	1,24 %
1997	870.743	3,27 %	163.471	5.327	1,87 %
1998	914.188	0,13 %	165.688	5.518	-1,21 %
1999	963.869	0,81 %	167.910	5.740	-0,52 %
2000	1.086.700	4,36 %	170.143	6.387	2,99 %
2001 (1)	1.184.769	1,51 %	172.386	6.873	0,19 %

(1) Resultados preliminares

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais

No dia 28 de março de 2002, o IBGE divulgou os resultados do PIB brasileiro para o ano de 2001, que foi de R\$ 1,184 trilhão, o que representou um crescimento real de 1,51% em relação ao ano de 2000.

O PIB brasileiro					
R\$ milhões					
2000	Trimestres de 2001				2001
Acumulado	I	II	III	IV	Acumulado
1.086.700	276.042	292.068	299.438	317.221	1.184.769

Resultados preliminares para 2001

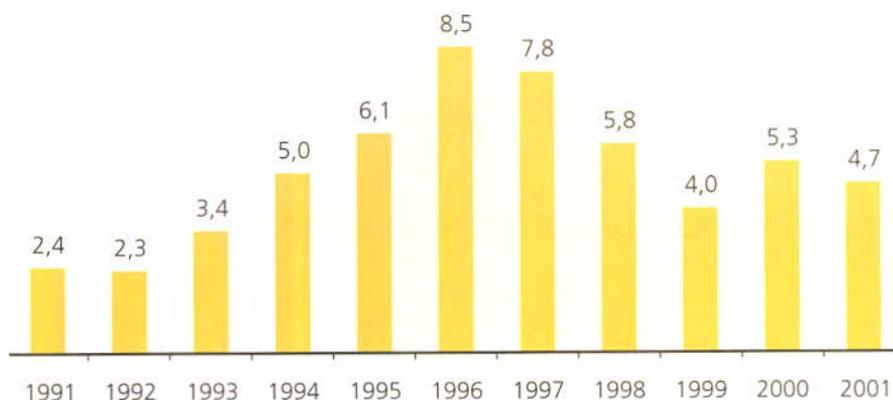
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais

Indústria, agricultura e serviços mostram dinamismo

- A partir de 1993, a indústria brasileira recuperou o dinamismo, com uma expansão média de 3,1% ao ano. Antes, de 1981 a 1992, o setor industrial havia encolhido, com uma queda média anual do produto de 0,14%. Contrariando a visão de que a abertura às importações seria prejudicial, a indústria foi o setor que teve a recuperação mais expressiva. Para a população, isso foi sentido na prática:
- O gasto menor com alimentos e a recuperação do acesso ao crédito impulsionaram o consumo de bens duráveis, como carros e TV em cores. Foi nítida a mudança de patamar no volume de produção e consumo. De 1991-1993 para 1994-2001, a média anual da produção de autoveículos aumentou 48%, ao passo que a de TV em cores cresceu 118%.
- No começo dos anos 1990, a produção de carros ficava pouco acima de 1 milhão de unidades por ano. Após o Plano Real, houve saltos seguidos, batendo o recorde de 2,1 milhões de veículos em 1997.

Produção de TV em cores

Em milhões de aparelhos

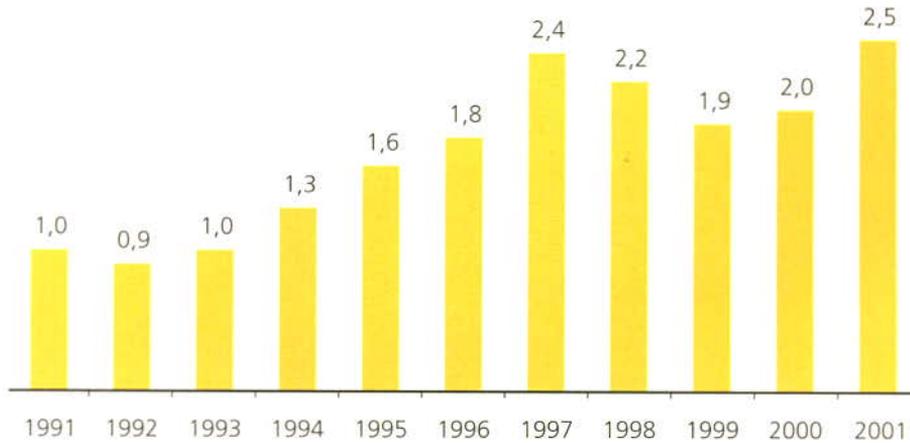


Fonte: Abinee, Eletros

- Algo semelhante se deu com a TV em cores, um sonho de consumo cada vez mais possível de se realizar para inúmeras famílias a partir de então.
- Em 1992, foram produzidas 2,3 milhões de TV em cores. Após o Plano Real, esse número subiu para 8,5 milhões, quase quatro vezes mais. Mesmo com a queda nos anos seguintes, a produção manteve-se em níveis muito mais elevados que o anterior.
- Em ambos os casos, a demanda da população foi atendida basicamente pela indústria brasileira, cuja produção se ampliou e diversificou, sem temer a abertura às importações de carros e aparelhos eletroeletrônicos.
- Alguns tipos de produto tiveram uma acentuada queda de preços.
- Houve uma melhora generalizada da qualidade, bem como uma atualização tecnológica dos produtos, em sintonia com o que há de melhor no mundo todo.
- A retomada dos investimentos no setor industrial foi marcante. Na média de 1995 a 2000, os investimentos apresentaram uma expansão de 87% sobre a média de 1991 a 1994, conforme mostra o gráfico acima.

Investimento na indústria

Índice 1991 = 1

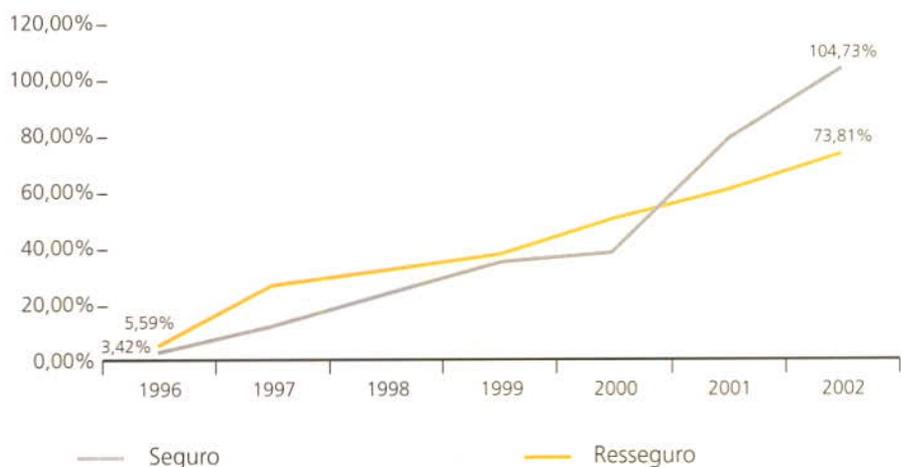


Fonte: IPEA/Diset

- Também a agropecuária aumentou seu ritmo de crescimento e deu dois grandes saltos em sete anos. Com isso, contribuiu expressivamente para a estabilização dos preços, a geração de divisas e a expansão da economia. O País se firmou como grande fornecedor mundial de grãos e de carne bovina, suína e de frango, por exemplo (*veja o capítulo sobre agricultura*).
- O melhor exemplo de que a modernização alcançou o setor de serviços vem do turismo. Finalmente, o Brasil começou a aproveitar seu enorme potencial nessa área de maneira profissional e organizada, com atração de turistas estrangeiros e estímulo ao turismo doméstico.
- O mercado segurador brasileiro também teve um comportamento muito positivo, com a queda da inflação. A modernização contínua da estrutura produtiva do País exigiu uma diversificação na oferta de produtos de seguros e resseguros.

Mercado segurador

Crescimento acumulado



Fonte: ECT

Só a China atraiu mais investimentos que o Brasil

Desde 1996, o Brasil só é superado pela China como principal destinatário dos investimentos estrangeiros diretos entre os países emergentes. De 1,3 bilhão de dólares em 1993, a entrada saltou para 33 bilhões em 2000 (confira no gráfico abaixo). Em 2001, apesar de todas as dificuldades externas e da crise de energia, esse volume chegou a 22,6 bilhões de dólares.

- A partir do Plano Real, o ingresso anual de investimentos diretos estrangeiros deu um salto. A média anual de 1994 a 2001 é 13 vezes maior do que no começo da década. Até 1993, os investimentos diretos estrangeiros mantinham-se longe do Brasil, como ficaram em toda a década de 1980 um pouco acima de um bilhão de dólares anuais.
- Os investimentos estrangeiros têm tido um papel importante na modernização da estrutura produtiva do País, seja pela compra de empresas pré-existentes, seja com novos empreendimentos.
- Ao contrário do que acontecia quando a economia era fechada, a nova fase traz para o Brasil tecnologias de produto e de processo de padrão mundial. Em alguns setores, verifica-se a transferência de parte das atividades de pesquisa e desenvolvimento.

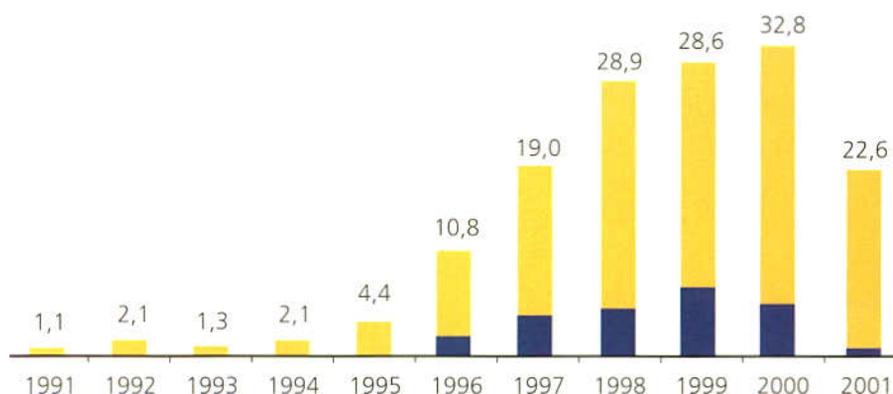
O fortalecimento regional

- A existência de fontes de financiamento estáveis, garantida pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, potencializou e viabilizou a captação de significativos volumes de recursos para as economias das Regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, provenientes de outras fontes nacionais e internacionais.
- Um exemplo é o do montante de R\$ 6,7 bilhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no período 1995-2002 (até julho), que permitiu atrair outros recursos para a região, computados apenas os financiamentos do Banco do Nordeste, no total de R\$ 9,6 bilhões.
- Isso representou uma injeção de recursos da ordem de R\$ 17,3 bilhões, com impacto direto na redistribuição da renda no Nordeste, uma vez que 61,4% destinaram-se a agentes produtivos de mini e pequeno porte.
- Por meio do Banco do Nordeste, o Governo Federal financiou investimentos que ajudaram a estruturar as atividades produtivas do semi-árido, utilizando recursos do FNE. Foram aplicados, de 1995 a 2002 (julho), R\$ 2,3 bilhões, que representa 51% dos recursos desse fundo.
- O conjunto de ações para impulsionar o desenvolvimento das regiões menos dinâmicas possibilitou ao Nordeste um crescimento médio anual de 2,36%, entre 1996 e 1999, superior ao brasileiro. Como um dos resultados, a participação dessa região no PIB nacional elevou-se de 12,8% para 13,1% no mesmo período.

Entrada de investimentos diretos

Em bilhões de dólares

Uma pequena parte (destaque em azul) é resultado das privatizações



Fonte: Banco Central

Privatizações melhoram os serviços públicos

A PARTIR DE 1995, COM O INÍCIO DO NOVO GOVERNO, PASSOU-SE A DAR MAIOR prioridade às privatizações no Brasil. Iniciou-se uma nova fase, em que importantes serviços públicos foram transferidos do Estado para o setor privado nos setores de telecomunicações, transportes e eletricidade. Entre os objetivos, destacou-se o de beneficiar a população, especialmente a mais pobre, com o aumento da oferta e a melhoria desses serviços. Os bancos regionais também foram privatizados nesse período, reforçando a modernização do atendimento nas agências de todo o País.

- Para a população, a privatização de maior impacto foi sem dúvida a do setor de telecomunicações, em 1998, que permitiu uma explosão da oferta de telefones fixos e celulares.
- Há muito, o Governo Federal não dispunha de recursos próprios para modernizar muitas das empresas estatais sob seu controle. A insuficiência dos investimentos havia deixado acumular “gargalos” na telefonia, nos transportes e no abastecimento de eletricidade.
- Ao lado da reorganização das finanças públicas, as privatizações permitiram retomar os investimentos nesses setores, embora ainda menos do que o necessário em energia elétrica e transportes. A expansão da oferta e o aumento da eficiência da infraestrutura beneficiaram todos os usuários – indivíduos e empresa. Ao se introduzir a concorrência privada nesses setores, houve ganhos nítidos de eficiência econômica, impossíveis no antigo regime de monopólio.
- As receitas geradas pelas privatizações foram oito vezes maiores em 1995-2000 do que em 1991-1994. Aproximadamente um terço do total das receitas de privatização

do período vieram de programas estaduais, apoiados, sob diversas formas, pelo Governo Federal. No período 1991-1994, as privatizações tiveram um valor de 11,9 bilhões de dólares, subindo para 93,5 bilhões de dólares no período de 1995-2002 (confira na tabela a seguir).

O balanço das privatizações				
Resultados anuais por programa, de 1991 a 2002, em milhões de dólares				
Ano	Programa Nacional de Desestatização (PND)	Estadual	Telecomunicações	Resultado total
1991	1.988	-	-	1.988
1992	3.383	-	-	3.383
1993	4.188	-	-	4.188
1994	2.315	-	-	2.315
1991-1994	11.874	-	-	11.874
1995	1.628	-	-	1.628
1996	4.749	1.770	-	6.519
1997	7.824	15.116	4.734	27.674
1998	2.737	10.857	23.948	37.542
1999	133	3.886	421	4.440
2000	7.670	3.070	-	10.740
2001	1.089	-	1.815	2.940
2002	1.975	-	-	1.975
1995-2002	27.805	34.699	30.918	93.422
Total	39.679	34.699	30.918	105.296

Fonte: BNDES; inclui dívidas transferidas; dados de 2002: até 27/4

- Os programas federal e estadual de privatização estão incluídos entre as reformas estruturais realizadas no período recente. São várias as razões pelas quais as privatizações têm sido importantes para o ajuste estrutural do setor público e a modernização da economia.
- Em primeiro lugar, venderam-se empresas deficitárias e pouco produtivas que consumiam recursos públicos. Entre 1991 e 2000, as transferências de recursos do Tesouro para as estatais dependentes de transferências da União para cobrir despesas correntes reduziram-se de 1,24% para 0,005% do PIB.
- Em segundo lugar, as privatizações contribuíram para a solução ordenada do endividamento dos estados.

- Em terceiro lugar, o processo de privatização contribuiu também para o aumento da ênfase no gasto social, sem prejuízo do crescimento econômico. Junto com as estatais, transferiu-se para o setor privado a responsabilidade por investimentos futuros que não poderiam mais ser viabilizados com recursos públicos. Aos governos federal e estaduais cabe investir naquilo que são insubstituíveis: as áreas sociais.
- Em quarto lugar, as privatizações possibilitaram a geração de receitas extraordinárias que permitiram o abatimento da dívida interna. Estimativas recentes da Secretaria do Tesouro Nacional indicam que o montante da dívida pública líquida seria oito pontos percentuais mais elevado caso não tivesse ocorrido o aporte de receitas de privatizações ao Tesouro Nacional.
- Entre 1990 e 2000, o número de empresas estatais federais caiu de 186 para 99, aí incluídas 12 instituições financeiras e oito concessionárias de energia elétrica federalizadas com o objetivo de saneamento financeiro e posterior privatização. No mesmo período, os gastos totais das empresas estatais diminuíram de 13,6% para 7,5% do PIB.
- Ranking dos dez maiores investidores estrangeiros em estatais no Brasil de 1991 a 2002: Estados Unidos, Espanha, Portugal, Itália, Chile, Bélgica, Inglaterra, Canadá, Suécia e França.
- Uma das mais importantes reformas em curso no Brasil, os programas de privatização incluíram a venda de indústrias e de empresas de serviço público pertencentes ao governo federal, estadual e municipal, além da outorga de concessões ao setor privado. O papel do Estado deixou de ser o de produtor de bens e serviços e passou ao de regulador das concessões do serviços público por meio das novas agências reguladoras criadas para cada setor. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) esteve à frente do processo.
- Em julho de 1998, houve o “leilão das teles”, quando o Governo Federal vendeu as 12 empresas criadas a partir do Sistema Telebrás (telefonia fixa, de longa distância e celular). A arrecadação somou R\$ 22 milhões.
- A partir de 1995, outros exemplos de repercussão do processo de privatização foram: Cia. Vale do Rio Doce (CVRD); terminal de contêineres dos portos de Santos e Sepetiba; Rede Ferroviária Federal; companhias energéticas como a de São Paulo e de Minas Gerais e os bancos estaduais, entre dezenas de outros exemplos.
- Em 2002, foi realizada a oferta pública global de 78 milhões de ações ordinárias da Vale do Rio Doce, tendo sido considerada a maior operação de venda de ações realizada no Brasil em número de compradores. O valor total da operação atingiu a cifra de US\$ 1.896,6 milhões.

Agenda de privatização (2001-2002)

1. Empresas e participações incluídas no Plano Nacional de Desestatização (PND)

Energia Elétrica

Distribuidoras

Cia. Energética do Piauí S/A – Cepisa

Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron

Centrais Elétricas do Estado do Acre – EletroAcre

Cia. Energética de Alagoas – Ceal

Geradoras

Centrais Elétricas S/A – Furnas

Centrais Elétricas do Norte S/A – Eletronorte (Tucuruí)

Cia. Hidrelétrica do São Francisco – Chesf (Xingó)

Bancos

Banco do Estado de Santa Catarina S/A – Besc

Banco do Estado do Piauí S/A – BEP

Banco do Estado do Ceará – BEC

Banco do Estado do Maranhão – BEM

Outros

Cia. de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo – Ceagesp

Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – Ceasa-MG

Instituto de Resseguros do Brasil S/A – IRB

Trechos de rodovias federais

Concessão da exploração de serviços de transporte metroviário (Linha 3)

2. Empresas estaduais

Água e saneamento

Empresa Bahiana de Águas e Saneamento – Embasa

Cia. Pernambucana de Saneamento – Compesa

Cia. de Águas e Esgoto do Rio Grande do Norte – Caern

Cia. Espiritossantense de Saneamento – Cesan

Telecomunicações

Concessões de telefonia celular

Banda C

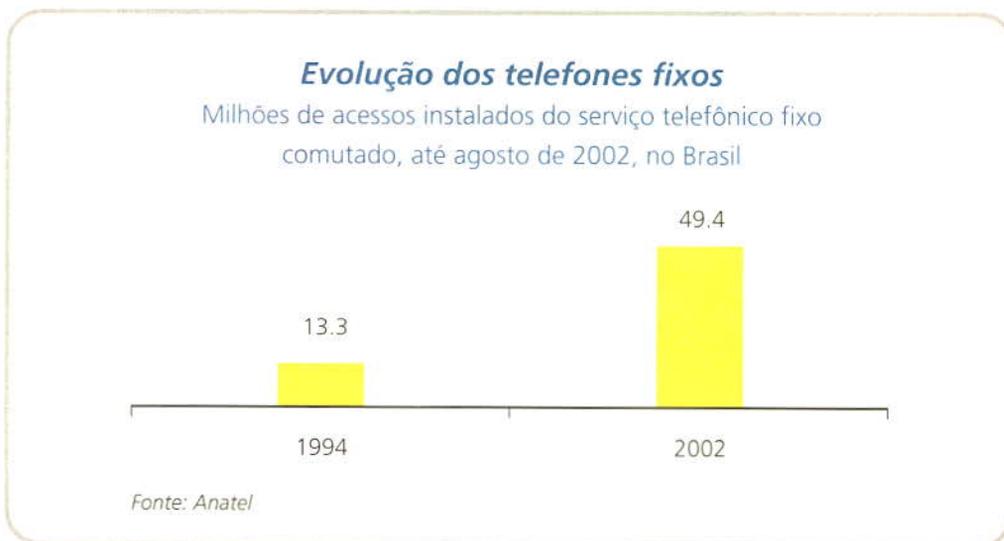
Banda E – Regiões 2 e 3

Fonte: BNDS; posição em 11/9/2002

Comunicações para o terceiro milênio

Telecomunicações

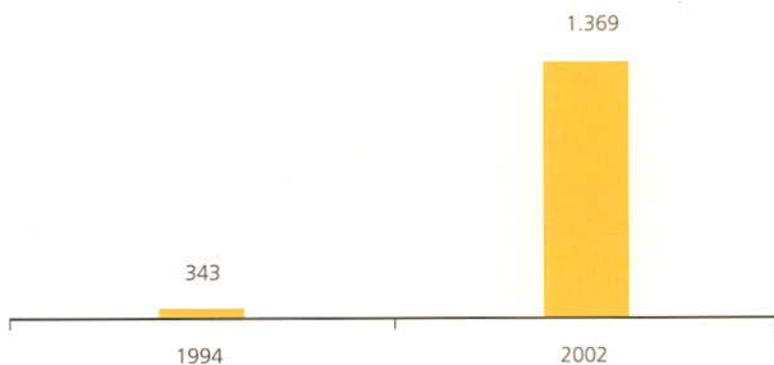
NENHUM SETOR CRESCERU TÃO RAPIDAMENTE NEM MELHOROU TANTO DE qualidade no Brasil quanto a telefonia, a partir de 1995, graças à privatização ousada das empresas de telecomunicações em todo o País. Para os brasileiros, como atestam as estatísticas, foi uma mudança que ampliou os horizontes da comunicação. A oferta de linhas cresceu para todos, mas cresceu mais ainda para as camadas mais pobres da população. Na figura a seguir, é possível visualizar as altas taxas de crescimento da quantidade de acessos telefônicos fixos instalados.



- Não menos significativo foi o aumento da oferta de telefones de uso público para atendimento da população de baixa renda. Acatando as exigências dos contratos de concessão, as prestadoras de serviço telefônico fixo têm proporcionado um aumento significativo na quantidade de acessos a esse serviço.
- Por sua vez, o crescimento do serviço móvel celular foi vertiginoso em todo o País, principalmente após a entrada da competição, como pode ser visto no gráfico a seguir.
- Pouco antes da criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), uma linha telefônica residencial custava perto de R\$ 2,5 mil, sem garantia de entrega no prazo. Hoje, na maioria dos estados, uma linha pode ser obtida por cerca de R\$ 50 e, em alguns casos, por até R\$ 15, pagos depois que o telefone entra em operação. Foi essa redução de custos que criou condições para que amplas faixas da população, de menor poder aquisitivo, tivessem acesso a uma linha telefônica.

Evolução dos telefones públicos

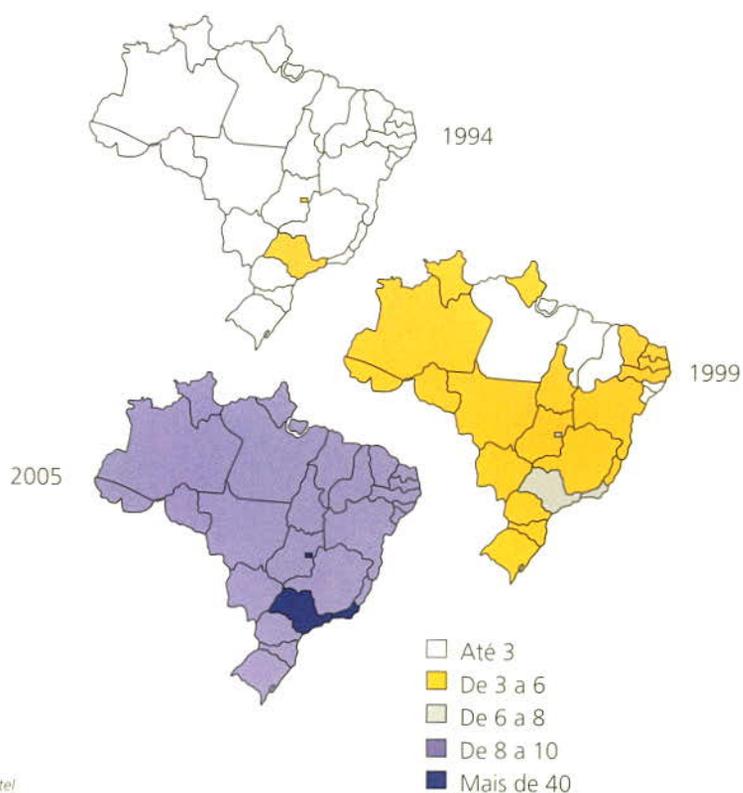
Milhares de aparelhos instalados, até agosto de 2002, no Brasil



Fonte: Anatel

Evolução da densidade do telefone fixo de uso público

Telefones por mil habitantes



Evolução do telefone celular

Milhões de acessos do serviço móvel celular, até agosto de 2002, no Brasil



Fonte: Anatel

A Lei Geral de Telecomunicações classificou os serviços de telecomunicações, quanto ao regime jurídico de sua prestação, em públicos e privados, de forma que o governo pudesse exigir das operadoras dos serviços em regime público obrigações de universalização e continuidade. Além disso, a Lei nº 9.998, de 2000, criou um fundo específico, denominado Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), tendo por finalidade proporcionar os recursos necessários aos objetivos da universalização e à continuidade da prestação dos serviços de telecomunicações.

O conceito de universalização adotado no Brasil foi o de possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviços de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, bem como a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público. O novo desafio de universalização são os serviços de transmissão de dados, nos quais o governo centra esforços para a universalização do acesso à internet para toda a população.

Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com o Plano Geral de Metas para Universalização de Serviço de Telecomunicações, contemplando, entre outros, os seguintes objetivos:

- Atendimento a localidades com menos de cem habitantes.
- Complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo.
- Implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, com condições favorecidas, em estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde.
- Implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, com condições favorecidas, instituições de saúde.
- Implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, com condições favorecidas, em estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação dos usuários.
- Redução das contas de serviços de telecomunicações, de estabelecimentos de ensino, e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar, em porcentuais maiores, os estabelecimentos frequentados por população carente.
- Instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas.
- Atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico.
- Implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública.

- Implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional.
- Fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes.
- Fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes
- Implantação da telefonia rural.

Qualidade dos serviços de telecomunicações

Um dos principais objetivos do processo de privatização das telecomunicações no Brasil foi a melhoria da qualidade dos serviços. Numa competição, com mais de uma empresa oferecendo as mesmas coisas, a elevação dos níveis de qualidade seria uma conquista natural. Além disso, com empresas de capital privado operando os serviços, haveria mais recursos financeiros e humanos para o alcance dos objetivos pretendidos.

Porém, em um ambiente privatizado, é necessária uma fiscalização eficiente exercida por uma agência especializada, que também teria o papel de regulamentar e outorgar licenças para prestação dos serviços. Para esse fim foi criada a Anatel, cujo objetivo é a busca permanente de uma melhor qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas outorgadas.

Na questão da qualidade dos serviços móveis, foi usada sistemática semelhante à adotada nos serviços fixos. Foram também firmados protocolos de compromissos com indicadores e metas a serem alcançadas em prazos definidos, e previsão de cobrança de multas pelo não-cumprimento.

Uma facilidade muito importante, oferecida aos usuários dos serviços móveis, foi o celular pré-pago, implantado a partir de dezembro de 1998. O modelo pré-pago já superou o serviço convencional e chegou, em dezembro de 2001, ao valor de 68% do total de acessos móveis.

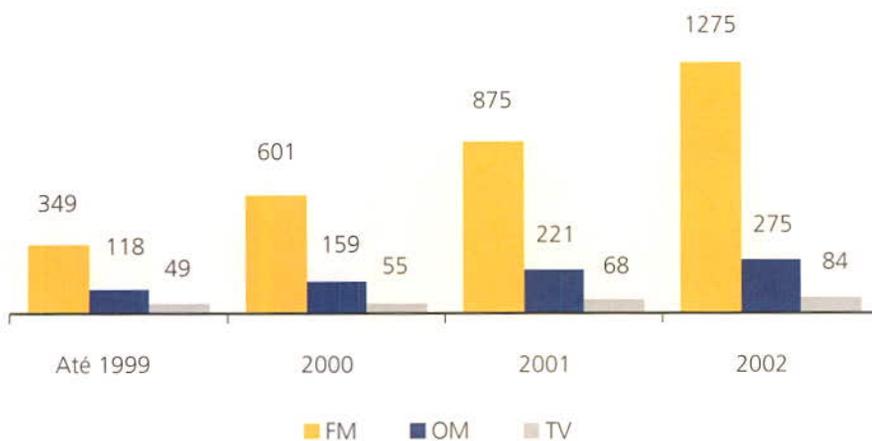
Rádiodifusão

Ao Ministério das Comunicações cabe as funções de formular e gerir as políticas do setor de rádiodifusão, bem como a regulação e regulamentação do setor, e a outorga da concessão ou permissão para exploração do serviço.

- Os avanços tecnológicos e a necessidade de modernização do setor, para atender à realidade socioeconômica do País reforçaram a exigência de uma nova disciplina legal para o uso dos meios de utilização da radiodifusão.
- A partir de 1995, foi iniciada uma reforma estrutural do setor, visando à democratização do acesso às concessões e permissões, à participação competitiva entre as empresas interessadas na execução do serviço e à observância do princípio constitucional da isonomia na seleção da proposta mais vantajosa para o Estado e para a sociedade.
- Para garantir que as permissões e/ou concessões fossem realizadas de forma transparente, em processo licitatório, o Ministério das Comunicações propôs, e foi editado, o Decreto nº 2.108, de 1996. Foram abertas novas licitações com os novos procedimentos. Os editais levaram em consideração fatores como a integração do País, principalmente para os municípios que não possuíam nenhum tipo de serviço de radiodifusão, e a criação de novos empregos, especialmente na fixação do homem na localidade do serviço. O gráfico, a seguir, apresenta como se dividem as 1.634 localidades abrangidas pelos 562 novos editais lançados a partir de 1997.

Novas licitações de rádios e TVs

Número de localidades abrangidas pelos editais de concessão e/ou permissão abertos desde 1997, no Brasil, para estações de rádio FM, OM e de TV



Fonte: Secretaria de Serviços de Radiodifusão/Ministério das Comunicações

- As localidades contempladas correspondem a 111.480.156 ouvintes e telespectadores, isto é, aproximadamente 65,7% da população brasileira. Afora esse fato, a metodologia aplicada pelo Ministério das Comunicações para concessão e/ou permissão de outorgas do serviço de radiodifusão tem alcançado grande êxito na classe empresarial, considerando o número de empresas participantes, aproximadamente 11 mil, ou seja, em média, sete concorrentes por localidade.
- Do valor mínimo previsto, R\$ 55,7 milhões para os oito lotes de editais desde 1997, já foi arrecadado o total de R\$ 182 milhões, ou seja, 227%, no universo de 40,5% das localidades já decididas, referentes aos editais liberados até 2002.
- A rádio Comunitária foi outra conquista de destaque. A lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária (Radcom), operado em frequência modulada de baixa potência e cobertura restrita. O Radcom é outorgado a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. Possui diversas finalidades, entre elas a divulgação e integração de elementos de cultura, lazer e convívio social da comunidade atendida, assim como a prestação de serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário.
- Para tornar o serviço disponível mais rapidamente à comunidade, foram editadas duas medidas provisórias e uma portaria ministerial. Isso permitiu ao Ministério das Comunicações emitir licença de funcionamento, em caráter provisório, para funcionamento das emissoras até a publicação do decreto legislativo. A partir de 1999, o Ministério das Comunicações adotou procedimentos para agilização da análise e decisão final dos processos, alcançando um total de 1.513 autorizações.
- Quanto às emissoras educativas, foram estabelecidas prioridades nas concessões e/ou permissões, considerando a importância das mesmas na formação educacional da comunidade, principalmente no que diz respeito aos programas com informações de cursos profissionalizantes. Acreditando no potencial da radiodifusão educativa, foram liberadas 137 emissoras de televisão e 284 emissoras em frequência modulada, durante o período compreendido de 1998 a 2002, totalizando 421 outorgas.
- A autorização de estações retransmissoras é outra atividade reforçada pelo Ministério das Comunicações. Com a finalidade de interiorizar e de estabelecer maior competição entre as empresas que exploram o serviço de televisão, foi editado o Decreto nº 3.965, de 10 de outubro de 2001, desburocratizando os procedimentos administrativos. Essas facilidades alcançaram um total de 3.874 estações retransmissoras autorizadas entre 1995 e 2002.

Evolução da radiodifusão no Brasil

Estações existentes em 1994 e as autorizadas de 1995 a 2002

Serviço	Até 94	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
OM	1.563		3		18	5	25	17	50	1.681
TV Educativa	19				5	10	20	45	38	137
TV Comercial	238				7	4	3	11	13	276
FM Educativa	54		1		28	25	48	41	87	284
FM Comercial	1.226		1		44	12	34	98	231	1.646
Radcom						78	467	459	509	1.513
RTV	6.173	4	1.837	63	256	507	307	279	621	10.047
Total para o ano	9.273	4	1.842	63	358	641	904	950	1.549	15.584

Fonte: Secretaria de Serviços de Radiodifusão / Ministério das Comunicações

- A liberação de novos serviços de radiodifusão comercial, educativa, de rádio comunitária e de retransmissão de televisão permitiu a criação de empregos diretos e indiretos, possibilitando a fixação do homem na sua cidade e o aquecimento da economia.

Empregos gerados com a expansão da radiodifusão no Brasil

Modalidade de serviço	Quantidade de outorgas	Empregos diretos por outorga	Empregos indiretos por outorga	Total de empregos	Investimento previsto (em R\$ mil)
TV	156	20	10	4.680	93.600
FM	650	10	5	9.750	97.500
OM	118	10	5	1.770	17.700
Radcom	1.513	3		4.539	23.000
RTV	3.874			28.487	328.800

Fonte: Secretaria de Serviços de Radiodifusão / Ministério das Comunicações

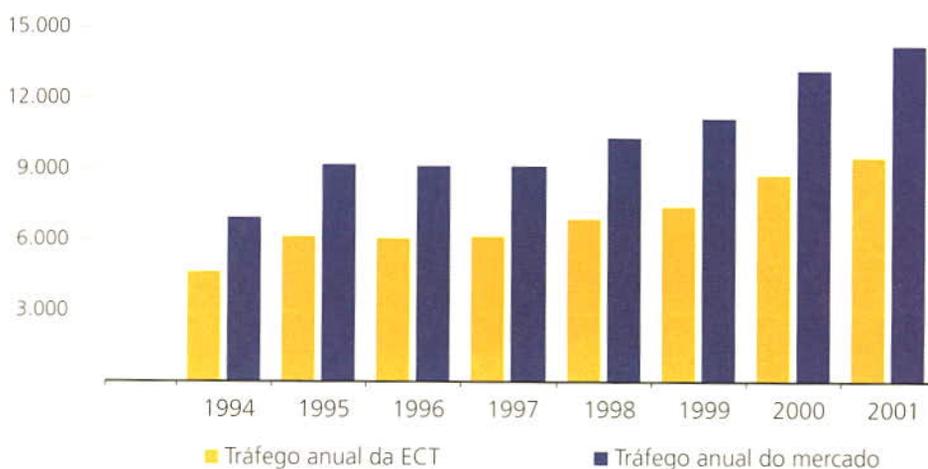
Serviços postais

Acompanhando a tendência de crescimento do tráfego mundial de objetos pelo correio, o setor postal brasileiro vem passando por um grande processo de transformação, desde 1995.

- No período de 1990 a 1994, somente a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), registrou um tráfego postal médio anual de 3,8 bilhões de objetos, saltando para 6,9 bilhões no período de 1995 a 2000. Em 2001, atingiu a marca de 9,6 bilhões de objetos postados.
- Para 2002, estima-se que a empresa distribuirá cerca de 10 bilhões de objetos. No período de janeiro a julho de 2002, foram distribuídos mais de 5 bilhões de objetos.
- O tráfego de objetos postais da ECT representa cerca de dois terços do volume do mercado postal brasileiro. Assim, nesse mercado circularia, atualmente, cerca de 14 bilhões de objetos.

Tráfego de objetos postais: o mercado brasileiro e a ECT

Em milhões de objetos



Fontes: ECT/Ministério das Comunicações

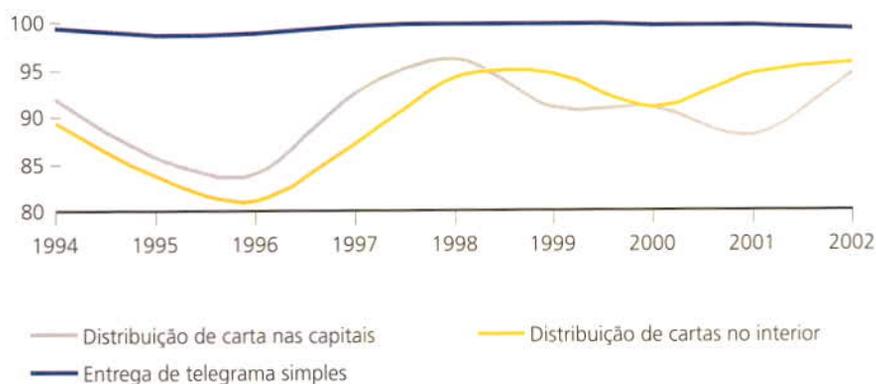
- Fator importante para a avaliação dos resultados alcançados pela empresa é a qualidade na prestação de seus serviços à população. Entre os diversos índices de acompa-

nhamento, está a distribuição de cartas nas capitais. Nesse item, o índice alcançado foi de 94,5% de objetos entregues no prazo, em julho de 2002.

- Também é importante a avaliação do desempenho da qualidade na distribuição de cartas para o interior, cujo índice alcançado, também no mês de julho de 2002, foi de 95,6%. Já o desempenho da entrega de telegramas simples, no mesmo período, atingiu o índice de 99,2%.

Cartas e telegramas no prazo: um serviço de qualidade

Porcentagem de objetos entregues no prazo, nas capitais e no interior



Fonte: ECT

- Todos os 5.561 municípios brasileiros foram dotados de atendimento postal desde janeiro de 2000, o que refletiu-se no aumento do número de objetos enviados por habitante. No início da década de 90, cada brasileiro respondia por 23 envios de objetos postais por ano. Ao iniciar-se o novo milênio, essa média já era de 56 envios por cidadão, significando um incremento de 143%. Para o ano 2002, a expectativa é que esse número chegue a 57 objetos postados por ano.
- Outra iniciativa de destaque é a instituição da Caixa Postal Comunitária (CPC). O serviço de CPC leva a uma parcela maior da população o serviço de distribuição de remessas postais, onde a entrega pelo carteiro se mostre inviável. Também permite a prestação desse serviço a custos mais baixos. Até junho de 2002, foram instaladas 454.602 CPCs, sendo 223.442 na área metropolitana e 231.160 na área rural. Essas

CPCs instaladas atendem uma população de 2.009.861 indivíduos nas regiões metropolitanas e 2.079.284, nas zonas rurais, totalizando 4.089.145 pessoas atendidas.

- Embora a lista de produtos da empresa seja composta por uma ampla família de serviços (como encomenda, expresso, marketing direto e telemático, entre outros), a carta tem uma importância enorme na participação do volume total de objetos trafegados no setor postal. É um instrumento de correspondência que, apesar de todos os avanços tecnológicos atuais, ainda constitui-se na forma mais econômica e acessível de comunicação para a sociedade. Considerando-se as postagens de carta simples, carta e cartão resposta comercial e impresso, no período de 1994 a 2001, o aumento no volume de objetos foi da ordem de 169%.



- Em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a ECT desenvolve anualmente uma megaoperação para a distribuição de livros didáticos para todas as escolas públicas do País. No período de 1994 a 2002 foram mais de 815 milhões de livros didáticos.

- Considerado o maior do mundo na área, o Programa Nacional do Livro Didático entregou 115 milhões de livros a cerca de 32 milhões de alunos de 164 mil escolas, no ano de 2001. Pela primeira vez, os livros foram recebidos nas escolas, em todo o País, no ano anterior ao período letivo a que se destinavam. Essa gigantesca operação rendeu à ECT o prêmio *World Mail Awards*, conferido pela Triangle Consulting, por ter realizado, com sucesso, a maior operação logística do mundo.
- A ECT lançou no Ceará, em 1995, o projeto Carteiro Amigo, para o incentivo ao aleitamento materno por meio de divulgação de informações educativas pelos carteiros. Em 1999, a experiência foi estendida a todos os estados do Nordeste, mobilizando 3.264 carteiros que distribuíram folhetos a cerca de 315 mil famílias. Diante do êxito obtido, no ano 2000 o projeto foi expandido para as Regiões Norte e Centro-Oeste e, a partir de outubro de 2001, foi ampliado para todo o Brasil.
- A fim de atingir as cidades que não possuem agências bancárias e contemplar, principalmente, a população de baixa renda e das áreas rurais, foi criado o Banco Postal. Inicialmente, o projeto previa abrir unidades apenas nos 1,8 mil municípios brasileiros sem agência bancária. Com a nova configuração, deve beneficiar uma larga faixa dos 45 milhões de brasileiros das classes C, D e E, hoje excluídos do sistema financeiro, reforçando o conceito de cidadania e inclusão social.
- Em 2002, até julho, foram implantadas 1 mil agências do Banco Postal, que responderam com 150 mil contas abertas e 2 milhões de transações. Ainda para 2002 estão previstas mais 2 mil agências, chegando a 5,3 mil unidades até o fim de 2003.
- A instalação de terminais de acesso público à internet nas agências de correios é outra ação de grande relevância. O objetivo é dar suporte ao esforço do Governo Federal para a inclusão digital e o fornecimento gratuito de endereço eletrônico, mediante cadastramento prévio de informações pessoais, oficiais e comerciais. Está prevista a instalação de 727 terminais de acesso gratuito à internet no ano de 2002.
- A parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a distribuição pela ECT de Títulos de Domínio da Reforma Agrária, também vem sendo bem-sucedida. Mais de 10 mil documentos já foram entregues aos beneficiários do programa. Para dar maior rapidez e transparência ao processo de liberação de lotes de terra, em novembro de 2000 foi firmado novo convênio para o recebimento, nas agências dos correios, de formulários de pré-cadastro de candidatos ao Programa de Acesso Direto à Terra. Até outubro de 2002, foram recebidos mais de 900 mil formulários.

- Para estimular as exportações das pequenas e médias empresas, foi criado o serviço Exporta Fácil Brasil – Correios, que facilita os processos operacionais e alfandegários, mediante a remessa de pacotes de até 30 quilos para mais de 200 países, no valor máximo de US\$ 10 mil. Em 2001, foram efetuadas 6.745 remessas para o exterior, no valor total de R\$ 8,7 milhões. Já em 2002, até julho, foram efetuadas 5.499 remessas para o exterior, no valor de R\$ 8,6 milhões. A estimativa para 2002 é alcançar 13 mil remessas, o que representará um incremento em torno de 90% em relação ao ano de 2001.

Desenvolvimento e comércio exterior

A força para competir no mercado internacional

A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA, NOS ÚLTIMOS OITO ANOS, PASSOU POR DUAS FASES distintas. A primeira foi a de abertura comercial do mercado interno às importações. A segunda é marcada pela prioridade dada às exportações.

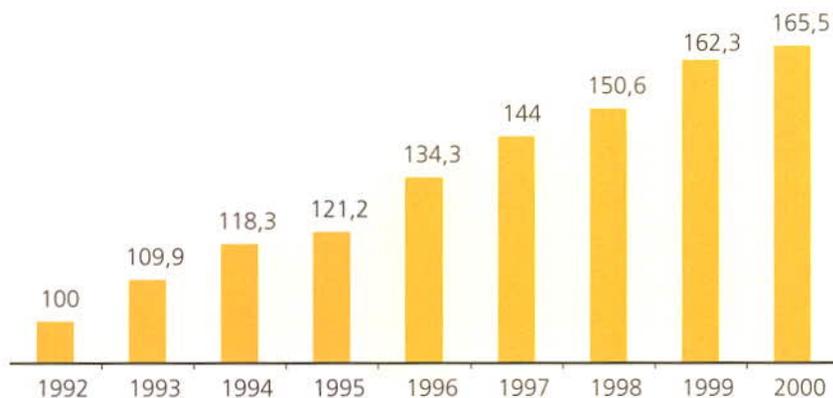
A abertura às importações foi um dos instrumentos de controle de preços e do êxito do Plano Real. A maior penetração de bens importados propiciou o aumento da concorrência e a queda dos preços internos. Em 1993, nossa tarifa média de importação era 16,5%. Em 1995, com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum no âmbito do Mercosul, a média foi reduzida para 12,5%. Hoje, encontra-se em 11,8%.

O choque de competitividade provocado pela desgravação tarifária, além de propiciar o controle da inflação, favoreceu o aumento da produtividade. As empresas brasileiras tiveram que se modernizar e se tornar mais eficientes para competir com produtos importados. Como resultado desse esforço, a produtividade da indústria cresceu, de 1992 a 2001, a uma taxa média de 5,7 % ao ano. Hoje, vários setores da economia brasileira têm força para competir no mercado internacional.

A abertura da economia trouxe, ainda, um volume crescente de investimentos externos. Mais de cem bilhões de dólares ingressaram no Brasil no âmbito do processo de privatização. Mais do que isso, nos últimos quatro anos, o Brasil foi o segundo país em desenvolvimento – depois da China – a receber investimentos diretos.

Produtividade

Produtividade da Indústria por hora
Crescimento médio no período: 5,7% ao ano



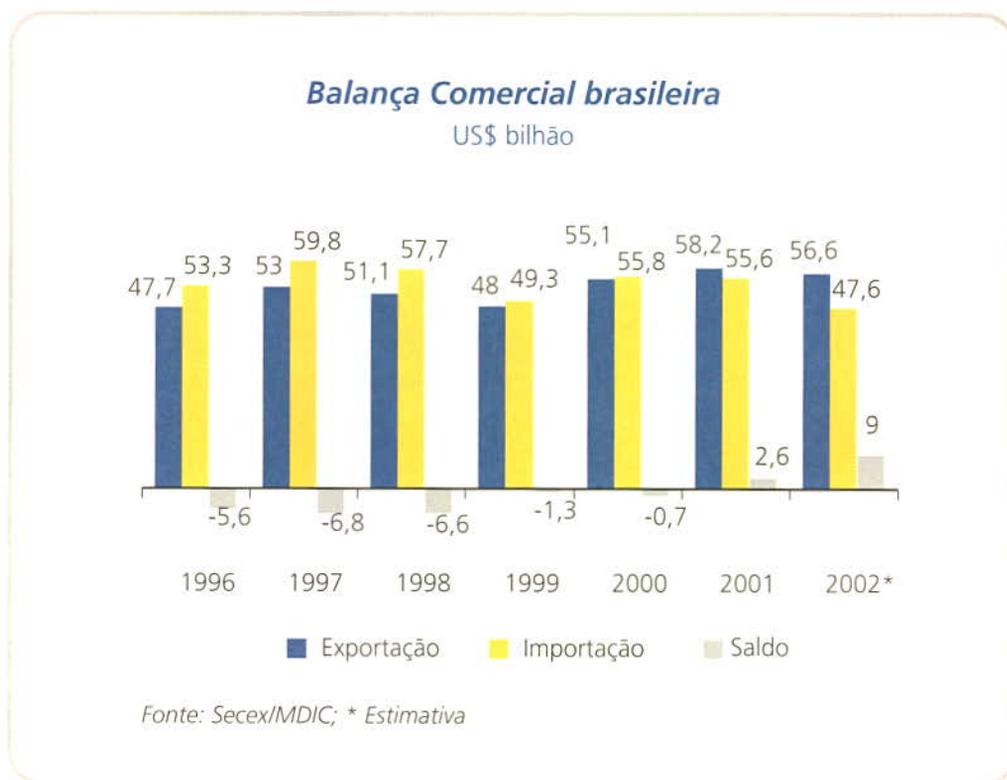
Fonte: Banco Central

A primeira fase da integração do Brasil à economia mundial deu-se sob o impulso das importações e dos investimentos diretos. Hoje, a ênfase se desloca, progressivamente, para as exportações e para a internacionalização da empresa brasileira. As importações e os investimentos diretos continuam importantes. Mas o Brasil precisa exportar cada vez mais para reduzir o déficit em conta corrente, o que contribuirá para a redução do Risco Brasil e da taxa de juros, permitindo, portanto, gerar mais crescimento. Ao mesmo tempo, a presença de empresas brasileiras no exterior contribuirá para alavancar exportações, agregar valor ao produto brasileiro e, assim, ampliar a receita de exportações, o lucro da empresa brasileira e o salário do trabalhador. O grande desafio do Brasil no início do século 21 é a competitividade e, para enfrentá-la, estamos nos preparando. A Balança Comercial brasileira já começou a apresentar resultados positivos.

Não se trata, apenas, de exportar mais, mas sim de exportar melhor, com maior agregação de valor. O aumento da competitividade significa, antes de tudo, a adoção de políticas macroeconômicas adequadas. Mas requer, também, políticas setoriais para melhorar a qualidade, a incorporação tecnológica, o design, o marketing, o ingresso nos canais de distribuição, o aumento da agregação de valor.

Em suma, uma agressiva política de promoção de exportações e uma política industrial moderna, com base em quatro vertentes: redução do custo de produzir e de expor-

tar; remoção das barreiras para exportação; uma agressiva política de promoção do produto brasileiro e uma política industrial moderna.



Redução de custos

Para reduzir custos é necessário melhorar as condições de financiamento para o exportador, promover a desoneração tributária dos bens destinados ao exterior e diminuir a burocracia. Nesse sentido, o governo tomou diversas medidas importantes, tais como a instituição do Proex, a eliminação do PIS/Cofins sobre produtos exportados e a simplificação dos procedimentos de exportação e importação com o Siscomex.

Financiamento às exportações

- O Programa de Financiamento às Exportações (Proex), as linhas de crédito do BNDES-Exim (Pré-Embarque, Pré-Embarque Especial e Pós-Embarque) e a criação, em 1997, da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) representam importantes instrumentos de crédito para potencializar as vendas de empresas brasileiras no exterior.

- O Proex visa oferecer maior competitividade às empresas na comercialização de seus bens e serviços, proporcionando condições de financiamento às exportações equivalentes às do mercado internacional. No período de 1999 a 2001, o Proex desembolsou recursos da ordem de US\$ 2,4 bilhões, nas modalidades Financiamento e Equalização, destinados a apoiar as exportações brasileiras.
- Cabe destacar o crescimento da base de exportadores, com maior inserção de pequenas e médias empresas no segmento exportador. As empresas de pequeno e médio portes participaram da modalidade Financiamento com 27,5% do total das exportações, ao amparo do Proex no período de 1999 a 2001.
- Foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE), em meados de 1997, sob a forma de sociedade anônima. O novo modelo de seguro de crédito utiliza recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), sendo um mecanismo estratégico para o incremento das exportações brasileiras, notadamente para as micro e pequenas empresas, por ter criado oportunidade para que esse segmento pudesse atingir o mercado internacional.
- No período de 1998 a 2001, foram concretizadas 125 operações, no total de US\$ 390 milhões, possibilitando a alavancagem de US\$ 450 milhões em exportações de bens e serviços nacionais. No mesmo período, foram arrecadados prêmios no montante de R\$ 38,9 milhões e pagas indenizações no total de R\$ 1,2 milhão.
- Houve elevação dos percentuais de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação de 85% para 90% no Risco Comercial e de 90% para 95% no Risco Político e Extraordinário.
- O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) dispõe de linhas de crédito para atender ao setor exportador nacional: as modalidades Pré-Embarque, Pré-Embarque Especial e Pós-Embarque. Essas linhas objetivam contribuir para a expansão e a viabilização das exportações de produtos manufaturados nacionais, em especial bens de capital com longo ciclo de fabricação e projetos de serviços realizados no exterior.
- Foram desembolsados, nas linhas de financiamento do BNDES, no período de 1999 a agosto de 2002, cerca de US\$ 10,3 bilhões, destinados a apoiar as exportações de bens e serviços nacionais.
- Encontra-se em desenvolvimento no BNDES uma linha de crédito inovadora, destinada a apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, com apoio à implantação de investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, que promovam o incremento das exportações do País. Poderão ser financiadas as exportações de bens e serviços, a realização de investimentos fixos no exterior e a capitalização de empresas por meio da subscrição de valores mobiliários.

- Os financiamentos à exportação já representam mais de 25% dos desembolsos do BNDES – até agosto de 2002, superaram US\$ 2,5 bilhões.

Reforma tributária

Com a promulgação da Lei Complementar nº 87, de 1996, mais conhecida como Lei Kandir, o Brasil deu um passo adiante no sentido da desoneração plena das exportações, ao eliminar a incidência do principal tributo brasileiro, o ICMS, sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados. No entanto, as dificuldades encontradas para avançar na direção de uma ampla reforma do sistema tributário brasileiro, bem como a necessidade de promover mudanças importantes para o atendimento das metas do ajuste fiscal, acarretaram novos problemas que demandavam providências adicionais para sustentar a desoneração das exportações e aumentar valor agregado da pauta de exportações brasileiras.

Assim, as iniciativas recentes voltadas para a desoneração das exportações concentraram-se em três frentes complementares:

- Aperfeiçoamento do mecanismo utilizado para compensar os exportadores pela incidência cumulativa do PIS/Cofins nas etapas de produção que precedem as vendas ao exterior, mediante alteração da fórmula de cálculo do crédito presumido de IPI, estendendo para 18,5% a dedução máxima permitida em função de custos de aquisição de matéria-prima, bens intermediários, material de embalagem, energia elétrica e combustível adquiridos no mercado doméstico.
- Redução gradativa da cumulatividade das contribuições incidentes sobre o faturamento das empresas, mediante negociação de projeto de lei que estabelece a adoção imediata de uma regra não cumulativa de incidência aplicada à cobrança do PIS e sua posterior extensão à Cofins, tendo em vista eliminar as distorções que não apenas prejudicam as exportações, mas também acarretam dificuldades para os produtores brasileiros competirem no mercado doméstico com produtos importados.
- Encaminhamento de proposta de solução para a acumulação de créditos de ICMS originados em função de operações de exportação, principalmente quando a acumulação desses créditos resultam de operações interestaduais, com o objetivo de derrubar barreiras que restringem as possibilidades de obtenção de taxas mais elevadas de crescimento das exportações brasileiras.

Com a edição da Medida Provisória nº 66, de 2002, que retira a cumulatividade do PIS e estabelece a posterior extensão da mesma regra à Cofins, um passo importante foi dado na direção da modernização tributária requerida para aumentar a competitividade

de de nossas exportações e para eliminar a vantagem que o produto importado desfruta no mercado doméstico. A isso se soma a iniciativa de introduzir, nas negociações em curso voltadas para a prorrogação das mudanças introduzidas na Lei Kandir, solução para o problema da acumulação de créditos tributários de ICMS, decorrentes de vendas no mercado externo, o que concluiria as mudanças tributárias que visam apoiar o esforço de incremento do volume e da qualidade das exportações brasileiras.

Desburocratização

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) recebeu, em 2001, novas competências e deixou de ser um colegiado consultivo e de decisões políticas, para receber funções executivas.

O objetivo do novo formato foi investir numa atuação cada vez mais coordenada dos vários órgãos oficiais relacionados com o comércio exterior, permitindo a adoção de decisões ágeis sobre temas relevantes, como as questões tributárias, financiamento, infra-estrutura e procedimentos burocráticos.

O turismo, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, foi incluído entre as matérias de competência da Camex.

Entre os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Gestão da Camex podem ser assinaladas as seguintes ações, implementadas no decorrer deste ano:

- aprovação de pleitos para desoneração de investimentos em bens de capital, informática e telecomunicações no País;
- aprovação de legislação permitindo a importação e a venda de mercadoria nacional em lojas francas (*duty free* dos aeroportos);
- implantação do Programa Especial de Exportação de Serviços (PEE-Serviços) para estimular a venda internacional de serviços por empresas brasileiras. O setor de serviços responde por 60% do PIB brasileiro e, em 1999, atraiu 74% dos investimentos estrangeiros diretos realizados no Brasil;
- aprovação de iniciativas para incremento do turismo receptivo, tais como: aperfeiçoamento dos procedimentos da Polícia Federal no ingresso e saída de turistas, incluindo treinamento de agentes federais e melhor preparação para tais funções nos aeroportos;
- ampliação do orçamento do Proex (Financiamento) em 10%, correspondente, em valor, a R\$ 98 milhões implementado em julho de 2002;
- aprovação de regulamentação do regime aduaneiro de *drawback* para a exportação de produtos de cultivo e criação animal;
- aprovação do decreto que define *cachaça* como denominação de origem de aguardente-de-cana produzida no Brasil, permitindo que o produto nacional possa se proteger no exterior mantendo suas marcas;

- aplicação dos instrumentos de defesa contra práticas desleais de comércio de outros países que causam prejuízos graves a setores da economia nacional;
- prorrogação da alíquota de 0% para medicamentos até 31/12/2002 (Resolução Camex nº 18, de 30/7/2002);
- apoio às ações empreendidas no sentido de promover o combate intensivo à pirataria no tocante a direitos de propriedade intelectual;
- intensificação das negociações de acordos comerciais, especialmente na América Latina e União Européia;
- coordenação de posições governamentais em temas relevantes de interesse brasileiro no âmbito do Mercosul;
- aprovação de regulamentação que restabelece benefício fiscal que permite a reposição, mediante importação em regime de *drawback* isenção, de matéria-prima nacional utilizada na fabricação de bens já exportados.

Siscomex

- A implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), em 1993, possibilitou a utilização, pelo Governo Federal, da tecnologia da informação para a redução da burocracia, a racionalização de custos e a integração dos diversos agentes do comércio exterior brasileiro.
- Inicialmente, foi implantado o módulo Exportação e, em 1997, o módulo Importação. Em 2001, o Siscomex incorporou uma nova função – o módulo Drawback Eletrônico, para facilitar a utilização de mecanismo para importação de insumos vinculada à posterior exportação.
- Em 1998, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em parceria com o Banco Central, desenvolveu e implantou o Registro de Exportação Simplificado (RES) para facilitar o processamento de operações de exportação de até US\$ 10 mil. Ao documento, conjugou-se a contratação cambial pelo sistema de câmbio simplificado, instituído na mesma época pelo Bacen. Posteriormente, houve a implantação do despacho eletrônico simplificado pela Secretaria da Receita Federal e da modalidade Exporta-Fácil pelos Correios.
- Em 1999, foi iniciado o processo de revisão e de modernização do Siscomex/Exportação, com a atualização da legislação.
- A articulação entre a Secex e a Secretaria da Receita Federal tornou possível a implementação de documentos simplificados de importação e exportação, o que elevou a 100% o processamento eletrônico por meio do Siscomex, que hoje contempla todas as transações comerciais e aduaneiras do País.

- Desde sua implementação, o Siscomex promoveu profunda mudança no processamento administrativo do comércio exterior brasileiro. Foram eliminados diversos documentos utilizados no licenciamento das exportações e importações, despacho aduaneiro das mercadorias e da contratação de câmbio, o que contribui para a redução dos custos administrativos de todos os agentes do processo.
- Atualmente, mais de 90% das operações registradas são validadas automaticamente e cerca de 85% das empresas encontram-se interligadas diretamente ao Siscomex.
- Entre as vantagens conferidas pelo Siscomex às operações de comércio exterior estão as reduções de custos, de tempo e da redundância de dados e controles, além da acessibilidade e capilaridade no acesso.
- Encontram-se integrados ao Siscomex quase 20 órgãos federais, além de aduana, bancos autorizados a operar em câmbio, depositários e empresas transportadoras.

Simplificação de procedimentos para exportar

Permanentemente, o MDIC busca simplificar regras, por meio de atos normativos, e a sistemática administrativa, visando conferir maior competitividade às exportações brasileiras. São exemplos: a ampliação da lista de produtos e prazos para exportação em consignação e permissão para a concessão de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) nessas operações; a flexibilização dos controles de remessa ao exterior para pagamento de despesas administrativas, como armazenagem, fretes, impostos no país de destino, serviços de reparos ou perícias e a antecipação da gratuidade na obtenção de Certificado de Origem pelas micro e pequenas empresas.

Módulo Drawback Eletrônico

O Módulo Drawback Eletrônico permite a análise automática dos pedidos e o acompanhamento das concessões, reduzindo o processamento manual e aumentando o nível de segurança no acompanhamento das operações. Tem reflexos sobre os ganhos operacionais e financeiros dos usuários graças à extinção dos diversos documentos exigidos pela antiga sistemática e a automatização quase completa dos processos de análise, acompanhamento e baixa. O módulo funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. Essas medidas reduziram os documentos necessários à internação de mercadorias com vistas à exportação. Com a adoção da modalidade eletrônica, apenas com a informação de dados em um único registro no Siscomex, governo e exportadores passam a ter um acompanhamento completo das operações. Assim, o módulo está contribuindo para ampliar a base exportadora brasileira.

Disseminação de informações sobre comércio exterior

- O MDIC tem feito um grande esforço para facilitar o acesso às informações de comércio exterior, mediante a divulgação das normas, procedimentos, estatísticas, estudos e análises relacionados ao tema. Para isso, dentre outros meios, mantém endereço na internet e publica informativo específico sobre o assunto, a fim de contribuir para uma melhor atuação do empresário na atividade de comércio exterior e estimular o engajamento de novas empresas na atividade.
- Em 1998, foi implantado o Núcleo de Informações de Comércio Exterior (Nucex), um centro de referência para coleta, formatação e disseminação de informações sobre comércio internacional. Entre suas funções, destaca-se a de dar orientação ao público sobre licenciamento de exportação e importação; defesa comercial; financiamento e seguro de crédito à exportação; barreiras técnicas e comerciais às exportações e acesso ao mercado internacional.

Portal do Exportador

(www.portaldoexportador.gov.br)

- Em novembro de 2001, foi lançado o Portal do Exportador, que concentra, em um único endereço, tudo o que é necessário saber para exportar. O portal permite o acesso eletrônico à legislação, aos sistemas, às estatísticas, aos órgãos e às entidades, aos acordos de comércio, aos calendários de feiras e exposições, aos diferentes trabalhos de pesquisa, e a cerca de 400 links de assuntos relacionados ao comércio exterior. Desde seu lançamento, conta com mais de 200.000 acessos.
- O portal dispõe de canal de comunicação direto entre os exportadores e os órgãos responsáveis pelo processo exportador, o *Fala o Exportador*, que possibilita o atendimento ao público com agilidade e qualidade, tendo recebido mais de 1.800 mensagens, enviadas de 25 unidades da Federação e de 20 países, o que atesta o sucesso dessa iniciativa.
- O portal oferece, ainda, o aprendizado interativo com enfoque no processo operacional, denominado Aprendendo a Exportar, que permite a simulação passo a passo, pelos usuários, de todas as etapas, registros e fluxos do processo de exportação.
- Outro serviço disponível é o Alice Web, sistema de estatísticas de exportação e importação do Brasil na internet. Trata-se de importante instrumento de apoio à tomada de decisões na área de comércio exterior, por permitir a pesquisa, em base mensal,

por produto, por mercados, por unidade da Federação, por portos e por via de transporte. O Alice Web já conta com mais de 16.000 usuários do Brasil e do exterior que realizaram, desde seu lançamento, aproximadamente 100.000 acessos.

- Uma das novidades do Portal do Exportador é o lançamento da seção Canal Universitário, destinado ao público acadêmico, e que visa tornar-se um espaço para a veiculação de atividades acadêmicas relacionadas ao comércio exterior e relações internacionais, promovendo a integração entre estudantes e mercado.

Redução de barreiras

O Brasil é competitivo em muitos setores. Onde quer que amplie suas exportações, o País enfrenta barreiras de todo tipo, como se comprova pela tabela a seguir. Por isso, o Brasil tem de estar presente de forma ativa e agressiva em todas as mesas de negociação bilaterais e multilaterais para reduzir barreiras e garantir o acesso dos produtos e serviços brasileiros aos mercados internacionais, com destaque para o aperfeiçoamento do Mercosul, o bloco comercial da América do Sul, para as negociações Mercosul/Alca e Mercosul/União Européia e para os acordos com México e Chile.

Barreiras impostas aos produtos brasileiros Nos Estados Unidos		
Produto	Barreira	Comentários
Suco de laranja	Tarifa	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifa <i>ad valorem</i> equivalente a 63%
Álcool etílico	Subsídios	<ul style="list-style-type: none"> • Excise Duty de 50% • Produtores domésticos não pagam Excise Duty
Açúcar	Quota tarifária	<ul style="list-style-type: none"> • Tarifas extraquota entre 140 e 170% <i>ad valorem</i>
Fumo	Apoio aos produtores domésticos	<ul style="list-style-type: none"> • 75% do fumo utilizado na fabricação de cigarros norte-americanos deve ser produzido localmente • Tarifa intraquota equivalente a até 108,2% <i>ad valorem</i>. Tarifa extraquota de até 350% • Programas de ajuda emergencial aos agricultores norte-americanos: US\$ 129 milhões
Carne bovina	Falta de acordo sanitário	<ul style="list-style-type: none"> • Não há equivalência de processos de verificação sanitária • Não existe reconhecimento mútuo de áreas livres ou de baixa incidência de doenças

Têxteis	Quotas, tarifas altas e outras medidas	<ul style="list-style-type: none"> Tarifas <i>ad valorem</i> de 38% Subsídios à produção local correspondem a 150% dos preços internacionais
Metais e ferro-ligas	Medidas antidumping, direitos compensatórios e salvaguardas	<ul style="list-style-type: none"> Sobretaxas variam de 6 a 142%
Na União Européia		
Carne Bovina	Medidas sanitárias e fitossanitárias; tarifas altas; quotas tarifárias; subsídios; ajuda interna; OCM*	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa <i>ad valorem</i> equivalente a 114,52% Subsídio às exportações consolidado na OMC em 2000: € 1.259,2 milhão Ajuda interna da OCM em 2000: € 4.733 milhões
Frango	Tarifas altas; quotas tarifárias; subsídios; ajuda interna; OCM*	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa <i>ad valorem</i> equivalente a 46,25% Subsídio às exportações consolidado na OMC em 2000: € 1.259,2 milhão Ajuda interna do OCM para suínos, ovos e aves em 2000: € 236 milhões
Açúcar	Quota tarifária; subsídios; isenções concedidas a terceiros países; ajuda interna; OCM*	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa <i>ad valorem</i> equivalente a 66,39% Subsídio às exportações consolidado na OMC em 2000: € 497 milhões Ajuda interna da OCM em 2000: € 1.873 milhão
Fumo	Tarifas; ajuda interna; OCM*	<ul style="list-style-type: none"> Tarifas variam de 3 a 32% Ajuda interna da OCM em 2000: € 978 milhões.
No Japão		
Açúcar	Escalada tarifária	<ul style="list-style-type: none"> As alíquotas <i>ad valorem</i> variam de 118,03 a 344,72%
Frutas tropicais	Medidas sanitárias e fitossanitárias	<ul style="list-style-type: none"> Proibição de importação sob alegação de incidência de mosca da fruta mediterrânea, mariposa Codling e outras pragas
Calçados	Tarifas altas	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa: 37,5% ou 4.425 ienes/par (o que for maior). Essas taxas cairão para 30% ou 4.300 ienes/par em 2002
Couro bovino	Quota tarifária	<ul style="list-style-type: none"> Importações intraquota sujeitas a tarifas entre 6,8 e 9%, e extraquota de 30%
Soja	Escalada tarifária	<ul style="list-style-type: none"> Tarifa para soja em grão é de 0% e para óleo de soja 20,7 ienes/kg

Fonte: Barreiras às Exportações Brasileiras (Secex, 2001); Tarifa Européia (EU/OMC – Lista Consolidada); (*) OCM – Organizações Comuns de Mercado (políticas setoriais específicas financiadas pelo Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, mesmo fundo que financia a PAC – Política Agrícola Comum)

Acesso a mercado de bens

Alca

- Na escala da integração hemisférica, o Brasil participa, em consonância com os sócios do Mercosul, das negociações entre 34 nações para estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para ser concluída em 2005.
- Trata-se de projeto de grande amplitude, com profundas implicações para o futuro da economia brasileira, razão pela qual as negociações vêm sendo conduzidas em estreita coordenação com representantes do setor privado nacional e da sociedade civil.
- Os trabalhos vêm sendo desenvolvidos em diversos grupos de negociação, prevendo-se que as ofertas negociadoras, para bens, serviços, investimentos e compras governamentais, sejam apresentadas no período de 15 de dezembro de 2002 a 15 de fevereiro de 2003.

União Européia

- Paralelamente, o Mercosul vem desenvolvendo negociações com a União Européia, a fim de estabelecer uma zona de livre comércio inter-regional, compreendida como importante iniciativa de caráter político e econômico no contexto dos processos de integração em curso.
- A conclusão dessas negociações deverá coincidir com aquelas do âmbito hemisférico e as da OMC em 2005. As ofertas de bens e serviços foram apresentadas em caráter preliminar e os dois blocos estão aprofundando as negociações com vistas a aproximar posições nos pontos de maior interesse comercial. Também neste caso, consultas e trabalhos de avaliação são realizados em estreita colaboração com o setor privado.

Chile

- Em 1996 foi firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 35 entre o Mercosul e o Chile, visando à conformação de uma área de livre comércio entre as partes, mediante redução anual das tarifas de importação para quase todo o universo tarifário. Em 2002, concluíram-se negociações de aprofundamento do Acordo pelo Brasil e pelo Chile, que estabeleceu condições mais favoráveis para o comércio entre os dois países.
- O acordo amplia quotas e reduz tarifas para diversos produtos de interesse exportador brasileiro, como carne suína, aves, café solúvel, automóveis e veículos comerciais leves, caminhões, ônibus e chassis com motor, além de autopeças. Também beneficia

o setor químico e o de bebidas. No dia 4/7/2002, foi firmado um Protocolo entre Brasil e Chile, no setor automotivo, que prevê cotas crescentes e mercado livre para o ano 2006.

México

- Setor automotivo: ao amparo de Acordo-Quadro, subscrito pelo Mercosul com o México, foram concluídas negociações bilaterais que, incorporadas ao Acordo de Complementação Econômica nº 53, regulam preferências no comércio do setor, assim resumidas:
- Automóveis e veículos comerciais leves – O Brasil poderá exportar 140.000 veículos com alíquota residual de 1,1% no primeiro ano de vigência. A partir do segundo ano, as tarifas caem a zero e as quotas se elevam até atingir o comércio livre a partir do quinto ano. Há também preferências tarifárias para caminhões e chassis.
- Autopeças – As autopeças terão preferência recíproca de 100%, sem restrições quantitativas, desde que observadas as regras de origem estabelecidas.
- Demais setores – Foram concluídas as negociações entre Brasil e México para produtos em geral, que beneficiam, nesta primeira etapa, cerca de 800 produtos, dentre os quais soja, pimenta, máquinas, etc. As preferências tarifárias fixas variam entre 20 e 100% e o acordo vigora até que seja substituído pelo Acordo de Área de Livre Comércio, a ser subscrito entre o Mercosul e o México.
- Após as implementações nos ordenamentos jurídicos das Partes dos Acordos de Complementação Econômica nºs 53 e 55 (que registram as preferências acordadas reciprocamente) e, a partir da instalação da Comissão Administradora dos citados acordos, estima-se retomar as negociações para incorporação de novos produtos, inclusive com a expectativa de se avançar para a formatação de um acordo de área de livre comércio.

Mercosul

- Setor automotivo: a Política Automotiva do Mercosul (PAM), firmada em dezembro de 2000, encontra-se em fase de aperfeiçoamento e já prevê a implementação de um mercado livre na intrazona precedido de um período de transição com abertura progressiva do comércio entre os países sócios. Diretrizes da PAM: proibição de importação de veículos usados; redução de impostos de importação para as autopeças destinadas à produção; aplicação de regulamentos técnicos harmonizados e regra de origem.

- O Acordo Bilateral Brasil e Argentina, que compõe a PAM, foi revisto e assinado pelos dois países no dia 26 de setembro de 2002. O ponto mais importante dessa revisão foi o aumento da margem de flexibilização do comércio administrado, o que permitirá um maior fluxo de produtos automotivos entre os dois países.

Comunidade Andina

- As negociações para o acordo de área de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina foram retomadas em abril de 2001, dando-se seguimento aos entendimentos em agosto de 2002, e deveram ser concluídas até o final de 2002.

Cuba

- Com a adesão plena de Cuba à Aladi, foi assinado o Acordo de Complementação Econômica nº 43, entre Brasil e Cuba. Como resultado de negociações realizadas em novembro de 2000 e implementadas por meio do Primeiro Protocolo Adicional, subscrito em janeiro de 2001, foram incorporadas preferências para novos produtos e ampliadas, a 100%, as preferências anteriormente estabelecidas.

Acesso a mercados em serviços

Negociações internacionais

- O Brasil participa das negociações em serviços nos foros do Mercosul, Alca, Mercosul-União Européia e OMC. No âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC (Acordo GATS), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) elaborou pedidos a mercados de tradicional interesse brasileiro (como EUA, União Européia e Japão), assim como economias com grande potencial para absorver exportações Brasileiras (como China, Índia, Canadá, Coréia, Austrália e México), em setores que já exportam ou que apresentam potencial de exportação, tais como: informática, postais, de courier, audiovisuais, construção e engenharia correlatos, profissionais relacionados à construção (arquitetura, engenharia, integrados de engenharia, paisagismo e planejamento urbano), distribuição, turismo e viagens.
- Paralelamente a esses pedidos brasileiros, o MDIC vem identificando barreiras ao comércio tanto de bens como de serviços e publicou, em 2001, um levantamento sobre Barreiras Externas às Exportações Brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia. Esse trabalho, que está sendo estendido para outros mercados, tem o objetivo de fornecer ao governo e ao setor privado, informações a serem utilizadas

nos diversos foros negociadores, buscando a eliminação dessas barreiras em mercados e setores de interesse exportador para o Brasil.

- Além do GATS, o Brasil é signatário do Protocolo de Montevideu, que regula o comércio de serviços no Mercosul. Também negocia futuros capítulos sobre o comércio de serviços no contexto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e de um acordo de livre-comércio com a União Européia.

Programa Especial de Exportações de Serviços

- A fim de incrementar as exportações brasileiras de serviços, a Câmara de Comércio Exterior lançou, no dia 28 de junho de 2002, o Programa Especial de Exportações do setor (PEE-Serviços), no qual governo e iniciativa privada estão trabalhando em parceria para o estabelecimento de uma política de exportação para o setor. O programa pretende organizar os diversos subsetores de serviços e estimular a participação de lideranças empresariais no processo exportador, ampliando o acesso brasileiro a mercados internacionais de serviços.

Defesa comercial

- Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a conseqüente institucionalização das relações comerciais entre os países signatários, as violações aos dispositivos desses acordos passaram a ser passíveis de sanções, mediante a aplicação de medidas antidumping, compensatórias ou de salvaguardas.
- No Brasil, os acordos resultantes da Rodada Uruguai de Negociações Multilaterais do GATT foram aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgados pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, com que foram incorporados ao ordenamento jurídico do País.
- Além disso, com a abertura comercial e o conseqüente aumento da concorrência internacional, tornou-se imprescindível a existência de um eficiente sistema de defesa da indústria doméstica, como forma de eliminar o dano eventualmente causado por práticas desleais ou surtos de importações.
- Nesse contexto, foi criado, em 1995, o Departamento de Defesa Comercial (Decom), no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com a atribuição de executar todas as tarefas inerentes à área de defesa comercial. Além da condução das investigações contra práticas desleais de comércio, cabe ao Decom recomendar a aplicação das medidas antidum-

ping, compensatórias e de salvaguardas, acompanhar as discussões relativas às normas e à aplicação dos Acordos de Defesa Comercial junto à OMC, participar em negociações internacionais relativas à defesa comercial e prestar assistência à defesa do exportador objeto de investigações abertas por terceiros países contra exportações brasileiras.

- Os Acordos Antidumping sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e sobre Salvaguardas foram regulamentados, ainda no ano de 1995, por meio do Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995, relativo à aplicação de medidas de salvaguarda; do Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, referente à aplicação de medidas compensatórias, e do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, relativo à aplicação de medidas antidumping.
- Outro instrumento importante de divulgação é o Relatório Decom. Elaborado anualmente, desde 1998, tem o objetivo de prestar contas das atividades desenvolvidas na área de defesa comercial, conferindo-lhes transparência e publicidade. O relatório fornece um quadro minucioso das atividades realizadas, especialmente acerca das etapas das investigações e revisões, sendo divulgados dados sobre todas as medidas aplicadas e as estatísticas sobre as investigações efetuadas: por tipo de medida, por produto e por país afetado. No que tange aos interesses dos exportadores brasileiros, são apresentadas informações sobre as investigações realizadas no estrangeiro e as medidas aplicadas contra exportações brasileiras.
- No período de 1995 a 2001, foram iniciadas 108 investigações, sendo 105 relacionadas a casos de dumping, duas a salvaguardas e uma a subsídios. Nesse período, foram encerradas 63 investigações com a aplicação de medidas definitivas e seis com compromissos de preços.

Barreiras Técnicas

Sistema de Informação sobre Barreiras Técnicas

- O MDIC celebrou convênio com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) para implementação do Sistema de Informação sobre as Barreiras Técnicas enfrentadas pelos exportadores brasileiros. O sistema consiste na formação de uma rede de colaboradores nas associações, sindicatos e federações representativas do setor privado e na criação de um núcleo central de análise e tratamento das informações sobre barreiras técnicas. O objetivo do sistema é identificar as barreiras técnicas impostas sobre produtos brasileiros no exterior e permitir sua superação ou eliminação.

- A rede de colaboradores é responsável pelo contato direto com a empresa e pela realização de uma primeira análise dos dados para eliminar os casos em que certamente não está envolvida uma barreira técnica. Os casos que o colaborador considerar como uma barreira são encaminhados para o núcleo central que realiza a análise completa do caso. Em se verificando que se trata realmente de uma barreira, o caso é encaminhado ao Comitê Gestor do sistema, que se responsabiliza por tomar as providências necessárias para a eliminação ou superação da barreira.

Proteção da propriedade intelectual

- O Anexo 1C do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC), concluído em Marrakesh em 15 de abril de 1994 e em vigor desde 1º de janeiro de 1995, traz as disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (o Acordo Trips), o qual define um conjunto de obrigações mínimas, que, se não atendidas, podem levar a contenciosos, no âmbito do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, com possibilidades de sanções comerciais.
- Neste contexto, ao se encerrar o período de transição a que os países em desenvolvimento, membros da OMC, faziam jus para o atendimento às obrigações mínimas previstas no Acordo Trips, o Brasil notificou a sua legislação, em 2001, e vem buscando cumprir as suas obrigações, graças substancialmente ao Grupo Interministerial (Gipi), cuja existência foi ratificada através de Decreto s/n de 21 de agosto de 2001.
- Desde a sua criação, este grupo vem obtendo resultados importantes na adequação da legislação nacional, por meio de normas como a Lei da Propriedade Industrial, a Lei de Cultivares, a Lei de Programas de Computador e a Lei de Direitos Autorais, entre outras.

Política agressiva de promoção das exportações

Seu objetivo primordial é a abertura de mercados às nossas exportações. Dentre as principais medidas de promoção que visam ao incremento da qualidade e à diferenciação dos produtos brasileiros, destacam-se a ação da Apex, o desenvolvimento da Marca Brasil, o Programa Produtos Prioritários em Mercados Prioritários e as missões comerciais.

Agência de Promoção de Exportações (Apex)

- A Apex, criada por decreto presidencial de novembro de 1997, iniciou suas atividades em abril de 1998. Desde então vem desenvolvendo projetos de promoção das exportações em conjunto com diversas associações de classe, federações de indústrias estaduais, Sebrae e outras organizações representativas do segmento das empresas de pequeno porte, segundo orientações da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e do MDIC.
- A agência aprovou a execução de 277 projetos, envolvendo recursos no montante de R\$ 466,7 milhões, dos quais foi responsável pelo aporte de R\$ 209,2 milhões (44,84%).
- Atualmente se encontram em execução 157 projetos, envolvendo recursos no montante de R\$ 352,3 milhões, com a participação de R\$ 157,6 milhões, ou 44,7% de recursos da Apex.
- Esses projetos envolvem empresas de pequeno porte de diversos setores, desde o agronegócios até o segmento de alta tecnologia e serviços, passando por aqueles mais tradicionais, tais como calçados, confecções, móveis, entre outros. Em todos, a preocupação dominante da Apex é a agregação de valor.
- Durante esse período, pode-se destacar o apoio da Apex à participação de empresas brasileiras em mais de 800 feiras internacionais no Brasil e no exterior.
- A Apex busca o engajamento maciço de novas empresas no processo exportador, com uma significativa interiorização da atividade exportadora. Os projetos atingem 400 municípios e envolvem 6.000 empresas.
- Na avaliação do desempenho das exportações, os setores apoiados pela Apex alcançaram 13,9% de crescimento no período 2000/2001, enquanto as exportações globais brasileiras tiveram crescimento de 5,7% no mesmo período.

Marca Brasil

- O programa tem por objetivo promover o conceito Marca Brasil como instrumento de apoio aos esforços de exportações de bens e serviços no exterior. Nesse programa, será reconceituada a imagem do País e reposicionada a visão de qualidade de seus produtos, principalmente daqueles que tenham valor agregado, disputando mercados com concorrentes no exterior.
- Embora o Brasil seja visto de maneira positiva no cenário mundial, devemos agregar atributos de qualidade, eficiência e confiabilidade necessários para garantir a competitividade do produto brasileiro.

- Foi contratada empresa de marketing para definir e implementar o programa, inicialmente em dez países considerados prioritários.
- Dessa iniciativa constam ações de divulgação, visita de formadores de opinião, tratamento de matérias relacionadas com formadores de opinião pública, treinamento de nossos parceiros no exterior, avaliação periódica de resultados, participação objetiva e conjunta em eventos de desenvolvimento comercial e ações de merchandising em novelas para veiculação no estrangeiro, entre outras.

Brasil Premium

- O programa Brasil Premium visa criar e fortalecer a imagem do Brasil como produtor de bens globalizados, identificando, por meio de critérios técnicos, produtos brasileiros que, por excelência em termos de qualidade, design, tecnologia, estejam aptos a se enquadrar como produtos globais servindo de referência para os demais produtores brasileiros de bens exportáveis.
- Com a realização do primeiro ciclo de premiação em 2001, o Brasil Premium difundiu 5.000 exemplares do Manual de Candidatura e Seleção de Produtos, que é um grande *check list* de boas práticas para o desenvolvimento de produtos e garantia da qualidade na sua fabricação, tendo sido premiados dez produtos neste primeiro ciclo, estando o segundo em curso.

Missões empresariais

- Foram realizadas missões empresariais a mercados-alvo (Rússia, Ucrânia, China, Índia, Coreia do Sul e México), com o objetivo de promover, por meio de contatos com autoridades e empresários desses países, os produtos brasileiros e os investimentos no Brasil, e de combater barreiras protecionistas. Nessas oportunidades, houve promoção de seminários e feiras que buscaram demonstrar o potencial do Brasil e a competitividade de seus produtos e serviços.
- A missão à Rússia, por ocasião da visita presidencial de janeiro de 2002, por exemplo, contou com 68 empresários dos mais diversos setores e estimulou a realização da missão empresarial paulista à Rússia, organizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), cujos montantes iniciais apontam um valor de US\$ 38,5 milhões em contratos de exportação.
- A missão à China contou com 120 empresários e propiciou diversas negociações, entre elas, o entendimento, em curso, entre a Embraer e o governo chinês, para a produção conjunta do avião ERJ-145 e a exportação de aviões, além de ônibus, softwares e produtos agroindustriais.

- A missão à Índia deu início a promissor programa de cooperação bilateral sobre o uso do etanol como combustível, criando perspectivas de venda de álcool e de equipamentos e transferência de know-how para o complexo sucro-alcooleiro. Foram ainda adiantados acordos entre instituições financeiras para financiamento de exportações e promoção de investimentos. Entendimentos com o governo indiano facilitaram a seleção da Embraer para fornecimento de aviões executivos ao Ministério de Defesa indiano.

Programa Produtos Prioritários em Mercados Prioritários

- Esse programa busca promover as exportações brasileiras por meio de ações focadas em mercados e produtos prioritários. Por meio dele, foram apoiadas, no todo ou em parte, participações de empresas brasileiras em feiras ou salões, como a Feira Auto-mechanika, na Alemanha. Foram realizados estudos (por exemplo, sobre mercado de têxteis e confecções do Japão) e bancos de dados eletrônicos dos mercados prioritários relativos àqueles produtos prioritários. Foram contratados consultores, promovidas mostras, entre as quais a de cachaça e bebidas na Embaixada de Londres, workshops e palestras, além de missões comerciais mistas empresa e governo.

Política industrial moderna

O Governo Federal vem implementando uma política industrial visando à substituição competitiva de importações e à agregação de valor, o que se reverterá em melhores exportações no futuro. Para tanto, tem sido focado o papel dos fóruns de competitividade, do BNDES, das pequenas e médias empresas, do artesanato e da Zona Franca de Manaus como instrumentos de fomento dessa política.

Fórum de competitividade

- Ciente de que existe um grande espaço de atuação de políticas de desenvolvimento da produção de âmbito empresarial e setorial, que não passam necessariamente pelas questões tributárias e cambiais, o MDIC destacou os Fóruns de Competitividade como o principal instrumento para fazer política industrial ativa, focada na competitividade internacional das cadeias produtivas.

- Foram instalados oito fóruns: Construção Civil, Têxtil e Confeccões, Transformados Plásticos, Eletroeletrônico, Madeira e Móveis, Couro e Calçados, Transporte Aéreo e Turismo.
- O objetivo dos fóruns, que constituem espaço de diálogo entre o setor produtivo e o governo, é formular ações que tenham impacto positivo sobre a capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro. Nos fóruns, buscam-se soluções para os problemas de cada cadeia produtiva e a configuração de uma política para o desenvolvimento da produção, baseada nos objetivos de geração de emprego, ocupação e renda, desenvolvimento produtivo regional, capacitação tecnológica – alavancando a qualidade, a produtividade e a inovação, aumento das exportações, competição com as importações e com serviços internacionais.
- Em cada fórum, na medida em que os resultados desse esforço conjunto para solução de problemas e gargalos e para o aproveitamento das oportunidades atingem um nível considerado suficiente pelas partes para basear uma definição de contrapartidas do setor produtivo, é elaborado um Contrato de Competitividade, que define os compromissos de cada uma. A partir de um conjunto de ações realizadas pelo Governo Federal, o setor produtivo assume o compromisso de atingir determinadas metas, as quais serão acompanhadas por auditorias independentes a serem contratadas pelo setor privado. A cadeia produtiva têxtil e de confeccões (empresários e trabalhadores) e o Governo Federal assinaram o primeiro Contrato de Competitividade no dia 19 de setembro de 2002, fechando o primeiro ciclo completo.
- Como principais resultados e exemplos desses fóruns citam-se:
 - Construção Civil – Desenvolvimento de processos construtivos, com melhoria de qualidade e produtividade, que viabilizam a habitação de interesse social para famílias com renda de até cinco salários mínimos, com foco em três salários mínimos (67% do déficit concentra-se na faixa de renda de até 2 salários mínimos). Para garantir o acesso dessas famílias à moradia criou-se o Programa de Habitação de Interesse Social (PSH), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Secretaria do Tesouro, cuja maior importância foi o reconhecimento pelo governo da necessidade de garantir subsídio explícito e transparente para complementar a capacidade financeira para a compra da casa própria dessa população.
 - Madeira e Móveis – Inclusão do Programa de Certificação de Origem Florestal (Cerflor) no Sistema Brasileiro de Certificação; criação do Proflora e do Pronaf-Floresta para o financiamento do plantio de árvores; aumento da base exportado-

ra de 120 empresas com faturamento de R\$ 9,96 milhões em 1998 para 357 empresas com faturamento de R\$ 1,983 bilhão em 2001.

- Eletroeletrônico – Aprovação da Lei de Informática (janeiro de 2001), estimulando a produção de bens de tecnologia da informação e aplicações em P&D; consolidação do Processo Produtivo Básico (PPB) como forte instrumento de política industrial (189 portarias em três anos), para induzir maior agregação local de valor, com componentes, partes e peças nacionais.
- Couro e Calçados – Adoção de medidas voltadas para regularização da oferta do couro *wet blue* no mercado interno, com intuito de agregar valor às exportações, destacando-se a criação do imposto de exportação do couro *wet blue*.
- Têxtil e Confecções – Linha de crédito pelo BNDES (com repasse de recursos do BID), no valor de US\$ 1,5 bilhão, destinada a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos importados, para micro, pequenas e médias empresas de todos os setores da economia.
- Transformados Plásticos – Criação do Prêmio Design; prospectiva tecnológica (embalagem para alimentos); criação do Organismo Normalizador Setorial (ONS), que já elaborou normas técnicas de cadeias, sacolas, copos descartáveis, baldes industriais, polietileno de ultrapeso molecular e caixas para produtos hortifrutigranjeiros.
- Transporte Aéreo – Medidas de aprofundamento da isonomia competitiva entre as empresas brasileiras e estrangeiras, entre elas a isenção de Imposto de Renda (15%) sobre o Arrendamento Financeiro ou Mercantil.

Agregação de valor

- Os desafios das cadeias produtivas em busca da competitividade internacional passam, necessariamente, pela agregação de valor, tanto no sentido de focar as estratégias produtivas em produtos do final da cadeia, como pela maior agregação de valor por meio de melhoria da qualidade, de inovações no produto e do marketing. Isso significa exportar melhor, aumentando a renda dos exportadores e gerando mais empregos.
- O café é objeto de uma experiência piloto de articulação das ações do governo para a agregação de valor aos produtos de exportação. O fórum de competitividade para o café, criado em 2002, avaliará e discutirá as relações entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva com o objetivo de aperfeiçoar as condições de competitividade.
- Um dos problemas identificados, e que já está sendo cuidado, diz respeito à questão tributária. Quem exporta café em grão não paga ICMS. Quem exporta café solúvel paga e muitas vezes não consegue a restituição do crédito tributário. O resultado é

uma política industrial às avessas: isentamos a exportação do produto agrícola; tributamos a do produto industrializado. O resultado é que muitos já desistiram da exportação do café solúvel em face da acumulação de créditos não compensados.

- Além disso, observa-se que o produtor de café recebe apenas 8 a 10% do preço final do produto para o consumidor no exterior. O resto é apropriado por três ou quatro grandes multinacionais da comercialização, pelos torrefadores e por distribuidores nos países consumidores. Mas o governo está se aparelhando para apoiar o exportador. A Apex patrocina um projeto de exportação de cafés especiais, assim como as feiras compradoras, voltadas para a colocação de produtos brasileiros em cadeias de supermercados estrangeiros.
- Outros setores que merecem destaque: transformados plásticos, construção civil e couro.

Programa Brasileiro do Design

- A melhoria do design do produto brasileiro, como fator diferencial de competitividade, é objeto de oficinas de sensibilização (três dias) e prática (dez meses), com estudo de tendências nas cadeias produtivas de café, couro e calçados, madeira e móveis, têxtil e confecções. Os produtos vendidos no mercado globalizado acabam se tornando, intrinsecamente, muito semelhantes. Daí a necessidade de dotar os produtos brasileiros de características próprias que os diferenciem dos demais e os tornem mais atraentes para os compradores externos.
- Criado em 1995, no âmbito do MDIC, o Programa Brasileiro do Design (PBD) atua para desenvolver o design nacional, agregando valor aos produtos exportados, assim como para fortalecer a Marca Brasil no cenário internacional: definindo ações indutoras de modernização industrial e tecnológica por meio do design, buscando o aumento da qualidade e da produtividade e elevando a competitividade do produto brasileiro.
- Os focos do programa são a massificação do uso do design pela indústria e a melhoria da interação entre empresários e profissionais de design. Em 2002, foi criado o Grupo de Design e Moda, no âmbito do Fórum de Competitividade de Couro e Calçados, cujos objetivos são melhorar a competitividade dos calçados brasileiros para ampliar o *market share* no mercado externo, bem como para deslocar novos competidores que usam design copiado.
- Desde a sua implantação, o programa tem usado, como instrumento de disseminação de informações, as Oficinas de Design. No âmbito dos Fóruns de Competitividade, mediante convênio entre o MDIC, o Sebrae e o Senai, as oficinas de design (de dez meses) beneficiaram 15 pólos produtivos (em andamento), 150 empresas de micro, pequeno e médio portes, de quatro setores: móveis, confecções, calçados e jóias (esta

última sem fórum instalado). As ações incluem o redesenho ou desenvolvimento de novos produtos com aplicação de design, com assistência de institutos tecnológicos; a elaboração de protótipos; teste e ensaio de produtos; e ajustes no processo produtivo das empresas.

Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e *Movimento Brasil Competitivo*

- O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), criado em 1990, cumpriu seus objetivos de apoiar o esforço brasileiro de modernidade por meio da promoção da qualidade e da produtividade, com vistas a aumentar a competitividade de bens e serviços produzidos no País. A grande evolução da qualidade e da produtividade dos serviços e produtos brasileiros nesta última década atestam o êxito do programa.
- O Brasil tem mais de oito mil empresas com certificação de ISO 9.000, além de dezenas de milhares de produtos certificados. O consumidor é muito mais respeitado do que há dez anos, com uma rede de mais de 700 Procons, o Portal do Consumidor e os serviços de atendimento ao consumidor das empresas (os 0800). Houve um grande esforço de capacitação em qualidade, com a modernização e a descentralização do Sistema Brasileiro de Normalização, Metrologia e Avaliação da Conformidade. Os movimentos regionais também tiveram grande desenvolvimento.

O papel do BNDES

O BNDES bateu recorde de financiamentos à produção em 2001, desembolsando R\$ 25,6 bilhões, 11% a mais do que os R\$ 23 bilhões do ano 2000. Foram realizadas 144 mil operações (37% a mais do que no ano anterior), sendo que as micro, pequenas e médias empresas receberam R\$ 5,8 bilhões (31% a mais em relação a 2000). Isso significa que o BNDES, em 2001, emprestou mais recursos do que o Banco Mundial para todo o mundo e quase o dobro dos recursos colocados à disposição pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para toda a América Latina. Dos desembolsos totais, os créditos às exportações representaram 23%.

- Até agosto de 2002, os desembolsos do BNDES já alcançaram R\$ 21,4 bilhões, um volume 40% superior ao do mesmo período de 2001. Os desembolsos para o segmento das micro, pequenas e médias empresas estão 34% acima do montante liberado entre janeiro e agosto do ano passado, situando-se em R\$ 4,7 bilhões. O financiamento às exportações tiveram volume significativamente superior ao do período de 2001: 40% a mais, atingindo US\$ 2,5 bilhões.

- Os investimentos realizados em 2001 permitiram a manutenção ou a criação de 4,1 milhões de empregos (diretos, indiretos ou de “efeito renda”). Considerando a participação média de 55% do BNDES nos investimentos das empresas, os recursos desembolsados em 2001 alavancaram investimentos de R\$ 45 bilhões para os setores:
 - industrial = R\$ 13,2 bilhões (26% a mais em relação a 2000);
 - infra-estrutura = R\$ 7,5 bilhões;
 - agropecuária = R\$ 2,7 bilhões;
 - comércio e serviços = R\$ 1,5 bilhão;
 - educação e saúde = R\$ 325 milhões;
 - mercado secundário (compra de ações em pregões de Bolsa de Valores) = R\$ 462 milhões.
- O BNDES vem desempenhando papel crucial na reestruturação do setor produtivo, na substituição competitiva das exportações, no desenvolvimento da infra-estrutura, no apoio a pequenas e médias empresas e nas exportações.

O BNDES e o financiamento às exportações (em US\$ bilhões)

Programas	1998	1999	2000	2001
Exportações Brasil	51,1	48	55	58,2
Desembolsos BNDES-Exim	2,1	2,1	3,1	2,6
Percentual financiado	4,1%	4,4%	5,6%	4,5%
Percentual dos recursos do BNDES	12,7%	19,2%	24,5%	23,9%

Fonte: BNDES

- Em 2001, o BNDES desembolsou R\$ 6 bilhões para financiar as exportações. O apoio às exportações no âmbito do BNDES-Exim diversificou o perfil dos tomadores de recursos, com o incremento dos créditos a pequenas e médias empresas exportadoras e com novas modalidades de operações, como o consórcio de empresas.

Modalidades de financiamento (em US\$ milhões)

Programas	1998	1999	2000	2001	2002 (jan-ago)
Pré-embarque	346	302	810	410	36
Pré-embarque especial	642	638	494	559	332
Pós-embarque	1.077	1.160	1.779	1.633	2.157
Total	2.065	2.100	3.083	2.602	2.525

Fonte: BNDES

Micro, pequenas e médias empresas

As micro, pequenas e médias empresas vêm sendo alvo de políticas, estratégias, legislações, programas, projetos e ações específicos ao longo dos últimos oito anos, envolvendo, em especial, parcerias entre os ministérios, entidades públicas e privadas.

- Em 1995, o documento intitulado Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, em um capítulo especial (Política de Apoio às Empresas de Pequeno Porte), estabeleceu como principais campos para a atuação governamental em prol desse segmento empresarial: 1) financiamento; 2) tratamento tributário; 3) capacitação tecnológica e gerencial; 4) compras governamentais; 5) promoção de exportações; 6) formação de consórcios; e 7) parcerias com outras empresas do mesmo porte ou com grandes empresas.
- Ainda em 1995, o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foi transferido para o hoje Ministério do Desenvolvimento, tendo como objetivo coordenar e desenvolver atividades para valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, por meio do estímulo e preparação dos núcleos produtivos e seus integrantes para o mercado competitivo.
- Desde 1998, os órgãos governamentais vêm trabalhando com diretrizes específicas para as micro, pequenas e médias empresas brasileiras: geração de ocupação e renda; ampliação do potencial de exportação; fortalecimento das cadeias produtivas; desenvolvimento e aproveitamento das vocações regionais/locais e integração regional e internacional. O objetivo foi o de assegurar tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas e as de pequeno porte, nos campos administrativo, tributário, trabalhista, previdenciário e de desenvolvimento empresarial.
- Nos campos tributário e previdenciário, em 1996 foi editada a Lei nº 9.317, a Lei do Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), que tem como principais instrumentos: a redução das alíquotas incidentes sobre as microempresas e empresas de pequeno porte; a uniformização das bases de cálculo; o procedimento unificado para apuração e pagamento dos seguintes tributos federais: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins, IPI e Contribuição para o INSS – parcela patronal.
- As empresas inscritas no Simples ficaram dispensadas das contribuições ao Sistema “S” (Sesc, Sesi, Senac e Sebrae) e também das relativas ao salário-educação e à Contribuição Sindical Patronal, devendo, contudo, observar as regras gerais para a apuração dos demais tributos federais: IOF, ITR, CPMF, entre outros.
- A Lei nº 10.034, de outubro de 2000, incluiu no Simples as pessoas jurídicas que se dedicam às atividades de creches, pré-escolas e estabelecimentos de Ensino Fundamental.

- Outro passo fundamental para as pequenas empresas foi a Lei nº 9.841, de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, contendo um tratamento diferenciado nos campos administrativo, trabalhista, previdenciário, creditício e de desenvolvimento empresarial.
- Alguns exemplos de simplificação burocrática, em certos casos levando à redução de custos, são dignos de nota: a substituição da certidão de inexistência de condenação criminal por uma declaração do titular ou administrador da empresa e a dispensa do visto de advogado nos atos e contratos de constituição da empresa.
- Merece destaque especial, no Estatuto e na sua Regulamentação, a criação, no âmbito do MDIC, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instalado em novembro de 2000, como espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de medidas e políticas mais adequadas a esses segmentos empresariais. Atualmente, o fórum é composto por 48 órgãos governamentais e 47 entidades de representação habilitadas, além do sistema “S”.

Programa Brasil Empreendedor

- Em 1999, visando dar sustentabilidade financeira e econômica aos pequenos empreendimentos, foi lançado o Programa Brasil Empreendedor (PBE), voltado para o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, e para inserção dos empreendedores brasileiros no setor formal da economia.
- Os resultados alcançados com os eixos principais do Brasil Empreendedor, entre outubro de 1999 e agosto de 2002, são eloqüentes:
 - capacitação de 5,9 milhões de empreendedores;
 - realização de 4,5 milhões de operações de crédito, com a aplicação de recursos da ordem de R\$ 30,3 bilhões;
 - ampliação da utilização dos fundos de aval e seguro de crédito pelas micro, pequenas e médias empresas, por meio do Fundo de Aval para Micro e Pequena Empresa, do Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade, do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Seguro de Crédito da Caixa Econômica Federal.

Na Etapa I do Brasil Empreendedor (outubro de 1999 a setembro de 2000) foram implementadas as seguintes ações complementares, necessárias ao alcance das metas propostas para os eixos principais do programa:

- alterações nas linhas de crédito com recursos do PIS/Pasep, para capital de giro, no Banco do Brasil e na Caixa. Os encargos financeiros passaram de TR+12% a.a. para

TR+10% a.a., com carência de até 6 meses e prazo máximo de pagamento de até 24 meses, ao invés de 18 meses vigentes até outubro de 1999;

- ampliação do prazo para financiamento com recursos do Proger/FAT de 3 para 5 anos;
- criação de um novo fundo de aval, com recursos FAT: o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger);
- ampliação do prazo de concessão de aval pelo Fundo de Aval do Sebrae (Fampe) de três para cinco anos;
- redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% para 0,5%, destinado a financiamentos até R\$ 30 mil;
- inclusão das micro, pequenas e médias empresas no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), destinado a regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas.

A Etapa II (de outubro de 2000 a setembro de 2001) ampliou o campo de ação do Brasil Empreendedor, com a implementação de novos instrumentos e ações complementares aos eixos principais, necessários ao fortalecimento do público-alvo do programa, como por exemplo: ampliação do número de operações de crédito para micro, pequenas e médias empresas com até 24 meses de constituição formal; criação do Programa de Crédito Orientado para Novos Empreendedores e o lançamento do Exporta Fácil, no qual a Empresa de Correios e Telégrafos funciona como agente facilitador e de logística no processo de exportação.

Na Etapa III (outubro de 2001 a setembro de 2002), entre outras iniciativas, houve o lançamento do software Aprendendo a Exportar; a implantação de Telecentros de Informação e Negócios; a liberação de linhas de crédito, pelo Banco do Brasil e pela Caixa, para a aquisição de equipamentos, e ações voltadas para apoiar o segmento artesanal brasileiro como o Crediartesanô, do Banco do Nordeste.

Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

O objetivo do Programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, do Avança Brasil, é o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, gerando e mantendo postos de trabalho e emprego.

- De janeiro de 2000 a agosto de 2002 foram realizadas três milhões de operações de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (Caixa), envolvendo R\$ 33,3 bilhões. Ressalte-se que a meta prevista para essa ação, no período de janeiro/2000 a dezembro/2002, era a realização de 1,8 milhão de operações, tendo sido superada em 66,7% até o mês de agosto/2002.

- Por meio da honra e aval decorrentes da garantia de risco das operações de financiamento à micro, pequenas e médias empresas, até 2001, foram realizadas 4,8 mil operações pelo BNDES, envolvendo R\$ 22 milhões, e pelo seguro de crédito, da Caixa Econômica Federal, foram realizadas 592,3 mil de operações, envolvendo R\$ 5 bilhões, até agosto de 2002.
- Nos anos de 2000 e 2001, esse programa apoiou 49 projetos de infra-estrutura para as micro, pequenas e médias empresas e para o segmento artesanal, com a construção de barracões, estruturas multiuso em pólos produtivos e centros de artesanato, por meio de convênios firmados com municípios/estados.

Programa do Artesanato Brasileiro

- O Programa do Artesanato Brasileiro visa fortalecer o segmento artesanal brasileiro abrangendo a organização e gestão, a formação empreendedora dos artesãos e a melhoria dos produtos, em parceria com as 27 Coordenações Estaduais de Artesanato. Nos 108 núcleos de produção (associações e cooperativas), beneficiados diretamente nos 26 estados e no Distrito Federal, até dezembro de 2001, foram formados 184 técnicos e artesãos em todo o País, além de apoiados 16 projetos voltados para a infra-estrutura desse segmento.
- O MDIC adquiriu e doou 27 caminhões – um para cada estado e para o Distrito Federal – visando estruturar e viabilizar o transporte dos produtos dos artesãos.
- Desde o ano de 2000 vem sendo realizado o Espaço Brasil, que congrega a participação de entidades e artesãos de todo o País em diversas feiras e eventos, visando estimular o mercado e promover canais de comercialização para o segmento artesanal brasileiro.

Rotas de Artesanato e Turismo

- O programa tem como objetivo dar permanência aos canais de comercialização existentes, ou que possam ser criados, e permitir a articulação da atividade artesanal com o turismo desenvolvido por micro e pequenas empresas em suas próprias comunidades. Foi aprovado como um programa do Mercosul, tendo sua experiência piloto realizada na rodovia BR 040, com o objetivo de servir de exemplo para sua multiplicação, utilizando os demais eixos rodoviários do Brasil e do Mercosul. Está implementando medidas como o inventário turístico e do artesanato da região de influência da BR 040.

Comitê Executivo de Comércio Eletrônico

- A Portaria Interministerial nº 47, de 3 de agosto de 2000, criou o Comitê Executivo do Comércio Eletrônico, integrado pelo MDIC, do qual participam ainda outros quatro ministérios e seis representantes do setor privado. Sua principal finalidade é “atuar como canal de comunicação entre o Governo e os setores produtivo, comercial e de serviços em matéria de comércio eletrônico”.
- O Comitê definiu 21 temas específicos em comércio eletrônico, objeto de grupos de trabalho. Alguns dos temas são: acordos internacionais, aplicações sociais do comércio eletrônico, criptografia, estatísticas do setor, exportação, inserção da pequena e média empresa, meios de pagamentos, patentes, proteção ao consumidor, softwares e tecnologias de taxação.

A nova Lei da Propriedade Industrial

- A nova Lei da Propriedade Industrial entrou em vigor em 15 de maio de 1997. Por ela, o Brasil voltou a conceder patentes para alimentos, medicamentos e substâncias obtidas a partir de processos químicos. A nova lei contemplava ainda alguns avanços tecnológicos recentes como, por exemplo, a concessão de patentes para os chamados transgênicos – microorganismos que tenham sua composição genética alterada em laboratório.

Competitividade de Produtos e Serviços Brasileiros

- Essa diretriz estratégica refere-se à contribuição que o Inmetro aporta ao aumento da competitividade de produtos e serviços brasileiros, tendo em vista a inserção do País em um mundo cada vez mais globalizado, o acirramento da concorrência interna e o fortalecimento do Estado regulador. Neste contexto, as ações do instituto estão voltadas tanto para apoiar a exportação brasileira, quanto para fortalecer o controle sobre produtos importados no que se refere aos requisitos básicos de qualidade e segurança. Essa diretriz contempla a contribuição do Inmetro à melhoria da qualidade e produtividade do sistema produtivo nacional, bem como seu apoio ao aparelho regulador estatal na promoção e defesa da concorrência.
- O número de certificações ISO concedidas ultrapassou 10.000 em 2002. As concessões de ISO 14.000 superaram 350.
- Por solicitação do Ministério da Educação foi iniciado, em 2001, o Programa de Avaliação da Conformidade de Mobiliário Escolar no País. Requisitos como durabilidade, segurança e ergonomia serão levados em conta na elaboração do Regulamento Técnico, em fase final de conclusão.

- Uma realização importante, dos últimos anos, na área de metrologia legal, foi o significativo aumento do número de produtos e instrumentos verificados e fiscalizados pelo Inmetro, em conjunto com os Institutos de Pesos e Medidas Estaduais (IPEMs).
- O Inmetro é responsável ainda pela fiscalização de 40 produtos certificados compulsoriamente, entre eles: preservativos masculinos, brinquedos, mangueiras de gás GLP, fios e cabos, plugues e tomadas, estimando-se em 2002 a fiscalização em 38 milhões de unidades de produtos. Em 2001 foram fiscalizados 31 milhões de produtos.

Fiscalização de produtos pré-medidos

EXAMES REALIZADOS		
1995	2002 (*)	INCREMENTO %
407.074	950.000	137,33
PRODUTOS AUTUADOS		
1995	2002 (*)	INCREMENTO %
7.206	28.500	281,63

Verificação de instrumentos

INSTRUMENTOS VERIFICADOS		
1995	2002 (*)	INCREMENTO %
3.783.599	11.200.000	196,01

(*) Estimativa

Suframa

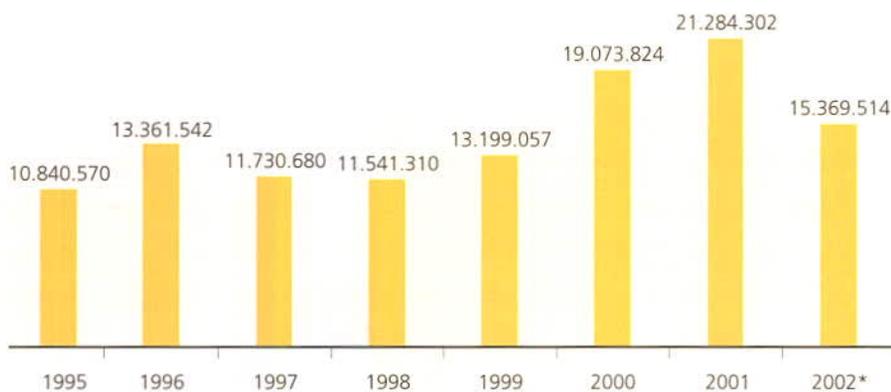
A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) abrange em sua área de atuação, a Zona Franca de Manaus (10.000 km²), a Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) e as cidades de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. No Pólo Industrial de Manaus (PIM), atua na análise, controle e acompanhamento de projetos. Na Amazônia Ocidental, financia projetos vertidos para o provimento de infra-estrutura econômica, objetivando desenvolver as potencialidades regionais. Sua missão, portanto, confere competência para a promoção de investimentos na região.

- Na atração de investimentos, no período de 2000 a setembro de 2002, foram aprovados 578 projetos (de implantação, ampliação, atualização e diversificação), com investimentos totais de R\$ 19,1 bilhões.

- O faturamento do PIM, contribuindo para que o PIB do Amazonas apresente-se em patamares superiores a de alguns países da ONU, apresentou nos últimos oito anos um volume médio de R\$ 13,3 bilhões. Os setores mais significativos (eletroeletrônico e duas rodas), juntos representam 72% do faturamento total. Atualmente no PIM encontram-se instaladas cerca de 400 unidades fabris, gerando um número superior a 50.000 empregos diretos e 250.000 indiretos.
- De 1999 a 2000, o crescimento das exportações do Amazonas atingiu 89,1%, passando de R\$ 793 milhões para R\$ 1,5 bilhão. No ano de 2001, as exportações atingiram o valor de R\$ 2 bilhões, representando crescimento médio de 32% em relação a 2000. Em 2002, o volume de exportações até agosto foi de R\$ 1,8 bilhão contra R\$ 1,2 bilhão em agosto de 2001, representando um incremento de 50%.
- Esses números mostram que as políticas da Suframa voltadas para as exportações estão dando resultado e que é possível alcançar o objetivo de equilibrar a balança comercial do PIM até 2005. Ou seja, atingir um nível de vendas para o exterior da ordem de R\$ 6 bilhões, montante equivalente ao das importações dos insumos utilizados na sua produção. Entretanto, alguns desafios devem ser superados, como a formação de uma cultura exportadora, a substituição competitiva de importações e mais investimentos em infra-estrutura econômica e social, entre outras iniciativas.

Faturamento do Pólo Industrial de Manaus

Em R\$ 1.000,00



Fonte: Suframa

Agropecuária: sempre uma safra de boas notícias

O SETOR AGROPECUÁRIO VEM SENDO RESPONSÁVEL, NOS ÚLTIMOS ANOS, por consecutivas safras de boas notícias para a economia do país. Aqui vão três entre as mais recentes, capazes de sintetizar o grande impulso que vem do campo.

- Nunca se exportou tanto. O valor total das exportações do agronegócio atingiu US\$ 24,3 bilhões nos doze meses do período de novembro de 2001 a outubro de 2002, com destaque especial para a soja e a carne. O superávit comercial alcançou US\$ 19,9 bilhões, isto é, 7,7% acima do registrado no período anterior. A participação do setor representou quase a metade (43,5%) do valor das exportações brasileiras no período, de US\$ 6,5 bilhões.
- Na variação do Produto Interno Bruto (o PIB, soma das riquezas que o Brasil produz), a agropecuária teve um crescimento expressivo de 4,5% no primeiro semestre de 2002, em relação ao mesmo período do ano anterior. O cálculo é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A expectativa é a de que o país mantenha esse desempenho no segundo semestre.
- Considerando-se apenas a agricultura, há resultados ainda mais animadores. De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), houve um recorde de crescimento do PIB primário da agricultura, que foi de 8,18% no primeiro semestre de 2002. Em um mês apenas, o de junho, o setor engordou 1,42%, como revelou o estudo feito pela CNA e o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP). A projeção é a de que o agronegócio brasileiro, em seu conjunto, feche o ano de 2002 com R\$ 354,4 bilhões.

Assim, a agropecuária tem respondido de forma extremamente positiva aos desafios do mercado internacional, com a quebra de recordes na produção, com a expansão da área plantada, investimentos em pesquisa e ganhos de produtividade, que cresceu 74% em 10 anos.

Os negócios relacionados à agroindústria vêm se ampliando num ritmo superior ao conjunto dos outros setores produtivos e têm hoje um papel muito relevante para a estabilidade da economia brasileira. Vale mencionar ainda que a mão-de-obra empregada no setor representa 26% da população economicamente ativa do Brasil – um país que já pode colocar em seu horizonte o sonho de vir a exercer papel de liderança na produção mundial de alimentos.

Num mundo marcado pela agricultura fortemente subsidiada e pelas barreiras alfandegárias em muitos dos países mais desenvolvidos, o Brasil está conseguindo impor sua liderança no mercado de vários produtos. Somos o primeiro lugar em cana-de-açúcar, laranja e café. Estamos em segundo lugar em soja, carne bovina, aves e milho. E nossa produção de frutas está em terceiro lugar no *ranking* mundial – um cenário muito promissor para a fruticultura irrigada que se faz com sucesso especialmente no Nordeste do país.

Na dianteira da produção mundial		
O Brasil ocupa posição de liderança ou destaque no ranking mundial		
Produto	Posição no ranking mundial	Produção (milhões de toneladas/ano)
Cana de açúcar	1º lugar	250,0
Laranja	1º lugar	19,4
Café	1º lugar	3,3
Soja	2º lugar	38,0
Milho	2º lugar	40,0
Carne	2º lugar	6,7
Frango	2º lugar	6,0
Frutas	2º lugar	34,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Pecuária/IBGE

Por último, mas não menos importante, o Governo Federal tem-se batido em todas as frentes e tabuleiros em que transcorrem as negociações comerciais internacionais, fortalecendo as alianças do Brasil e elevando o seu perfil na cena internacional, contra as barreiras protecionistas (tarifárias e não-tarifárias) que limitam o livre acesso de produtos agropecuários ao mercado de países desenvolvidos, bem como contra as políticas de subsídio que distorcem os preços desses produtos no mercado internacional.

Exemplos bem significativos mostram o acerto dessa política. Um deles foi o desempenho da balança comercial do agronegócio: no período 1995-2002, essa balança teve um superávit total de quase US\$ 120 bilhões.

Balança comercial do agronegócio

US\$ bilhões

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002*	Total
Exportações	18,82	19,47	23,40	21,57	20,51	20,61	23,86	25,20	172,54
Importações	7,59	7,97	8,25	8,11	5,74	5,80	4,85	4,50	52,81
Saldo	11,23	11,50	15,15	13,46	14,77	14,81	19,01	20,70	119,73

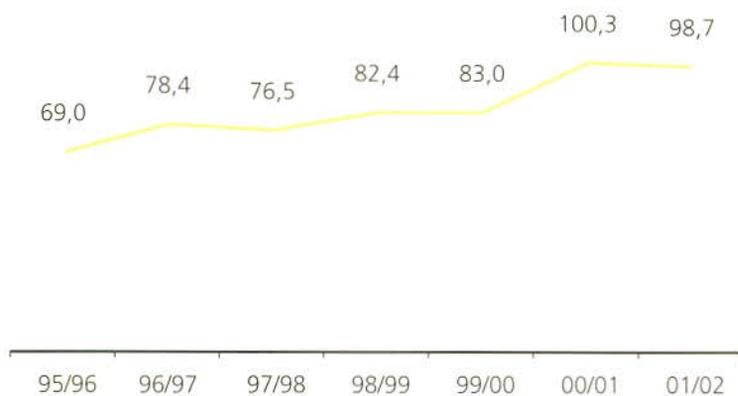
Fonte: MDIC/SECEX *Previsão SPC/Mapa

Supersafra de grãos bate recorde

A produção brasileira de grãos da safra 2000-2001 bateu o recorde nacional, superando a marca das 100,3 milhões de toneladas. A safra 2001-2002 foi avaliada em 98,7 milhões de toneladas de grãos (soja, arroz, feijão, milho, trigo, caroço de algodão, amendoim, aveia, centeio, cevada, girassol, mamona e sorgo), no levantamento disponível em setembro. As dificuldades climáticas ocorridas nos principais estados produtores frustraram a expectativa de uma produção de 100,5 milhões de toneladas, prevista no começo do ano. Mas, para o período 2002-2003, pode ultrapassar a casa de 106 milhões de toneladas.

Crescimento da produção agrícola brasileira

Total das safras de grãos, em milhões de toneladas, ano a ano



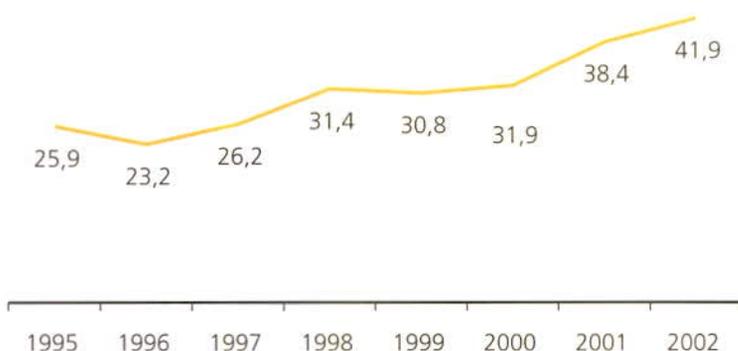
Fonte: Conab

- Esses resultados refletem o aumento da produtividade no campo e a expansão da área plantada, um esforço que contou com a participação firme do Governo Federal, a partir de 1995.
- O campo está se beneficiando das novas tecnologias, de melhores insumos e de sementes adaptadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O crescimento da área plantada vem ocorrendo especialmente no cerrado brasileiro, impulsionado pelo cultivo da soja, que já chegou ao sul do Piauí e do Maranhão, depois de ter se consolidado no Oeste da Bahia.
- A colheita da safra 2001-2002 representa um aumento de 43% em relação à de 1995-1996, como mostra em detalhes a tabela acima.
- As 98,7 milhões de toneladas de grãos foram cultivadas em 39,6 milhões de hectares, uma área 5,6% superior à passada.
- A soja é o grande destaque entre as diversas culturas de grãos, com uma safra de quase 42 milhões de toneladas, representando um crescimento espetacular de 85% em relação à safra de 1995-1996.
- Outras culturas de destaque foram o trigo, o arroz e o feijão.

Soja ultrapassa marca de 40 milhões de toneladas por ano

Um novo patamar na produção de soja

As safras brasileiras do grão, em milhões de toneladas, ano a ano



Fonte: Conab e IBGE

De acordo com as estimativas do IBGE, em 2002 a soja brasileira deveria atingir um novo patamar de produção, com praticamente 42 milhões de toneladas, ou 9,1% a mais do que no ano anterior.

ENTRE ASPAS

A seguir, trechos de reportagem especial de *O Estado de S. Paulo*, de 30/5/2001, sobre o novo impulso da soja.

Produtividade do Brasil é a mais alta do mundo

A produtividade da soja brasileira superou, na safra 2000-2001, a obtida nas lavouras dos Estados Unidos e da Argentina e foi a mais alta do mundo. Para cada hectare de soja plantado, foram colhidos, em média, 2.600 quilos, segundo estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Já nos EUA, o rendimento foi de 2.594 por hectare e, na Argentina, de 2.524.

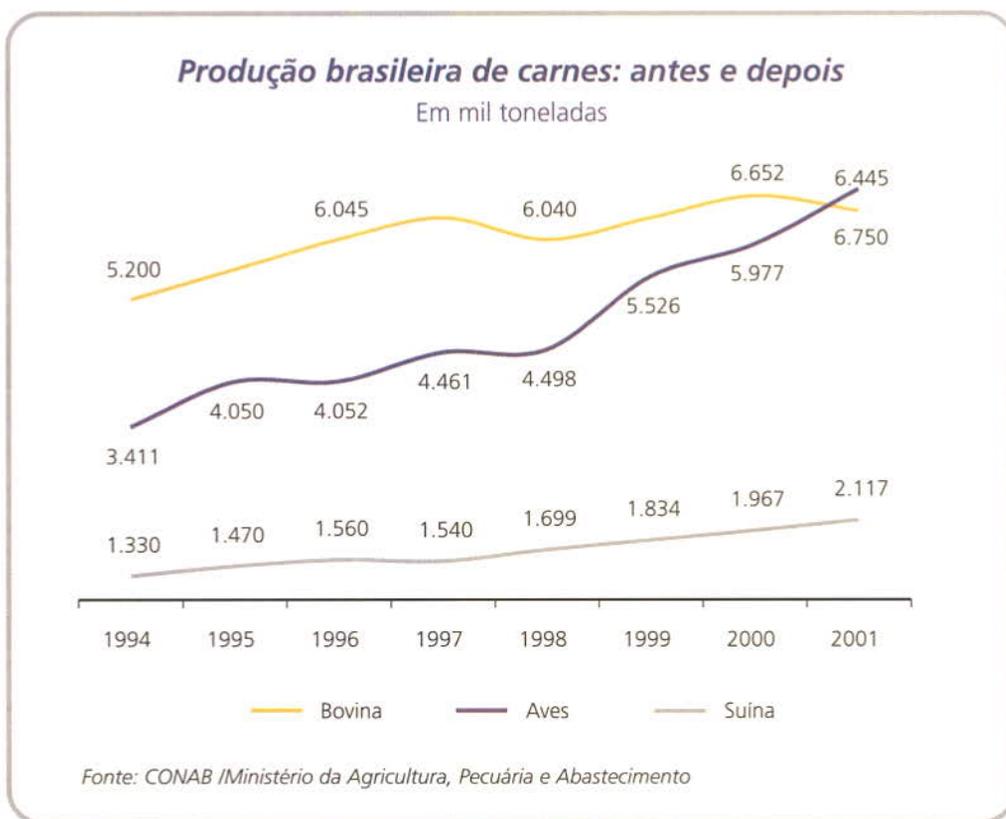
De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (ABIOVE), na última safra a produtividade obtida em Mato Grosso foi a maior do país e atingiu 3.000 quilos por hectare.

Entre os fatores apontados para esse resultado, estão novas variedades de sementes melhoradas, que dão mais competitividade para enfrentar os EUA, que contam com subsídios.

Carne brasileira conquista mercados no mundo inteiro

A carne de frango passou a ser “vedete” na pauta de exportação brasileira, segundo reportagem de capa da revista *Exame* (número 753). A publicação mostra que agricultores, pecuaristas e industriais brasileiros do setor conseguiram driblar o cenário francamente desfavorável na conjuntura internacional e “brilharam”, em meio ao perigo de recessão mundial, à crise da Argentina, aos atentados terroristas nos EUA e à guerra no Afeganistão, entre 2001 e 2002.

- O suíno brasileiro caiu nas graças do consumidor lá fora. Mercados até então acanhados, como a Rússia, entraram firme no nosso roteiro.
- Também a carne bovina fez bonito nas exportações.
- “Recordes de produtividade no campo, novos ganhos de eficiência no processo industrial, conquista de novos mercados e exportações em alta vêm sendo a tônica da agroindústria brasileira nos últimos anos”, assinala a reportagem de *Exame*.
- Em 2002, o setor de carnes continuou apresentando forte dinamismo. De acordo com o Ministério da Agricultura, as receitas das exportações apresentaram um crescimento de 13,43%, passando de US\$ 2,696 bilhões para US\$ 3,059 bilhões nos doze meses do período de outubro de 2001 a outubro de 2002. O volume de carne suína exportada aumentou em mais de 100% no mesmo período.



A contribuição de cada cultura

Em maio de 2002, o IBGE divulgou sua estimativa para a safra de 2002, com uma produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas de 99,34 milhões de toneladas, um resultado 0,81% superior ao de 2001 (98,54 milhões de toneladas). Os dados são da estimativa de abril do *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*.

Safra encosta nos 100 milhões de toneladas

Para 2002, IBGE estima produção agrícola brasileira em 99,34 milhões de toneladas.

	Obtida em 2001	Esperada em 2002	Variação %
Algodão herbáceo (em caroço)	2 640 128	2 291 912	-13,19
Arroz (em casca)	10 195 420	10 453 037	2,53
Batata-inglesa 1ª safra	1 356 056	1 420 773	4,77
Batata-inglesa 2ª safra	908 172	862 000	-5,08
Batata-inglesa 3ª safra	523 154	440 455	-15,81
Cacau (em amêndoa)	184 275	189 160	2,65
Café (em coco)	1 918 232	2 113 866	10,2
Cana-de-açúcar	345 941 492	360 645 572	4,25
Cebola	1 030 668	1 059 521	2,8
Feijão (em grão) 1ª safra	1 203 079	1 699 333	41,25
Feijão (em grão) 2ª safra	914 962	1 200 852	31,25
Feijão (em grão) 3ª safra	318 315	263 063	-17,36
Laranja	16 843 620	18 546 065	10,11
Mandioca	22 479 371	22 888 450	1,82
Milho (em grão) 1ª safra	35 100 398	29 579 678	-15,73
Milho (em grão) 2ª safra	6 338 768	6 882 135	8,57
Soja (em grão)	37 683 083	41 922 605	11,25
Trigo	3 260 834	3 872 739	18,77

Fonte: IBGE, *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola*

Moderfrota: tecnologia para enfrentar a concorrência internacional

Um dos principais responsáveis pelo êxito recente da agricultura brasileira é o Programa de Modernização da Frota de Tratores, Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Trata-se de uma linha de crédito com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com encargos financeiros equalizados pelo Tesouro Nacional, para que agricultores de norte a sul do país possam investir na mecanização do campo. Todas as instituições financeiras credenciadas pelo BNDES estão aptas a operar o programa.

- Produtores com renda agropecuária anual de até R\$ 250 mil têm crédito com juros de 8,75% ao ano. Para aqueles com ganhos anuais iguais ou superiores a esse limite, os juros são de 10,75% ao ano. Os prazos de pagamento variam de 6 a 8 anos.
- Assim, os agricultores brasileiros ganharam melhores condições tecnológicas para enfrentar a concorrência no mercado agrícola internacional. O uso de máquinas de última geração deu à nossa agricultura produtividade ainda maior.

Os financiamentos do Moderfrota	
Ano	R\$ milhões
2000	1.036
2001	1.700
2002 (janeiro a outubro)	2.039
Total	4.775

Fonte: MAPA

- Desde o lançamento, em março de 2000, até 2002, o programa já recebeu R\$ 3,75 bilhões de recursos oficiais para financiar as operações de crédito. A partir de julho de 2002, mais R\$ 1 bilhão foi disponibilizado para o programa, com o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2002-2003.
- Dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) demonstram a importância do Moderfrota para estimular também os negócios da indústria de máquinas e implementos agrícolas.
- Em 1999, foram vendidas 24.043 máquinas em todo o País. Em 2000, quando o governo lançou o programa, foram comercializados 30.536 tratores, colheitadeiras, retroscavadeiras e cultivadores, com um aumento de 27% em relação ao ano anterior, segundo a Anfavea.

Impacto na indústria de máquinas agrícolas

Venda e produção de tratores, colheitadeiras e outros (em unidades)

Ano	Vendas no mercado		Produção
	interno	externo	
1999	24.043	4.207	28.221
2000	30.536	5.270	35.501
2001	35.152	8.246	44.339
2002(janeiro a outubro)	36.770	8.786	44.279

Fonte: MAPA; Anfavea

- Em 2001, as vendas internas de máquinas e implementos agrícolas chegaram a 35.152 unidades, ou seja, mais 15,1% sobre o ano anterior. No período de janeiro a outubro de 2002, o resultado foi de 36.770 máquinas vendidas no mercado interno, 4,6% a mais do que o total do ano de 2001, quando o setor comercializou 35.152 unidades.
- Além de permitir a renovação da frota nacional, o Moderfrota está ajudando as exportações do setor. As vendas externas de tratores e colheitadeiras saltaram de 94,5 milhões de dólares, em 1999, para 145 milhões de dólares, em 2001. No ano passado, o setor exportou 8.246 unidades contra 5.270, em 2000.
- No período de janeiro a setembro de 2002 a receita com as exportações de máquinas agrícolas já atingiu a cifra de US\$ 145,4 milhões, quando em igual período de 2001 foi de 115,6 milhões de dólares. Um acréscimo de 25,8%.
- De acordo com o BNDES, desde sua criação, o Moderfrota realizou mais de 107 mil operações, por meio das 28 instituições financeiras credenciadas. Em 2001, foram 38.913 operações. Somente entre janeiro e outubro de 2002, foram realizadas 38.673, o que mostra a grande aceitação do programa.
- Esse desempenho vem estimulando os fabricantes, especialmente os de tratores, a fazer novos investimentos no Brasil, com a produção de equipamentos mais modernos e competitivos, visando suprir o mercado interno e, principalmente, exportar.

Crédito rural

A reestruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) desenvolveu-se em três vertentes. Primeiro, a securitização da dívida agrícola, destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito por parte dos produtores afetados por endividamento superior à sua capacidade de pagamento. Segundo, a desindexação dos encargos financeiros e sua

prefixação, para torná-los compatíveis com os encargos cobrados em outros países. Terceiro, o estímulo ao financiamento privado, para reduzir a dependência do sistema produtivo do crédito oficial, tornando-o mais seletivo.

Crédito rural: custeio, investimento e comercialização				
R\$ milhões				
	Custeio	Investimento	Comercialização	Total
1994/95	4.666,1	1.927,3	2.497,7	9.091,1
1995/96	4.534,3	1.524,9	702,5	6.761,7
1996/97	5.642,2	1.562,0	644,0	7.848,4
1997/98	6.634,0	2.278,5	1.150,6	10.063,1
1998/99	7.290,9	1.890,0	1.587,5	10.768,4
1999/00	8.554,5	2.333,7	2.165,7	13.053,9
2000/01	9.790,3	2.716,6	2.936,6	15.443,5
2001/02	10.972,6	4.192,7	3.529,4	18.694,7
2002/03*	14.021,7	5.832,7	4.011,6	23.866,0

Fonte: Banco Central; (*) alocados no Plano Safra 2002/03

- Entre as safras 1994-1995 e 2002-2003 o aporte financeiro cresceu 162,55% (contra uma inflação de 108,61% no mesmo período). O ano agrícola 2002-2003 foi contemplado com R\$ 23,8 bilhões de recursos destinados ao financiamento rural.
- Além do aumento do volume de recursos disponíveis no sistema oficial de crédito rural, o governo estimulou o financiamento privado. Estimativas existentes indicam que, para financiar toda a atividade agrícola, são necessários aproximadamente R\$ 50 bilhões (R\$ 27 bilhões para custeio, R\$ 13 bilhões para investimento e R\$ 10 bilhões para comercialização).
- Com a queda da inflação, a chamada “exigibilidade” (parcela dos depósitos à vista obrigatoriamente destinada ao crédito rural) voltou a ser a fonte mais importante dos empréstimos, tendo passado de 16,4% em 94/95 para 58,3% do total em 01/02.
- Para a safra atual (2002-2003), já foram colocados R\$ 7,0 bilhões à disposição do meio rural, contra R\$ 6,1 bilhões no mesmo período da safra anterior, ou seja, um acréscimo de 14,7%.

Crédito rural: fontes de recursos de custeio

R\$ milhões

FONTES	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02
Tesouro	1.309,5	347,5	19,1	4,7	2,4	2,6	7,7	16,8
Recurso obrigatório	764,8	832,7	2.446,1	2.439,0	3.047,7	4.004,3	5.403,8	6.402,6
Poupança rural	1.593,1	1.934,0	420,1	949,4	1.632,1	1.899,7	1.805,0	2.088,3
Recursos livres	704,7	673,4	472,7	471,8	181,5	258,3	373,6	639,4
Fundos Constitucionais	64,2	50,7	29,0	68,3	76,1	65,8	49,7	68,8
FAT	-	251,7	1.133,5	1.382,5	1.467,1	1.666,0	1.566,7	1.582,5
Fundo Extra Mercado (FAE)	-	97,5	857,0	682,2	0,3	-	-	-
Funcafé	-	-	-	427,8	557,3	550,9	356,5	138,4
Externos	-	-	-	89,6	230,4	49,5	118,3	16,2
Outras	212,4	342,6	181,1	118,7	96,0	57,4	109,0	19,6
Total	4.648,7	4.530,1	5.558,6	6.634,0	7.290,9	8.554,5	9.790,2	10.972,6

Fonte: Banco Central; (*) dados preliminares

Seguro agrícola

Durante décadas, o seguro agrícola no Brasil baseou-se no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Ao longo dos anos 80, o programa definiu, por falta de recursos fiscais, deixando um volume considerável de indenizações não honradas. Frente a esse quadro, o governo adotou medidas, a partir de 1995, para sanear e reformular o Proagro e buscou criar as condições necessárias para a edificação do seguro agrícola sobre novas bases.

- Introduziu-se o zoneamento agrícola para as principais culturas de ciclo anual, com a especificação das épocas recomendadas para o plantio em cada região, a partir da análise estatística do comportamento do clima ao longo dos últimos anos. O zoneamento centrado no risco climático permite às seguradoras uma avaliação melhor do risco e dos prêmios a serem cobrados, e proporciona aos produtores uso mais eficiente de insumos e maior rendimento das culturas.
- Atualmente, abrange todas as regiões do Brasil (cerca de 3.300 municípios, em 20 estados), contemplando as culturas do algodão herbáceo e arbóreo, arroz de sequeiro e irrigado, milho, maçã, feijão, soja e trigo. Somente com as culturas da soja e do milho, estima-se que a decorrente redução das perdas de safra atinja a cifra anual de R\$ 700 milhões.

- Para estimular o ingresso de agentes privados no ramo do seguro agrícola, o governo tem procurado reativar o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), como mecanismo de proteção contra perdas extraordinárias, decorrentes de catástrofes generalizadas. Avanços maiores na reconstrução do seguro agrícola dependem fundamentalmente da privatização do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

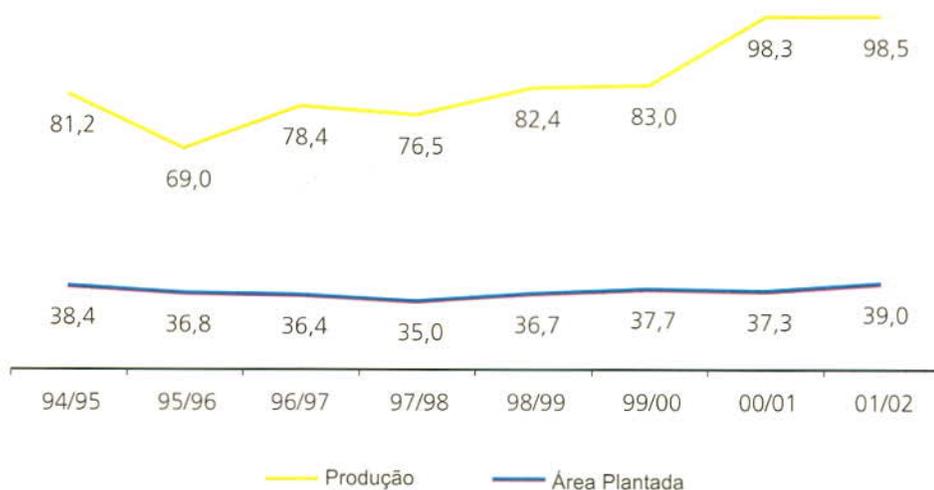
Investimento em pesquisa impulsiona produtividade no campo

O crescimento da agricultura brasileira está bastante associado aos ganhos consideráveis de produtividade, na esteira da modernização do campo. Isso significa que os produtores rurais têm colheitas cada vez maiores para uma mesma área plantada. O gráfico abaixo mostra como aumentou a produtividade no campo.

- As atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia, realizadas pela Embrapa, permitiram ao país ter hoje a mais competitiva agricultura de clima tropical do planeta.
- A Embrapa é uma instituição de ponta na área de melhoramento vegetal, no plano internacional. A empresa está solidamente enraizada em todo o território nacional, com 37 centros de pesquisa e laboratórios.
- A Embrapa implantou também, pioneiramente, dois laboratórios de pesquisa no exterior (LABEX): um nos Estados Unidos, junto ao Departamento de Agricultura do governo norte-americano, com a missão de articular ações efetivas de P&D na área de tecnologia de ponta e de estabelecer uma rede interamericana de pesquisa agropecuária; e outro em Montpellier, França, com objetivos da mesma natureza.
- De 1995 a 2001, a Embrapa lançou dezenas de cultivares de arroz, feijão, soja, trigo e algodão, capazes de ter um melhor rendimento nos diferentes solos brasileiros.
- No atual governo, as atividades da Embrapa intensificaram-se. No final de 2001, estavam em andamento dezenove programas de pesquisa (compostos de 711 projetos e 2.718 subprojetos), significando uma expansão de 52% em relação aos números registrados em 1995.

Produtividade em alta

A evolução da produção de grãos e da área plantada mostra como a agricultura brasileira se vem tornando mais eficaz



Fonte: CONAB/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tecnologias geradas pela Embrapa, muitas em parceria com outras instituições, estão mudando a face da agricultura no Brasil:

- Multiplicaram-se a oferta de carnes e a produção de leite.

Os lançamentos da Embrapa

Produto	Cultivares lançados (1995-2001)	% do mercado de sementes (1999/2000)
Algodão	19	43%
Arroz irrigado	06	34%
Arroz de sequeiro	06	96%
Feijão	02	39%
Milho	19	21%
Soja	30	51%
Trigo	20	29%
Total	102	Média 41%

Fonte: Embrapa

- Contra o ceticismo de muitos, os vastos cerrados brasileiros foram incorporados à produção e já respondem por 40% da produção brasileira de grãos.
- Técnicas de controle biológico permitiram estancar a ação de dezenas de pragas.
- A região semi-árida do Nordeste passou a produzir frutas para exportação.
- A maçã tornou-se um produto nacional. A soja foi adaptada às nossas condições.

No campo dos transgênicos, a Embrapa vem-se firmando como instituição capaz de atuar, com competência científica, na análise de segurança, tanto com relação aos seus produtos como aos demais; avaliar os impactos sobre o consumo humano e o meio ambiente e realizar análises econômicas comparativas dessa alternativa tecnológica com relação às tradicionais.

O crescimento da programação da empresa resultou em aumento muito significativo dos produtos e processos tecnológicos gerados pela Embrapa, conforme se pode observar, discriminadamente, abaixo.

Desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos								
Indicadores de Desempenho	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Cultivar Gerada /Rec.	69	84	100	126	128	119	82	103
Estirpe	6	36	22	10	43	12	13	13
Insumo Agropecuário	23	34	25	31	50	58	35	50
Máq. Equip. e Instalações	08	34	23	17	17	16	15	23
Metodologia Científica	87	257	171	107	109	135	109	143
Monitoramento /Zoneamento	34	225	279	256	702	426	351	323
Prática /Proc. Agropecuário	62	215	260	238	233	334	256	269
Processo Agroindustrial	16	25	44	30	48	54	34	251
Raça /Tipo	01	03	04	-	02	02	-	-
Software	28	94	52	49	36	27	34	37

Fonte: EMBRAPA /SEA (11/01/2002)

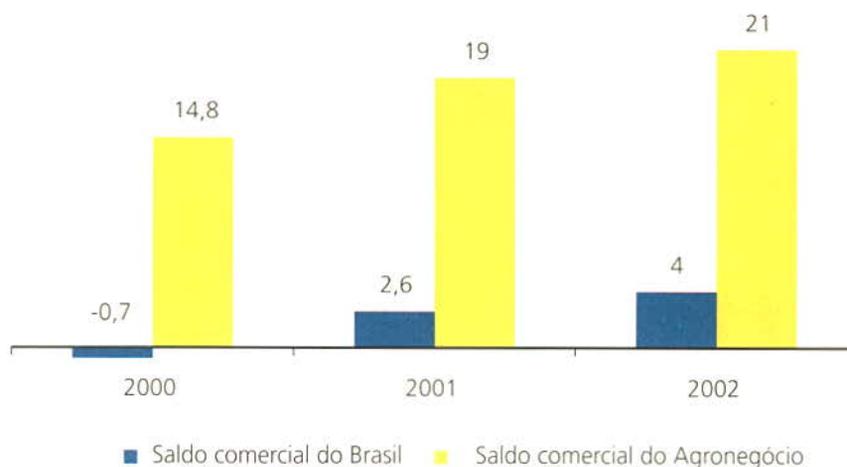
- Assim como as suas congêneres em outros países, 90% dos recursos da empresa provêm do Tesouro Nacional. O fato deles se manterem relativamente estáveis ao longo de todo o período – em torno de R\$ 640 milhões anuais –, demonstra a prioridade atribuída por este governo à atividade da pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

- A empresa mantém-se como instituição de ponta, em nível internacional, na área de melhoramento vegetal. E tem fortalecido sua atividade de pesquisa em biotecnologia e organismos geneticamente modificados, para que o país não perca o passo do progresso científico nessa área estratégica para o desenvolvimento.
- A Embrapa mantém o controle estratégico sobre o germoplasma e cria variedades e híbridos das principais culturas adaptadas a diferentes nichos ecológicos do país. Para tanto, a Embrapa conta com uma das maiores redes de bancos de germoplasma. São 167 bancos ativos, instalados em Centros de Pesquisa de todo o país, reunindo 152 gêneros e 221 espécies vegetais e animais, incluindo domésticos e silvestres, e de microrganismos.
- Esse material é utilizado em pesquisas e em manejos de recursos genéticos, conciliando os esforços de conservação da biodiversidade com o desenvolvimento agrícola sustentável.

Saldo positivo na balança comercial vem da agricultura

Seleção de trechos de Reportagem Especial da edição 1.754 da revista *Veja*, de 5/6/2002, na seção “Economia e Negócios”, com o título “A força do campo afasta as crises”, que mostra como o mérito do superávit na balança comercial brasileira, de 2,7 bilhões de dólares em 2001, deve ser atribuído à agricultura.

O agronegócio Garante a Balança Comercial



Fonte: Ministério da Agricultura.

Com a divulgação, na semana passada, dos resultados do PIB, ficou claro que, mais uma vez, a salvação da lavoura veio do campo. O PIB rural avançou 4,3% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Os cálculos do IBGE mostraram queda de 0,73% do PIB global do país no mesmo período.

Historicamente ineficiente e dependente dos subsídios do governo, o campo brasileiro já foi associado com o que o país tem de mais retrógrado. De uns anos para cá, vem dando um show de progresso.

De cada dólar que gasta com insumos importados, o campo embolsa 8 com exportações. Resultado: no ano passado, o país comemorou o superávit de 2,7 bilhões de dólares na balança comercial. O mérito foi todo da agricultura.

Tomado isoladamente, o campo produziu superávit de 19 bilhões de dólares. O restante da economia teve déficit de 16,3 bilhões de dólares em suas transações de compra e venda com o exterior. Ou seja, se imaginarmos a economia do campo como um país independente, esta nação imaginária estaria produzindo superávit comercial maior que um dinamo exportador europeu, como a Bélgica – que lucrou 11 bilhões de dólares no mercado externo no ano passado”.

A estrela do campo hoje em dia é o agronegócio. (...) Inclui as montadoras de tratores e os fabricantes de fertilizantes e defensivos agrícolas, bem como atividades desenvolvidas nas fazendas, como plantações, criação de produtos manufaturados, embalagens para exportação, silos climatizados, pesquisa e a agricultura que resulta de tudo isso”.

A chave para entender o formidável desempenho do campo brasileiro. A primeira questão foi o aumento brutal da produtividade. Culturas como do algodão rendem mais que o dobro do que entregavam ao agricultor há uma década. De importador de algodão o Brasil passou

a exportador no ano passado. Na média, a produtividade no campo aumentou 70% em uma década. Por sua vez, a chave do aumento de produtividade foi o alto investimento em tecnologia.

Hoje, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de fertilizantes e produtos agroquímicos. Todas as grandes indústrias estrangeiras do setor têm fábricas no Brasil. A cultura multinacional no campo brasileiro familiarizou rapidamente os agricultores com o comércio exterior e abriu a eles acesso ao crédito e às seguradoras.

Graças a esse treino básico, eles têm conseguido sucesso mesmo num ambiente exterior hostil. Os subsídios estatais minguaram no Brasil, enquanto europeus e americanos inundaram o campo com dinheiro do governo. Os países europeus aplicam a fabulosa soma de 1 bilhão de dólares por dia em subsídios agrícolas.

Que os agricultores brasileiros consigam bater-se com os mimados europeus é um motivo de esperança para toda a economia brasileira, que precisará mais do que nunca, daqui para a frente, de exportadores guerreiros.

(Veja, de 5/6/2002)

Transportes: os novos caminhos do desenvolvimento

DESDE OS ANOS 50, QUANDO O BRASIL ENTROU NA ERA DAS GRANDES estradas, não havia investimentos tão importantes em transportes como nos últimos anos. Em 1994, era muito grave a situação do setor em todo o Brasil. O tráfego nas estradas estava saturado. O desgaste tomava conta das ferrovias, que pareciam ruínas em muitos trechos. Os portos eram sinônimo de ineficiência. Para mudar isso, foi dada prioridade a projetos capazes de integrar as regiões e de aumentar a competitividade da economia. Assim, com transporte mais barato e eficaz, os produtos brasileiros podem disputar mercados em outros países. E, com as exportações, ganham todos os brasileiros.

<i>Investimentos em transportes (em R\$ milhões)</i>		
	1994	2001
Rodovias	315	2.310
Portos e hidrovias	59	285
Transportes urbanos	135	517
Ferrovias	22	71
Marinha mercante	252	151
Total	783	3.333

Fonte: Ministério dos Transportes

As obras mais importantes em rodovias

As principais rodovias do País começaram a ser duplicadas ou a receber pavimentação, onde ainda não havia. São projetos prioritários incluídos no Programa Avança Brasil. Todas as Regiões do País receberam obras decisivas para a vida econômica e social dos municípios e de seus moradores, com benefícios especialmente para as camadas mais

pobres. A seguir, a lista das obras mais importantes em realização pelo Governo Federal no setor rodoviário.

Rodovia do Mercosul

É a maior obra de duplicação de rodovias em andamento na América Latina. Com cerca de 1.640 quilômetros de extensão, liga Belo Horizonte a Osório, no Rio Grande do Sul. Tem importância estratégica para a integração da Região Sudeste com o Sul do Brasil, bem como para os países do Mercosul. Ao longo do percurso, destacam-se:

- *Fernão Dias*: É uma reivindicação, de décadas, de mineiros e paulistas, que finalmente saiu do papel. Em fase final, as obras estão modernizando e ampliando a capacidade da rodovia Fernão Dias (BR-381). Envolvem a duplicação e restauração de 473 quilômetros no lado mineiro e 90 quilômetros no trecho paulista, com melhorias para o transporte de passageiros e de cargas. Haverá a redução de custo de transporte, possibilitando expandir a atividade econômica no eixo São Paulo–Belo Horizonte.
- *Régis-Bittencourt*: Já foram duplicados 200 quilômetros dos 217,1 quilômetros previstos e restaurados 308 quilômetros dos 336,1 quilômetros previstos da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), entre São Paulo e Curitiba, uma das estradas mais movimentadas do Brasil. Os benefícios: menos acidentes, redução do tempo de viagem entre as duas capitais e menor custo no transporte.
- *Estrada Curitiba–Florianópolis*: A duplicação da BR-101 e a modernização da BR-376, entre Curitiba e Florianópolis, com 215,4 quilômetros, foram responsáveis pela organização e humanização do tráfego os dois estados. A estrada tinha acidentes frequentes na Serra do Mar e congestionamentos constantes. Reduziram-se o custo do transporte e os riscos para motoristas e viajantes.

Rodovia Manaus–Venezuela (BR-174)

Em 1998, foi concluída a pavimentação de 970 quilômetros entre a capital do Amazonas e a fronteira Brasil–Venezuela, fazendo uma passagem importante em direção aos mercados da Venezuela e do Caribe. A rodovia abriu novas perspectivas para a Zona Franca de Manaus e serviu para aproximar Roraima do restante do País. Em 2001, ficaram prontas as últimas pontes, inclusive uma de 700 metros sobre o Rio Branco.

Estrada do Pacífico (BR-317, no Acre)

Já foram pavimentados 76 quilômetros da Estrada do Pacífico (Rodovia BR-317), que está tirando o sudeste do Acre do isolamento. No total, a obra do trecho de Brasiléia–Assis Brasil terá 110 quilômetros e abrirá um caminho promissor do Brasil para o

Oceano Pacífico, por meio da fronteira com o Peru. É estratégica para aproximar as economias do Brasil, Peru e Bolívia.

Rodovia Transamazônica (BR-230, no Pará)

A polêmica obra dos anos 70 começou, finalmente, a receber asfalto definitivo. Consiste na pavimentação de 1.109 quilômetros entre a divisa do Pará e de Tocantins, passando por Marabá e Altamira, até a cidade de Itaituba. Estão pavimentados 100 quilômetros, entre a divisa do Pará e de Tocantins, até Marabá e 148 quilômetros a partir de Marabá em direção à Altamira. Cortando o Estado, liga as hidrovias do Araguaia–Tocantins e do Tapajós, nas duas pontas, além de cruzar os rios Tocantins, Xingu e Tapajós. Mesmo no inverno, época das chuvas, a rodovia é “transitável”, embora em condições precárias. A obra visa fazer a interligação da BR-230 com as rodovias BR-153, BR-158, BR-222 e BR-422, beneficiando a população dos municípios estabelecidos na área de influência da rodovia, um total de 1,5 milhão de habitantes –, bem como melhorar o escoamento da produção agrícola.

Rodovia BR-156 (Amapá)

A pavimentação de 453 quilômetros da rodovia BR-156, entre Macapá e o Oiapoque, em direção à capital da Guiana Francesa (Caiena), via promissora de exportação, começou em julho de 2000, tendo 65 quilômetros já prontos. Depois de concluída, vai promover a integração do Brasil com os países da região norte da América do Sul e facilitar a aproximação com o Suriname e a Guiana. A estrada é o desdobramento de acordo assinado entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente francês Jacques Chirac, em 1997.

Rodovia Brasília–Goiânia (BR-060)

Obras de duplicação, restauração e modernização em 126 quilômetros na rodovia Brasília–Goiânia, para ampliar a capacidade da estrada, aumentando a segurança do tráfego e o conforto para os motoristas e passageiros. A adequação de capacidade também traz benefícios econômicos, já que a BR-060 transporta mercadorias como soja, milho, fertilizantes, combustíveis e materiais de construção, entre outros produtos. A conclusão está prevista para o final de 2003.

Rodovia BR-070 (Mato Grosso)

Construção de 84,7 quilômetros da rodovia BR-070, ligando o Brasil (Cáceres) à fronteira com a Bolívia, e interiorizando o comércio no Mercosul. A obra foi concluída em 2002. Foram investidos R\$ 35,7 milhões.

Rodovia BR-267 (Mato Grosso do Sul)

Obra de pavimentação de 202 quilômetros entre Jardim e Porto Murtinho, na fronteira com o Paraguai, com mais de 95% da obra concluída (191 quilômetros). Permitirá o acesso rodoviário permanente ao porto fluvial de Porto Murtinho, possibilitando o escoamento parte da produção de grãos do Estado pela hidrovía do rio Paraguai.

Rodovias BR-050 e BR-153 (Minas Gerais e Goiás)

Um importante corredor de transporte que une São Paulo a Goiás, passando pelo Triângulo Mineiro, está sendo reforçado com uma série de obras. Uma delas é a duplicação da BR-050, entre Uberaba e Uberlândia, numa extensão de 95 quilômetros, e a restauração na pista da BR-050, entre a divisa de Goiás–Minas Gerais e a de Minas Gerais–São Paulo. Outra é a duplicação de 189 quilômetros na BR-153, entre as cidades de Aparecida de Goiânia e Itumbiara, ambas em Goiás.

Rodovia João Pessoa–Campina Grande (Paraíba)

Duplicação de 66,6 quilômetros e restauração de 45,7 quilômetros da BR-230, a mais importante via de integração entre os dois principais pólos da Paraíba. O objetivo é reduzir o tempo de viagem e dar mais segurança. Beneficiam-se também as cidades cortadas pela rodovia: Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, Sobrado, Caldas Brandão, Gurinhém, Juarez Távora, Ingá e Riachão do Bacamarte. Encontram-se concluídas 86% das obras.

Contorno Leste de Curitiba (Paraná)

Construção e adequação do Contorno Leste de Curitiba, numa extensão de 45 quilômetros, com 99% das obras executadas, interligando a BR-116/PR à BR-376/PR e evitando que o intenso tráfego, de aproximadamente 60 mil veículos por dia, passe pela área urbana da capital. Entre os principais efeitos: o fim dos engarrafamentos permanentes de trânsito na área metropolitana, a queda do número de acidentes e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Rodovia BR-401 (Roraima)

A rodovia que liga a capital Boa Vista a Bonfim, na fronteira com a República da Guiana. Com extensão de 124 quilômetros, já se encontra pavimentada. Estão em execução duas pontes de concreto armado: uma sobre o rio Arraia, com extensão de 120 metros, e outra sobre o rio Itacutu, com extensão de 120 metros, na fronteira, ligando

Bonfim e Lethem. A rodovia facilitará o acesso ao platô das Guianas, reforçando os laços socioeconômicos do Brasil com essa região da América do Sul.

Rodovia BR-282 (Santa Catarina)

Pavimentação de trechos da rodovia que vai de Florianópolis à Argentina. É a BR-282, de Palhoça a São Miguel D'Oeste, interligando o interior de Santa Catarina ao litoral. A extensão é de 667 quilômetros, dos quais mais de 562 quilômetros já estão pavimentados. A iniciativa facilitará o comércio com a Argentina e estimulará a exportação pelos portos de Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba. Será a primeira rodovia de fronteira do Estado, facilitando a entrada de turistas estrangeiros. Foram executadas 37% das obras previstas.

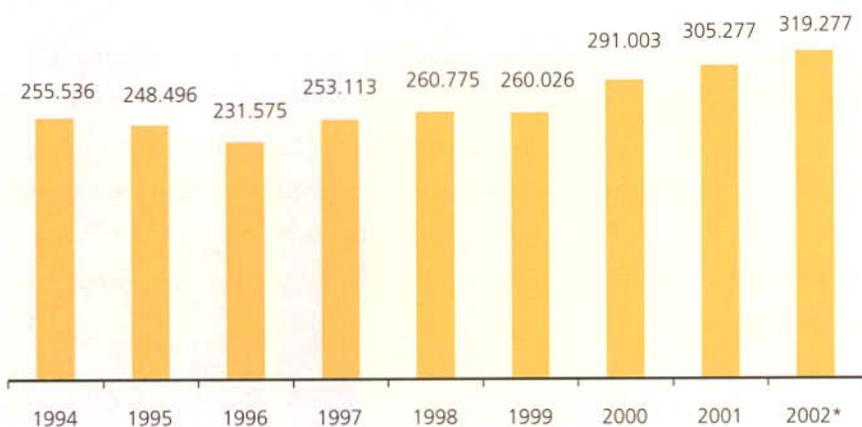
Rodoanel de São Paulo – Trecho oeste

Com 32 quilômetros de extensão, trecho oeste do Rodoanel Mário Covas está concluído. A obra completa prevê 161 quilômetros de extensão e ligará dez rodovias com acesso à região metropolitana de São Paulo. Vai retirar 30% dos veículos e 42% do volume de cargas que circulam pelas vias marginais da capital, contribuindo para reduzir os congestionamentos no centro urbano e diminuir custos de transporte.

A modernização das ferrovias

Depois de viver um longo período de dificuldades, as estradas de ferro voltaram a ganhar importância no País, graças às privatizações. De 1996 a 2001, o transporte de carga por ferrovia aumentou 17%, o índice de acidentes caiu 34% e a velocidade média dos trens cresceu 31%. Isso representa uma queda nos custos de frete e faz o produto brasileiro ficar mais competitivo na hora de ser vendido em outros países. O transporte de cargas (insumos e produtos siderúrgicos, grãos, cimento e derivados de petróleo), medido em tonelagem-útil, passou de 256 milhões, em 1994, para 306 milhões, em 2001. Deve chegar a 319 milhões de toneladas-útil.

Transporte ferroviário de carga (em milhares de toneladas-útil, de 1994 a 2002)



Fonte: Ministério dos Transportes *2002: previsto até dezembro

Várias iniciativas do Governo Federal tiveram destaque:

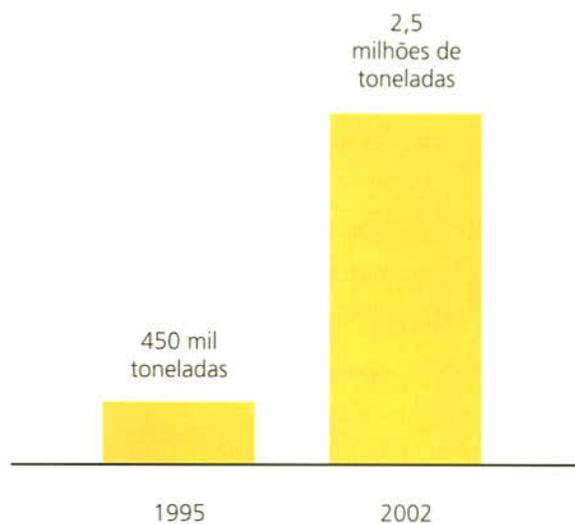
- O início das privatizações, em 1996, com a concessão da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que passou a ter melhor desempenho nos anos seguintes, bem como o aumento da produtividade.
- A retomada, em 1995, das obras da ferrovia Norte-Sul, que estavam paralisadas há seis anos no Maranhão, e o início da operação comercial.
- A parceria para a construção da Ferronorte, no Mato Grosso do Sul, um dos principais programas do Avança Brasil.

Ferrovia Norte-Sul

O primeiro trecho da ferrovia Norte-Sul está concluído e em operação comercial no Maranhão. São 226 quilômetros que ligam as cidades de Estreito e Açailândia, e fazem conexão com a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Itaqui. Depois de seis anos paralisada, a obra foi reativada, em 1996, após a inclusão do projeto no programa Brasil em Ação e, mais recentemente, no Avança Brasil.

- A conclusão do trecho maranhense da ferrovia, construída e administrada pela empresa Valec, permitiu a instalação de empresas de fertilizantes e de cimento no pátio ferroviário de Imperatriz, assim como de empresas agrícolas no pátio de Porto Franco. Saltou de 450 mil para 2,5 milhões a quantidade de cargas transportadas pela Norte-Sul.

Transportes de cargas na Ferrovia Norte-Sul



Fonte: Ministério dos Transportes

- No total, a Norte-Sul terá 2.066 quilômetros, atravessando o cerrado brasileiro e aproximando as Regiões Norte e Nordeste das Sul e Sudeste. Duas outras frentes já estão abertas.
- Está em construção o trecho de Estreito (Maranhão) a Darcinópolis (Tocantins), com 42 quilômetros de extensão. Um outro trecho, de Darcinópolis a Araguaína, terá 170 quilômetros.
- Concluiu-se a ponte ferroviária de 1.300 metros, sobre o rio Tocantins, o maior vão central em área livre (154 metros) da América do Sul.

Uma coluna vertebral para o Brasil

Novidades no traçado da ferrovia Norte-Sul



Mapa: Ferrovia Norte-Sul

Em Goiás, uma outra ponta da ferrovia Norte-Sul começou a surgir em fevereiro de 2002, com as obras de um trecho de 41 quilômetros entre Anápolis e Petrolina de Goiás.

No total, serão 510 quilômetros em Goiás, Estado que passará a ter mais competitividade para exportar seus produtos da agroindústria.

Ferronorte

É um dos principais investimentos do plano Avança Brasil no Centro-Oeste. A primeira etapa da construção da ferrovia está concluída, com 410 quilômetros que ligam Aparecida do Taboado (Mato Grosso do Sul, na divisa com São Paulo) aos terminais de Chapadão do Sul (Mato Grosso do Sul) e de Alto Taquari (Mato Grosso), garantindo alternativa eficaz para o transporte agrícola. Esse trecho, interligado aos 900 quilômetros da Ferroban (Ferrovia Bandeirantes), por meio de uma ponte rodoferroviária com 2.600 metros de extensão sobre o rio Paraná, alcança o Porto de Santos, permitindo uma redução mínima de 30% no custo do transporte da produção da região. A segunda fase do projeto, iniciada em 1999, prevê a expansão da ferrovia em mais de 290 quilômetros, até o entroncamento com a BR-163, no Mato Grosso, próximo a Rondonópolis, completando um corredor ferroviário de 1.600 quilômetros até o Porto de Santos.

O traçado atual da Ferronorte



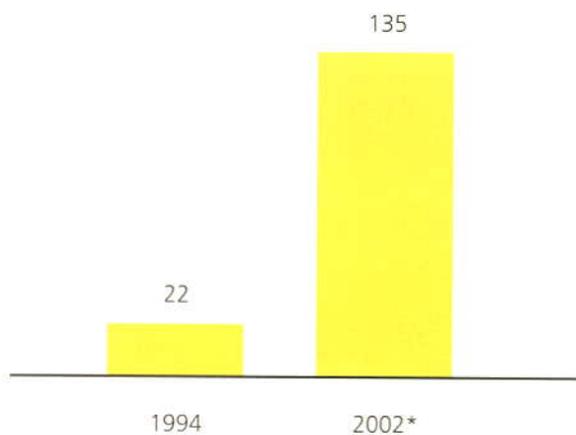
Mapa: www.geocities.com/estrada_de_ferro

Ponte rodoferroviária sobre o Rio Paraná

- Uma das obras de engenharia mais bem-sucedidas do trajeto da Ferronorte é a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná, realizada em parceria entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo.
- Tem 2,6 quilômetros de extensão e liga Rubinéia, em São Paulo, a Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul, conectando as ferrovias Ferronorte e Ferroban, em direção ao Porto de Santos.
- Foi concluída no primeiro semestre de 1998 e reduziu em 200 quilômetros o percurso anterior.
- O trecho rodoviário permite o fluxo de veículos entre Santa Fé do Sul, em São Paulo, e Aparecida do Taboado, no Mato Grosso do Sul.

Investimento do Governo Federal em ferrovias

Em R\$ milhões



Fonte: Ministério dos Transportes

*2002: previsto até dezembro

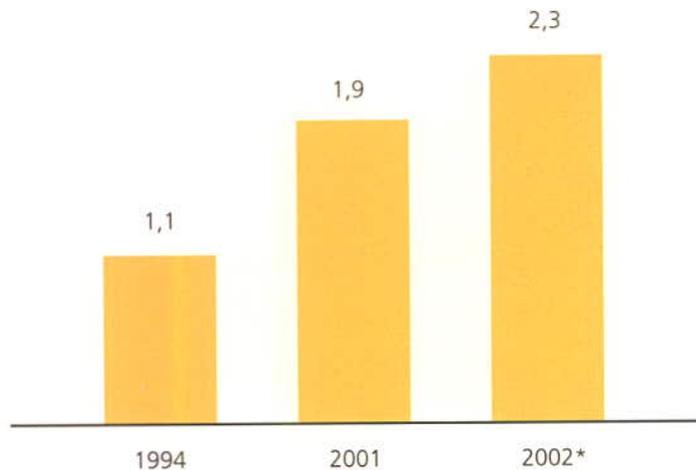
A nova abertura dos portos

Lançado em 1996, o Programa de Desestatização nos Portos rapidamente instalou a competitividade no setor, com investimentos da iniciativa privada em instalações e reaparelhamento portuário. Alguns resultados, a seguir:

- Ocorreu grande aumento de produtividade, de duas a três vezes mais, com as mudanças introduzidas na organização do sistema de trabalho e com as novas tecnologias.
- Houve redução das tarifas nos portos, que ficaram também mais eficientes, com menor tempo de atracação e permanência dos navios.
- A movimentação geral de cargas nos portos brasileiros teve aumentos expressivos, saltando de 360 milhões de toneladas, em 1994, para 531 milhões de toneladas em 2002 (previsão).
- Importante indicador da modernização do setor portuário, a movimentação de cargas em contêineres passou de 1,1 milhão de unidades, em 1994, para 1,9 milhão, em 2001, e para 2,3 milhões, em 2002 (previsão) – um crescimento de 109%.

Movimentação de contêineres nos portos brasileiros

Em milhões de unidades

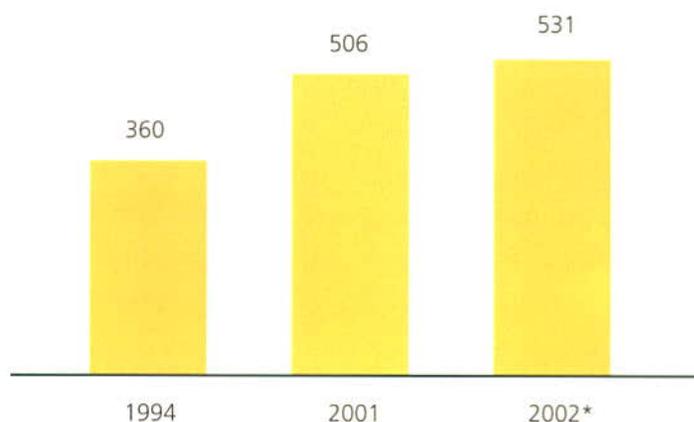


Fonte: Ministério dos Transportes

*2002: previsão

Movimentação de cargas nos portos brasileiros

Em milhões de toneladas



Fonte: Ministério dos Transportes

*2002: previsão

As principais obras no setor portuário

Entre os anos de 1995 e 2001, a União investiu R\$ 1,5 bilhão no setor portuário, direcionado principalmente à execução de obras de ampliação, recuperação e melhoramentos da infra-estrutura e de dragagens a fim de aumentar a capacidade para receber navios maiores. A seguir, os principais investimentos.

Porto de Sepetiba (Rio de Janeiro)

Houve modernização geral para permitir a movimentação de um volume anual de 30 milhões de toneladas de cargas, dez vezes o volume movimentado anteriormente. Vai permitir também a recepção e o embarque de cerca de 400 mil contêineres, um quarto do total brasileiro. O Porto de Sepetiba entrou em pleno funcionamento no ano de 2000, podendo tornar-se o primeiro grande porto concentrador de cargas do Atlântico Sul, em posição geográfica estratégica para redistribuir produtos da Ásia e de outros lugares para o Mercosul, a América Central e os Estados Unidos.

Porto de Pecém (Ceará)

O complexo industrial e portuário do Pecém compõe-se de ponte de acesso, dois píeres de atracação, um quebra-mar de proteção, sistema viário, pátio de estocagem, dois armazéns, tubovia e equipamento mecânico. Depois de sete anos de obras, no ano

passado foram inauguradas as operações comerciais, atualizadas com o que há de mais moderno. Visa fortalecer o crescimento do parque industrial do Nordeste, atraindo investimentos e criando novos empregos na Região, especialmente nos setores siderúrgico e petroquímico.

Porto de Suape (Pernambuco)

Obras de complementação e melhoramentos nesse porto, dotado de excelente localização e condições de acesso marítimo e atracação, responsável por colocar a economia regional em linha direta com o comércio do resto do mundo. Por lá, passam mercadorias, como cereais, óleo de soja, combustíveis, produtos químicos e materiais eletroeletrônicos. Em fase de execução, as obras prevêem, entre outras coisas, a construção de novos cais, Tatuoca e Cocaia, e a duplicação do acesso rodoviário, além de serviços de urbanização e de preservação do meio ambiente na área.

Porto do Rio Grande (Rio Grande do Sul)

Iniciativa importante para o Mercosul, o projeto consiste na ampliação dos molhes em 500 metros (leste) e 900 metros (oeste), bem como na dragagem ao canal de acesso em até cerca de oito metros de profundidade. Com as obras, o canal de acesso ao porto terá 310 metros de largura, permitindo o tráfego em dois sentidos de navegação. Os trabalhos começaram em maio de 2001 e vão melhorar a infra-estrutura operacional do porto, que tem localização geográfica privilegiada no Atlântico e opera com os maiores armadores do mundo. Houve duplicação de 16,2 quilômetros da BR-116 e de 59,4 quilômetros da BR-392, entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, num total de 75,6 quilômetros, a fim de melhor adequá-las ao transporte em direção ao porto, favorecendo o escoamento de grãos.

Porto de Cabedelo (Paraíba)

Iniciadas em 1996, as obras de recuperação do Porto de Cabedelo aperfeiçoaram muito as condições de funcionamento, com benefícios para exportadores, importadores e usuários em geral. Houve aumento da movimentação de cargas e geração de empregos. As obras abrangem vedação do cais de 400 metros, ampliação do cais de 200 metros, pátio de estocagem, melhoria das vias internas, dragagem, serviços elétricos e instalação de equipamentos e acessórios.

Porto graneleiro (Rondônia)

A implantação de um porto graneleiro em Porto Velho está contribuindo para facilitar e baratear o transporte de soja produzida na Região Centro-Oeste, que embarca pela Hidrovia do Madeira, em direção aos mercados da Europa e dos Estados Unidos.

O Brasil descobre as hidrovias

Hidrovia do Rio Madeira (Amazônia)

Obras de dragagem e sinalização do rio Madeira para mantê-lo navegável durante o ano todo, em condições mais seguras e eficientes por 1.056 quilômetros, entre Porto Velho (Rondônia) e o porto de Itacoatiara (Amazonas), no rio Amazonas. Isso viabilizou a produção do norte do Estado de Mato Grosso para exportação e também para processamento, visando ao mercado interno de forma mais competitiva. Em 2001, foram transportados mais de 1 milhão de toneladas de soja – um crescimento de 47% em relação a 1999.

Hidrovia Araguaia–Tocantins (Pará, Tocantins e Maranhão)

A hidrovia incentivará uma rota de transporte alternativa para a exportação da soja da fronteira agrícola em expansão no Centro-Oeste, entre outros produtos – uma contribuição vital e ecologicamente sustentável para o desenvolvimento de toda a Região. Além disso, permitirá a exploração, em larga escala, dos recursos naturais e econômicos das terras banhadas pelo Araguaia e pelo Tocantins. Encontra-se em andamento o licenciamento ambiental para as obras de sinalização e balizamento em 2.600 quilômetros nos rios Araguaia e Tocantins. Estão sendo feitos também investimentos na construção das eclusas de Lajeado e de Tucuruí, os quais permitirão a integração dessa via com todo o complexo hidroviário da Amazônia.

Hidrovia Tietê–Paraná

É uma alternativa para facilitar, agilizar e baratear o escoamento da produção brasileira em direção ao Mercosul. Com a conclusão da eclusa de Jupia, inaugurada em 1998, a hidrovia ampliou seu raio de ação e atinge 2.400 quilômetros de extensão, numa rota multimodal eficiente entre São Paulo e Buenos Aires. A hidrovia tem estimulado a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste do Brasil, ampliando a oportunidade de bons negócios, inclusive nos setores de turismo e agroindústria.

Hidrovia do São Francisco

O médio curso navegável do rio São Francisco pode-se tornar conhecido também como a Hidrovia de Integração Nacional, à semelhança do título que o rio já leva. Sua extensão de 1.372 quilômetros – entre Pirapora, em Minas Gerais, e o pólo Juazeiro–Petrolina, na Bahia e em Pernambuco – viabiliza a implantação de um significativo corredor de transporte, baseado em rodovia, ferrovia e hidrovia, integrando as Regiões Sudeste e Nordeste, com a perspectiva de uma redução no custo de transportes superior a 50%.

O movimento de cargas nessa hidrovia ainda é incipiente, estando previsto um total de 85 mil toneladas para 2002. Entretanto, estudos de fluxo de cargas identificaram uma “demanda reprimida de cargas tipicamente hidroviáveis” com cerca de 2 milhões de toneladas por ano, que vêm sendo transportadas por via rodoviária, contribuindo para a rápida deterioração das estradas existentes no Nordeste e, como consequência, acarretando o aumento do frete.

Hidrovia do Paraguai

O rio Paraguai, no território brasileiro, dá suporte a dois tipos de navegação. Um é o trecho exclusivamente doméstico, com 680 quilômetros, interligando os pólos concentradores de cargas de Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Cáceres (Mato Grosso), onde predomina o transporte de soja para a exportação, a partir desta última cidade. O outro é o trecho internacional, com 560 quilômetros, integrando cidades ribeirinhas da chamada Fronteira Noroeste ao mercado dos países limítrofes (Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia). Em 2001, foram transportadas, nos trechos nacional e internacional, respectivamente 101,5 mil toneladas e 1,6 milhão de toneladas. As estatísticas de movimentação até agosto de 2002 indicam expressivo crescimento de 82,3%, nas cargas nacionais, e de 58,9%, nas internacionais.

Hidrovia dos Rios Guamá–Capim (Baixo Amazonas)

Essa hidrovia foi implantada ao final da década passada e já movimenta 1,3 milhão de toneladas, principalmente de caulim. Está toda balizada e seu canal de navegação foi melhorado pela dragagem de passos críticos, tornando-se uma atividade rotineira. Possui 756 quilômetros de extensão e seus comboios são formados por um empurrador e quatro chatas que carregam 1.800 toneladas por viagem.

Aeroportos com mais segurança e conforto

Construção, ampliação e reforma em 18 capitais

De 1995 a 2001, a rede de aeroportos brasileiros passou por uma modernização de grande alcance, na qual foram investidos cerca de R\$ 2,3 bilhões na construção, na ampliação e na reforma de aeroportos em 18 capitais. A programação persiste e inclui também importantes cidades do interior dos Estados, como Londrina. Até 2005, os valores investidos chegarão a R\$ 6,1 bilhões. Somente em 2002, os investimentos foram de R\$ 740 milhões. As 18 capitais são:

- Aracaju
- Belém
- Brasília
- Cuiabá
- Curitiba
- Fortaleza
- Manaus
- Natal
- Palmas
- Porto Alegre
- Porto Velho
- Recife
- Rio Branco
- Rio de Janeiro (Galeão e Santos Dumont)
- Salvador
- São Luís
- São Paulo (Guarulhos)
- Teresina

De maneira geral, as obras visaram:

- Melhorar a eficiência do transporte aéreo, o conforto e a segurança dos passageiros.
- Aumentar a capacidade, com novos terminais de passageiros e de carga.
- Construir pátios e pistas, com pavimentação e balizamento, infra-estrutura básica e mecânica, além de equipamentos de controle de tráfego aéreo.
- Adequar a aviação civil brasileira aos padrões internacionais.
- Promover a atualização tecnológica nos aeroportos, em harmonia com o meio ambiente.

A seguir, alguns exemplos do amplo programa de investimentos em curso:

- *Recife* – A primeira fase do novo Aeroporto Internacional Gilberto Freyre (antigo Guararapes) estará concluída este ano. Em 2001, as obras de ampliação da pista terminaram, e Pernambuco dispõe, hoje, da maior pista do Nordeste, com 3.305 metros. Isso dá mais autonomia de voo aos aviões de grande porte e abre novas conexões para a Europa, os Estados Unidos e o Mercosul, em viagens de turismo ou negócios. O terminal de passageiros terá um eficiente sistema de ar-condicionado, 64 balcões de atendimento informatizados, além de amplas salas de embarque com

capacidade para até 5 mil passageiros nos horários de maior movimento, com mais conforto e segurança no atendimento.

- *Porto Alegre* – O novo terminal do Aeroporto Internacional Salgado Filho dispõe atualmente 170 vôos regulares, domésticos e para o exterior, por semana. Recebeu a última geração de equipamentos para atender, com eficiência, conforto e segurança, até 4 milhões de passageiros por ano. Pode acolher até 28 aeronaves de grande porte simultaneamente e atender os passageiros em 32 balcões de *check-in*, em ambiente climatizado. Durante a construção, foram gerados 2 mil empregos diretos. Com a ampliação, são 6 mil empregos diretos nas mais diferentes atividades.

Os números do Aeroporto Internacional de Porto Alegre

	Antes	Depois
Passageiros ao ano	1,5 milhão	4 milhões
Pátio	12 aeronaves	28 aeronaves
Área construída do terminal de passageiros	15,5 mil m ²	36,7 mil m ²
Área do pátio de aeronaves	45 mil m ²	75 mil m ²
Inauguração	Setembro de 2001	
Investimento total	R\$ 157,6 milhões	

Fonte: Infraero

- *Fortaleza* – Inaugurado em 1998, o Aeroporto Pinto Martins consolidou a posição do Ceará como importante pólo turístico no Nordeste. Foram feitas ampliações na pista de decolagem, no terminal de passageiros, no pátio das aeronaves e no terminal de carga doméstica. Mantém ligação direta com as principais capitais brasileiras e cidades, como Roma, Milão, Lisboa, Buenos Aires e Miami. Tem capacidade para receber 3,6 milhões de passageiros por ano, com muito conforto, em quatro pavimentos.
- *Palmas* – O novo Aeroporto de Palmas, em Tocantins, é um dos mais modernos na categoria de porte médio em operação no Brasil. As obras de construção foram concluídas em tempo recorde de 24 meses. Tem capacidade para atender 370 mil passageiros por ano e pista de pouso com 2.500 metros. A iniciativa gerou 800 empregos no canteiro de obras e começou a funcionar com 600 empregos diretos e cerca de 2 mil indiretos. Dispõe de completa infra-estrutura de navegação, segurança e abastecimento de aviões, além de um acesso viário de 4 quilômetros, que o liga à principal avenida da capital de Tocantins.

Os números do aeroporto de Palmas

	Antes	Depois
Passageiros ao ano	80 mil	370 mil
Pátio	2 aeronaves	8 aeronaves
Área construída do terminal de passageiros	650 m ²	9,6 mil m ²
Área do pátio de aeronaves	6,8 mil m ²	41,4 mil m ²
Inauguração	Outubro de 2001	
Investimento total	R\$ 91,4 milhões	

Fonte: Infraero

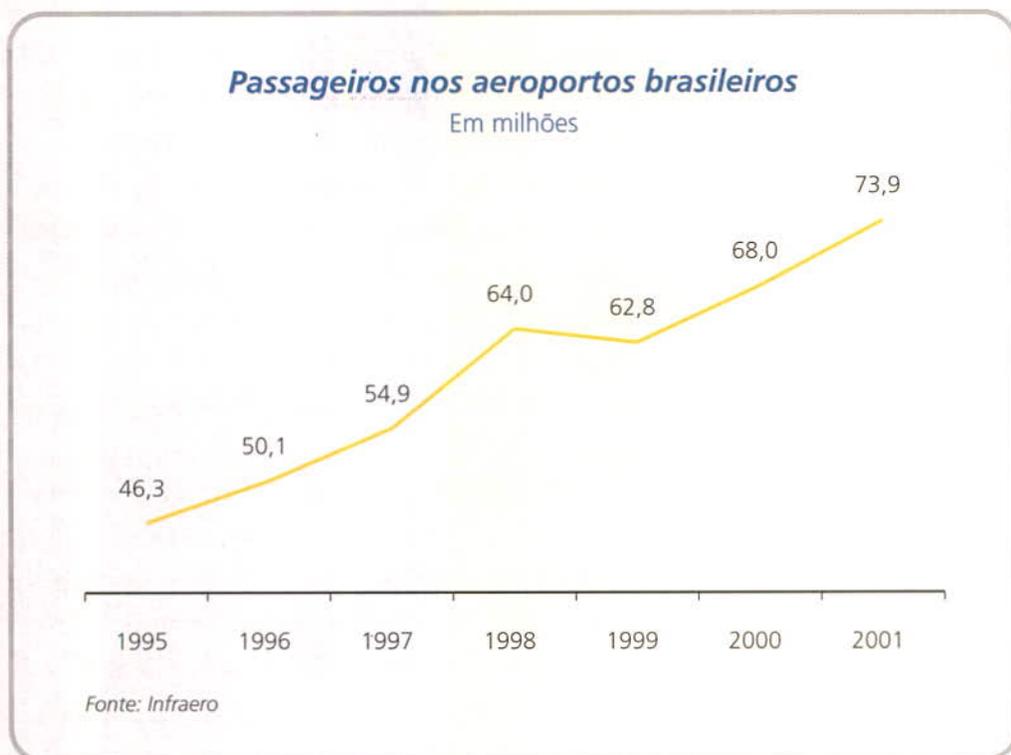
- *Salvador* – O novo terminal do Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães foi inaugurado em setembro de 2002. Com dezenas de vôos domésticos e internacionais diários, a participação do aeroporto no desenvolvimento da Bahia é crucial como porta de entrada do turismo. A capacidade foi ampliada de 2,5 milhões para 6 milhões de passageiros por ano, e a obra custou R\$ 240 milhões, com recursos da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo (Prodetur) e do Governo da Bahia.
- *Natal* – Com a construção do novo terminal do aeroporto de Natal, abrem-se boas perspectivas para o crescimento do turismo no Estado, que já acolhe cerca de 2 milhões de visitantes por ano, entre brasileiros e estrangeiros, metade dos quais chega à cidade por meio de avião. As novidades do aeroporto abrangem as pistas de decolagem e taxiamento maiores e terminal de passageiros mais funcional e confortável.
- *Porto Velho* – A capital de Rondônia já conta com um aeroporto à altura do crescimento regional. Um novo terminal de passageiros está sendo finalizado e abrange 6.800 metros quadrados, com capacidade para 600 mil passageiros por ano, um acréscimo de 150%. Haverá 16 balcões de *check-in*, sistema mecanizado de embarque de bagagens, salas climatizadas e 25 lojas. Equipamentos de última geração vão dar mais segurança ao tráfego aéreo. Estão sendo ampliados o terminal de cargas domésticas e o pátio de aeronaves.
- *Brasília* – O Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek é o terceiro mais movimentado do País e recebe obras para melhorar as conexões com todas as capitais, dando mais conforto aos usuários. Ocorrerá a ampliação dos terminais de passageiros e de cargas, além do pátio de aviões, e a construção de uma nova pista de decolagem. Haverá ainda lojas de conveniência e serviços, praça de alimentação e duas salas de cinema. Quando concluído, terá um terminal de passageiros com 80 mil metros

quadrados de área construída e 12 pontes de embarque e desembarque, com capacidade aumentada para até 8 milhões de passageiros por ano.

- *Londrina* – O aeroporto de Londrina possui importante papel no desenvolvimento da Região Sul do País, movimentando mais de 400 mil passageiros por ano, recebendo investimentos no valor de R\$ 6,4 milhões, na reforma e na ampliação do terminal de passageiros e na construção da nova torre de controle, aumentando sua capacidade de 250 para 800 mil passageiros por ano. A inauguração das novas instalações ocorrerá ainda este ano.

Infraero movimenta 80 milhões de passageiros em 2002

Em 2001, os aeroportos brasileiros administrados pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) devem fechar o ano com 80 milhões de embarques e desembarques, quase o dobro de 1995, que foi de 46,3 milhões de passageiros. Empresa pública, vinculada ao Ministério da Defesa, a Infraero é responsável pela administração e a operação de 65 aeroportos, 82 estações de apoio à navegação aérea e 32 terminais de carga, em todo o território nacional.



- Nos últimos anos, a Infraero vem adotando o modelo de “gestão empreendedora”, fixado pelo programa Avança Brasil para empresas públicas. Um estilo orientado para resultados, aumento do nível de satisfação dos clientes, racionalização do gasto público e alcance das metas governamentais.

A melhor empresa de serviço público do Brasil, segundo a Exame

A Infraero é reconhecida como uma empresa eficiente e profissional, conforme demonstra a escolha pela revista *Exame – Melhores e Maiores*, de 2000, como a “melhor empresa de serviços públicos” do ano. A seguir, outros indicadores de qualidade:

- Atestados de qualidade internacional, os certificados ISO 9001, obtidos a partir de 1996, vêm sendo mantidos em 11 aeroportos. Foi eleita também a melhor empresa de transportes e logísticas, pelo *Relatório Valor 1.000*, do jornal *Valor Econômico*.
- Com o objetivo de avaliar o nível de satisfação dos clientes e parceiros quanto ao atendimento e à qualidade dos serviços prestados, a Infraero fez uma pesquisa específica em 14 aeroportos, em 2001. A avaliação abordou aspectos, como limpeza, conservação, disponibilidade e quantidade dos equipamentos, conforto das instalações, atenção, cortesia, tempo de espera, eficiência e prioridade no atendimento.
- Alguns resultados do grau de satisfação dos clientes e parceiros: Porto Alegre (99,2%); Belém (95%); Curitiba (94,5%) e Fortaleza (90,5%).
- De maneira geral, a avaliação da pesquisa indicou que foi ultrapassada a meta estabelecida pelo Governo Federal no Avança Brasil que é superar até 2003 o índice de 70% de usuários satisfeitos com os serviços públicos.
- Dos aeroportos administrados, 35 são superavitários, sendo Guarulhos, em São Paulo, o mais rentável. Desde abril de 2000, dando início às modificações que se estão processando na aviação civil brasileira, a Infraero passou a ser vinculada ao Ministério da Defesa.

Metrôs: melhor qualidade de vida nas grandes cidades

Cuidando das regiões metropolitanas

Uma das ações de maior alcance do Governo Federal para a melhoria da qualidade de vida nos grandes centros urbanos é a construção, a expansão e a modernização dos metrôs em cinco grandes capitais: Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em outras duas regiões metropolitanas, São Paulo e Rio de Janeiro, também houve participação do Governo Federal.

Os metrô são obras de grande impacto para milhões de moradores, pois reduzem o tempo da viagem entre a casa e o trabalho; o congestionamento de carros e o número de acidentes nas ruas e avenidas; a poluição ambiental e o nível de estresse entre motoristas e passageiros. Deixam, portanto, mais tempo para o descanso e o lazer das famílias. Daí a preocupação do programa Avança Brasil, que inclui os metrô em duas de suas grandes ações pelo País afora.

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) está realizando a construção de novos metrô em Salvador e ampliando os de Belo Horizonte e Recife. São investimentos de 1,41 bilhão de dólares. O metrô de Porto Alegre também vive fase de expansão, com as estações Unisinos e Museu Trem já inauguradas. Uma iniciativa a cargo da Empresa Brasileira de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), sociedade de economia mista que tem o Governo Federal como principal acionista (99% das ações).

<i>Os investimentos da CBTU em metrô</i>			
Região metropolitana	Trecho	Investimento (US\$ milhões)	Situação
Belo Horizonte	São Gabriel-Vilarinho	197	Operação parcial em 2002
	Minas Shopping-São Gabriel	60	Conclusão em 2001
	Ramal do Barreiro	138	Conclusão em 2004
Recife	TIP-Camaragibe e Recife-Cajueiro Seco	204	Conclusão em 2003
Fortaleza	1º estágio: Vila das Flores-João Felipe	326	Conclusão em 2003
	2º estágio: Caucaia-João Felipe	176	Conclusão em 2005
Salvador	Lapa-Pirajá	308	Conclusão em 2003
Total		1,41 bilhão de dólares	

Fonte: CBTU

Em todos esses projetos, estão sendo contemplados os estudos para a reestruturação dos sistemas de transportes por ônibus – a fim de facilitar a circulação viária – como forma de redução dos índices de poluição ambiental e de acidentes –, além de projetos de reassentamento, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda.

- O preço mais baixo das passagens, em comparação com outros meios de transporte, mostra o grande benefício social que trazem os investimentos do Governo Federal, ao melhorar os serviços do metrô.

- Os recursos são destinados também a elevar o nível de atendimento aos usuários, com mais segurança, regularidade, pontualidade e conforto.

São Paulo – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve presença no desenvolvimento do metrô de São Paulo. A partir de 1996, ajudou na conclusão de obras paralisadas em três trechos: Santana–Tucuruvi, Clínicas–Vila Madalena e Itaquera–Guaianazes.

Rio de Janeiro – No dia 8 de abril de 2002, o BNDES aprovou a liberação de R\$ 221 milhões que vão permitir a conclusão da expansão do metrô do Rio de Janeiro até o centro de Copacabana. Haverá acréscimo de 70 mil passageiros por dia, cerca de 17% do número atual transportado. Por meio da Riotrilhos, os recursos destinam-se ao trecho metroviário Arcoverde–Siqueira Campos. Irão possibilitar também a conclusão das obras de melhoria em várias partes do sistema.



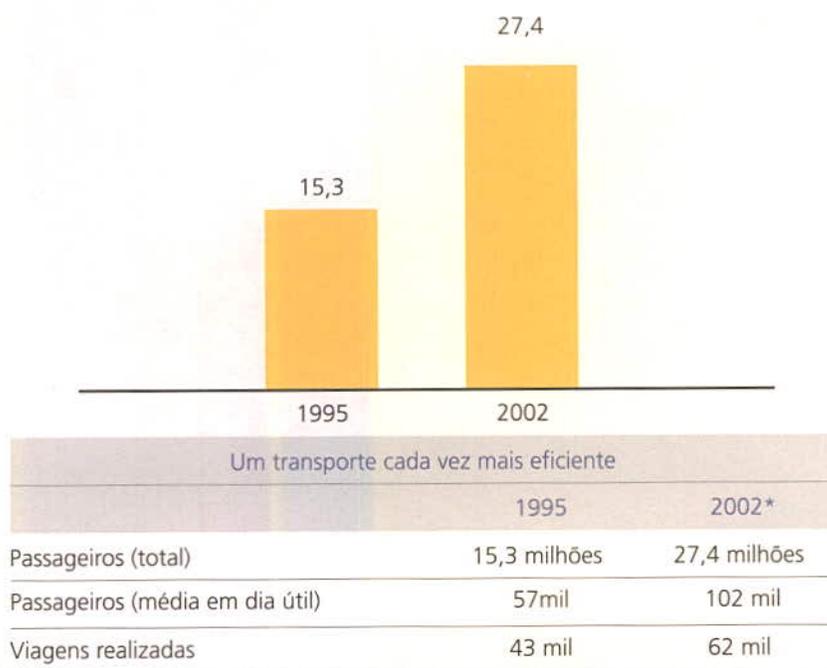
Em Belo-Horizonte, 400 mil passageiros por dia

O metrô de Belo Horizonte é uma das maiores obras de toda a história da capital mineira. Desde o início das obras, em 1981, já foram investidos US\$ 800 milhões, dos quais US\$ 315 milhões entre 1995 e 2001. Em janeiro de 2002, a primeira etapa da Linha 1 do metrô de Belo Horizonte foi finalizada, com a entrega da nova estação São Gabriel. Beneficiaram-se diretamente os moradores das regiões norte e nordeste da capital.

- Agora falta pouco para a conclusão da Linha 1. As estações de 1º de Maio, Waldomiro Lobo, Florammar e Vilarinho já estão em operação parcial, restando apenas a conclusão da sinalização automática.
- Com a Linha 1 totalmente implantada, serão transportados 400 mil passageiros a cada dia, ao longo de 30 quilômetros, 19 estações e cinco terminais de integração, que permitirão a ligação entre as regiões oeste, leste e norte da capital mineira.
- Entre 1995 e 2002, o número anual de passageiros transportados aumentou em 12 milhões .

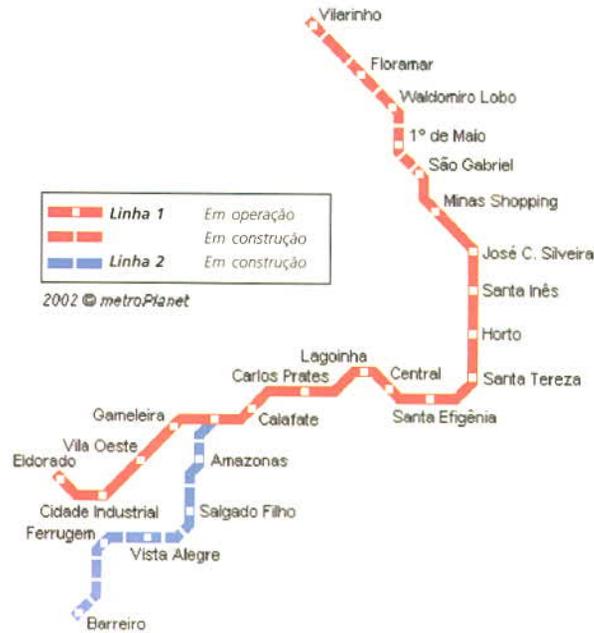
Passageiros transportados no metrô de Belo Horizonte

Em milhões



Fonte: Ministério dos Transportes
2002*: previsto até dezembro

Metrô de Belo Horizonte



- O trecho atual em finalização (São Gabriel–Vilarinho, com extensão de 6,6 quilômetros) contemplou o prolongamento da Linha 1, da estação Minas Shopping até Vilarinho. As obras civis e de eletrificação já foram concluídas. Atualmente, estão sendo implantadas os sistemas de sinalização e telecomunicação, que irão permitir a operação plena com intervalos de 4 minutos entre as viagens.
- O Terminal de Integração Oeste da Estação São Gabriel começou a funcionar em fevereiro. O Terminal Leste já está pronto e deve começar a operar em novembro. Com um bilhete integrado metrô-ônibus ou vale-transporte no valor de R\$ 1,15, os moradores terão acesso a vários pontos da cidade mediante o metrô e os ônibus.
- No final de 2001, a capital mineira recebeu dez novos trens, aumentando a frota para 25, capazes de garantir mais eficiência, conforto e pontualidade. Nos horários de pico, os trens chegam com intervalo de 5 minutos.

- Entre 2001 e 2002, o Governo Federal garantiu a liberação de R\$ 118 milhões para o término das obras até Venda Nova. Foram R\$ 86 milhões em 2001 e, entre os meses de janeiro e outubro deste ano, mais 32 milhões.
- De acordo com a CBTU, a próxima etapa é o trecho Calafete-Barreiro: seis estações, em 10 quilômetros, e dois terminais de integração, passando pela Nova Rodoviária e os bairros de Nova Gameleira, Salgado Filho, Vista Alegre e Bairro das Indústrias. Já foram realizadas 30% das obras civis no trecho, priorizando as transposições para veículos e pedestres, a vedação da faixa de domínio e as desapropriações.
- Depois de 1995, o Governo Federal deu impulso decisivo à expansão do metrô de Belo Horizonte. Em operação desde 1986, o metrô, até aquele ano, enfrentava problemas de verbas crônicos e chegou a ter as obras paralisadas.
- O Governo Federal também está realizando outros investimentos no setor de transporte urbano na região metropolitana de Belo Horizonte: R\$ 21 milhões na implantação do Sistema de Controle de Tráfego Inteligente na região central da cidade, que permitirá o monitoramento do trânsito e o descongestionamento da área; 100% de um estudo para reestruturação do sistema metropolitano de transporte por ônibus, atualmente gerenciado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG); 50% da Pesquisa de Origem e Destino da RMBH, que irá subsidiar os planos diretores dos municípios, além das melhorias nos acesso viários às estações do metrô; implantação de terminais de integração para consolidar o projeto de reestruturação do sistema municipal de transporte de Belo Horizonte.
- Fora da área de transportes, a CBTU e o Ministério da Cultura estão cedendo os edifícios da Estação Central, construídos em 1922, ao Instituto Cultural Flávio Gutierrez para a restauração dos imóveis e a instalação do Museu de Artes e Ofícios, ou seja, o Museu do Trabalho, que será o primeiro no País.

Metrô de Recife será o segundo maior do Brasil

Com as obras de expansão em andamento, o metrô de Recife será o segundo maior do País até o final deste ano, ficando atrás apenas de São Paulo e na frente do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Porto Alegre. Para isso, o Governo Federal está investindo 204 milhões de dólares na construção do trecho Tip-Timbi e na modernização da ligação Recife-Cajueiro Seco.

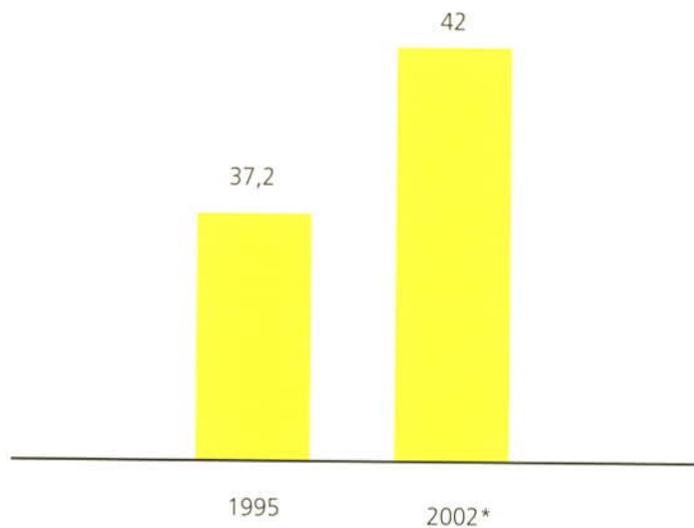
- Atualmente, a Linha Centro transporta 131 mil passageiros por dia, entre os municípios de Recife e Jaboatão, com um ramal até a rodoviária – o Terminal Integrado de Passageiros (TIP) – e 17 estações em 20,5 quilômetros de extensão. Em função da

construção do novo trecho de 4,7 quilômetros, o metrô irá do TIP à Camaragibe, com uma extensão total de 25,2 quilômetros.

- Na Linha Sul, estão adiantadas as obras de modernização do trecho de Recife a Cajueiro Seco, com a troca do sistema de trens a diesel pelo metrô eletrificado e a sua interligação à Linha Centro, numa extensão de 14,3 quilômetros, além da instalação de ar-condicionado nos trens. A ligação entre Recife e Cajueiro Seco ficará pronta em 2003.
- Assim, a capital pernambucana passará a ter uma rede com 39,5 quilômetros de metrô, 28 estações e ampla integração com os ônibus. No total, serão transportados 350 mil passageiros por dia.
- Entre 1995 e 2001, o número de passageiros transportados pelo metrô de Recife cresceu de 33,4 milhões para 42 milhões.

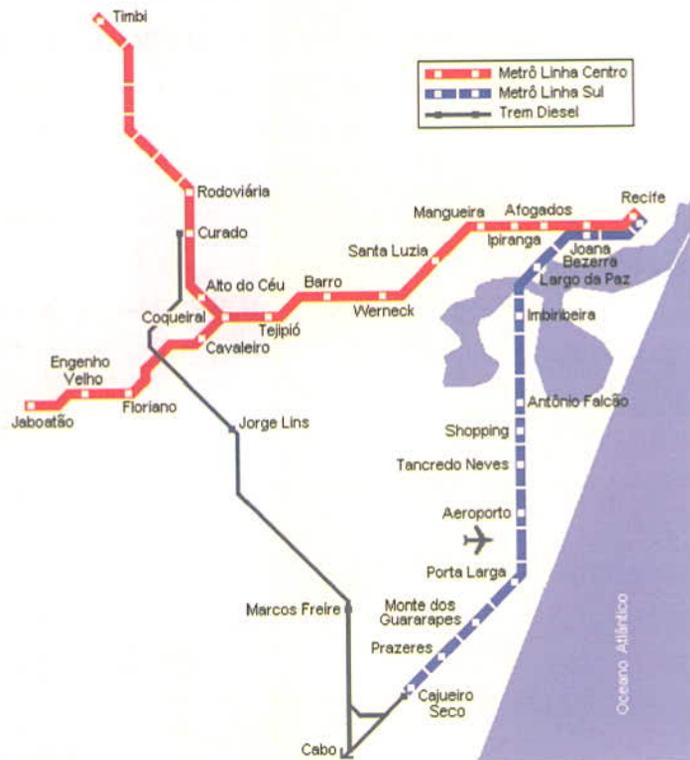
Passageiros transportados no metrô de Recife

Em milhões



Fonte: Ministério dos Transportes; *2002: previsto até dezembro

Metrô de Recife



Fonte: metroPlanet (www.metropla.net)

- A região metropolitana terá um dos sistemas de transporte de passageiros mais bem integrados do País. Além da ligação direta com a rodoviária, uma passarela com esteira rolante unirá o metrô ao Aeroporto Internacional de Guararapes. E ainda: um aeromóvel fará a integração da estação do Shopping Center Recife.

Metrô de Salvador: trajeto Lapa–Pirajá em 23 minutos

Proseguem as obras do metrô de Salvador, que vai transportar 200 mil passageiros por dia quando estiver pronto o trecho Lapa–Pirajá, numa extensão de 11,9 quilômetros, diminuindo para apenas 23 minutos o tempo gasto no trajeto entre os dois pontos. Hoje, a travessia demora pelo menos 1 hora de ônibus. Os trens partirão a

(Vila das Flores-João Felipe). Metade das obras desse primeiro estágio, de 25 quilômetros, está concluída.

- O metrô vai garantir rapidez, segurança e conforto no sistema de transporte coletivo de passageiros, oferecendo à população de baixa renda acesso barato aos locais de trabalho, lazer, escolas e hospitais.
- O Metrofor faz parte de um amplo projeto de desenvolvimento da região metropolitana com impacto positivo no resgate cultural de importantes áreas de Fortaleza, na geração de empregos e de renda, bem como no estímulo ao turismo. Servirá como relevante instrumento de renovação urbana e recuperação de áreas degradadas do centro de Fortaleza.



- Os instrumentos destinados ao primeiro estágio ajudarão a modernizar todo o sistema de transportes coletivos, favorecendo diretamente os moradores dos municípios de

Pacatuba, Maracanaú e Fortaleza. A construção da Linha Sul, com 24,5 quilômetros, e da Linha de Carga – que irá separar os trens de passageiros dos trens de carga –, está sendo feita por meio de investimentos do Governo Federal. Um contrato com o Japan International Corporation, feito em abril de 1997, irá garantir financiamento de US\$ 268 milhões nesses trechos.

- A implantação do projeto do Metrofor está utilizando a faixa do sistema de trens a diesel da CBTU, à exceção do Centro de Fortaleza, que será atravessado por linhas subterrâneas e elevados, reduzindo as interferências com o sistema viário.
- O tráfego dos trens de carga está sendo retificado com a construção de uma variante, otimizando a ligação Norte–Sul e o destino ao Porto de Mucuripe.
- Um segundo estágio do Metrofor levará seus modernos trens da estação João Felipe à Caucaia, com 19 quilômetros de extensão, atingindo posteriormente o município de Maranguape.

Os números do Metrofor na Linha Sul

Passageiros a serem transportados por dia	185 mil
Extensão Linha Fortaleza–Pacatuba	24 km
Trecho subterrâneo	3,8 km
Trecho em via elevada	2,2 km
Número de trens	10
Número de estações previstas	18
Tempo de viagem	33 min
Horário de funcionamento	5h às 23h

Fonte: Metrofor

- No dia 1º de julho deste ano, o ministro dos Transportes, João Henrique, assinou o termo de transferência (estadualização) do sistema de trens urbanos de Fortaleza (vinculado à CBTU) para o Governo do Ceará. Com a estadualização, a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor) absorveu da União o patrimônio operacional e a estrutura do sistema.

Na Grande Porto Alegre, já são 140 mil passageiros por dia

O metrô já chegou ao centro do município de São Leopoldo, com mais de 6,5 quilômetros em sua linha.

- Em dezembro de 1997, foi concluído o trecho de 3,8 quilômetros entre Sapucaia do Sul e Unisinos, atendendo 18 mil usuários por dia.

foram recomeçadas em janeiro de 1997. A inauguração ocorreu em novembro de 1998 para uma demanda de 100 mil passageiros, com investimentos de R\$ 335,9 milhões.

- O acordo com o BNDES permitiu a conclusão das obras da Extensão Leste da Linha 3 (Itaquera–Guaianazes), que está sendo operada com o Expresso Leste, fazendo a ligação entre as estações Guaianazes e Brás. A extensão é de 5,7 quilômetros, nas estações Dom Bosco, José Bonifácio e Guaianazes. A inauguração deu-se em maio de 2000. As obras estavam paradas desde novembro de 1990 e foram retomadas em setembro de 1996, com investimentos de R\$ 214,9 milhões.

Marinha Mercante

- A modernização do setor de marinha mercante teve início com a Emenda Constitucional nº 6/95, que eliminou a distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e de capital estrangeiro, seguida pela Emenda Constitucional nº 7/95, que deu nova redação ao artigo 178 da Constituição, atribuindo à legislação ordinária a tarefa de promover a ordenação do transporte aquaviário.
- No que se refere ao financiamento de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), no âmbito do programa Qualidade e Fomento ao Transporte Aquaviário, o período 1995-2002 registra o aumento na construção de embarcações de menor porte, principalmente para utilização na navegação interior no escoamento de safras agrícolas, e o lançamento de bases para o desenvolvimento dos segmentos que demandam embarcações maiores.
- No segmento de navegação interior, foram assinados contratos para a construção de 175 embarcações, correspondendo a financiamentos de US\$ 152 milhões. Esses projetos, já concluídos, permitiram maior racionalização dos modos de transporte, contribuindo para a redução dos custos e do desgaste das rodovias.
- No segmento de apoio portuário, foram contratadas 21 embarcações para rebocar e manobrar navios em portos e terminais, dois navios de abastecimento e uma embarcação para içamento de cargas, com financiamentos de US\$ 119 milhões. Essas embarcações, com características técnicas avançadas, trouxeram maior segurança nas manobras dos modernos navios que passaram a freqüentar os portos nacionais e no abastecimento deles com menor risco de poluição.
- Foram financiadas sete embarcações especializadas, destinadas à navegação de apoio a estruturas marítimas de exploração e produção de petróleo, e totalizando liberação de US\$ 62 milhões no período.

- Para o segmento de cabotagem foram contratadas 11 embarcações – um investimento de US\$ 133 milhões – sendo quatro destinadas ao transporte de gás e produtos químicos, –envolvendo tecnologia de última geração.
- Operam nas navegações de cabotagem, apoio marítimo e longo curso 26 embarcações, entregues entre 1995 e 2002 e financiadas pelo FMM, substituindo afretamentos de unidades similares estrangeiras, o que corresponderia a uma evasão de divisa em torno de US\$ 54 milhões anuais. Considerando a vida útil média de 20 anos, o financiamento destas embarcações significa uma economia para o País de US\$ 1 bilhão.
- Como forma de viabilizar o aumento da participação de navios de registro brasileiro na navegação de longo curso, estimulando a geração de empregos nos estaleiros nacionais, o Governo Federal lançou, no final de 2000, o programa Navega Brasil, que busca dar maior competitividade aos navios construídos no País, em frente aos similares importados.

A reestruturação do setor

- Nos últimos oito anos, as ações do governo na área de transportes tiveram como objetivo elevar os níveis de investimento, modernizar as estruturas institucionais e descentralizar as ações e responsabilidades antes concentradas na esfera federal. Nesse contexto, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei que tratava da reestruturação do setor.
- Após dois anos de intensas negociações entre o Ministério dos Transportes e o Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que, entre outras providências, cria a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura (DNIT).
- Cada uma em sua esfera de atuação, as agências se responsabilizarão pelos serviços públicos de transportes exercidos por terceiros. O DNIT cuidará da infra-estrutura que permanecer com o Ministério dos Transportes e este, reestruturado, será o responsável pela definição de política do setor federal de transportes. A Antaq vem-se estruturando para cumprir seu papel de entidade reguladora e fiscalizadora das atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária, exercidas por terceiros.

A verdade sobre a origem da Dívida Pública

APONTAR O AUMENTO DA DÍVIDA DO GOVERNO FEDERAL TEM SIDO UMA CRÍTICA freqüente desde a implantação do Plano Real. De fato, em julho de 1994, a Dívida Interna do Governo Federal (aquela correspondente à emissão de títulos) estava em R\$ 60,8 bilhões e elevou-se para R\$ 633,3 bilhões, em abril de 2002.

- Jogados assim, em valores simples e sem maior explicação, os números impressionam negativamente e podem deixar a falsa impressão de que a dívida cresceu em decorrência de má gestão das finanças públicas. Entretanto, foi exatamente o contrário que aconteceu.
- O quadro adiante mostra que a maior fatia de aumento da Dívida Interna foi de R\$ 275,2 bilhões (valores de abril de 2002), destinados ao saneamento das contas dos Estados e municípios. Isso representou 48,1% e foi o principal fator do crescimento.
- Assumir as dívidas de 25 Estados, incluindo o Distrito Federal, fez parte de um saneamento financeiro sem paralelo na história da Federação brasileira. Cada governador se comprometeu a seguir um rigoroso programa de equilíbrio entre suas receitas e despesas, evitando gastar mais do que arrecada (o “ajuste fiscal”). Isso foi muito importante para a estabilidade do Real e da economia, ajudando a impedir que os tempos da inflação em disparada voltassem ao Brasil.
- O quadro mostra ainda que, de cada R\$ 100 do aumento da Dívida Interna, nada menos que R\$ 85 se devem aos três primeiros fatores: saneamento de Estados e prefeituras, fortalecimento dos bancos públicos federais e reconhecimento dos “esqueletos” das contas públicas. Ou seja, em sua maior parte, esse crescimento vem da iniciativa do Governo Federal em assumir ou reconhecer dívidas que já existiam.

A evolução da Dívida Interna Federal (*)

Valores	Em R\$ bilhões	Em. %	
Valor em julho de 1994	60,8		
Valor em abril de 2002	633,3		
Variação	572,5	941,6%	
Fatores que determinaram o crescimento	1. Ajuste fiscal	275,2	48,1 %
	2. Fortalecimento dos bancos públicos federais	69,5	12,1%
	3. Reconhecimento dos "esqueletos" da dívida pública	143,4	25,1%
	4. Juros nominais	110,7	19,3%
	5. Custo da dívida – Financiamento por títulos cambiais	24,9	4,4%
	6. Programas e ações de governo (**)	68,2	11,9%
	7. Gestão da dívida ("colchão")	30,1	5,3%
	8. Troca dívida externa por interna	117,9	20,59%
	Total 1	839,9	146,71%
Fatores que ajudaram a diminuir	9. Superávits primários	103,2	18,03%
	10. Privatizações	67,9	11,86%
	11. Outras fontes de recursos	96,3	16,82%
		Total 2	267,4
Diferença entre totais 1 e 2		572,5	

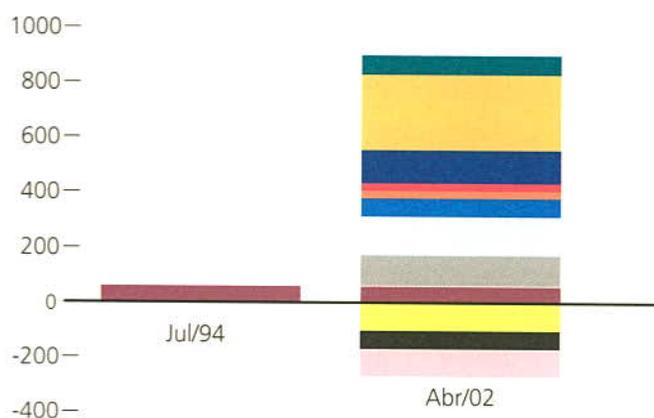
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

(*) Não inclui a dívida bancária (em torno de R\$ 1,5 bilhão em dezembro de 2001).

(**) Trata-se apenas dos programas e ações de governo financiados com a emissão de títulos

Dinâmica da dívida interna federal: fatores de variação

Em R\$ bilhões



- Programa de fortalecimento de bancos federais R\$ 69,5 bilhões
- Estados e municípios R\$ 275,2 bilhões
- Troca dívida externa R\$ 117,9 bilhões
- Gestão da dívida R\$ 30,1 bilhões
- Custo cambial/1 R\$ 24,9 bilhões
- Programas de governo R\$ 68,2 bilhões
- Passivos contingentes R\$ 143,4 bilhões
- Juros nominais R\$ 110,7 bilhões
- Superávit primário R\$ 103,2 bilhões
- Privatizações R\$ 67,9 bilhões
- Outras fontes de recursos R\$ 96,3 bilhões

Fonte: Tesouro Nacional e Banco Central

Valores atualizados pelo respectivo fator de remuneração

Privatização e Superávit Primário: valores atualizados pela TMS

(1) Custo calculado com base no diferencial do custo médio c/títulos cambiais e s/ títulos cambiais sobre o estoque de julho de 1994

(2) Recursos fiscais para abatimento da dívida pública (fontes 100 e 129)

Saneamento das contas de Estados e municípios

- Os números: R\$ 275,2 bilhões (valores de abril de 2002) ou 48,1% do total do crescimento.
- Durante a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, as contas estaduais e municipais passaram por crises constantes, um quadro que ameaçava a viabilidade das administrações de governadores e prefeitos. Com o Plano Real e a estabilização da economia, essa realidade veio à tona.
- O Governo Federal passou, então, a patrocinar programas que permitissem aos Estados e prefeituras resolver suas dificuldades financeiras. Aos poucos, os programas de saneamento financeiro de Estados e prefeituras acabaram se convertendo no principal fator de expansão da Dívida Interna. Isso incluiu também o apoio à reestruturação e/ou à privatização dos bancos estaduais.
- Dessa forma, ganharam os Estados, o País e a população de uma maneira geral.
- Os Estados conseguiram renegociar suas dívidas por 30 anos. Eram dívidas que vinham se tornando impagáveis e foram negociadas em condições muito favoráveis. Os Estados pagam prestações mensais, que não ultrapassam 15% de sua receita líquida real (RLR), ao Governo Federal. A maioria dos Estados paga prestações correspondentes a 13% de sua RLR.
- O Brasil passou a contar com a colaboração dos Estados na consolidação do ajuste fiscal e do equilíbrio das contas públicas.
- E ganharam os brasileiros por mais esse fator que ajudou a consolidar a estabilidade econômica.
- Em vista do sucesso alcançado com os Estados, o Governo Federal decidiu fazer o mesmo com as dívidas dos municípios. Foram beneficiados 180 municípios, em 17 Estados, entre os quais nove capitais.
- Junto com esse Programa de Apoio ao Ajuste Fiscal dos Estados, houve ampla iniciativa para reestrutura dos bancos públicos estaduais, cujas contas não iam nada bem.
- No fundo, as dificuldades dos governos estaduais e de seus bancos eram uma coisa só. Desde o começo dos anos 80, os bancos vinham sendo utilizados para financiar as dificuldades de caixa dos governos estaduais ou para favorecer os interesses políticos do governo, especialmente em períodos eleitorais. Vários desses bancos estaduais estavam em vias de “quebrar”. O castelo de cartas ficou evidente e veio abaixo com a estabilidade promovida pelo Plano Real.

- O Governo Federal atacou o problema em sua raiz. Lançou o Programa de Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). Aos Estados, para ter acesso a esse apoio financeiro, coube escolher para seus bancos estaduais entre as opções: saneamento, privatização ou transformação em agência de fomento.
- O Proes teve a adesão de 21 Estados. Até o final de 2001, o resultado era o seguinte: 10 instituições bancárias estaduais extintas ou liquidadas extrajudicialmente, 5 saneadas, 8 privatizadas, 6 federalizadas para posterior privatização e 16 transformadas em agência de fomento (sem possibilidade de receber depósitos do público).

Fortalecimento dos bancos públicos federais

- Os números: R\$ 69,5 bilhões, em valores atualizados ou 12,1% do total do crescimento.
- O programa de fortalecimento dos bancos públicos federais foi iniciado com R\$ 8 bilhões destinados à capitalização do Banco do Brasil em 1996, que, em valores atualizados para abril de 2002, corresponderam a R\$ 26,9 bilhões. Houve uma complementação desse programa com medidas de saneamento em 2001, com recursos destinados à Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, equivalentes a R\$ 42,6 bilhões (valores atualizados).
- Assim como o saneamento de Estados e municípios, esse programa de fortalecimento dos bancos públicos federais atacou problemas originados em períodos anteriores. E também estabeleceu as condições necessárias para que os mesmos problemas não venham a se repetir no futuro.
- Um dos objetivos centrais foi o de acabar com a “farra do crédito fácil” – o fornecimento de empréstimos a preços muito inferiores aos de mercado ou de difícil recuperação, sempre com prejuízo para os bancos federais. Outro alvo foram os elevados subsídios concedidos nas áreas de saneamento, habitação, agricultura, pequenos e médios produtores e financiamentos de programas de desenvolvimento regional.

Reconhecimento dos “esqueletos” da dívida pública

- Os números: R\$ 143,4 bilhões, em valores atualizados, ou 25,1% do total do crescimento.

- Houve explicitação de várias fontes de dívida pública, que até então não eram contabilizadas como tal – os “esqueletos”. Ao obrigá-los a deixar o armário, o Governo Federal deu uma boa contribuição para a transparência e a credibilidade das contas públicas, embora isso certamente tenha ajudado a engordar os números da dívida.

Os principais “esqueletos” foram:

- *Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)*. Criado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), em 16-6-1967 com a “finalidade de garantir limite de prazo para amortização da dívida aos adquirentes de habitações financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”. Na década de 1980, o fundo teve as suas responsabilidades ampliadas em consequência da aceleração da inflação e, sobretudo, pela concessão de sucessivos e cumulativos subsídios aos mutuários do SFH que levaram a um descompasso cada vez maior entre as prestações pagas pelos mutuários e os saldos devedores dos contratos de financiamento, sem a correspondente cobertura orçamentária.
- *Superintendência de Incentivo à Marinha Mercante (Sunamam)*. Está entre os casos mais relevantes das dívidas deixadas por empresas estatais. Ao longo dos anos 1980, foi colhendo prejuízos seguidos. Ao ser extinta, tinha uma dívida enorme, superior a R\$ 6,5 bilhões (em valores de abril de 2002).
- *Rede Ferroviária Federal*. Faz parte das dívidas das estatais. A concessão de suas 6 malhas ao setor privado, entre 1997 e 1998, implicou a herança de dívidas de R\$ 2,2 bilhões (em valores de abril de 2002).
- A iniciativa de assumir os “esqueletos” fez parte de um conjunto de medidas que levaram o Brasil a receber, recentemente, uma espécie de certificado ISO 9000 de qualidade na área fiscal.

Custo da dívida – financiamento por títulos cambiais

- Os números: R\$ 24,9 bilhões, em valores de abril de 2002, ou 4,4% do total do crescimento.
- Esse item corresponde ao diferencial entre o custo médio com títulos cambiais e o custo médio sem títulos cambiais, calculado sobre o estoque de julho de 1994.

Programas e ações de governo

- Os números: R\$ 68,2 bilhões, em valores de abril de 2002, ou 11,9% do total do crescimento.
- Diversos programas e ações de governo levaram à emissão de títulos, com destaque para: a Lei Kandir; o Programa de Financiamento às Exportações (Proex); o refinanciamento das dívidas dos produtores rurais e o Programa de Reforma Agrária.
- O objetivo foi atender basicamente a necessidades como: a promoção das exportações, o apoio à agricultura e à realização da Reforma Agrária, todas elas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do país.
- Confira os valores: Lei Kandir (R\$ 27 bilhões), Reforma Agrária (R\$ 5,6 bilhões); Proex (R\$ 4,7 bilhões); outros (R\$ 17,7 bilhões), em valores de abril de 2002
- *Lei Kandir (R\$ 27 bilhões)* – corresponde ao ressarcimento aos Estados por perdas de arrecadação derivadas da Lei Complementar nº 87/96. Conhecida como Lei Kandir, pôs fim à cobrança de ICMS nas exportações de produtos primários e semimanufaturados, bem como permitiu o crédito desse imposto na compra de bens de capital como forma de baratear o investimento. Representou um dos passos mais importantes no caminho da reforma tributária.
- *Proex (R\$ 4,7 bilhões)* – A principal linha de apoio do Programa de Financiamentos às Exportações permitiu aos bancos oferecer, com recursos próprios, crédito mais barato aos exportadores. Para isso, o Tesouro emite títulos que cobrem a diferença entre o custo de captação dessas instituições e o custo dos empréstimos do Proex. Entre 1994 e 2001, o volume do programa cresceu de R\$ 91,9 bilhões para R\$ 2,2 bilhões, uma elevação de mais de 20 vezes.
- *Refinanciamento da dívida rural R\$ 13,2 bilhões, (valores de abril de 2002)* – Beneficiou mais de 700 mil produtores rurais e 700 cooperativas, mediante a emissão de títulos do Tesouro. Essa iniciativa foi fundamental para solucionar a crise do setor em meados da década e abriu caminho para o extraordinário desempenho que a agricultura brasileira vem desempenhando, com safras recordes ano após ano. Naquela época, os agricultores acumulavam débitos que se mostravam impagáveis e ameaçavam comprometer o vigor da agricultura brasileira.
- *Reforma Agrária (R\$ 5,6 bilhões)* – para a desapropriação de terras improdutivas, foram emitidos Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Fez parte do Programa de Reforma Agrária, que, entre 1995 e 2001, assentou mais famílias do que nos 30 anos precedentes.

O “colchão” de recursos para gestão da dívida

- Os números: R\$ 30,1 bilhões (valores de abril de 2002) ou 5,3% do crescimento da dívida
- O último fator está ligado a ações de gestão da dívida, sendo a principal delas a realização de emissões de títulos acima das necessidades de financiamentos correntes do governo federal.
- Isso atendeu a critérios de prudência e visou formar um “colchão” de recursos para facilitar a gestão da dívida em momentos de maior turbulência.

Troca de dívida externa por dívida interna

- Os números: R\$ 117,9 bilhões (20,6% do crescimento da dívida).
- Ao longo do período, o governo brasileiro tem buscado reduzir o estoque da dívida externa, o que tem sido feito por meio da emissão de títulos no mercado interno para pagar a parte do serviço dessa dívida não coberta por fontes orçamentárias específicas ou emissões no mercado externo.
- Adicionalmente, o governo realizou programas de troca de títulos da dívida externa renegociada (*bradies*) por títulos da dívida interna (NTN-A) e de incentivo ao setor audiovisual brasileiro.

Fatores determinantes da evolução da Dívida Interna

De 1994 a abril de 2002

	Valores correntes	Valores atualizados R\$ bilhões de abril 2002
Ajuste fiscal	157,1	275,2
Refinanciamento Estados e Municípios	140,1	245,3
Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na atividade bancária - PROES	17,0	29,9
Fortalecimento Bancos Federais	45,6	69,5
Capitalização Banco do Brasil	8,0	26,9
Reestruturação Bancos Federais	37,6	42,6
Gestão da dívida	---	30,1
Troca dívida externa por interna	---	117,9
Passivos Contingentes	57,7	143,4
FCVS	19,0	21,9
Sunaman	2,7	6,5
RFFSA	1,3	2,2
Outros	34,7	112,8
Programas de Governo	33,4	68,2
Lei Kandir	16,9	27,0
Reforma Agrária	3,3	5,6
Dívida Agrícola	7,1	13,2
Proex	3,5	4,7
Outros	9,7	17,7
Impacto cambial	---	24,9
Resultado primário	43,9	103,2
Outras fontes de recursos	---	96,3
Privatizações	40,6	67,9
Energia	0,9	2,0
Mineração	1,7	4,7
Química e Petroquímica	8,8	11,3
Setor Financeiro	7,4	10,5
Siderurgia	---	1,4
Telecomunicações	21,4	36,1
Transporte	0,1	0,1
Outros	0,3	1,6
Juros nominais	---	110,7

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

A redução com privatizações, superávits primários e outros recursos

Ao se analisar a evolução da dívida pública, merecem destaque dois fatores que contribuíram para sua redução: as privatizações e os superávits primários, responsáveis por um total de R\$ 167,6 bilhões.

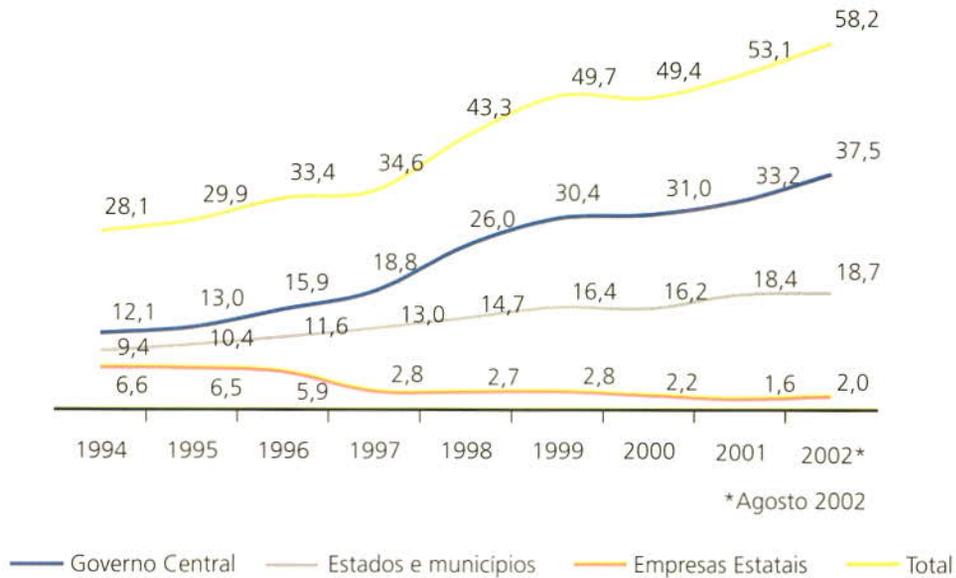
- As privatizações geraram R\$ 67,9 bilhões, em valores de abril de 2002, que foram responsáveis por diminuir a elevação da dívida em 11,9%, na medida em que os recursos arrecadados serviram para resgatar títulos emitidos pelo Governo Federal. Além disso, o efeito positivo da venda de uma empresa pública amplia-se pela transferência para o setor privado de todas as dívidas que a empresa tem.
- O mesmo vale para o endividamento de Estados e municípios: entre 1995 e 2001, foram transferidos ao setor privado, por meio da privatização de todos os entes da Federação, dívidas equivalentes a cerca de US\$ 18 bilhões de dólares.
- Os superávits primários acumulados, principalmente a partir de 1999, contribuíram com R\$ 103,2 bilhões, em valores de abril de 2002, para reduzir o aumento da dívida em mais de 18%. A partir do último trimestre de 1998, por 14 trimestres consecutivos, o Governo Federal (Tesouro, Banco Central, Previdência Social e Empresas Estatais Federais, no seu conjunto) tem cumprido as metas de resultado primário estabelecidas.
- De um resultado primário nulo, na média do período 1995-1998, o Governo Federal passou a apresentar superávits primários entre 2% e 3% do PIB, a partir de 1999.
- Nesse esforço, engajaram-se igualmente Estados e municípios. Eles passaram a contribuir cada vez mais com o ajuste fiscal do conjunto do setor público, permitindo o cumprimento das metas globais do Programa de Estabilidade Fiscal.
- Os recursos provenientes das demais fontes orçamentárias (retorno de refinanciamento de Estados e municípios, fundo de amortização da dívida, entre outras) para abatimento da dívida corresponderam no período a R\$ 96,3 bilhões (valores atualizados de abril de 2002).

A tendência de estabilização da dívida pública

É verdade que a dívida pública apresentou rápido crescimento entre 1994 e 1998, mas agora se observa uma tendência à estabilização, conforme mostra o gráfico.

Dívida Líquida do Setor Público

% do PIB



Fonte: Banco Central; Elaboração: Secretaria do Tesouro Nacional

Por trás dessa mudança está um novo quadro fiscal, cujas bases foram lançadas no primeiro governo e consolidadas no segundo, a saber:

- Reformas fiscais de tipo estrutural, principalmente a reforma do INSS, marcada, entre outras coisas, pela introdução do chamado “fator previdenciário”.
- Reformas institucionais, como o saneamento financeiro de Estados e municípios.
- Adoção de uma política fiscal baseada em metas plurianuais de resultado primário e do conjunto de medidas, além das já mencionadas, necessárias ao cumprimento dessas metas.
- Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece disciplina apropriada à boa gestão das finanças públicas para todos.
- Da LRF, constam mecanismos legais que, se não impedem, ao menos dificultam ao máximo a reincidência dos problemas encontrados ao início da gestão deste governo.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal impede que despesas de duração superior a um ano sejam realizadas sem a previsão de fonte permanente de seu financiamento – seja na forma de corte de outras despesas ou aumento de receita – e estabelece limites para os gastos com pessoal e benefícios previdenciários, assim como para o endividamento.

- Impede, ainda, o financiamento entre os entes da Federação. Isso reforça o caráter definitivo do refinanciamento das dívidas estaduais e municipais realizado neste governo e compromete a todos com a gestão responsável de suas contas.
- A criação de novos “esqueletos” também encontra barreiras na LRF.
- A LRF institucionalizou, ainda, a política de metas fiscais para o resultado primário.

Nesse contexto institucional e tendo em vista o perfil assumido ao longo dos últimos oito anos, a dívida do Governo Federal é perfeitamente administrável. Para que continue a sê-la, é fundamental que o país mantenha o cumprimento dos preceitos da responsabilidade fiscal e a realização das reformas estruturais necessárias para aumentar, ainda mais, a solidez e a transparência das contas públicas e a competitividade da economia brasileira.

A dívida externa permaneceu estável

Até agora, falou-se apenas dos aspectos da parte “interna” da dívida pública. Há outro aspecto muito importante, que é a Dívida Externa do Governo Federal, a qual se manteve praticamente estável, passando de US\$ 75,7 bilhões, em dezembro de 1994, para US\$ 74,9 bilhões, em março de 2002.

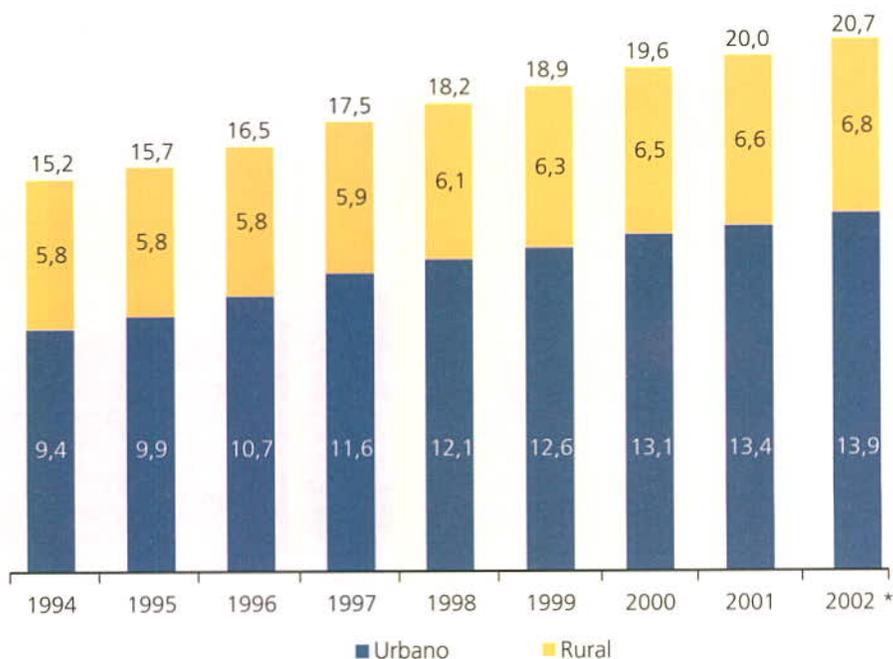
- A Dívida Externa do conjunto do setor público também se manteve praticamente estável. Passou de US\$ 94,5 bilhões, em dezembro de 1994, para US\$ 95,7 bilhões, em março de 2002.
- A Dívida Externa do Setor Público, que chegou a representar o equivalente a cerca de 25% do PIB no fim dos anos 1980, em março de 2002 representava pouco mais de 18% do PIB
- Muito importante: essa dívida apresenta atualmente prazo médio de vencimento de 8,7 anos (março de 2002).

Previdência Social dá impulso à redistribuição da renda

EM 2002, A PREVIDÊNCIA SOCIAL ATINGIU A MARCA HISTÓRICA DE 20,7 milhões de benefícios pagos mensalmente. Considerando que, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada beneficiário direto há 2,5 pessoas que se beneficiam indiretamente, os pagamentos da Previdência chegaram a 72 milhões de pessoas.

- Isso representa 41,3% da população brasileira, isto é, de cada 10 brasileiros, 4 foram beneficiados direta ou indiretamente pela Previdência Social em 2002.
- Para atingir a marca, foram gastos R\$ 87,9 bilhões, o equivalente a 6,25% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, em virtude do aumento da quantidade e do valor médio dos benefícios pagos. Esse percentual era de 4,87% em 1994.
- Essas dimensões colocam a Previdência Social como um dos pilares da estabilidade social no Brasil. É uma transferência de recursos para a população que ajuda significativamente a reduzir a pobreza, principalmente nas áreas rurais.
- O crescimento da quantidade de benefícios mantidos nas cidades e no campo deve-se, em parte, ao aumento expressivo do número de benefícios pagos aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.
- Com 6,8 milhões de benefícios anuais, a Previdência rural é o maior programa de transferência de renda do país.
- Em 1994, a quantidade de benefícios pagos mensalmente pela Previdência Social era de 15,2 milhões, sendo 9,4 milhões na área urbana e 5,8 milhões na área rural. Em 2002, a quantidade foi de 20,7 milhões, dos quais 13,9 milhões na área urbana e 6,8 na área rural. Ou seja, entre 1994 e 2002, houve um crescimento de 35,7%, conforme mostra o gráfico seguinte.

Evolução da quantidade de benefícios emitidos pela Previdência Social



Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social
Elaboração: MPAS Secretaria de Previdência Social. (*) Estimativa. Atualização em outubro de 2002

Aposentados recebem mais por mês

- Entre 1994 e 2002, o valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência Social aumentou 28,6%, passando de R\$ 281,67 para R\$ 362,32. Esse crescimento tem sido viabilizado pela combinação da estabilidade do Real com uma política de reajustes dos benefícios por índices superiores à variação da inflação.

Evolução do valor médio real dos benefícios da Previdência Social



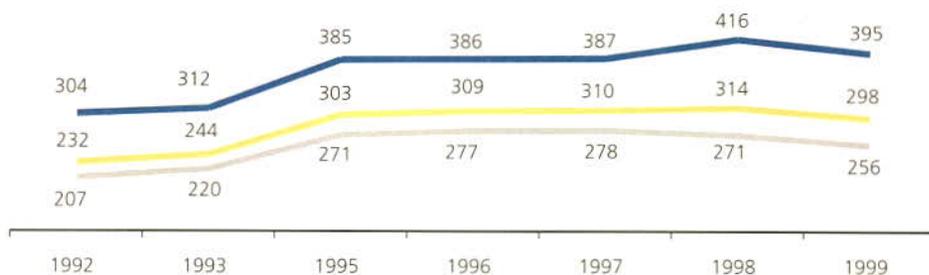
Elaboração: MPAS/Secretaria de Previdência Social.

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS; Boletim Estatístico de Previdência Social.
Obs: Valor médio da média dos Benefícios Emitidos em cada ano, ajustado pelo INPC de Agosto/2002.

Renda nos lares com aposentados é maior

- Nos lares brasileiros em que há beneficiários da Previdência Social, a renda *per capita* subiu mais. Esse aumento foi de 30%, entre 1992 e 1999, enquanto a renda *per capita* média dos lares que não recebem nenhum benefício foi elevada em 23%. Nos lares beneficiados pela Previdência, a renda é um terço superior à média nacional e mais da metade maior que a renda dos lares não beneficiados.

Evolução da renda per capita mensal domiciliar para beneficiados da Previdência Social (1992 a 1999)



Elaboração: MPAS / Secretaria de Previdência Social; IPEA
Obs. A PNAD não foi a campo nos anos de 1991 e 1994
Fonte: PNAD - 1992 a 1999

Expansão ajuda a reduzir a pobreza

A expansão da Previdência Social está ajudando a reduzir os níveis de pobreza no país. Caso não existissem os pagamentos feitos pelo sistema previdenciário, o percentual de pobres aumentaria de 34% para 45,3% da população, ou seja, o número de pobres aumentaria de 54,5 milhões para 72,6 milhões.

- O gasto da Previdência Social foi responsável pela diminuição de 11,3 pontos percentuais nos níveis de pobreza em 1999.
- Não fosse essa política pública, haveria 18,1 milhões a mais de pobres.
- O grau de pobreza entre os idosos é substancialmente inferior ao da população mais jovem e, caso não houvesse o pagamento das aposentadorias e pensões, a pobreza seria três vezes maior.
- Em resumo:

Agindo na mesma direção da estabilização econômica, a expansão da Previdência Social foi fundamental para a redução da pobreza no Brasil na última década. A expansão do pagamento de aposentadorias e pensões pôde ser verificada tanto na quantidade quanto na melhoria do valor médio dos benefícios pagos. Isso comprova a preocupação do Governo Federal com a proteção aos idosos.

Previdência e pobreza no Brasil		
Em 1999, considerando a linha de pobreza em R\$ 98,00		
	Quantidade de pessoas (1999)	% sobre o Total
População Total	160 milhões	100
Nº de pobres	54,5 milhões	34
Nº de pobres se não houvesse Previdência	72,6 milhões	45,3
Diferença	18,1 milhões	11,3

Fonte: PNAD, 1999

Pagamentos chegam a 20% da renda familiar no Nordeste da seca

As aposentadorias e pensões pagas pela Previdência são mais importantes onde o Brasil é mais pobre, como no Nordeste “da seca”, uma área geográfica formada pelos atuais

1.122 municípios da região, diagnosticados como “em situação crítica”. Ali, elas representam 19,6% da renda das famílias. Em outras áreas, como o Nordeste “fora da seca”, chegam a 11,4% e no resto do Brasil, 9,7%.

- No Nordeste “da seca”, existem 2,52 pessoas beneficiárias de aposentadorias do INSS para cada uma pessoa formalmente empregada pelo setor privado.
- Enquanto no Brasil os recursos transferidos pelo INSS equivalem, em média, a cerca de um quarto da massa salarial formal do setor privado, no Nordeste “da seca” a supera em 32,8%.

Aposentadorias e pensões onde o Brasil é mais pobre			
	Aposentadorias e pensões do INSS		
	Relação entre beneficiados pelas aposentadorias e empregados do setor formal privado	Como % da massa salarial formal privada	Como % da renda monetária das famílias
Nordeste da seca	2,52	132,8	19,6
Nordeste “fora da seca”	0,73	28,7	11,4
Nordeste	1,13	43,8	14,0
Brasil	0,67	23,6	9,7

Fonte: IPEA / MPAS

Os efeitos para os pequenos municípios e para a zona rural

- A Previdência Social é o motor dos municípios. Em seis de cada dez municípios brasileiros, a renda proveniente da Previdência Social supera o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).
- As famílias com idosos têm renda 15% maior que as famílias sem idosos.
- Os idosos participam com 67 em cada 100 reais de renda de suas famílias.

- A maior parte da renda dos idosos vem da Previdência.
- Quando menor a renda, maior a importância da Previdência.
- No Brasil, a Previdência Social tem um papel importante na transferência da renda da área urbana para a área rural.
- As conquistas sociais no campo estão intimamente associadas à expansão da Previdência, cujos pagamentos auxiliam as famílias que vivem em economia de subsistência; dinamizam o comércio local; ajudam no financiamento de pequenas produções; reduzem a migração das áreas rurais para as grandes cidades e garantem renda na época da entressafra.

Importância dos benefícios rurais		
	Nordeste	Sul
Renda de aposentadorias e pensões	71,2%	41,5%
A frente de estabelecimento rural ativo	43,0%	48,0%
A frente de estabelecimento rural ativo que financia a produção com o benefício da Previdência	44,7%	51,5%

Fonte: IPEA / MPAS

A reforma da Previdência Social

A reforma da Previdência, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, trouxe mudanças significativas para o sistema, a fim de corrigir distorções e prepará-lo para o futuro, levando em conta as novas tendências da população brasileira e do mercado de trabalho. Os critérios para concessão dos benefícios foram alterados. Introduziu-se o conceito de “tempo de contribuição” no lugar de “tempo de serviço”.

- Apenas as aposentadorias por tempo de serviço (15% do total) foram afetadas pela Emenda Constitucional, em especial, a proporcional, que foi extinta.
- As aposentadorias especiais ficaram restritas às funções específicas que impliquem prejuízo à saúde e à integridade física do segurado, incorporando os professores, magistrados e outras categorias.
- Para os demais benefícios, pensão por morte e auxílios em geral, foram mantidos os requisitos anteriores.

- As regras de cálculo dos benefícios também foram eliminadas do texto constitucional. Isso permitiu a ampliação do período de contribuição computado para efeito de cálculo do valor dos benefícios.
- O salário-maternidade, antes restrito à segurada empregada, também foi universalizado.
- A aplicação do Fator Previdenciário, que leva em conta o tempo de contribuição, idade e a expectativa de vida dos segurados no momento da aposentadoria, estabeleceu um princípio de justiça, premiando aqueles que permanecem mais tempo trabalhando e desestimulando as aposentadorias precoces.
- A aprovação da Lei de Crimes contra a Previdência (Lei n.º 9.983/2000).
- Implementação de diversas medidas direcionadas para aumentar a cobertura do sistema.

A reforma da Previdência dos servidores públicos, a partir da Emenda Constitucional nº 20, de 1998 e da Lei nº 9.717, de 1998, denominada de Lei Geral da Previdência Pública, alterou significativamente o regime próprio de previdência dos servidores públicos. Isso se deu principalmente no que diz respeito à obrigatoriedade do caráter contributivo do sistema, já que, anteriormente, a instituição de alíquotas para seu custeio era facultativo para o poder público. Outros grandes avanços foram:

- Restrição, exclusivamente para os servidores titulares de cargo efetivo, da garantia de um regime previdenciário próprio, vedando a inclusão de categorias de servidores públicos no regime próprio, tais como empregados públicos, ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, cargo temporário e agente político.
- Extinção da aposentadoria por tempo de serviço proporcional.
- Estabelecimento de limite de idade para a concessão de aposentadoria voluntária;
- Vedação de contagem de tempo fictício.
- Caráter contributivo com equilíbrio financeiro e atuarial.

O sistema de previdência complementar

O sistema de previdência complementar fechada no Brasil engloba atualmente 2,3 milhões de participantes, sendo que esse total se divide em 1,7 milhão de contribuintes ativos e 535,17 mil de assistidos.

Participantes da previdência complementar fechada (fundos de pensão)

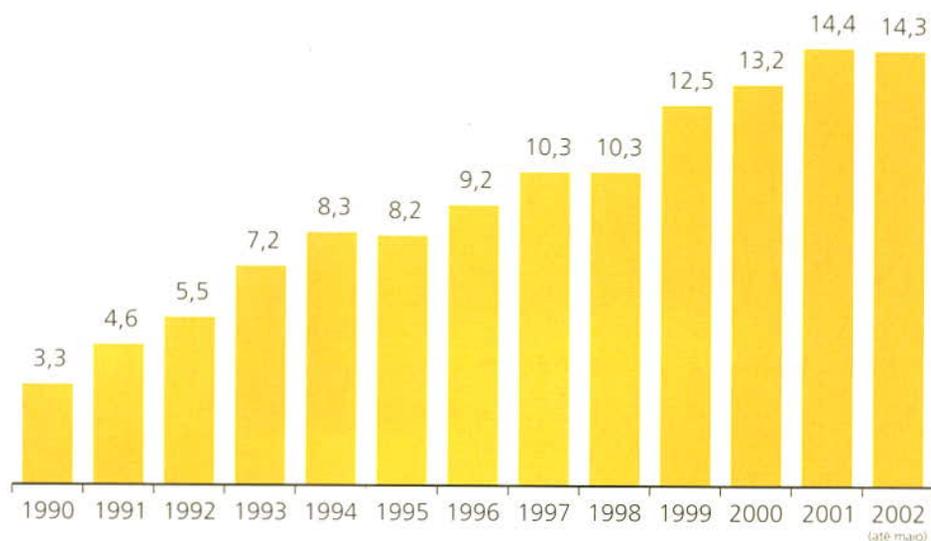
Em dezembro de 2001

Discriminação	Públicas	Privadas	Total
Participantes ativos	637.559	1.093.992	1.731.551
Participantes assistidos	332.345	202.832	535.177
Total	969.904	1.296.824	2.266.728

Fonte: SPC – Informações Básicas

- A previdência complementar é um instrumento essencial para a formação de poupança de longo prazo no Brasil.
- As 349 entidades fechadas de previdência complementar, conhecidas como fundos de pensão, possuem ativos que correspondem a cerca de 13% do PIB do país e atendem uma população de 2,3 milhões de pessoas.
- Mensalmente são pagos benefícios a cerca de 500 mil assistidos. Considerando-se o tamanho do mercado de trabalho (cerca de 65 milhões de pessoas) e a dimensão do Regime de Previdência Social (cerca de 26 milhões de contribuintes), percebe-se que a cobertura da previdência complementar tem um grande potencial de crescimento.
- As entidades fechadas de previdência complementar têm apresentado, constantemente, um desempenho positivo em termos de acumulação de ativos. Em 1990, esses ativos correspondiam a 3,3% do PIB e atingiram o patamar de 15% do PIB, em 2001.

Ativos dos fundos de pensão (em % do PIB)



Fonte: SPC/IMPAS e ABRAPP

- O valor médio dos benefícios de aposentadoria pagos pela previdência complementar fechada é substancialmente superior ao valor dos benefícios de aposentadoria pagos pela Previdência Social. Enquanto a Previdência Social paga em média R\$ 649,15 para um aposentado por tempo de contribuição, a outra previdência paga uma complementação de R\$ 2.225,94.

Valor médio dos benefícios de aposentadoria

Em R\$ (Dez/2001)



Fonte: SPC Informações Básicas, Dez/2001

Revolução no atendimento ao cidadão

- Foi somente no início do atual governo que se encaminhou formalmente a primeira proposta de reforma do sistema de Previdência Social.
- Durante a longa tramitação no Congresso Nacional, o Ministério da Previdência e Assistência Social cuidou de estudar o assunto, levantar informações, realizar avaliações, para que a proposta a ser votada tivesse maior consistência do que as anteriores.
- Cuidou-se, também, nesse período e ao longo dos últimos oito anos, da criação das condições necessárias para que, uma vez aprovada, a reforma pudesse ser efetivamente implementada.
- Em outras palavras, adotaram-se as medidas administrativas e de gestão necessárias para que a Previdência Social estivesse à altura das demandas atuais em termos tecnológicos e de gestão.
- Os avanços obtidos na melhoria do atendimento ao cidadão neste período são significativos.

Reconhecimento automático de direitos: hoje, uma realidade

- A Lei nº 10.843, sancionada em 8 de janeiro de 2002, propiciou o chamado “reconhecimento automático de direitos”, isto é, em vez de o segurado provar tempo e valor das contribuições, fica a cargo da Previdência informar os seus registros a partir de julho de 1994.
- Isso foi possível a partir do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), no qual estão consolidadas informações, desde 1976, de diversas bases de dados do Governo Federal, especialmente as de vínculos e remunerações, regularmente fornecidas pelos empregadores.
- Essa lei representou um primeiro e grande passo no mecanismo automático de direitos, mas, para que este processo seja concluído, existe um novo desafio já formalizado em projeto de lei que estende o reconhecimento automático até 1976.
- Com o reconhecimento automático do direito, a Previdência Social promoveu uma verdadeira revolução em seu relacionamento com o segurado.
- Eliminou-se a exigência de numerosos documentos, que o segurado muitas vezes tinha incontornável dificuldade em apresentar. Bastava o extravio da carteira de trabalho, e o trabalhador via-se na iminência de perder o direito a um benefício previdenciário. E a perda do direito era uma possibilidade concreta para muitos dos segurados, porque a maioria deles é de trabalhadores com menor rendimento, que

migram freqüentemente à procura de emprego, moram em habitações precárias, enfim, sequer têm onde guardar os comprovantes de sua vida laboral.

- Com o reconhecimento automático do direito, tudo o que o segurado tem a fazer é verificar, periodicamente, se seus registros no CNIS estão corretos.
- Afirma-se que o reconhecimento automático do direito constitui uma revolução, porque uma previdência social ágil, transparente, confiável e segura é, para grande parte da população brasileira, sinônimo de possibilidade concreta de exercício pleno da cidadania.

Reestruturação do INSS: uma opção pela profissionalização

- O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), braço operacional da Previdência Social, tem por finalidade promover o reconhecimento de direito ao recebimento dos benefícios por ela administrados e o respectivo pagamento. Visa também promover a arrecadação, a fiscalização e a cobrança das contribuições sociais destinadas ao financiamento dos benefícios, na forma da legislação em vigor. É, portanto, o organismo de gestão das políticas públicas destinadas ao Regime Geral de Previdência Social.
- Com vistas a dotar o INSS das condições adequadas ao desempenho de sua missão, uma significativa reformulação em sua estrutura organizacional foi promovida no ano de 1999. Houve uma grande descentralização de competências administrativas, fortalecendo-se e aumentando-se a autonomia das projeções regionais, nos níveis tático e operacional.
- A nova estrutura conta, a partir de então, com 102 gerências executivas e 1.148 unidades de atendimento. Nos maiores estados, com mais de duas gerências executivas, foram mantidas 9 superintendências, com papel de articulação interinstitucional.

Profissionalização da gestão

- Em decorrência das modificações introduzidas na estrutura organizacional do INSS, buscou-se a profissionalização do nível executivo, cujos cargos passaram a ser ocupados exclusivamente por servidores efetivos do quadro de pessoal ativo da autarquia. Eles são escolhidos em lista tríplice, composta a partir de processo de seleção interna, de adesão espontânea, que prioriza o mérito profissional.
- Uma vez selecionados, participam de um Programa de Capacitação Gerencial, antes de serem efetivados. Todos os atuais gerentes executivos do INSS foram designados por meio desse processo seletivo.

Modernização das agências: melhores serviços

- Com vistas a promover mudanças significativas no atendimento prestado ao cidadão, de forma a se agilizar a prestação de serviços, aumentar a comodidade, melhorar a qualidade e ampliar o controle social, a Previdência Social instituiu o Programa de Melhoria do Atendimento (PMA).
- Esse programa propiciou a modernização da rede de atendimento e a integração, em um único local, de todas as áreas de prestação de serviços relativas a benefícios, à arrecadação e à procuradoria.
- O foco das ações direcionado aos usuários, a ampliação do horário de atendimento, a ênfase na informação e orientação prévia dos usuários, a redução dos prazos de prestação de serviços, a eliminação de exigências desnecessárias, a capacitação dos servidores e a descentralização dos procedimentos operacionais de perícia médica nortearam a modernização da rede de atendimento.
- Já estão em operação 418 unidades de atendimento adaptadas aos novos padrões em todo o país, incluindo 72 unidades móveis, correspondendo, atualmente, a 40% do total de 1.148 unidades de atendimento do INSS. Até o final de 2002, deverão ser cerca de 460 as agências em operação.
- Essas agências contam com moderno sistema de gerenciamento de atendimento, que otimiza a distribuição da clientela de acordo com o assunto, além de atender com hora marcada. Algumas dessas agências se encontram instaladas em locais de grande movimentação de pessoas – estações de metrô, *shopping centers* e hipermercados.
- Levantamento realizado constatou que o tempo médio de espera nas novas agências é de cerca de 30 minutos e a duração do atendimento é de cerca de 12 minutos, totalizando em torno de 45 minutos o tempo médio de permanência na agência.

Mais agilidade nas agências

Modalidade de Atendimento	Tempo desejado	Tempo realizado
Auto-atendimento	4 min	3'38"
Orientação e informação	6min	7'44"
Orientação especializada	14min	12'42"
Atendimento especializado de arrecadação	12min	13'36"
Atendimento especializado de benefícios	20min	19'54"
Atendimento especializado de benefícios- hora marcada	60min	34'45"

Fonte: MPAS

Criação da Ouvidoria-Geral

- Foi criada a Ouvidoria-Geral da Previdência Social, como instrumento de auxílio ao programa de melhoria da qualidade dos serviços, traduzindo a nova concepção, que visualiza o cidadão como cliente prioritário. Iniciou suas operações em 20/08/98.
- Foi a primeira experiência bem sucedida de ouvidoria no Governo Federal. Permite que o cidadão se comunique diretamente com a instituição para manifestar suas reclamações, sugestões, denúncias e até mesmo elogios.
- Os segurados podem valer-se das centrais de atendimento 0800-780191, das centrais de cartas, do fax e da internet (www.previdenciasocial.gov.br).
- Do total de casos levados ao conhecimento da ouvidoria, cerca de 80% são solucionados. Nos últimos 12 meses, foram registradas 97.651 ocorrências. Nas novas agências, o cidadão pode se manifestar sobre o atendimento prestado, por meio de um telefone instalado para esse fim.

Instituição dos serviços PREVMóvel , PREVBarco e PREVCidade

- As dimensões territoriais do Brasil impediam a Previdência Social de estar presente em todos os mais de 5.500 municípios, deixando uma parcela significativa de população com acesso difícil a esses serviços essenciais. Foi criado, então, o PREVMóvel, que consiste no atendimento volante, mediante emprego de veículos ou embarcações devidamente equipados para tal finalidade.
- O PREVBarco é uma agência completa flutuante. Na Região Norte, cujo meio de transporte principal é o fluvial, são utilizados cinco barcos que se deslocam pelos principais rios da Amazônia, alcançando, especialmente, a população ribeirinha, incluindo a indígena e a remanescente de quilombos.
- Nas demais regiões, são utilizados 69 veículos utilitários, adaptados e equipados com toda estrutura de microinformática e de telecomunicações, levando todos os serviços, inclusive a concessão de benefícios por incapacidade para o trabalho. Os serviços são prestados em parceria com prefeituras municipais, associações ou sindicatos.
- Os roteiros de viagem dessas unidades móveis alcançam, atualmente, 1.045 municípios, distritos e povoados.
- No período de janeiro de 2000 a setembro de 2002, o PREVMóvel realizou 2.557.959 atendimentos, com média mensal de 58.264.

- O PREVBarco permanece nas localidades pelo tempo necessário ao atendimento à demanda. Oferece expediente aos sábados, até 13 horas e conta com apoio das prefeituras conveniadas. Até agosto de 2002, foram realizados 74.000 atendimentos.
- O PREVCidade é uma iniciativa que consiste em levar atendimento até aqueles municípios que ainda não são atendidos diretamente pelas agências ou unidades avançadas da Previdência Social, e nem mesmo pelo PREVMóvel. É executado por meio de convênio celebrado entre as gerências executivas da Previdência Social e as prefeituras municipais
- Existem hoje 128 unidades do PREVCidade em funcionamento no país.
- Assim, o lema da Previdência nunca foi tão atual: *“Previdência Social: A gente está onde o Brasil mais precisa”*

Implantação do Prevfácil

- São quiosques de auto-atendimento instalados nas agências da Previdência Social e em outros espaços públicos como prefeituras municipais, associações e sindicatos.
- Atualmente, estão em operação 1.147 terminais de auto-atendimento.
- O cidadão pode solicitar a relação de documentos necessários para requerer os benefícios, consultar os dados de sua vida profissional, fazer inscrição na Previdência Social, solicitar Certidão Negativa de Débitos, entre outros serviços.
- De setembro de 1998 a agosto de 2002, foram efetuados mais de cinco milhões de atendimentos, o que representa cerca de 17% dos atendimentos efetuados nas novas agências.

Implantação do Prevfone (0800 78 0191)

- É um canal de comunicação direto e gratuito entre a Previdência Social e a população brasileira, que –além de orientações e informações– presta inúmeros serviços, desde a inscrição no Regime Geral de Previdência Social até o agendamento do atendimento nas novas agências com hora marcada.
- De abril de 1998 até agosto de 2002, foram atendidos por este sistema mais de 32 milhões de usuários.

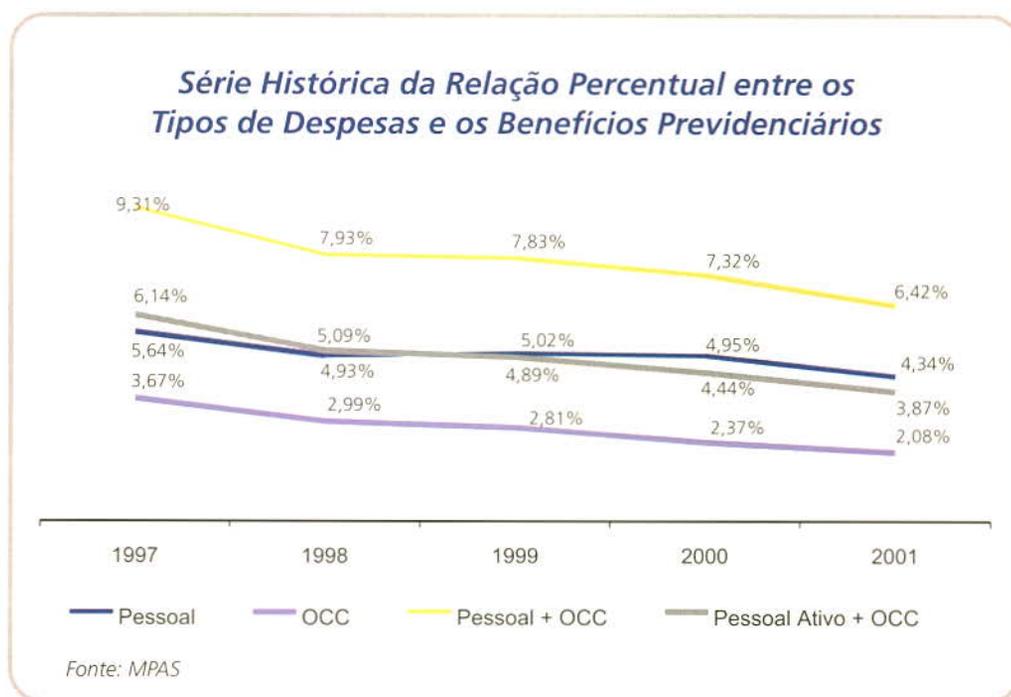
Criação da Prevnet

- A Previdência Social faz-se presente na internet, no endereço eletrônico: www.previdenciasocial.gov.br

- Ali, estão disponíveis inúmeros serviços: emissão de CND, informações sobre precatórios, consultas sobre parcelamentos, cálculo de contribuições e restituição, emissão de guias, cálculo dos benefícios, andamento de processos de concessão e revisão de benefícios, contagem de tempo de contribuição ou solicitação de salário-maternidade, entre outros.
- No período de julho de 1996 a agosto de 2002, já foram registrados mais de 25 milhões de acessos ao PREVNet.

Ganhos de eficiência e produtividade

De 1997 a 2001 verificou-se um ganho significativo de eficiência e produtividade do aparato administrativo da Previdência Social. As despesas de custeio e pessoal (ativos e inativos) vêm diminuindo sua relação com os benefícios pagos, passando de 9,31% (1997) para 6,42% (2001).



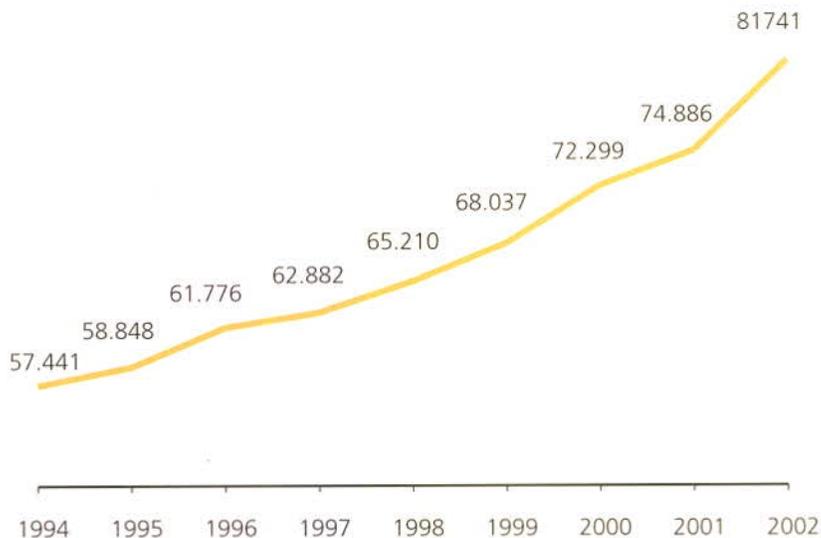
Energia: aprendendo com a crise

NO INÍCIO DE 1995, O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO VIVIA UMA SITUAÇÃO DE QUASE falência, com obras paradas e falta de investimentos. Nada menos que 56 obras em usinas geradoras tinham sido interrompidas em todo o País. Predominava a presença do Estado nesse setor vital da economia. As tarifas estavam fora da realidade. Os recursos eram insuficientes para cobrir os custos e financiar a expansão e a melhoria da oferta de energia para as famílias de consumidores e para as empresas. O Governo Federal começou então a fazer mudanças, inadiáveis naquela época, com o objetivo de:

- Aumentar a oferta de energia por meio do incentivo a novos investimentos, especialmente os do setor privado.
- Ampliar a competição e garantir a eficiência do fornecimento de eletricidade.
- Melhorar a qualidade dos serviços, com preços mais justos ao consumidor.
- Diversificar a origem da geração de energia no País, fortemente baseada nas usinas hidrelétricas.
- De lá para cá, a capacidade instalada nacional de energia elétrica subiu de 57.441 MW, em 1994, para 81.741 MW, em 2002, (gráfico a seguir) – impulso importante de quase 42,3%. Foi um ótimo resultado, mas mesmo com os avanços conseguidos, o brasileiro viveu as dificuldades do racionamento, desde o primeiro semestre de 2001.
- A dura ameaça do “apagão” e a crise de energia em 2001 mostraram a existência de lacunas e imperfeições no setor. A Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) estabeleceu medidas para corrigir os problemas e aperfeiçoar o sistema. O País começou a aprender com a crise, e a extrair dela lições para o presente e para o futuro.

Energia elétrica no Brasil: capacidade instalada nacional

Em MW, de 1994 a 2002 (previsão, exceto emergencial)*



Fonte: MME

*Emergencial Dezembro 2002 1.911MW

- No Brasil, quase 85% de toda a energia consumida vem de usinas hidrelétricas. Em decorrência disso, a maior estiagem dos últimos 40 anos, com redução acentuada da quantidade de chuvas, causou problemas de abastecimento, que culminaram em restrições ao consumo doméstico e industrial.
- A crise atual decorre também do fato de a capacidade de geração e transmissão inter-regional de energia se tornar insuficiente para atender ao consumo em expansão, em especial depois da estabilização da moeda e do fortalecimento do real.
- A necessidade do racionamento acabou por servir de alerta para a urgência de um uso mais racional da energia.
- O risco da crise de energia foi afastado pela extraordinária adesão dos brasileiros à redução do consumo, pela aceleração dos investimentos em geração e transmissão, e pela normalização das chuvas depois de três verões, seguidos, excepcionalmente secos.
- Poucas vezes na história brasileira, as noções de crise e oportunidade estiveram tão próximas como na ameaça do “apagão”. Os investimentos no setor de energia elétrica

no País, entre 2001 e 2003, devem ultrapassar a casa dos US\$ 14 bilhões, o que representa um recorde para a área.

País fez 2,5 Itaipus de 1995 a 2001

O setor elétrico recebeu investimentos bastante volumosos no período de 1995-2000, da ordem de US\$ 34 bilhões, com parte significativa procedente do setor privado. No total, foram acrescidos cerca de 16 mil MW à capacidade geradora do País.

- Isso representa o equivalente à construção de 2,5 usinas como a de Itaipu (cuja capacidade atual é de 6,3 mil MW, na parte brasileira).
- Ou ainda: o equivalente às quatro maiores hidrelétricas em funcionamento – Itaipu (parte Brasil), Tucuruí, Ilha Solteira e Xingó.
- Das obras que se encontravam paralisadas no início de 1995, foram concluídas 15, até 2000, com o equivalente a 8,4 GW.
- De 1996 a 2001, houve aumento anual médio da oferta de potência de 2.830 MW por ano, mais que o dobro do registrado entre 1986 e 1995.
- As metas de Capacidade Instalada Nacional de geração para 2001 e 2002 são de 74.886 MW e 81.741 MW. Isso corresponde a um acréscimo de quase 44% em relação a 1994.

Ranking das centrais hidrelétricas em operação no Brasil

De 1995 a 2001, o Governo Federal aumentou a capacidade nacional em 16,4 mil MW, o equivalente às quatro maiores usinas do País

Usina	Estado e município	Rio	Potencial (kW)
1. Itaipu (parte Brasil)	Foz do Iguaçu (Paraná)	Paraná	6.300.000
2. Tucuruí	Tucuruí (Pará)	Tocantins	4.001.000
3. Ilha Solteira	Ilha Solteira (São Paulo)	Paraná	3.444.000
4. Xingó	Canindê de S. Francisco (Sergipe)	São Francisco	3.162.000
5. Paulo Afonso IV	Delmiro Gouveia (Sergipe)	São Francisco	2.462.400
6. Itumbiara	Itumbiara (Goiás)	Paranaíba	2.124.000
7. São Simão	Santa Vitória (Minas Gerais)	Parnaíba	1.710.000
8. Foz do Areia	Pinhão (Paraná)	Iguaçu	1.676.000
9. Jupia	Castilho (São Paulo)	Paraná	1.551.200
10. Itaparica	Glória (Bahia)	São Francisco	1.479.600

Fonte: Atlas de Energia Elétrica do Brasil, Aneel

Hidrelétricas implantadas e em construção no período 1995-2002

UF	Nome	Potência Instalada (MW)			
		Total	Antes de 1995	No período de 1995-2002*	Após 2002*
PA	Tucuruí – 2ª etapa	8.126	4.001	375	3.750
PR	Itaipu 60 HZ – parte brasileira	7.000	6.300		700
SE	Xingó	3.000	500	2.500	
SP	Porto Primavera	1.980	440	1.430	110
RS/SC	Itá	1.450		1.450	
GO	Serra da Mesa	1.293		1.293	
PR	Salto Caxias	1.240		1.240	
RS/SC	Machadinho	1.140		1.140	
BA	Sobradinho	1.050	875	175	
TO	Lajeado	902,50		902,50	
SC	Campos Novos	880			880
SP	Três Irmãos	807,50	323	484,50	
RS/SC	Barra Grande	690			690
SP	Taquaçuru	554	333	221	
MG	Nova Ponte	510	170	340	
GO	Cana Brava	471,60		471,60	
TO	Peixe Angical	452			452
BA	Itapebi	450		300	150
MG	Miranda	390		390	
GO	Corumbá	375		375	
MG	Irapé	360			360
MG	Aimorés	330			330
MG	Igarapava	210		210	
MT	Manso	210		210	
MG	Funil	180		60	120
MT/MS	Ponte de Pedra	176,10			176,10
MG	Guilman Amorim	140,04		140,04	
MG	Candongá	140			140
RS	Monte Claro	130			130
GO	Corumbá IV	127			127
RS	Dona Francisca	125		125	
MT	Guaporé	120		80	40
SC	Quebra Queixo	120			120
MT	Jauru	118		78,60	39,40

MG	Porto Estrela	112		112	
GO	Queimado	105			105
AP	Santo Antônio	100			100
MT	Itiquira II	95,20		95,20	
SP	Canoas I	82,50		82,50	
SP	Pirajú	80		80	
SP	Canoas II	72		72	
AP	Coaracy Nunes	67,98	40	27,98	
MT	Itiquira I	60,40		60,40	
MG	Sobragi	60		60	
MG/BA	Santa Clara	60		60	
SP	Santa Branca	56,05		56,05	
RJ	Rosal	55		55	
SP/PR	Ourinhos	44			44
Concluídas antes de 1995		36.730,19	36.730,19		
Totais		73.028,06	49.712,19	14.752,37	8.563,50

* Excluindo pequenas e micro centrais hidrelétricas

Fonte: Ministério das Minas e Energia, Junho/2002

- O Programa Avanço Brasil dedica uma atenção especial à elevação da capacidade de energia elétrica, com obras por todo o País. Até o fim de 2002, está previsto, aumento de 5.788 MW. No total, quando todas hidrelétricas estiverem construídas, serão quase 14.350 MW acrescentados.
- No período de 1995 a 2002, estão sendo acrescentados 14.752,4 MW ao parque gerador hidrelétrico, estando em construção outros 8.563,5 MW. Até 1995, estavam em operação 49.712,2 MW. O Governo Federal, em oito anos, está ampliando o parque gerador hidrelétrico em quase 30%, deixando um significativo incremento para o seu sucessor.
- Entre as novas usinas está Cana Brava, nas águas do rio Tocantins, no município de Minaçu, no Estado de Goiás. Foi inaugurada em 24 de maio de 2002, pelo Presidente Fernando Henrique, para produzir 157,2 MW. No total, até julho de 2002, terá 471,6 MW, suficientes para uma cidade de 1,4 milhão de habitantes.
- Com investimento total de 420 milhões de dólares, a primeira etapa de Cana Brava foi construída no tempo recorde de 36 meses, a pedido do Governo Federal, em face do racionamento de energia. A Companhia Energética Meridional, uma subsidiária da empresa européia Tractebel, ganhou a concorrência para a construção. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou 35% do total. As obras geraram 4 mil empregos diretos na região de Minaçu.

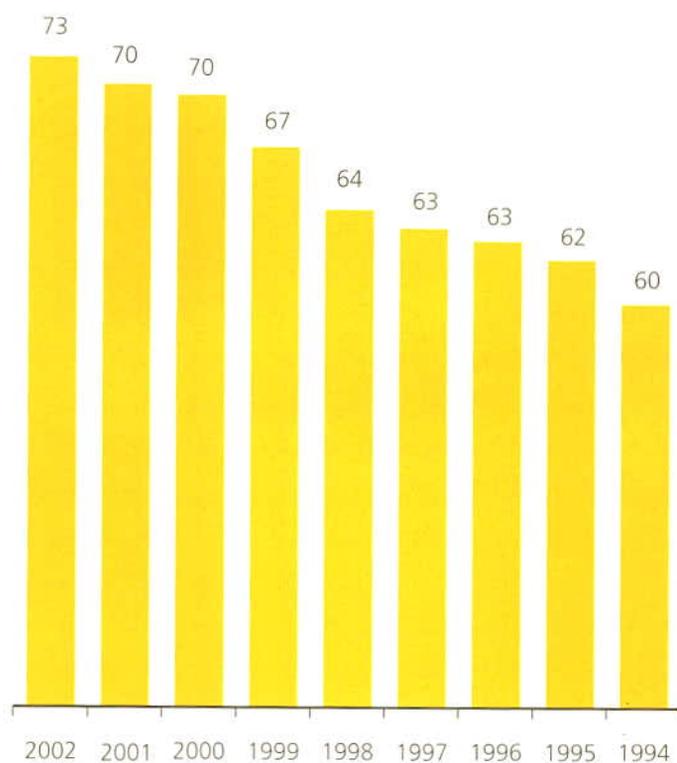
- Outra usina de destaque é a Luiz Eduardo Magalhães, também no rio Tocantins, entre as cidades de Miracema e Lajeado, no Estado de Tocantins. Em 2001, a primeira turbina entrou em operação antecipada. A energia gerada por essa turbina é maior do que a consumida atualmente, o que torna Tocantins auto-suficiente em eletricidade.
- Na fase de construção, a hidrelétrica de Lajeado deu à região o maior canteiro de obra civil do Brasil. Vai entrar, totalmente, em operação até o fim de 2002. Além de criar 11 mil empregos diretos e mais de 20 mil indiretos, a implantação da usina é modelo de cumprimento da legislação ambiental.
- A usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) será a segunda maior do Estado de São Paulo, localizada no rio Paraná. Sua barragem é a mais extensa do Brasil, com 10 quilômetros de comprimento.
- A primeira etapa do enchimento do reservatório em Porto Primavera foi concluída em dezembro de 1998, e a segunda etapa, em março de 2001. As três primeiras unidades da usina entraram em operação em março de 1999. Quando concluída, terá 18 unidades geradoras, totalizando 1.980 MW.
- Dos novos empreendimentos destaca-se ainda a Usina de Manso, que garantirá a auto-suficiência de energia elétrica para o Mato Grosso e a regularização do rio Cuiabá. Localizada no município de Chapada dos Guimarães, foi construída pela parceria de Furnas com o consórcio privado Proman e está operando plenamente desde abril de 2001, gerando uma potência instalada de 210 MW.
- Entre as obras do período 1995-2002, figuram Tucuruí II (ampliação da capacidade, no Pará); Corumbá e Serra da Mesa (entrada em operação comercial de novas máquinas, em Goiás); Samuel (mais duas unidades geradoras, em Rondônia) e Xingó (entrada em operação das cinco últimas unidades geradoras, em Sergipe).

Linhões levam eletricidade a regiões distantes

A ampliação da rede de transmissão de energia cumpriu o papel fundamental de levar os benefícios da eletricidade a municípios e regiões distantes. Em 1994, o País tinha 59,5 mil quilômetros de linhas de transmissão. Em 2001, essa extensão passou a ser de 70 mil quilômetros. Assim, entre 1995 e 2001, a rede de transmissão elétrica foi expandida em 10,5 mil quilômetros, o equivalente a mais de 2,5 vezes o percurso em linha reta do Oiapoque ao Chuí – os simbólicos pontos extremos do Brasil. Para 2002, está prevista a ampliação da rede para 71,3 mil quilômetros.

Extensão do sistema de transmissão

Em mil km



Fonte: Aneel

- Uma das obras marcantes do período foi o Linhão Norte-Sul, inaugurado em dezembro de 1998. A Linha de Transmissão de Eletricidade Norte-Sul (nome oficial) tem 1.278 quilômetros de extensão, entre Imperatriz, no Maranhão, e Samambaia, no Distrito Federal. O traçado permite troca de energia entre o Norte e o Nordeste e as outras regiões do País.
- Até então, a transferência não era possível, pois não havia ligação entre os sistemas elétricos envolvidos. Foram acrescentados 600 MW médios de energia ao sistema elétrico. A iniciativa representou um fator de desenvolvimento econômico e social para dezenas de municípios sob sua influência.

- O Linhão Norte–Sul serve, ainda, de elo para as usinas que estão sendo construídas no rio Tocantins (Cana Brava, Luís Eduardo Magalhães, Peixe, Tupiratins e Serra Quebrada). O investimento foi de R\$ 862 milhões.
- Também inaugurado em 1998, o Linhão do Tramoeste atende a um ambicioso projeto de eletrificação do Pará, a partir da captação de energia da Hidrelétrica de Tucuruí.
- Mais de 600 mil moradores do Pará têm hoje “energia firme” (sem interrupção freqüente), graças à implantação de 1.007 quilômetros de linhas de transmissão, que beneficiam populações de, pelo menos, 12 municípios, como Altamira, Vitória do Xingu, Rurópolis, Itaituba e Santarém, além de outras 126 localidades. As linhas cruzam todo o estado. Em Itaituba está a mais alta torre, com 160 metros de altura, o equivalente a um prédio de mais de 50 andares.
- Uma boa experiência de parceria internacional é a Linha de Transmissão de Eletricidade Guri–Boa Vista. Desde agosto de 2001, Boa Vista, a capital de Roraima, está sendo abastecida por meio da linha de transmissão construída para trazer energia da Hidrelétrica de Guri, na Venezuela. Um trabalho conjunto entre a Eletronorte e a Edelca, da Venezuela, permitiu essa conexão. Boa Vista passou a ter uma fonte mais confiável de energia, capaz de atrair mais indústrias para o estado.

A população e as empresas do Nordeste beneficiaram-se com quatro grandes eixos de linhas de transmissão, um investimento direto de R\$ 1,5 bilhão. São eles:

- Eixo Xingó–Maceió–Recife (Alagoas/Pernambuco, com 395 quilômetros).
- Eixo Recife–Campina Grande–Natal (Paraíba/Rio Grande do Norte, com 385 quilômetros).
- Xingó–Aracaju–Salvador (Sergipe/Bahia, com 409 quilômetros).
- Eixo Presidente Dutra–Teresina–Sobral–Fortaleza (Piauí/Ceará, com 753 quilômetros).

Angra 2: retomada das obras e inauguração

O Governo Federal concluiu a Usina Angra 2, cujas obras estavam paradas desde 1983. A história da usina remonta a 1975, quando foi assinado, entre o Brasil e a Alemanha, um acordo nuclear. Em julho de 2001, os reatores começaram a funcionar e fornecem hoje mais de 1.300 MW de energia elétrica para abastecer o Estado do Rio de Janeiro. A direção do empreendimento cabe à empresa Eletronuclear, resultado da fusão da área nuclear da estatal Furnas com a Nuclen, detentora da tecnologia. Angra 1 produz cerca de 600 MW, localizada na praia de Itaorna, no município de Angra dos Reis.

- O Avança Brasil dedicou um de seus programas prioritários à construção de mais 7 mil quilômetros de linhas de transmissão, com investimento de R\$ 930 milhões somente em 2001.

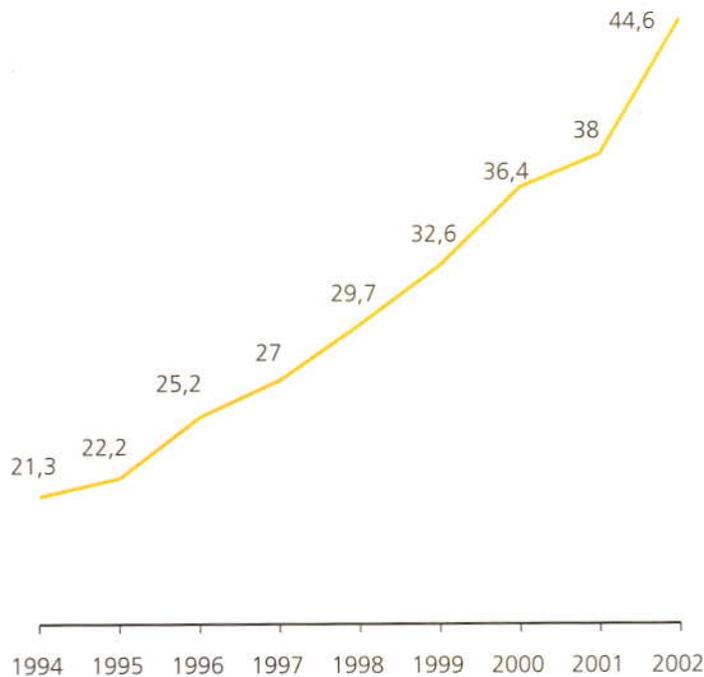
Gás natural, a alternativa que se fortalece

A entrada em operação, em 1999, do Gasoduto Bolívia–Brasil está ajudando o País a encontrar o caminho para a diversificação das fontes de energia, a fim de diminuir a nossa dependência das hidrelétricas.

- Como parte desse esforço, a produção de gás natural aumentou 78% no período 1994-2001, atingindo uma média diária de 38 milhões de metros cúbicos. A estimativa para 2002 é de 44,6 bilhões de metros cúbicos.
- As termelétricas movidas a gás natural são a opção mais favorável para a ampliação da oferta de energia elétrica. A participação do gás na matriz energética do País era de 2%, há cinco anos, e deve saltar dos atuais 3,2% para 10% em menos de dez anos.
- Em 2001, na Bacia de Camamú (Bahia), situada perto de Salvador, foi descoberto gás natural, o que abriu excelentes perspectivas para novas descobertas na plataforma continental, bem como ampliou a capacidade de suprimento de gás para a Região Nordeste.
- As reservas brasileiras, provadas, de gás natural são estimadas hoje em 220 bilhões de metros cúbicos, e as reservas totais, em 330 bilhões, ainda insuficientes para atender, no futuro, ao crescimento da demanda brasileira. No entanto, o País conta com a oferta de gás procedente da Argentina e da Bolívia para complementar a produção nacional.
- A recente descoberta de um novo campo de gás natural no município de Itacoatiara, distante 200 quilômetros de Manaus, está inicialmente avaliada em 6 bilhões de metros cúbicos. Essa descoberta apresenta-se como a alternativa mais imediata para a redução do custo de geração de Manaus, hoje feita com óleo diesel.
- Já estão em operação dois grandes sistemas de transporte de gás natural, o que possibilitará, no curto espaço de dois anos, a implantação de pelo menos 18 usinas termelétricas nas regiões mais atingidas pelo racionamento.
- Ao longo do Gasoduto Bolívia–Brasil, em território nacional, nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, estão sendo construídas oito novas termelétricas, que até 2003 acrescentarão 2.710 MW de potência.

Produção de gás natural

Em milhões de metros cúbicos



Fonte: Petrobras

- O Estado de São Paulo é o maior beneficiário do Gasoduto Bolívia–Brasil, e vai consumir a metade da sua disponibilidade. Com 3.157 quilômetros entre Rio Grande, na Bolívia, e Porto Alegre, a rede de dutos atravessa Mato Grosso do Sul e São Paulo, prosseguindo rumo ao Rio Grande do Sul, com investimento de US\$ 2 bilhões. O empreendimento amplia as opções energéticas para indústrias paulistas e consumidores. A construção exigiu avançadas técnicas de engenharia para que o gasoduto pudesse passar sob e sobre rios, fazendas e estradas, de acordo com as normas de preservação ambiental.
- No Nordeste, uma rede de gasodutos liga os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, da Paraíba e Bahia. Nesses estados, está prevista a conclusão de dez termelétricas até 2003, num total de 2.438 MW.
- O Gasoduto Uruguaiana–Porto Alegre faz parte do projeto de importação de gás natural da Argentina, para atender à demanda gaúcha por combustíveis e fornecer

A parceria com o setor privado nas centrais hidrelétricas em construção atualmente no Brasil

Usina	Proprietários	Localização (município, Estado)	Rio	Potência (kW)
Machadinho	VBC, Alcoa, Valesul, DME e C. Corrêa	Maximiliano de Almeida – RS	Pelotas	1.140.000
Campos Novos	Campos Novos Energia S/A	Abdon Batista e outros – SC	Canoas	880.000
Luis Eduardo Magalhães	CEB, EDP, Investco, Paulista e Rede Lag	Miracema do Tocantins e Palmas – TO	Tocantins	850.000
Barra Grande	Alcoa, VBC, Camargo Corrêa e DME	Anita Garibaldi – SC e Esmeralda – RS	Pelotas	690.000
Cana Brava	Companhia Energética Meridional	Cavalcante – GO e Minaçu – GO	Tocantins	450.000
Itapebi	Itapebi Geração de Energia S/A	Itapebi – BA	Jequitinhonha	450.000
Peixe Angical	Consórcio Enerpeixe	Peixe e São Salvador – TO	Tocantins	452.000
Aimorés	CEMIG e Vale do Rio Doce	Aimorés – MG e Baixo Guandu – ES	Doce	330.00
Funil	CEMIG e Vale do Rio Doce	Lavras – MG e Perdões – MG	Grande	180.000
Ponte de Pedra	Ponte de Pedra Energética S/A	Itiquira – MT e Sonora – MS	Correntes	176.100
Itiquira I e II	Triunfo Part. e Investimentos S/A	Itiquira – MT	Itiquira	156.000
Candongá	Alcan Emp. Ltda. e Vale do Rio Doce	Rio Doce e S. Cruz do Escalvado – MG	Doce	140.000
Monte Claro	Companhia Energética Rio das Antas	Bento Gonçalves, Veranópolis, Nova Pádua e Nova Roma – RS	Das Antas	130.000
Corumbá IV	Corumbá Concessões S/A	Luziânia – GO	Corumbá	127.000
Guaporé	Min. Santa Elina e Tangará Energia S/A	Pontes e Lacerda – MT	Guaporé	120.000

Quebra Queixo	Companhia Energética Chapecó	Iguaçu – SC e São Domingos – SC	Chapecó	120.000
Jauru	Cinco Estrelas Agrop. e Queiroz Galvão	Indiavaí – MT e Jauru – MT	Jauru	110.000
Queimado	Cia. Energética de Brasília e CEMIG	Cristalina – GO e Unai – MG	Preto	105.000
Santo Antônio	Jari Energética S/A	Almeirim – PA e Mazagão – AP	Jari	100.000
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	Piraju – SP	Paranapanema	70.000
Santa Clara	Companhia Energética Santa Clara	Nanuque e Serra dos Aimorés – MG	Mucuri	60.000
Ourinhos	Ourinhos Energia S/A	Ourinhos – SP e Jacarezinho – PR	Paranapanema	44.000
Ponte de Pedra	Eletricidade de Mato Grosso Ltda.	São José do Rio Claro – MT	Pte. de Pedra	30.000

Fonte: Ministério das Minas e Energia, 2002

*Exceto micro e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), em janeiro de 2002, e centrais em processo de licenciamento ambiental

energia elétrica ao estado. Quando concluído, terá 615 quilômetros de extensão. Permitirá a interconexão das principais bacias de gás natural do Brasil, da Argentina e da Bolívia, garantindo o abastecimento das Regiões Sul e Sudeste do País. O traçado do gasoduto facilita a distribuição regional, incluindo 23 municípios gaúchos na sua área de influência. A primeira fase, operando desde junho de 2000, abastece a Usina Termelétrica de Uruguaiana, de 600 MW. No outro extremo, interliga o Pólo Petroquímico de Triunfo ao Gasoduto Bolívia–Brasil, no município de Canoas.

A exploração das reservas de gás de Urucu vai criar novos empregos e trazer benefícios para a economia da Amazônia. O Gasoduto Urucu–Coari, com 280 quilômetros de extensão, foi concluído em dezembro de 1998. Está em fase final o estudo de viabilidade do Gasoduto Coari–Manaus. Importante produtora de petróleo, a Província Petrolífera de Urucu fornecerá 5 milhões de metros cúbicos, por dia, de gás natural a Manaus e a Porto Velho, para geração de 900 MW de energia elétrica. Urucu abriga a segunda maior reserva brasileira de gás natural, que já tornou a Amazônia auto-suficiente em

gás de cozinha e exportadora do combustível. Serão beneficiadas as populações do Amazonas, do Amapá, do Pará e de Rondônia.

- O Gasoduto Urucu–Porto Velho, com 500 quilômetros de extensão, está em processo de licenciamento ambiental e deverá levar o gás procedente dos poços de Urucu para alimentar as termelétricas Termonorte I e II (com 404 MW), cuja operação foi iniciada em 2000, com óleo diesel, para atender à demanda crescente de energia na região de Porto Velho.

Desenvolvimento energético

Com o intuito de apresentar de forma coordenada as principais metas alcançadas na área de desenvolvimento energético, procurou-se agrupar as diversas realizações em grandes temas, buscando, assim, plena coerência com as orientações da política energética nacional.

Luz no Campo

O Programa Nacional de Eletrificação Rural (Luz no Campo), lançado em dezembro de 1999, tem como objetivo levar energia elétrica a 1 milhão de propriedades e domicílios rurais, num horizonte de três anos, beneficiando mais de 5 milhões de brasileiros. O programa está sendo financiado com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), até o limite de 75% dos investimentos totais do Programa, correspondendo a R\$ 2 bilhões sobre o total de R\$ 2,7 bilhões.

Programa Nacional de Eletrificação rural (Luz no Campo)							
Exercício de 2001							
Indicadores físicos	Unid.	Regiões					Total
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Consumidores ligados	Nº	37.340	322.135	44.305	137.005	42.233	583.018
Extensão de linhas e redes	Km	22.404	41.155	25.932	42.024	8.461	139.976
Transformadores	Nº	5.513	42.497	35.544	122.846	16.799	223.199
Potência de transformadores	KVA	101.058	333.426	398.978	1.017.510	199.588	2.050.560

Fonte: Ministério das Minas e Energia.

O Programa obteve resultados expressivos no primeiro ano de funcionamento. Foram assinados 44 contratos de financiamento, com 41 concessionárias distribuidoras de energia elétrica, que estabelecem o compromisso de liberar R\$ 1,73 bilhão, estimando-se a ligação de 1.067.814 consumidores, beneficiando 5.104.863 pessoas. Verifica-se que a meta inicial deverá ser ultrapassada em curto prazo.

Programa de energia nas pequenas comunidades

O objetivo desse programa é atender comunidades carentes isoladas, não supridas de energia elétrica pela rede convencional, utilizando fontes renováveis locais, em base auto-sustentável, de modo a promover o desenvolvimento social e econômica dessas localidades.

O público-alvo é de cerca de 20 milhões de brasileiros, distribuídos em, aproximadamente, 100 mil comunidades, 2,5 milhões de domicílios rurais, 56 mil escolas públicas e 3 mil comunidades indígenas. Até o ano 2000, foram atendidas 2,6 mil comunidades, contemplando 604 mil pessoas, e instalados 3.050 sistemas fotovoltaicos.

Energia nas pequenas comunidades

Estados	2001		2002 (previsão)	
	Sistemas implantados	investimento em US\$ mil	Sistemas implantados	investimento em US\$ mil
Acre	96	450,40	150	804,10
Amazonas	125	586,50	300	1.608,30
Amapá	8	37,50	80	428,90
Pará	224	1.051,10	490	2.626,90
Rondônia	35	164,20	120	643,30
Roraima	23	107,90	70	375,30
Tocantins	42	197,00	110	589,70
Região Norte	553	2.595	1.320	7.076,50
Alagoas	80	428,90	120	643,30
Bahia	546	2.927,30	850	4.556,80
Ceará	256	1.372,50	420	2.251,60
Maranhão	582	2.731,10	860	4.610,40
Paraíba	71	380,60	180	965,00
Pernambuco	180	965,00	350	1.876,30
Piauí	302	1.619,10	410	2.198
Rio G. Norte	46	246,60	150	804
Sergipe	44	235,90	110	589,70
Região Nordeste	2.107	10.907	3.450	18.495,10
Espírito Santo	7	37,50	100	536,10
Minas Gerais	276	1.479,70	650	3.484,60
Rio de Janeiro			20	107,00
São Paulo			30	160,00
Região Sudeste	283	1.517,20	800	4.287,70
Goiás	33	176,90	120	643,30
Mato G. do Sul			110	589,70
Mato Grosso	13	69,60	140	750,50
Região Centro-Oeste	46	246,60	370	1.983,50
Paraná	11	58,90	20	107,20
Rio G. do Sul	-	-	20	107,20
Santa Catarina	-	-	20	107,20
Região Sul	11	58,90	60	321,60
Brasil	3.000	15.324,70	6.000	32.164,40

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Desenvolvimento regional

Água e terra irrigada para o Nordeste

NO NORDESTE, ONDE A SECA REPRESENTA O GRANDE OBSTÁCULO PARA O desenvolvimento, o Governo Federal está realizando o maior programa de construção de barragens, açudes, adutoras e projetos de irrigação de terras dos últimos tempos.

- Os reservatórios de água já tiveram sua capacidade aumentada em 10 bilhões de litros, e a região passou a ter mais 78 mil hectares de terra irrigada para agricultura.
- Muitas obras já foram inauguradas no Nordeste, enquanto uma parte importante deverá estar concluída até o final deste ano. As iniciativas estão coordenadas no Programa Proágua. A região mineira do Polígono das Secas também está contemplada.
- Essas iniciativas vão ajudar a resolver o drama secular da falta de água que aflige a região semi-árida, onde soluções paliativas e insuficientes se repetiam a cada governo. Com esses investimentos, o Nordeste poderá reverter esse drama histórico. Os açudes construídos até hoje se mostraram incapazes de atender à demanda da população sofrida.

O quadro a seguir apresenta as principais obras de açudes e barragens dos últimos anos, já inauguradas ou ainda em andamento, divididas estado por estado, realizadas pelo Programa Proágua Infra-Estrutura. Nessas obras, foram aplicados R\$ 325,9 milhões em 2001.

Barragens e açudes inaugurados ou em obras

Nome	Situação
Piauí	
Barragem Castelo	Conclusão: 2003
Açude Jenipapo	Inaugurada em 2001
Açude Salinas	Inaugurada em 2001
Barragem do Poço de Marruá	Conclusão: dez-2003
Barragem de Pedra Redonda	Inaugurada em 2001
Adutora do Garrincho	Em estudos
Ceará	
Adutora de Tauá	Inaugurada em 1999
Adutora de Cascavel	Inaugurada em 1999
Adutora de Iguatu	Conclusão: mai-2002
Adutora São Gonçalo do Amarante/Umarituba	Conclusão: ago-2002
Barragem do Castanhão	Conclusão: 2003
Adutora de Lima Campos/Icó	Conclusão: ago-2002
Adutora do Acarape	Conclusão: mai-2002
Adutora de Baturité/Aracoiaba	Conclusão: ago-2002
Adutora de Chaval/Barroquinha	Conclusão: set-2002
Rio Grande do Norte	
Adutora de Piranhas/Açu	Inaugurada em 2001
Adutora de Potengi	Inaugurada em 2001
Adutora do Trairi	Inaugurada em 2000
Adutora Sertão Central-Cabugi	Inaugurada em 2000
Adutora de Mossoró	Inaugurada em 2000
Barragem de Santa Cruz do Apodi	Inaugurada em 2002
Barragem de Umari	Inaugurada em mar-2002
Sistema Adutor de Serra do Santana	Conclusão: 2003
Paraíba	
Barragem de Acauã	Inaugurada em 2002
Adutora do Cariri	Inaugurada em abr-2002
Barragem de Mucutu	Inaugurada em 2002
Sistema Adutor do Congo	Conclusão: dez-2002
Barragem do Camará	Inaugurada em 2001

Pernambuco	
Adutora do Oeste	Concluída até Ouricuri
Adutora de Jucazinho	Conclusão: dez-2002
Sistema Adutor de Afrânio-Dormentes	Conclusão: dez-2002
Adutora de Arcoverde	Inaugurada em 2001
Adutora de Afogados da Ingazeira	Conclusão: dez-2002
Adutora Luiz Gonzaga	Conclusão: dez-2002
Alagoas	
Adutora Agreste Alagoano	Conclusão: dez-2002
Pão-de-Açúcar-Olhos D'Água das Flores	Conclusão: dez-2002
Adutora Alto Sertão	Concluída
Adutora de Estrela de Alagoas	Conclusão: set-2002
Sergipe	
Sistema Adutor do Agreste	Conclusão: out-2002
Sistema Adutor de Piauitinga	Conclusão: dez-2002
Bahia	
Barragem do Zabumbão	Inaugurada em 2000
Adutora de Amélia Rodrigues/Conc. Jacuípe	Inaugurada em 2000
Adutora do Feijão-2ª etapa	Inaugurada em 2000
Adutora de Piritiba/Mundo Novo	Inaugurada em 2000
Adutora Sistema Padrão Central	Conclusão: set-2002
Maranhão	
Adutora Italuís	Conclusão: 2004
Minas Gerais	
Barragem de Congonhas	Conclusão: dez-2008
Barragem Berizal	Conclusão: 2003
Sistema Águas Vermelhas	Conclusão: set-2002

Fonte: Ministério da Integração Nacional.

Com recursos de R\$ 210,8 milhões, em 2001 foram realizadas as seguintes obras de irrigação e drenagem:

A escassez de água no Nordeste levou o Governo Federal a buscar financiamento para obras com o Banco Mundial, para o período de 1998 a 2002, da ordem de US\$ 330 milhões de dólares. Desses recursos, 81% são externos, o Brasil entra com o restante de 19%.

- Esses investimentos vão beneficiar cerca de 1,3 milhão de pessoas ou 260 mil famílias.
- As secas no Nordeste estão entre os principais problemas do Brasil na área de recursos hídricos, lado a lado com a poluição dos rios e do mar nos grandes centros urbanos.

- A ONU define que um país ou região é carente de água quando a disponibilidade média renovável é inferior a 1.000 metros cúbicos por habitante a cada ano.
- Segundo esta definição, o semi-árido nordestino não deveria enfrentar as secas que enfrenta, uma vez que a disponibilidade *per capita* anual é de cerca de 1.500 metros cúbicos (comparável com a da Espanha). O problema é que toda a precipitação anual concentra-se em 3 ou 4 meses e varia muito de ano para ano. Durante as longas estiagens, que podem durar anos seguidos, os rios secam. É por isso que a construção de açudes tem sido a principal ação para possibilitar a convivência com as secas.

Nordeste sustentável

O Governo Federal, em conjunto com os governos estaduais, municipais e instituições públicas e privadas, definiu um plano estratégico para alavancar o desenvolvimento no Sertão do *Moxotó-Pajeú*, como uma alternativa de sustentabilidade das comunidades locais.

- O projeto está localizado na divisa dos Estados de Pernambuco e Bahia e compreende 20 municípios situados no semi-árido (15 em Pernambuco e cinco na Bahia), envolvendo uma população de aproximadamente 450 mil habitantes, numa área de 40 mil quilômetros quadrados.
- O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região, tendo como foco o desenvolvimento das principais cadeias produtivas locais - piscicultura, fruticultura irrigada e ovinocaprinocultura – e outras atividades que apresentem elevado potencial de geração de emprego e renda como alternativa ao plantio ilícito da maconha que predominava na região.
- Os resultados alcançados até o momento são animadores, haja vista que praticamente deixou de existir o plantio de maconha. Para alcançar os objetivos planejados, foram apoiadas, por meio do Banco do Nordeste, além do crédito, a capacitação técnica e gerencial dos empreendedores locais, contribuindo para o desenvolvimento local de atividades produtivas tradicionais e inovadoras, incluindo Para isso, também tem atendido os micro empreendedores informais, permitindo sua inserção na economia local.

Defesa civil

O Ministério da Integração Nacional (MIN) está incumbido da coordenação, do planejamento e da formulação da política, programas e projetos de defesa civil, atuando nas situações de desastres naturais, humanos e mistos, em especial, nas inundações, vendavais, deslizamentos de encostas, secas e incêndios florestais.

Destacam-se como desastres importantes no período 1995-2002, aqueles gerados, principalmente, pelos fenômenos *La Niña*, nos anos de 1995, 1996, 1999 e 2000, e *El Niño* nos anos de 1997, 1998 e 2002. Esses fenômenos provocaram alterações climáticas com repercussão em vários Estados brasileiros.

Durante esse período, a União destinou recursos da ordem de R\$ 2 bilhões, distribuídos ao longo desses oito anos.

Atuação do Governo Federal para ações de defesa civil						
1995-2002						
ANO	LDO	Recursos em R\$ 1,00		Metas Atingidas		
		OGU+ Crédito Suplementar/ Extraordinário	Executado	Municípios atendidos	Agentes capacitados	População beneficiada
1995	13.798.832	142.908.489	142.361.996	207	96	405.594
1996	31.896.883	59.149.259	57.468.563	145	128	284.113
1997	60.000.000	236.320.000	206.061.877	425	236	832.745
1998	36.725.327	52.237.876	34.614.184	271	112	530.997
1999	87.716.505	91.916.605	76.215.000	236	322	462.418
2000	154.985.605	327.985.605	298.619.548	124	389	2.221.950
2001	75.308.534	580.308.534	567.308.534	1.268	259	1.975.870
2002	181.195.640	438.005.640	26.748.884	1.237	501	1.137.205
TOTAL	641.627.326	1.928.832.008	1.409.398.586	3.913	2.043	7.850.892

Fonte: DAG/SEDEC/MI

Levantamento realizado em 30/08/2002

No período de 1995-2002, destacam-se as seguintes obras de recuperação e de reconstrução:

- Construção e recuperação de 71.030 casas de famílias de baixa renda, danificadas ou destruídas por desastres;
- Recuperação de 3.416.859 metros quadrados de pavimentação de vias públicas, danificadas por desastres;

- Reconstrução e recuperação de 1.602 pontes e pontilhões. No período de 1995-1999 e de 2000-2002 foram reconstruídos e recuperados 122.533 metros quadrados de pontes e pontilhões danificados ou destruídos por desastres.

No ano de 1995, destacam-se a estiagem no Rio Grande do Sul e os baixos índices de umidade do ar na Região Centro-Oeste, principalmente no Distrito Federal, que chegou aos 13%.

- Em decorrência do fenômeno *La Niña* as principais ocorrências em 1996 foram as enchentes no Estado do Rio de Janeiro e no sul de Minas Gerais e as fortes chuvas com deslizamentos nas cidades de Salvador/BA e Recife/PE, bem como a estiagem no Rio Grande do Sul.
- O ano de 1997 caracterizou-se pelo surgimento do fenômeno *El Niño* provocando redução das chuvas em torno de 80% no noroeste do Pará e Manaus-AM e estiagem na Região Nordeste e norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, no final do ano.
- No decorrer de 1998, a intensificação do *El Niño* provocou inundações na Região Sul e forte seca no Nordeste e norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, nos meses de junho a dezembro, atingindo mais de 20 milhões de pessoas, numa extensão territorial de cerca de 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Para diminuir as conseqüências nefastas dessa seca, foi instituído o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, com dotação de R\$ 824 milhões para custeio no período de junho a dezembro daquele ano. O Programa terminou em maio de 2000 e o Governo Federal desembolsou em todo o período cerca de R\$ 2,2 bilhões.
- Os resultados alcançados indicam que no período da seca, de junho/1998 a maio/2000, foram fornecidas 40 milhões de cestas básicas a 6,2 milhões de famílias, abrangendo o total de 1.429 municípios atingidos pela estiagem. Além disso, a utilização de carros-pipa proporcionou o abastecimento de água a 6,4 milhões de pessoas, o correspondente a 1,6 milhão de famílias, nos estados do Piauí a Minas Gerais. Viabilizou-se ainda o alistamento de 2,7 milhões de trabalhadores nas frentes de serviços, proporcionando a cada trabalhador uma renda mínima de R\$ 80 mensais.
- No ano de 1999, 20 estados brasileiros foram afetados por significativos desastres, sendo 77 de situação de emergências e 1.859 de estado de calamidade pública.
- O ano de 2000 caracterizou-se pela ocorrência de várias enchentes e inundações no País, com repercussão nacional. No primeiro semestre, 110 municípios dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo foram atingidos por fortes chuvas, o que acarretou a morte de 36 pessoas e 94 mil desabrigados. No segundo semestre, os Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba foram severamente

afetados por inundações que causaram a morte de 45 e desabrigaram 264 mil pessoas. No fim desse ano, o Estado do Rio Grande do Sul teve nove municípios atingidos por chuvas de granizo e vendaval, acarretando a morte de sete e afetando 34 mil pessoas.

- No quadro de desastres do ano 2001, predominaram as inundações graduais na Região Norte e Sudeste, enquanto que na Região Nordeste verificaram-se inundações bruscas, principalmente nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Além desses, os desastres mais significativos foram as inundações em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e a estiagem no Rio Grande do Sul.
- As principais ocorrências climáticas durante o ano de 2002 foram as fortes chuvas verificadas no primeiro semestre que provocaram inúmeras inundações, vendavais e chuva de granizo em vários estados. Nos meses de agosto e setembro furacões, com ventos chegando à velocidade de 140 quilômetros por hora, causaram grandes estragos nas cidades atingidas nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Por outro lado, a estiagem no Nordeste e Sul do País atingiu, até o mês de agosto do corrente ano, 11,7% dos municípios brasileiros. Os Estados mais afetados foram: Santa Catarina, com 42,3% dos municípios castigados pela escassez de água, e o Piauí, que teve 88,1% do seu território em estado de calamidade pública.

Convivência com o semi-árido

- Uma nova estratégia de enfrentamento do problema da seca deu-se com a criação da Comissão setorial de convívio com o semi-árido e Inclusão Social no Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais, para permitir o convívio da população afetada com a própria adversidade, por meio de ações, como: capacitação do trabalhador rural, bolsa renda, carros-pipa, micro financiamento, entre outros. Cabe ao Ministério da Integração Nacional administrar os Programas Bolsa-renda e Carros-pipa.
- O Programa Bolsa-renda atendeu durante sete meses cerca de 4 milhões de pessoas ao mês, distribuindo para cada família a importância de R\$ 60 reais por mês, de agosto de 2001 a fevereiro de 2002.
- Com a finalidade de substituir as cestas de alimentos do Programa de distribuição emergencial de alimentos do Comunidade Solidária (Prodea), administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), criou-se, em novembro de 2001, o Programa Bolsa-Renda-Alimento, que remunera 2 milhões de famílias com R\$ 15 reais ao mês, conforme demonstra a Tabela 16.

**Tabela 16 – Ações emergenciais – Seca 2001
(atendimento até fevereiro 2002)**

Segmentos	Municípios/mês	Famílias beneficiadas/mês	População beneficiada/mês	Recursos despendidos (R\$1,00)
Bolsa-Renda	*1.176	3.042.720	13.096.264	
Bolsa-Renda Alimentos	773	696.434	27.857.736	***529.913.000,00
Carros-pipa	1.161	**	11.500.000	67.500.000,00
Total	3.110	3.739.154	524.540.000	597.413.000,00

Fonte: DAG/SEDECIM

Face às irregularidades climáticas, a partir de setembro de 2002, o Governo Federal voltou a ajudar a população afetada pela seca com o Programa Bolsa-renda e Carro-pipa.

- Os recursos financeiros para as ações de reconstrução foram destinados, principalmente, à recuperação da infra-estrutura urbana dos municípios atingidos por inundações, vendavais ou granizo.
- Em 1998, devido ao grande incêndio florestal ocorrido no Estado de Roraima, o Governo Federal criou o Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco), que abrange os Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão e Tocantins.
- O acerto dessa medida pode ser percebido com a sensível redução dos focos de calor, das queimadas e dos incêndios florestais na região. Como exemplo, do ano de 2000 até setembro de 2002, não ocorreu qualquer incêndio florestal de grandes proporções que demandasse o emprego da força-tarefa prevista no Proarco.

A decolagem do turismo

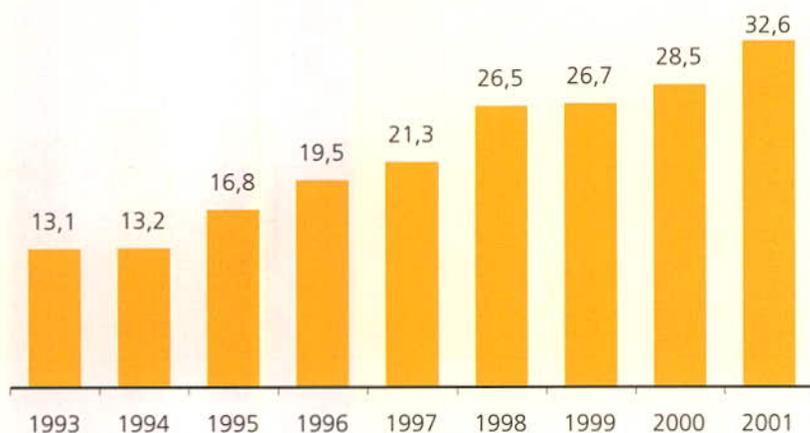
O BRASIL SEMPRE FOI CONSIDERADO DETENTOR DE UM ENORME POTENCIAL TURÍSTICO. Em 1994, no entanto, o país recebeu menos de 2 milhões de turistas internacionais, um contingente que, na época, aqui injetou US\$ 1,5 bilhão. Um resultado pouco expressivo, se comparado aos líderes do setor no mundo. Hoje, ao se olhar para trás, constata-se que, apesar do breve período que separa aquele momento do atual, a indústria brasileira do turismo teve uma grande transformação.



- O Brasil começou a aproveitar seu enorme potencial na área de turismo, de maneira profissional e organizada, conforme mostram os gráficos. A entrada de turistas estrangeiros teve um salto de 178%, de 1,9 milhão para 5,3 milhões, entre 1994 e 2000. Em 2001, foram 4,8 milhões de turistas estrangeiros. Não fosse a retração mundial do turismo, em face das dificuldades na Argentina e dos atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, certamente a tendência continuaria crescente.
- A disputa pelo mercado internacional de turismo acompanhou esse movimento. Em 1994, a fatia do Brasil no bolo do turismo da América Latina era de 18% e foi para 34% em 2000, quase o dobro. O estrangeiro passou a gastar mais em suas viagens. Em 1994, o gasto *per capita* era de US\$ 61, quantia que subiu para US\$ 84, em 2000.
- Transformar o Brasil em efetivo destino do mercado mundial exigiu um trabalho estratégico, deflagrado a partir de 1995. Teve como ponto de partida a criação da Câmara Setorial do Turismo, instância em que foi elaborado o documento Política Nacional de Turismo, de março de 1996.
- Houve modernização na legislação, na capacitação de mão-de-obra e na elaboração de um primeiro projeto de *marketing*, capaz de começar a promover o País em mercados prioritários. Por outro lado, houve aumento dos recursos destinados à construção e à melhoria da infra-estrutura. O setor pôde, enfim, entregar-se à necessidade de planejar em longo prazo, profissionalizando-se e deixando para trás um passado de improvisações.

Desembarque de passageiros de vôos domésticos

Em milhões



Fonte: Infraero

- De 1994 a 2001, o desembarque de passageiros de vôos domésticos aumentou 226%, de 13,2 milhões para 32,6 milhões.
- As principais cidades visitadas pelo turista estrangeiro, em 2001, foram Rio de Janeiro (28,8%), São Paulo (17%), Florianópolis (15,8%), Foz do Iguaçu (11,5%), Salvador (11,1%), Recife (7,3%) e Porto Alegre (7,1%).
- A indústria do turismo deixou de ser um negócio apenas das empresas que nela atuavam (o chamado “*trade* turístico”). O Governo Federal passou a resolver obstáculos que entravavam o desenvolvimento do setor com a realização de obras de saneamento, estradas, novos aeroportos e restauração de patrimônio histórico. Houve também a capacitação de mais de 500 mil trabalhadores do setor, por intermédio do Programa Nacional de Municipalização Turística, utilizando-se recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).
- A importância do turismo na economia reside, sobretudo, na capacidade de gerar empregos em larga escala, a começar pelos serviços de alojamento, alimentação e lazer. São camareiras nos hotéis, cozinheiras em restaurantes, garçons nos bares, agentes de viagem, motoristas, vendedores e guias turísticos, para citar apenas as atividades mais evidentes e conhecidas. Estima-se que cada US\$ 7 mil gastos por turista estrangeiro no Brasil gera um emprego no setor. De 1994 a 2001, o número estimado de empregados no setor aumentou 87%, de 2,6 milhões para 4,8 milhões de pessoas.
- Criaram-se as condições para a captação de investimentos privados em valor superior a US\$ 8 bilhões, empregados na construção de centenas de novos equipamentos turísticos que geraram empregos e trabalho em milhares de municípios brasileiros.
- Além disso, o turismo ajuda a reduzir o déficit do balanço de pagamentos, com a entrada de divisas decorrente dos gastos feitos pelos turistas estrangeiros. E permite o desenvolvimento de uma ampla gama de pequenos negócios em atividades variadas, como o artesanato de *souvenirs*, os serviços instalados nas praias ou a rede de hotéis e pousadas.
- São impactos positivos do turismo, em resumo: o desenvolvimento local e regional; a geração sustentável de renda e sua desconcentração espacial; o incentivo à proteção do meio ambiente; a melhoria de rodovias e da infra-estrutura em geral; o aumento do bem-estar da população residente nas áreas próximas.

Número de empregados por atividade turística

Em mil

	1994	2001	Variação
Alojamento	551	774	+40%
Alimentação	1.342	2.314	+72%
Agências de viagens	109	125	+15%
Transporte rodoviário regular	421	524	+24%
Transporte aéreo regular	181	142	-22%
Transporte aéreo não regular	15	17	+13%
Atividade recreativa	-	941	-
Aluguel de automóvel	-	50	-
Total	2.619	4.887	+ 87%

Fonte: RAIS-MTE, expandidos para a PEA

- Até meados dos anos 1990, o quadro no Brasil era de estagnação, tanto no turismo interno quanto no internacional. A inflação em disparada dificultava a negociação de preços e a formatação de produtos e pacotes turísticos. As mudanças de moeda e regimes cambiais geravam insegurança para operadores e turistas. A estabilidade trazida pelo Plano Real serviu de estímulo poderoso para o setor. Só a partir de 1994 o fluxo de turismo apresenta um padrão ascendente de crescimento, como mostraram os gráficos anteriores. Em 1996, o Brasil ultrapassou a Argentina em número de turistas recebidos. Em 2000, o País recebeu 5,3 milhões de turistas estrangeiros, contra os 2,9 milhões da Argentina.
- Embora tenha crescido, o fluxo de turismo estrangeiro no Brasil ainda é pouco, tendo em vista o nosso potencial. O Brasil recebe cerca de um quarto do número de turistas que visitam o México (21 milhões em 2000), embora seja dotado de muito mais beleza e diversidades naturais. O País tem muito a ganhar com as alternativas do ecoturismo, do turismo de aventura, da pesca esportiva, do turismo cultural e, especialmente, do turismo de congressos e convenções, além das viagens de incentivos. Outra área que mostrou seu potencial é o turismo náutico, com aumento expressivo, entre 1997 e 2000, do número de navios e escalas. Em 2000, essa modalidade teve 35 navios e 323 escalas, contra apenas 15 e 57, respectivamente, em 1997.
- O setor beneficiou-se muito das mudanças ocorridas no ambiente econômico brasileiro a partir do Plano Real. A estabilização da economia e a restauração da confiança na moeda ajudaram a atrair investimentos diretos estrangeiros no setor. O fim da inflação desenfreada permitiu a negociação de preços e a formatação de produtos e pacotes turísticos. A melhoria da renda do brasileiro alargou o horizonte para o turismo doméstico.

Evolução do turismo náutico

Ano	Número de navios	Número de escalas
1997	15	57
1998	18	154
1999	25	200
2000	35	323

Fonte: Capitania dos Portos/Ministério da Marinha

- Paralelamente, foram investidos mais de US\$ 10 bilhões pelo Governo Federal e pelos estados em obras que melhoraram muito não apenas os locais de atração turística, mas também a qualidade de vida dos moradores. Na ampliação e na melhoria da infra-estrutura de comunicações e transportes, destacam-se os programas Prodetur, Proecotur, Programa Pantanal e Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). O Prodetur Nordeste Fase I, de US\$ 670 milhões gerou mais de 385 mil novos postos de trabalho.
- Houve aumento da oferta de crédito, especialmente com a criação de um programa de financiamento para o turismo, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com US\$ 1 bilhão, para projetos novos, modernização de equipamentos existentes e para financiar parques temáticos, bares, restaurantes e outros equipamentos. A política de desregulamentação no País abriu caminho para a liberação da cabotagem de passageiros, para tornar mais flexíveis as regras para vôos *charters* e para facilitar as regras de concessão de vistos para estrangeiros.
- Os investimentos da Embratur em marketing cresceram quase sete vezes, entre 1994 e 1998, e tiveram a seguinte evolução: US\$ 3,1 milhões (1994), US\$ 20 milhões (1998), US\$ 24 milhões (2000) e US\$ 26 milhões (2001).
- Estima-se que, entre 1995 e 2002, os investimentos privados no setor, decorrentes das políticas públicas, chegaram a US\$ 6,5 bilhões, com cerca de 300 novos hotéis e 10 parques temáticos, além da criação de 140 mil empregos diretos e 420 mil indiretos. Houve modernização das redes hoteleiras já existentes e o ingresso das principais cadeias hoteleiras internacionais, impondo novos padrões de qualidade. Com padrão internacional, os *resorts* incorporaram-se à paisagem brasileira.
- O País ficou cada vez mais atraente para os vôos *charters*, vindos em grande parte da Europa. Em 1999, foram 1.081 vôos *charters* internacionais, e 2.105 em 2001, praticamente o dobro.

Turismo interno

- Para os brasileiros, passaram a surgir boas oportunidades no turismo interno, especialmente pela melhoria da renda trazida pelo Plano Real. Os principais destinos dos mercados domésticos, em 2001, foram: São Paulo (4,6%), Rio de Janeiro (3,2%), Fortaleza (2,4%), Salvador (2%) e Natal (1,85). De 1994 a 2000, o embarque de passageiros de vôos domésticos aumentou 116%, de 13,2 milhões para 28,5 milhões, o que serve de indicador do nível do seu uso turístico.
- Apenas no Nordeste, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-Nordeste), são US\$ 670 milhões em obras de infra-estrutura de apoio ao turismo, criando um ambiente favorável à atração da iniciativa privada e à geração de emprego e renda, que estão contribuindo para a sua inserção competitiva no mapa turístico internacional.
- Implementado pelo Banco do Nordeste e realizado em parceria com os estados, o programa abrange 379 projetos, dos quais 294 estão disponíveis para a sociedade e 85 em avançado estágio de execução. E registra resultados surpreendentes: instalação de redes de saneamento básico beneficiando cerca de 1 milhão de pessoas; implantação e melhoramento de 1.020 quilômetros de rodovias; recuperação de 732 mil metros quadrados de patrimônio histórico; construção, ampliação e modernização de oito aeroportos; desenvolvimento institucional de 148 órgãos estaduais; preservação e proteção de mais de 70 mil hectares de áreas ambientais.

Principais investimentos no turismo

1. Infra-estrutura básica Prodetur Nordeste 1ª fase: US\$ 670 milhões
Oito aeroportos (Porto Seguro, Lençóis, Salvador, São Luís, Aracaju, Natal, Fortaleza, Recife).
29 trechos rodoviários, totalizando 389 km.
17 projetos de saneamento básico, beneficiando 362 mil habitantes.
Preservação de 5.335 hectares de meio ambiente
Recuperação de 22,8 m² de patrimônio histórico
Estruturação e capacitação de 41 órgãos
2. Prodetur Nordeste 2ª fase: US\$ 800 milhões (em duas etapas)
3. Infra-estrutura básica na Amazônia Legal: US\$ 212 milhões (em implantação)
4. Infra-estrutura básica no Pantanal: US\$ 400 milhões, a partir de 2000 (em implantação)
5. Prodetur Sul: US\$ 400 milhões, a partir de 2000 (em implantação)
6. Brasil em Ação e Estados: US\$ 10 bilhões de recursos diretos, negociados com o BID, a serem aplicados em obras de infra-estrutura

Fonte: Ministério do Esporte e Turismo

- Estima-se, a partir dos investimentos realizados, que houve geração de 3,8 milhões de novos postos de trabalho (diretos e indiretos), um incremento de investimentos privados da ordem de US\$ 6,6 bilhões, elevando a arrecadação tributária nos estados e o crescimento do fluxo turístico para a região, melhorando assim a qualidade de vida da população beneficiada.
- Ao decolar, a indústria brasileira do turismo conquistou, na segunda metade dos anos 1990, novos clientes no mercado externo. Domesticamente, também, o setor cresceu – a ponto de a atividade ter gerado, em 2001, renda de R\$ 20 bilhões, contra R\$ 13,2 bilhões, em 1998. Foi um movimento financeiro resultante da realização de 54 milhões de viagens domésticas no ano passado, o que resultou em um crescimento nominal de 16 milhões de viagens em relação a 1998.
- Para a economia do País, isso representou uma posição de destaque do turismo no ranking das exportações, em 2000.

O turismo brasileiro e sua participação no ranking das exportações

Em 2000

1º	Material de transportes	US\$ 9,4 bilhões
2º	Produtos metalúrgicos	US\$ 5,9 bilhões
3º	Turismo	US\$ 4,2 bilhões
4º	Soja	US\$ 4,1 bilhões
5º	Produtos químicos	US\$ 4,1 bilhões
6º	Minérios	US\$ 3,3 bilhões
7º	Máquinas e aparelhos mecânicos	US\$ 3,1 bilhões

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/MDIC

Pólos de Turismo

Foram criados em todo o Nordeste os Pólos de Turismo, com seus respectivos Conselhos, uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste, cujo papel é promover o aproveitamento sustentável da atividade turística por meio da incorporação de modelos empresariais e do fortalecimento dos elos da cadeia produtiva do turismo.

- Os Conselhos de Turismo reúnem os diversos parceiros econômicos e sociais que atuam na atividade turística: governos federal, estadual e municipal; setor privado (entidades de classe, *trade* turístico e Sistema “S”); Terceiro Setor (com as ONGs, as universidades e as associações comunitárias).

- O conjunto de todas as ações em curso contempla 265 municípios e o Arquipélago de Fernando de Noronha, beneficiando 18 milhões de pessoas, que correspondem à população residente. Já se encontram em pleno funcionamento os Conselhos de Turismo de 13 Pólos, em seis estados nordestinos, em Minas Gerais e no Espírito Santo.
- Os registros já contabilizam mais de 100 projetos e ações, realizados ou em andamento, nas áreas de artesanato, capacitação e conscientização turística, ecoturismo e meio ambiente, estruturação e ordenamento de equipamentos turísticos, limpeza urbana, *marketing* e promoção, transportes, resíduos sólidos, segurança e sinalização turística, entre outras.
- Avançando no processo de desenvolvimento turístico, o Prodetur-NE II está em fase final de contratação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com recursos previstos de US\$ 800 milhões. Vai complementar o Prodetur-NE I e firmar ainda mais a atividade turística na região.

Política externa

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO, NOS ÚLTIMOS OITO ANOS, ESTEVE A SERVIÇO do esforço de modernização econômica, transformação social e amadurecimento político do País.

Esta tarefa foi cumprida a partir do reconhecimento das possibilidades abertas ao Brasil pelas mudanças em curso no cenário internacional, com a integração de mercados, as novas tecnologias, a transnacionalização dos processos produtivos, a expansão dos fluxos financeiros e comerciais e a universalização de valores como a democracia, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Buscou-se ampliar a presença do País na economia mundial, tendo como vetores o fortalecimento do Mercosul, o compromisso com a integração da América do Sul, a defesa de uma globalização receptiva aos interesses do mundo em desenvolvimento, a participação ativa na definição de novas regras para o comércio internacional e o pleito por maior acesso de nossos produtos aos mercados industrializados.

No plano político, renovou-se a vocação do Brasil em favor da democracia, da paz e da cooperação internacional. O País contribuiu para a consolidação da democracia e a valorização dos direitos humanos na América do Sul; participou de forma decisiva na solução do litígio entre Equador e Peru; prestou apoio à pacificação, reconstrução e independência do Timor Leste; ampliou a cooperação com a África, particularmente com os países lusófonos; incrementou suas obrigações na área ambiental; e empenhou-se no reforço da cooperação internacional para o combate ao tráfico de drogas.

A diplomacia presidencial foi instrumento essencial para a promoção dos interesses nacionais. O Presidente da República consolidou a inserção do Brasil nos círculos decisórios internacionais, contribuindo para acentuar a credibilidade do País, elevar o nível de nossa interlocução e reforçar o papel do Brasil no tratamento das grandes questões contemporâneas.

O Presidente liderou o governo e a sociedade brasileira na resposta à crise provocada pelos atentados terroristas praticados contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Fez saber ao mundo do repúdio do Brasil ao terrorismo, da solidariedade do País às vítimas dos atentados e da importância da cooperação internacional na luta contra o terror. Em discurso de larga repercussão na Assembléia Nacional Francesa e em pronunciamento nas Nações Unidas, bem como em cartas dirigidas a vários líderes mundiais, acentuou a relevância de que a crise fosse vista como oportunidade de aprimorar os padrões de convivência entre os Estados. Defendeu um novo contrato entre os Estados, contrato que, informado pela ética da solidariedade, atenda à segurança dos povos e também promova a democracia, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a correção de assimetrias no comércio e nas finanças internacionais.

Ao longo de seu governo, o Presidente da República realizou visitas de relevo a países como Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Portugal e Reino Unido, além dos países-membros do Mercosul, demais países vizinhos e a Estados importantes dada sua dimensão, potencialidade ou vínculos especiais com o Brasil, como a África do Sul, Angola, Canadá, China, Coreia, Cuba, Índia, Indonésia, México, Países Baixos, Rússia e Timor Leste. A ênfase variou de um país para outro, segundo a especificidade de relacionamento: com os membros do G-7/8, os temas econômico-comerciais e, sobretudo com a Alemanha, a cooperação na área ambiental; com a Europa mediterrânea, a participação no programa de privatizações; com Portugal, investimentos, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a confraternização em torno do quinto centenário do descobrimento; com a China, a cooperação em alta tecnologia; com a Índia, a cooperação na área de saúde; com a África do Sul, os temas políticos e o comércio bilateral; com Angola, o processo de paz e a cooperação para o desenvolvimento.

O empenho do governo em prol da inserção internacional do País e do estreitamento de laços bilaterais revelou-se paralelamente na densidade da agenda de reuniões internacionais sediadas nos últimos anos pelo Brasil, como a Cimeira da América Latina, Caribe e União Européia, a Reunião de Presidentes da América do Sul, a Reunião de Governadores do BID e da CII, a Reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e as bienais Reuniões do Conselho do Mercosul, bem como no afluxo de visitas oficiais ao Brasil de numerosos Chefes de Estado e de Governo, o que muito contribuiu para intensificar o diálogo direto entre os líderes mundiais.

Se foram importantes para demarcar a abrangência dos interesses do País, os encontros presidenciais também produziram efeitos multiplicadores de grande relevância para a manutenção e o adensamento das diferentes parcerias, ao estimular a participação no

processo das sociedades nacionais, comunidades empresariais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, comunidades científicas e universidades. É assim que os relacionamentos têm assumido dinâmica própria, com a identificação de possibilidades de diálogo e cooperação não apenas pelos governos, mas também por setores diretamente interessados, de lado a lado, e em diferentes campos: de investimento a comércio, da concertação política à defesa do meio ambiente, da valorização da democracia à promoção da paz e da cooperação para o desenvolvimento à promoção dos direitos humanos.

O resultado é uma convivência internacional densa, diversificada, de larga capilaridade social. A tônica, como não poderia deixar de ser, é a reciprocidade. Basta atentar para o perfil das relações econômicas. O incremento de investimentos diretos no País deu-se passo a passo com o aumento da participação do Brasil no mercado externo. A confiança do investidor estrangeiro na solidez da economia nacional teve como contrapartida a elevação da competitividade das empresas brasileiras.

Por árdua que seja a tarefa de contabilizar resultados em política externa, já que o tempo de maturação da atividade diplomática costuma ser mais elástico do que o observado no plano interno, não há dúvida de que a situação internacional do Brasil é, hoje, qualitativamente diferente daquela vigente no início dos anos 90. Isto se afere não apenas por conquistas como a ampliação significativa dos investimentos diretos no País e a interlocução apurada que se tem com os vizinhos e com as principais instâncias de poder, mas, também, ou sobretudo, pela afirmação da imagem externa do Brasil como um País de economia estável, com indicadores sólidos, comprometido com o bem-estar de seu povo e em pleno usufruto das liberdades democráticas.

O Brasil em face da globalização

A atitude do governo diante da globalização foi, desde o princípio, de um realismo crítico. Compreendeu-se o fenômeno como um dado da realidade, mas que não impõe respostas ou rumos inexoráveis aos Estados. O entendimento sempre foi o de que a forma de reagir à transnacionalização dos processos produtivos e dos fluxos financeiros e comerciais depende de escolhas nacionais.

A escolha do Brasil foi a de aproveitar o espaço criado pela globalização para a modernização da estrutura produtiva e expansão da capacidade exportadora, sem ignorar o risco de que as assimetrias do processo, que não são poucas, terminem por acirrar a desigualdade entre os países ricos e o mundo em desenvolvimento.

Exploramos as potencialidades da globalização para a geração de renda e emprego, sem abrir mão da expectativa de correção de seus efeitos perversos, tanto no plano comercial como no financeiro.

A estratégia teve como lastro o fato de que o Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento que reúne condições de ser, ao mesmo tempo, beneficiário e crítico da globalização. O País dispõe de base produtiva e tecnológica que o habilita a atrair o capital produtivo e a absorver o progresso técnico. Mostrou-se, por outro lado, capaz de retomar um crescimento sustentado no período 1994-2002, modernizar o Estado e definir políticas públicas equânimes e consistentes, ações que o fizeram angariar respeito e atenção dos atores e instâncias de maior influência sobre a evolução da economia internacional, que se sabe em permanente mutação.

O certo é que se logrou assegurar uma inserção positiva do País na economia globalizada, passo a passo com o exercício de uma crítica fundamentada ao “déficit de governança” no âmbito da economia internacional, que se reflete na persistência do protecionismo dos mais ricos, no plano comercial, e de turbulências e surtos especulativos na dimensão financeira.

Mercosul

Os oito anos de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso correspondem ao período de consolidação e aprofundamento do Mercosul, nas linhas definidas na Reunião de Cúpula de Ouro Preto, em 1994. Nesse sentido, implementou-se a estrutura institucional do processo de integração, que envolve hoje não só o núcleo econômico-comercial que decorre diretamente do Tratado de Assunção, mas também foros de cooperação regional nas áreas política, educacional, cultural, social, de justiça e de segurança.

No que se refere à integração econômica propriamente dita, completou-se a área de livre comércio, implementou-se a tarifa externa comum com algumas exceções temporárias e avançou-se na definição de outras políticas comerciais comuns necessárias para completar a união aduaneira. A Secretaria Administrativa do Mercosul foi implantada e, mais recentemente, iniciaram-se as discussões para, dentro das restrições orçamentárias prevaletentes nos países da região e mantido o espírito realista em que foi conformada a institucionalidade do bloco, transformá-la em uma Secretaria Técnica. O sistema de solução de controvérsias previsto nos Protocolos de Brasília e de Ouro Preto foi colocado em funcionamento. Encontra-se em apreciação no Congresso Nacional o Protocolo de Montevideu, que estabelece as disciplinas para liberalização gradual do

comércio de serviços no interior do bloco. Foi ainda possível iniciar os esforços de coordenação macroeconômica, que permanecem como prioridade do agrupamento.

O valor total das trocas no bloco, que começara em 1991 com cifras em torno de US\$ 5 bilhões, alcançou mais de US\$ 20 bilhões em 1998, o que revela uma expansão da ordem de 400 % em sete anos. No entanto, as sucessivas crises financeiras da Rússia, da Ásia e recentemente da Argentina tiveram impacto recessivo importante na região, com a conseqüente redução do fluxo comercial intrazona, que, em 2001, foi de US\$ 12,6 bilhões. O nível de investimentos estrangeiros diretos nos quatro países do bloco, que contabilizava apenas US\$ 6,5 bilhões em 1994, saltou para US\$ 28 bilhões em 1998, atingiu o nível recorde de US\$ 55,8 bilhões em 1999 e situou-se, em 2000, em US\$ 44,8 bilhões. Igualmente importante é a tendência mais recente à realização de investimentos intra-regionais, com expressivos fluxos de investimento do Brasil para os países do Mercosul e da Argentina para o Brasil.

Dentro da proposta de regionalismo aberto, o Mercosul manteve contatos ou negociações comerciais com diversos países, assinando acordos de livre-comércio com o Chile e a Bolívia (que se tornaram membros associados), e acordo comercial de preferências fixas com o México. Mantém negociações com a União Européia e a Comunidade Andina, além de participar em bloco das negociações da Área de Livre Comércio das Américas. Cumpre salientar que estão em curso negociações sobre comércio preferencial entre o Mercosul e a África do Sul, no âmbito do Acordo-Quadro entre as partes para a criação de uma área de livre comércio.

Concorreu para o progresso do Mercosul o reforço da relação estratégica com a Argentina. Com o empenho pessoal do Presidente da República, o governo brasileiro soube desenvolver com Buenos Aires um diálogo presidido por visão prospectiva da importância da parceria entre os dois países. O Brasil manteve-se atento à evolução da situação na Argentina, em especial aos desdobramentos que marcaram o fim do regime de conversibilidade no início de 2002. Nesse sentido, apoiou com determinação os esforços de recuperação econômica do país vizinho, procurando assegurar as condições necessárias para o fortalecimento do Mercosul. Foi ampliado o comércio bilateral, bem como a integração física e energética. Institucionalizou-se mecanismo de consulta entre as Forças Armadas, que passaram a realizar exercícios conjuntos. A cooperação no campo nuclear obteve amplo reconhecimento, sobretudo à luz da tensão observada no subcontinente indiano.

Integração continental

Inspirado pelo êxito do Mercosul, o governo brasileiro patrocinou encontro em Brasília dos Chefes de Estado da América do Sul para discutir a possibilidade de fazer da região um espaço econômico coeso e integrado. Os resultados não poderiam ter sido mais positivos. Foi acordada estratégia para o desenvolvimento de infra-estrutura de integração, com a identificação de projetos nas áreas de energia, transportes e telecomunicações, alguns dos quais já sendo implementados, como a parceria entre Brasil e Bolívia para exploração e transporte de gás natural, o programa de integração energética do Brasil com a Venezuela e a ampliação das conexões viárias do Brasil com os países andinos e a Argentina. Também se concordou quanto à importância do reforço da cooperação em ciência e tecnologia, sobretudo em áreas que favoreçam o ingresso dos países da região na sociedade do conhecimento e da informação, para o que foi decidida a criação de fundo de fomento à pesquisa e à capacitação tecnológica. A iniciativa tem progredido e, desde então, reuniram-se, em diversas oportunidades, autoridades de nível ministerial para levá-la adiante, já havendo sido definidos os eixos de desenvolvimento da América do Sul a serem priorizados. Entidades financeiras como o BID, a CAF e o Fonplata estão completamente engajadas nesse esforço. Por ocasião da segunda cúpula sul-americana, realizada em Guayaquil, em julho de 2002, os presidentes reiteraram a prioridade conferida à Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina (IIRSA).

Ainda na Cúpula de Brasília, os Chefes de Estado coincidiram em ressaltar a necessidade de que a conformação de uma área de livre comércio no hemisfério concorra para o desenvolvimento sustentável e equitativo do conjunto das Américas. Foi com esse espírito que o Brasil participou da III Reunião de Cúpula das Américas, em Québec. A delegação brasileira fez saber, na ocasião, que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será bem-vinda na medida em que alcance objetivos como o acesso a mercados mais dinâmicos, regras compartilhadas sobre antidumping, redução das barreiras não-tarifárias, eliminação do protecionismo das regras sanitárias e correção das assimetrias existentes no comércio de produtos agrícolas. Para o Brasil, foi assinalado, passos como esses são considerados indispensáveis para que a iniciativa constitua instrumento de progresso econômico e bem-estar social, não apenas para alguns, mas para todos os países do hemisfério.

Vale lembrar que a integração continental conta com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), da qual o Brasil foi Membro Fundador, criada pelo Tratado de Montevidéu de 1980, marco institucional para os acordos de preferências comerciais celebrados entre seus países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia,

Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A partir da entrada em vigor da união aduaneira do Mercosul, em 1º de janeiro de 1995, quando passou a vigorar a tarifa externa comum, a atividade do Brasil na Aladi tem-se concentrado na renegociação dos acordos bilaterais preexistentes com os demais integrantes da Associação, bem como na celebração de acordos de livre-comércio com os países da região no formato 4+1, nos quais o Mercosul figura como uma entidade única, dotada de personalidade jurídica própria. Independentemente da agenda da Alca, a Aladi deve ter uma agenda própria, que conduza, no médio prazo, à conformação de um mercado comum latino-americano, objetivo previsto no Tratado de Montevidéu. Em visita à sede da Aladi em 20 de agosto de 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu que esse objetivo pode ser alcançado em quatro anos.

O Mercosul e a Comunidade Andina (Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia) estão negociando a criação de uma área de livre comércio, no âmbito da Aladi. A liberalização comercial entre os dois agrupamentos sub-regionais constitui uma das dimensões da agenda brasileira para a América do Sul. Apesar dos esforços e da disposição do Mercosul, as negociações não têm avançado no ritmo e na velocidade desejados. Com vistas a acelerar os entendimentos, o Brasil, à frente da presidência *pro tempore* do Mercosul, está empenhado em concluir as tratativas ainda em 2002. Para isso, foi enviada missão de alto nível às capitais andinas em agosto de 2002, com o objetivo de buscar fórmulas que permitam superar impasses nos temas-chave da negociação. Foram programadas três reuniões negociadoras, a serem realizadas até novembro de 2002, o que poderá permitir a conclusão do Acordo e sua assinatura por ocasião da próxima Cúpula do Mercosul, a realizar-se em Brasília nos dias 4 e 5 de dezembro.

É importante recordar a assinatura em Brasília, em 3 de julho de 2002, do Acordo de Complementação Econômica Brasil-México, que contempla preferências recíprocas para cerca de 800 posições tarifárias, das quais 80% correspondem ao setor industrial. Por ocasião da Cúpula de Buenos Aires, realizada em julho de 2002, foram ainda celebrados um Acordo-Quadro que estabelece as bases para a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o México, assim como um acordo automotivo Mercosul-México, que visa a ampliar o acesso de produtos automotivos ao mercado mexicano e avançar rumo à liberalização do intercâmbio entre as partes nesse setor.

Relações comerciais

Se a preocupação com a equidade nas relações comerciais norteia a posição do governo brasileiro nas conversações sobre integração hemisférica, é também a pedra de toque da

atuação do País na Organização Mundial do Comércio (OMC). Desde a conclusão da Rodada Uruguai, de que foi participante ativo, o Brasil vem insistindo em que a OMC assumira, o quanto antes, o compromisso de suprir a principal lacuna daquele esforço negociador, qual seja, a garantia de liberalização dos mercados agrícolas, o que inclui a eliminação da prática de subsídios, entre outras distorções. Para o governo brasileiro, o tratamento adequado da questão agrícola, na nova rodada de negociações comerciais, é fundamental para que o sistema multilateral de comércio deixe de padecer de falta de equilíbrio entre as obrigações dos países desenvolvidos e aquelas exigidas do mundo em desenvolvimento.

A IV Conferência Ministerial da OMC, realizada em Doha, em novembro de 2001, apresentou resultados positivos para o Brasil. A declaração ministerial adotada na Conferência reafirma o compromisso dos países-membros com a OMC como foro privilegiado para a elaboração de regras globais e para a liberalização do comércio. A declaração estabelece um amplo programa de negociações, que atende aos interesses do Brasil, ao abranger áreas como agricultura, antidumping e subsídios para a exportação.

O papel do Brasil foi decisivo para a adoção de outra importante declaração sobre propriedade intelectual e saúde pública, que consagrou nossa posição de que o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) não deve sobrepor-se a políticas nacionais de saúde pública, como as de combate à Aids e outras epidemias. A declaração apóia o direito dos membros da OMC de proteger a saúde pública e promover o acesso a medicamentos para suas populações. Estima-se em 20 mil o número de pacientes beneficiados anualmente desde 1996, ano de seu lançamento, pela distribuição gratuita pelo Governo Federal do coquetel anti-Aids, programa cuja preservação foi assegurada pelo Brasil em Doha.

No que se refere aos esforços empreendidos pelo Itamaraty, no nível das negociações comerciais, para garantir o acesso efetivo da produção brasileira a seus principais mercados, podem-se citar, como exemplos de relevo, ademais de tudo o que se faz em matéria agrícola, os casos dos produtos siderúrgicos e dos têxteis. Neste último caso, o governo brasileiro concluiu com a União Européia um Memorando de Entendimento segundo o qual a parte comunitária se compromete a suspender a aplicação de restrições quantitativas à importação de algumas categorias de produtos têxteis e de vestuário brasileiros. Por meio desse Memorando, foram antecipadas para o Brasil, em cerca de dois anos e meio, as obrigações européias de liberalização comercial previstas no Acordo de Têxteis e de Vestuário (ATV), no âmbito da OMC. Isso significa acesso ampliado e desimpedido das exportações brasileiras daqueles produtos ao mercado da

UE. Sobre a questão dos produtos siderúrgicos, o Brasil tem atuado de forma contundente no que se refere às medidas de restrição impostas nessa área pelos Estados Unidos. Consultas de alto nível foram realizadas junto ao governo norte-americano antes mesmo do anúncio das medidas protecionistas, com a colaboração do setor privado, com vistas a excluir as exportações brasileiras das restrições. Dessas gestões resultou a alocação de quota especial para o Brasil. É digna de menção, também, a construtiva participação do País nas discussões sobre o setor siderúrgico mundial no âmbito do Comitê do Aço da OCDE.

Com relação ao tema “biodiversidade”, o Brasil também vem desempenhando papel ativo nas negociações ora em curso na OMC, com o objetivo de combater a biopirataria. Para que patentes sejam concedidas sobre produtos e processos oriundos de conhecimentos tradicionais ou recursos genéticos de comunidades indígenas ou locais, deve haver a repartição de benefícios, o consentimento prévio e a informação do país de origem do material. Juntamente com outros países biodiversos, o Brasil defende a reforma do artigo 27.3 (b) do Trips, que versa sobre exceções à patenteabilidade, a fim de compatibilizá-lo com as disposições da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que garante a soberania dos Estados sobre seus recursos biológicos.

A defesa dos interesses comerciais brasileiros nos foros multilaterais não se dá apenas nas negociações em curso, mas também por meio do questionamento, no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, de medidas protecionistas contra produtos brasileiros. Para um Estado atento às normas, como o Brasil, o número de disputas em que se vê envolvido é, antes de tudo, um indicador da competitividade crescente de nossas empresas, que passaram a ocupar fatias do mercado antes sob domínio exclusivo de concorrentes do mundo industrializado.

O Brasil está entre os países que mais recorrem ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC. Desde 1995, já participou, como parte demandante, de 17 contenciosos, envolvendo gasolina, aviões, café solúvel, frango, têxteis, produtos siderúrgicos, entre outros. Recentemente, o Brasil solicitou consultas aos EUA e à União Européia a propósito, respectivamente, dos subsídios ao algodão e ao açúcar, casos que deverão ter grande repercussão em nível mundial. Fomos demandados em oito controvérsias, relativas a aviões, coco ralado, automóveis, patentes, entre outros. Temos tido resultados amplamente satisfatórios, quer como parte demandante, quer como parte demandada.

Promoção comercial

Desde 1994, foram aceleradas as operações de promoção comercial do Brasil em todos os continentes, com a atuação da rede diplomática e dos Secom (setores comerciais) das embaixadas brasileiras, bem como reforçada a missão de captação de investimentos estrangeiros. Mais de 40 missões empresariais, que divulgaram a “marca Brasil”, foram organizadas no período, abrangendo um leque de regiões e países que incluiu a Ásia, com destaque para China, o Sudeste Asiático, a África Austral, a Europa, especialmente o Leste Europeu, e a América Latina.

Vale mencionar, na área de promoção comercial, e como um dos bons resultados dos esforços no sentido de aperfeiçoar o governo eletrônico, a criação da Braziltradenet (BTN). Com três anos de vida, a BTN registrou mais de 500 mil acessos e possui mais de 50 mil importadores cadastrados. Está em curso a implantação dos seguintes serviços:

- a) correio eletrônico gratuito para os exportadores brasileiros;
- b) conferências e treinamento a distância nas áreas de promoção comercial e captação de investimentos;
- c) vitrine virtual para exibição de produtos brasileiros;
- d) modelos simplificados de sítios na internet para uso gratuito de pequenos empresários que comprovadamente não puderem arcar com os custos de um provedor; e
- e) implantação de um sítio espelho na Europa, a exemplo do que já se fez nos EUA.

Por uma nova arquitetura financeira

Atento às assimetrias do comércio internacional, o Brasil tem sido igualmente crítico do comportamento por vezes irracional do capital financeiro. Não foram poucos os momentos em que o próprio Presidente da República alertou para o problema. Mal tinha iniciado seu primeiro mandato, o Presidente, em visita à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), condenou a volatilidade dos fluxos financeiros e os prejuízos que isto impõe aos países em desenvolvimento. Reunido com outros governantes social-democratas em Florença, em novembro de 1999, denunciou que a especulação financeira pode privar os Estados de recursos indispensáveis à implementação de políticas públicas. Dirigiu-se, mais de uma vez, ao G-7/8 acentuando a necessidade de atualização da arquitetura financeira internacional, de modo a dotar os movimentos de capital de maior transparência e previsibilidade.

Governança global

Em uma crítica mais ampla, o Presidente da República tem alertado seus interlocutores para o fato de que a emergência de uma economia globalizada não foi acompanhada da criação de mecanismos satisfatórios de governança, para não falar de mecanismos de governo, o que cria um déficit de cidadania. Cada vez mais as comunidades nacionais são afetadas por eventos ocorridos em outras partes do mundo, mas os instrumentos de participação no plano internacional ainda são insuficientes. Daí a importância de que os Estados cooperem entre si no sentido de evitar que a globalização subtraia espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania, o que supõe preservar a capacidade dos governos de atenderem aos reclames fundamentais por bem-estar, emprego e desenvolvimento social.

O problema mundial das drogas e o crime organizado transnacional

Ciente de que o problema das drogas e o crime organizado transnacional, em todas as suas manifestações, afetam as estruturas políticas, econômicas, sociais, familiares e culturais do País, o governo brasileiro desenvolveu atividades de combate a esses males que afligem a sociedade brasileira e todas as sociedades, em escala mundial. Para alcançar êxito nessa guerra sem fronteiras, torna-se imprescindível recorrer à cooperação internacional, tanto no plano multilateral como no bilateral. Pautamo-nos pelo princípio da responsabilidade compartilhada entre os países produtores, de trânsito e consumidores, o que requer uma estratégia que confira igual ênfase às dimensões da oferta e da demanda.

No âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, o Brasil tornou-se parte de importantes convenções que tratam do tráfico de drogas e delitos conexos, do tráfico de armas e precursores químicos, da lavagem de dinheiro, da corrupção, do terrorismo, do crime organizado e do tráfico de migrantes e de pessoas, especialmente mulheres e crianças para fins de prostituição. O governo brasileiro vem aperfeiçoando sua legislação nacional, de modo a torná-la compatível com as obrigações assumidas internacionalmente. Destaca-se, ainda, a participação brasileira no Mecanismo de Avaliação Multilateral da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad/OEA), em que os países do hemisfério realizam

avaliações mútuas sobre o progresso alcançado no encaminhamento do problema das drogas e delitos conexos. Além de tratar desses temas em foros como o Mercosul e a União Européia, o Brasil mantém profícuos entendimentos bilaterais com inúmeros países com os quais desenvolve atividades específicas de cooperação e de intercâmbio de dados de inteligência.

O relacionamento bilateral

O Brasil e as Américas

A região das Américas, sobretudo a América do Sul, é prioridade central para a política exterior do Brasil e tem recebido atenção condizente com essa posição singular em nossa agenda externa. A delicada problemática de alguns países da América do Sul foi acompanhada com atenção pelo Itamaraty, que enfatizou o apoio do Brasil às instituições democráticas e à estabilidade política e econômica de todos os seus vizinhos.

O Brasil colaborou com o processo de recuperação da Argentina, cuja situação política e econômica tem sido um dos temas centrais da política externa brasileira em 2002. Projetos como a Ponte São Borja–Santo Tomé, inaugurada em 1997, e o gasoduto que fornece gás argentino para a usina termelétrica em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, inaugurado em 2001, foram marcos físicos de um processo de integração entre as duas sociedades que se vem tornando cada vez mais denso. No ano de 2002, multiplicaram-se os contatos com as novas autoridades em Buenos Aires, havendo o Presidente Eduardo Duhalde e o Chanceler Carlos Ruckauf sido recebidos em Brasília pelo Presidente da República e participado de encontros que reuniram, além do Chanceler brasileiro, os Ministros da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com os quais se procedeu a uma análise profunda das perspectivas de recuperação da Argentina e da colaboração brasileira naquele sentido.

Quanto aos países andinos, o processo de paz colombiano sempre recebeu decidido apoio do governo brasileiro, que tem procurado oferecer, ademais, cooperação técnica para projetos agrícolas colombianos destinados a substituir cultivos em áreas produtoras de coca.

Na linha da tradição que nos é cara de apoio à solução pacífica e negociada de controvérsias, refletida em acordos regionais e na própria Constituição, o Brasil mediou,

com o envolvimento direto do Presidente da República, a disputa territorial entre Peru e Equador, que se prolongava há décadas como ameaça à paz e à segurança regionais.

Com o governo do Presidente Alejandro Toledo, do Peru, desenvolveu-se progressivamente um clima de maior confiança, tendo sido reafirmado o espírito de cooperação que sempre caracterizou a relação bilateral. Há vários projetos de interesse comum em perspectiva, entre os quais o do aperfeiçoamento da conexão viária.

A Venezuela continuou como parceiro prioritário, tendo o ano de 2001 marcado a esperada conclusão do projeto de interconexão elétrica com o norte do Brasil. Empresas brasileiras vêm participando de projetos relevantes de infra-estrutura naquele país. O Brasil tem também procurado cooperar para atenuar a intensidade dos conflitos internos que vêm ameaçando a integridade institucional do país.

O Paraguai é outro vizinho que recebeu, nos últimos anos, especial atenção brasileira. Foi implantado um centro de formação e capacitação profissional na região de Ciudad del Este, a cargo da Agência Brasileira de Cooperação, para apoiar a reconversão econômica do Paraguai e sua melhor inserção na cadeia produtiva do Mercosul. Igualmente importantes foram os avanços na regularização dos brasileiros residentes no Paraguai e na implantação de controles integrados na fronteira comum. O empreendimento binacional de Itaipu, cuja saúde financeira foi assegurada pela renegociação da dívida de Itaipu Binacional com a Eletrobrás, mostrou-se particularmente importante no contexto da crise energética brasileira.

As relações bilaterais com o Uruguai vêm-se caracterizando por um diálogo freqüente e construtivo, com ênfase na vertente fronteiriça da relação e na integração física e energética. Nesse contexto, foi instituída em abril deste ano a Nova Agenda de Cooperação Fronteiriça. A integração viária entre os dois países contempla a questão do Eixo Viário do Cone Sul e a ampliação das facilidades de ligação entre Buenos Aires–São Paulo, com alternativas de traçado pelo território do Uruguai. Nesse contexto, insere-se o projeto de construção da ponte Buenos Aires–Colônia.

A construção do gasoduto Brasil–Bolívia, com a conseqüente indução de projetos na área energética, refletiu-se em adensamento correspondente das relações políticas entre os dois países. Com a Bolívia vem-se desenvolvendo, assim, uma parceria crescentemente promissora.

Há expectativas de maior presença brasileira na América Central e Caribe, estimuladas, entre outros fatores, por sucessivas visitas de autoridades brasileiras à região. O diálogo político entre Brasil e Cuba tem evoluído para patamares de maior fluidez e confiança, que se manifestaram, entre outras oportunidades, na realização da primeira

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, em março de 2001, e se materializaram com a visita do Chanceler brasileiro a Havana em setembro de 2002.

Quanto ao México, embora a densidade de suas relações com o Brasil se situe em nível ainda inferior ao esperado para as duas maiores economias da América Latina, o novo ambiente político reinante naquele país certamente ajudará a explorar o potencial de desenvolvimento do diálogo e da cooperação, reforçado pela visita do Chefe de Estado mexicano a Brasília, em julho de 2002.

No âmbito do relacionamento interamericano inserem-se ainda as relações bilaterais com os Estados Unidos, que se viram nos últimos anos elevadas a um novo patamar de compreensão e respeito mútuo. Muito por conta do elevado grau de entendimento entre o Presidente Fernando Henrique Cardoso e os presidentes Bill Clinton e George W. Bush, o governo norte-americano passou a reconhecer tanto a importância da participação do Brasil no encaminhamento de temas regionais e globais, como a relevância do Mercosul, enquanto bloco, para o esforço e concertação hemisférica. Até a presença de contenciosos comerciais na pauta bilateral é vista agora como decorrência natural da interação de economias dinâmicas e complexas.

O Brasil e a Europa

Nos últimos oito anos, a ação diplomática brasileira em relação aos países europeus gerou importantes resultados, contribuindo de forma significativa para a inserção internacional do Brasil. Diversas iniciativas de ordem política, econômica e cultural foram implementadas tanto no nível das relações com cada país do continente – onde o Brasil encontra algumas de suas mais tradicionais e produtivas parcerias individuais – quanto no da interação com a União Européia.

Em particular no plano econômico, a Europa segue como o mais importante parceiro brasileiro, responsável por quase um terço de nosso comércio exterior (contra 15% do Mercosul e 20% dos EUA) e por estoque de investimentos que representam cerca de 50% do total (contra 30% dos EUA). No último ano, o Brasil exportou para o mercado europeu (de Lisboa a Vladivostok) cerca de 17 bilhões de dólares e importou aproximadamente a mesma quantia, configurando um comércio em nível de equilíbrio.

Capitais privados de países como Alemanha, Itália, Reino Unido e França contribuíram de modo decisivo para a industrialização brasileira. Na onda mais recente de investimentos europeus, destaca-se a participação da Espanha e de Portugal nos setores de telecomunicações, energético e financeiro. Esse fluxo teve continuidade no ano de 2002, estimando-se que os países europeus sejam responsáveis pela metade dos investimentos

diretos recebidos pelo Brasil no primeiro semestre. Hoje, o estoque total de investimentos europeus no Brasil chega a um montante aproximado de US\$ 95 bilhões, sendo que os 15 países da União Européia contribuem com cerca de US\$ 90 bilhões.

O relacionamento com a Europa, além do que representa na esfera econômica e comercial, é também essencial do ponto de vista político e estratégico. Nada é mais importante para o Brasil no plano internacional do que buscar contribuir para o estabelecimento de relações de equilíbrio. Este tem sido um objetivo perseguido com pertinência também pela Europa desde os tempos do bipolarismo da Guerra Fria e, com igual razão, no contexto da globalização.

Em meio a todas as complexidades do relacionamento Brasil-Europa, foi possível alcançar resultados satisfatórios em todos os planos: das relações estritamente bilaterais com cada um dos 15 membros da UE; das relações com a UE em conjunto; das relações entre o Mercosul e a UE (que nos últimos anos concentraram boa parte das atenções); das relações entre o Grupo do Rio e a UE; e das relações entre a América Latina-Caribe e a UE (no foro estabelecido pela Cúpula realizada no Rio de Janeiro em junho de 1999).

O Brasil e a África

Há dois eixos nas relações do Brasil com a África: o das relações bilaterais e o das multilaterais, este último orientado para a presença brasileira na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Na vertente bilateral, dá-se atenção privilegiada aos países africanos de língua portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), bem como a um grupo selecionado de países da África do norte e da região subsaariana. É, todavia, com o conjunto dos países lusófonos da África que o Brasil desenvolve a parte mais expressiva de sua agenda de cooperação internacional com países em desenvolvimento.

As relações do Brasil com os países da África do Norte e da África Ocidental vêm sendo dinamizadas, sobretudo em função das perspectivas no campo econômico, graças às relações com alguns países produtores de petróleo (Nigéria, Gabão) e ao relançamento de conversações com países, como o Senegal, que têm atuação destacada em blocos de integração regional, como a Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (Ecowas). Convém registrar que, exatamente em função do petróleo, toda a costa ocidental da África tem sido freqüentemente citada como um pólo dinâmico da economia daquele continente, havendo nítido fluxo de investimentos para a região.

Da Argélia, por exemplo, o Brasil importa petróleo e derivados em valores anuais superiores a US\$ 1 bilhão e busca equilibrar o déficit na balança comercial bilateral. Com a Líbia, está em curso um processo de reaproximação tanto no plano político, com consultas em nível de chancelarias, como no plano econômico-comercial, objetivando inclusive a área de serviços. Na Nigéria, a Petrobrás instalou um escritório em Lagos.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que participa agora também o Timor Leste, tem sido um dos foros mais valorizados pela opinião pública brasileira. O Brasil assumiu, em 2000, a Secretaria-Executiva da Comunidade com o objetivo de favorecer a difusão do estudo da língua portuguesa, aprofundar a concertação política entre os membros e renovar a cooperação para o desenvolvimento. Ênfase particular tem sido dada à cooperação no campo da prevenção e tratamento de Aids.

Desde 31 de julho de 2002, o Presidente do Brasil é o presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. A presidência brasileira se estenderá até julho de 2004. Também nesse período, o Ministro das Relações Exteriores brasileiro ocupará a presidência do Conselho de Ministros da CPLP. Ambos os cargos pressupõem a orientação e coordenação, pelo Brasil, de toda a atividade da CPLP, principalmente aquela de natureza política.

A vocação da CPLP é a cooperação para o desenvolvimento entre os estados-membros e a promoção e difusão da língua portuguesa. A CPLP é também um foro de concertação político-diplomática que tem ramificações sobre quatro continentes. A recente Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, mostrou claramente como a concertação intracomunitária pode estender-se para múltiplos temas em função dos interesses dos países-membros. Em Brasília, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP privilegiaram a discussão sobre temas afetos ao desenvolvimento e à relação entre paz e desenvolvimento, tendo assumido o compromisso de, em benefício comum, buscar coordenar de forma mais estreita as posições comunitárias em temas de grande relevância no domínio do comércio e da economia internacionais, como, por exemplo, acesso a mercados, dívida externa, fluxos financeiros, ajuda pública ao desenvolvimento.

Oriente Próximo

A importância do Oriente Próximo para o Brasil reflete tanto a relevância internacional da região, como detentora das maiores reservas mundiais de petróleo, como as especiais

conexões humanas de nosso país com a área em virtude da significativa participação de comunidades de origem árabe e judaica na formação do povo brasileiro. Devem ser assinaladas as possibilidades de aumento de intercâmbio com os países da região, que representam mercado consumidor considerável e manifestam predisposição favorável ao desenvolvimento das relações com o Brasil.

De impacto internacional, ressaltam no Oriente Médio o conflito entre árabes e israelenses e o peso de países como o Irã, o Egito, a Arábia Saudita e Israel. Os valores e expectativas da sociedade brasileira expressam-se na postura do Itamaraty em favor da paz e da cooperação internacional, evidenciada no apoio a todas as iniciativas tendentes à obtenção de uma paz justa e duradoura na região, mediante a implantação de um Estado palestino independente, democrático e economicamente viável. Nesse sentido cabe mencionar o apoio brasileiro à “Iniciativa Árabe da Paz”, aprovada na Cúpula da Liga dos Países Árabes em Beirute, em março passado.

A vocação da sociedade brasileira para a tolerância e a aceitação da diversidade e diferenças culturais, no âmbito de uma política de respeito aos direitos humanos, conduziu a um prudente apoio à idéia do “diálogo entre civilizações”, defendido pelo Presidente Khatami do Irã.

Ásia e Oceania

A Ásia e a Oceania – pela importância geopolítica dessas regiões e pela pujança econômica que as caracteriza – têm-se apresentado como frentes das mais promissoras da atuação diplomática do Brasil. Vêm merecendo crescente atenção por parte do Itamaraty.

As relações diplomáticas do Brasil com a região datam de pouco mais de um século (Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão, de 1895, e com a China, vinte anos antes). O perfil do Brasil na região se apresenta bastante sólido e consistente. Há relacionamentos densos com países como China, Japão, Índia e Coréia. Estreitam-se os laços com os países da Asean e com a Austrália e a Nova Zelândia. As relações com Timor Leste ocupam lugar de particular importância na diplomacia brasileira. Abrigamos expressivos contingentes populacionais de origem japonesa, chinesa e coreana. A terceira maior comunidade brasileira no exterior encontra-se no Japão. O relacionamento econômico e comercial é intenso e variado.

A intensificação nas relações entre o Brasil e os países asiáticos, nos últimos anos, reflete não somente as características inerentes ao processo de globalização – notadamente o aumento dos fluxos de comércio –, como também demonstra o interesse na ampliação das frentes de atuação da política externa brasileira. Essa nova postura, por

parte do governo brasileiro com relação à Ásia e Oceania foi demonstrada também em 2001 pela definição de três países da região – Japão, Índia e China – como mercados preferenciais para os esforços de dinamização da promoção comercial brasileira.

No âmbito das reuniões de presidentes da América do Sul, traçou-se plano de ação que atribui prioridade à construção da infra-estrutura física do continente, com ênfase nas ligações entre os portos do Atlântico e do Pacífico. A conclusão dos corredores bioceânicos permitirá a integração de vastas áreas do interior da América do Sul à economia internacional. A expansão do comércio com a Ásia e a Oceania será favorecida pelo aumento da oferta de produtos sul-americanos competitivos e, por outro lado, contribuirá para que se alcance o volume de tráfego necessário à viabilização daqueles investimentos.

Visitas importantes registraram-se nos últimos anos. Visitaram o Brasil, entre outros, o Presidente da China, a Primeira Ministra da Nova Zelândia, o Chanceler da Austrália, e o Presidente de Timor Leste.

Do lado brasileiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a China, Japão, Índia, Malásia, Coréia do Sul, Timor Leste e a Indonésia. Em março de 2001, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Coréia do Norte, em gesto muito bem recebido pelas duas Coréias. Em maio de 2002, o Ministro das Relações Exteriores visitou o Japão e participou das cerimônias de independência de Timor Leste.

Tema importante também na agenda asiática foi o conflito no Timor Leste, acompanhado com preocupação pela sociedade brasileira. O Brasil foi enérgico na reivindicação de respeito ao direito do povo timorense à autodeterminação; sempre participou com tropas do contingente das Nações Unidas e tem colaborado na tarefa de construção do novo Estado, particularmente nas áreas de assistência técnica e educação.

Cooperação técnica e ação cultural

Cooperação técnica prestada pelo Brasil

Nos últimos oito anos, a cooperação técnica realizada pelo Brasil em parceria com os países em desenvolvimento aumentou suas atividades e ampliou seu campo de ação. Paralelamente às atividades de caráter bilateral e graças ao reconhecimento da capacitação cada vez maior das instituições brasileiras, foi intensificada a cooperação triangular na qual o Brasil conta com a parceria de organismos internacionais e de outros países.

Agindo como braço auxiliar da política externa, a cooperação técnica prestada pelo Brasil tem dado prioridade aos países da América Latina e Caribe e da África. Têm sido particularmente intensificadas as ações com o Mercosul, com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que inclui o Timor Leste.

Tendo como parâmetro de atuação o desenvolvimento econômico e social de seus parceiros e visando alcançar maior aproveitamento dos resultados obtidos com a cooperação técnica prestada, o Brasil tem dado prioridade a programas e projetos e evitado ações pontuais. A cooperação técnica tem sido mais intensa nas áreas da saúde (17%), agricultura (18%), educação (8%), formação profissional (6%) e meio ambiente (15%). A distribuição dos projetos e atividades da cooperação técnica prestada pelo Brasil, por área geográfica, gira em torno dos seguintes percentuais: América do Sul, 53%; América Central e Caribe, 32%; África, 11%; Ásia, Oceania e Leste Europeu, 4%.

O Brasil oferece anualmente, por meio dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), vagas em universidades brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento com os quais mantém acordos de cooperação cultural ou educacional. Tais programas constituem importante instrumento de Cooperação Educacional com a América Latina, o Caribe e a África – notadamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) –, por contribuir para a formação e treinamento de seus futuros profissionais e, por conseguinte, com o desenvolvimento desses países. Com efeito, os PECs foram concebidos para que os estudantes, após a conclusão do curso, retornem regularmente aos respectivos países de origem, onde poderão atuar como pontos focais para a divulgação dos conhecimentos adquiridos, fortalecendo a imagem do Brasil.

Cooperação técnica recebida bilateral

A cooperação técnica recebida bilateral pode ser considerada um instrumento propulsor de mudanças estruturais, pois tem como objetivo a transferência de tecnologia e a absorção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico do País. Nos últimos oito anos, a demanda por cooperação técnica mostrou-se cada vez mais exigente, buscando metodologias e técnicas mais sofisticadas que atendam ao nível atual de desenvolvimento das instituições brasileiras. Os principais programas de cooperação técnica em andamento foram estabelecidos com os governos do Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Canadá, Itália, Estados Unidos, Espanha e Países Baixos, nesta ordem em termos de volume de recursos aportados.

Em média, os governos parceiros aportaram, neste período, a fundo perdido, a média anual de US\$ 100 milhões, internalizados mediante recebimento de serviços de consultorias, capacitação, treinamentos e doação de equipamentos.

Esses recursos distribuíram-se no apoio a 200 projetos e atividades executados por ano, em média, de 1995 a 2002, concentrando-se em projetos ambientais (41%), seguidos pelas áreas de agricultura (20%), saúde (11%), desenvolvimento industrial (11%), social (11%) e outros, como energia, transporte e administração pública (6%).

Cooperação técnica recebida multilateral

Entre 1995 e 2002, o Itamaraty coordenou o desenvolvimento de programas e projetos de cooperação técnica internacional com o sistema das Nações Unidas, sistema interamericano e outras organizações estrangeiras plurinacionais. Esses programas e projetos contribuíram para a transferência de conhecimentos, tecnologias e experiências para instituições governamentais federais, estaduais e municipais, além do setor produtivo e da sociedade civil organizada.

Os projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais permitiram ao País aumentar a eficiência e eficácia da atuação do poder público, a exemplo dos sucessos obtidos na implantação da rede de prevenção e assistência em DST/Aids, na implementação da Agenda 21, na consolidação da reforma do Ensino Fundamental, na estruturação das novas agências reguladoras federais, na otimização do uso da energia elétrica, na disseminação dos programas de desenvolvimento local integrado sustentável e na elaboração de políticas públicas inovadoras de combate às desigualdades sociais.

A atuação externa no plano cultural

A política cultural do Ministério das Relações Exteriores está centrada na difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira. Tem como instrumentos de divulgação a rede de Centros de Estudos Brasileiros, institutos culturais, leitorados, cátedras, escolas e cursos de português espalhados no exterior. Há uma grande demanda pelo ensino do português em todo o mundo.

A vertente cultural da atuação do Itamaraty inclui ainda a tarefa de disseminar informações sobre a política externa brasileira no exterior e no Brasil, bem como de divulgar, fora do País, os múltiplos aspectos da atualidade brasileira (direitos humanos, meio ambiente, processo democrático, avanço social, etc.). Para tal, o MRE vale-se da

execução de projetos de produção e distribuição de material informativo, emissão de programas radiofônicos e organização de visitas para formadores de opinião (jornalistas, acadêmicos, artistas, empresários, políticos) estrangeiros.

Assistência aos brasileiros no exterior

Por fim, não há como deixar de mencionar, inclusive por ser emblemática de uma diplomacia a serviço da cidadania, a política de proteção aos brasileiros no exterior. O intenso fluxo migratório dos anos 80 elevou de maneira significativa o número de brasileiros residentes no exterior, concentrados principalmente nos Estados Unidos, Paraguai e no Japão. Somados os residentes aos brasileiros em trânsito no exterior (turistas, empresários, estagiários, estudantes), constata-se um universo de cerca de 4,5 milhões de cidadãos que podem vir a necessitar de assistência, o que exigiu uma ampla renovação do atendimento consular e a confirmação de sua prioridade na agenda da política externa brasileira. A resposta veio com a modernização e ampliação da rede, o reforço da dotação consular e a identificação de novas e eficientes modalidades de atendimento aos nacionais que vivem ou transitam em países estrangeiros, como os consulados itinerantes e os Conselhos de Cidadãos.

Falando a linguagem universal da democracia

A conclusão do balanço da política externa é a de que a posição do Brasil no mundo é, hoje, muito melhor do que há oito anos. É preciso que se invista nas opções feitas, com os ajustes que se mostrem necessários, para que elas evoluam. Isto aplica-se a praticamente todas as grandes linhas da política externa, do Mercosul à criação do espaço sul-americano, da cláusula democrática à proteção internacional dos direitos humanos, da cooperação com a África lusófona à política de apoio aos brasileiros no exterior.

Mas o importante é que se apontou o caminho para uma inserção internacional consistente e duradoura, qual seja, o de que ela se faça a partir dos condicionantes domésticos, que não seja uma construção no vácuo. Houve tempo em que, a partir de gabinetes isolados, eram elaboradas cosmovisões supostamente adequadas ao Brasil, rotuladas a seguir como a diplomacia dos círculos concêntricos, o pragmatismo responsável, etc. Projetos geralmente coesos, bem arrematados, mas realizados sem consultar os anseios da sociedade e, por isso, dela distanciados. Esse tempo foi-se. A democracia trouxe a possibilidade de uma nova linguagem, que não é dada, mas construída, que não aceita outro rótulo que não seja o do interesse nacional, definido no confronto de idéias, por canais institucionais, com a participação da sociedade.

Certamente não é tarefa fácil perseguir uma diplomacia sem rótulos, sobretudo quando o mundo em que se busca inserção está em permanente mutação. As notícias correm em tempo real, criando fatos, gerando percepções, arruinando moedas, mudando governos.

Como projetar interesses nacionais contra cenário tão volátil? Ou, para citar o Ministro Celso Lafer, como transformar necessidades internas em possibilidades externas? Não há respostas prontas. Somente se percebe que a saída não é a retração, o recolhimento, ou o sonho da autarquia. Há que encarar o desafio, o desafio de uma globalização sem rosto definido, que por vezes emite sinais inquietantes, como os surtos especulativos, mas também acena com chances inauditas de geração de riquezas.

Os trunfos do Brasil têm evoluído, por conta da competência e destemor do seu povo, dos trabalhadores, empresários, homens públicos, artistas, intelectuais, estudantes, jornalistas, ativistas, cidadãos em geral. Os sinais da mudança são por demais ostensivos para serem ignorados: moeda estável, retomada do crescimento, equilíbrio das contas correntes, menor desemprego, maior competitividade, aumento das exportações, redução da pobreza, aumento da escolaridade, expansão da saúde pública, queda da mortalidade infantil, número sem precedentes de assentamentos rurais, aumento da renda familiar, adoção sistemática, pelas empresas, de relatórios de impacto ambiental e programas de direitos humanos, com atenção dirigida às crianças, mulheres, negros e outros segmentos mais vulneráveis. O mundo notou esses avanços, até mais cedo do que alguns setores internos. Daí a recuperação continuada de nossa imagem. Não há efeito que perdure sem causa próxima. O perfil internacional do Brasil melhorou simplesmente porque o País evoluiu para melhor. Esta é a chave última de uma boa política externa.

Defesa: mais proteção para a Amazônia

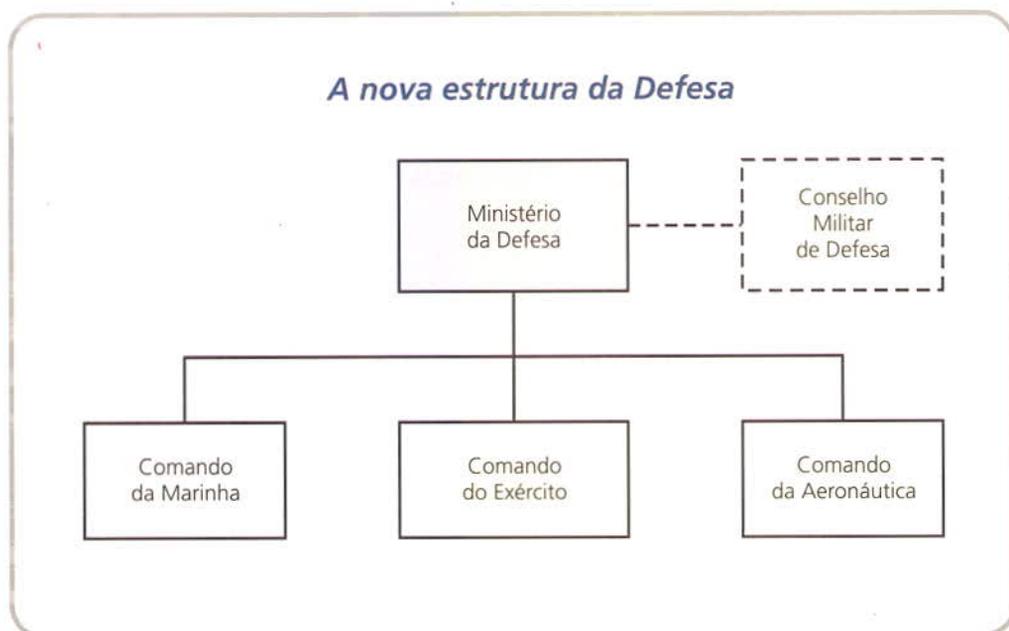
Integração das Forças Armadas no Ministério da Defesa

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, CONSOLIDOU-SE NO PAÍS A NECESSIDADE DA EXISTÊNCIA DE UM órgão que integrasse as Forças Armadas, com a atribuição de coordenar e planejar o seu emprego e de encaminhar soluções para assuntos na área de defesa. Em 1995, começaram os estudos a respeito da mudança da estrutura brasileira de defesa. Até então, o Brasil permanecia no grupo minoritário de países que não haviam adotado um modelo mais moderno, com um ministério integrador e orientador para a defesa do país.

As principais iniciativas do Governo Federal, desde então, foram:

- Em 1996, pela primeira vez na história do País, foram definidas as bases da Política de Defesa Nacional, constituindo-se num importante marco na evolução do pensamento estratégico nacional, tanto em termos político quanto militar.
- Em 1999, foi criado o Ministério da Defesa, com estrutura para integrar as ações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- Os antigos ministérios das três armas foram transformados nos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. O antigo Alto Comando das Forças Armadas foi convertido em Conselho Militar de Defesa.
- O novo ministério passou a ser o órgão central da política de defesa nacional, com uma estrutura mais ágil e atual.
- Foram consolidados os orçamentos das Forças Armadas em um só, com maior transparência e racionalidade administrativas, além de concentrar esforços para se obter melhores resultados na área de defesa.

- As Forças Armadas Brasileiras têm participado de operações de manutenção da paz, coordenadas pelas Nações Unidas (Chipre, El Salvador, Iugoslávia, Guatemala, Angola, Timor Leste e Croácia), além de marcante presença na Missão de Observadores Militares Equador-Peru.
- Nessa mesma linha, as forças brasileiras estão presentes no Timor desde 1998, cabendo ao representante brasileiro ocupar a função de chefe dos observadores militares na administração de transição das Nações Unidas para o Timor.
- Essas operações envolveram a participação de cerca de 5.000 brasileiros.
- Pela primeira vez na história militar do País, foi realizada uma Operação Combinada das Forças Armadas. Em maio de 2002, a Operação Tapuru uniu Marinha, Exército e Aeronáutica, na Região Amazônica, contando com a participação de cerca de 4.500 militares.
- Iniciou-se a reestruturação da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir da revisão curricular de cursos. Com a nova missão de formar assessores de alto nível, a ESG será um centro de excelência em altos estudos de política e estratégia e de formação e pós-formação na área de defesa.



- Foram intensificados os esforços para modernização e reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras. A modernização da Força Aérea (aquisição e revitalização de equipamentos e aeronaves) conta com recursos da ordem 3,35 bilhões de dólares. A compra do porta-aviões São Paulo e a modernização de diversos meios navais e

aeronavais são marcos importantes no programa de reaparelhamento da Marinha. O Exército brasileiro implantou cerca de 70% da sua aviação, ressaltando-se a aquisição de helicópteros Cougar, que deverão atuar na região Amazônica.

Dois grandes projetos para Amazônia

Dentro da prioridade que confere à proteção da Região Amazônica, o Governo Federal atribuiu ao Ministério da Defesa a condução de dois grandes projetos: o Programa Calha Norte e os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia (Sipam/Sivam).

Programa Calha Norte

De importância fundamental para garantir a soberania e a integridade territorial na região da Calha Norte do rio Amazonas, esse programa foi revigorado neste Governo.

- Criado em 1985, atua numa área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essa área, de população rarefeita, corresponde a 14% do território nacional, onde habita cerca de 25% da população indígena brasileira, e abrange uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 quilômetros, 70 municípios em quatro estados da Federação.
- Foram implementadas diversas medidas e ações para enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter sócioeconômico que afligem as populações.
- Para intensificar a presença do Estado nessa região, foram criadas novas unidades militares para controle e proteção das nossas fronteiras, além de ter sido instalado, na Amazônia, um centro dedicado ao adestramento em operações militares combinadas.
- Com essas ações do Programa Calha Norte pretendeu-se ampliar a presença militar na região e, ao mesmo tempo, proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores locais.

Sivam/Sipam

O Projeto Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam) vai implantar uma rede de 25 radares que garantirá a segurança do tráfego aéreo em toda a Região Amazônica. Esses equipamentos (um misto de radares primários bidimensionais, radares secundários autônomos e transportáveis tridimensionais) cobrirão todas as rotas aéreas da Amazônia.

- São equipamentos ultramodernos, com capacidade de telecomando e telessupervisão, que mudarão a face da Amazônia no que diz respeito ao controle e à vigilância do espaço aéreo.
- Vale ressaltar a grande mobilidade dos radares transportáveis. Enquanto os radares móveis hoje existentes na Força Aérea exigem várias aeronaves C-130 Hércules para se deslocarem de um ponto a outro, os radares transportáveis do Sivam serão movimentados com a utilização de apenas dois desses aviões.
- No dia 22 de maio de 2002, em Manaus, começaram os testes das aeronaves do Sivam que vão monitorar o espaço aéreo amazônico. A primeira R99A (aeronave de vigilância aérea) fez vôos experimentais. Os testes foram para colocar a aeronave em contato com o clima amazônico e expor o radar implantado ao calor e à umidade da região. Em fase de testes, também, a aeronave R99B, de sensoriamento remoto. Este avião é responsável pelo maior salto qualitativo dado pelo Brasil no monitoramento de extensas áreas e incorpora o que há de mais atual em tecnologia de vigilância ambiental.
- O Sivam vai trabalhar estreitamente com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).
- O Sivam dispõe da infra-estrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar, produzir e difundir dados. Por sua vez, o Sipam fará a ligação entre os vários órgãos federais, estaduais e municipais que tenham ações de governo na Amazônia. O objetivo é integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações coordenadas dos órgãos governamentais na Região Amazônica, a fim de potencializar os resultados decorrentes delas.
- Vários órgãos governamentais atuam na região de forma isolada, realizando, por vezes, o mesmo tipo de tarefa. Agora, serão levantadas, tratadas e integradas as informações obtidas por cada órgão governamental que trabalha na Amazônia, formando uma grande base de dados. Todos vão compartilhar esse conhecimento.
- A implantação do Sivam permitirá a cobertura da totalidade do espaço aéreo brasileiro. Para isso, serão incluídos ainda ao Sistema de Proteção ao Vôo os sistemas de comunicações por satélite e meteorológicos. Os investimentos somam 1,3 bilhões de dólares e é a maior ação empreendida na região pelo Estado brasileiro até hoje.

O Sivam não é só controle do espaço aéreo, mas também um complexo sistema de sensores para aquisição de dados, meios de processamento, visualização e difusão de dados. Isso permitirá aos diferentes órgãos governamentais atuar, por intermédio do Sipam, em atividades como:

- proteção ambiental;

- controle da ocupação e uso do solo;
- vigilância e controle de fronteiras;
- prevenção e controle de endemias e epidemias;
- atuação da defesa civil;
- identificação e combate ao crime (tráfico de drogas e contrabando);
- proteção de terras indígenas;
- apoio ao controle e à circulação pelos rios;
- apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região.

Soberania e preservação da integridade territorial

Na *Política de Defesa Nacional*, os objetivos são, basicamente, a garantia da soberania e a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais. Para atingi-los, foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- contribuir ativamente para a construção de uma ordem internacional baseada no Estado de Direito, que propicie a paz universal e regional e o desenvolvimento sustentável da humanidade;
- participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;
- aprimorar e aumentar a capacidade de negociação do Brasil no cenário internacional;
- promover a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionada ao desmantelamento dos arsenais nucleares e de outras armas de destruição de massa, em processo acordado multilateralmente;
- participar de operações de manutenção da paz de acordo com os interesses nacionais e contribuir efetivamente e ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração nacional;
- atuar para a manutenção de um clima de paz e de cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico-Sul;
- intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional e à defesa civil no desenvolvimento sócioeconômico do País, em harmonia com a sua destinação constitucional insubstituível;
- proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar;

- priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas Regiões Norte e Centro-Oeste, sobretudo na área do Calha Norte e do Sivam;
- aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório na paz e em situações de conflito;
- aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo;
- garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional;
- buscar nível de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção a fim de minimizar a dependência externa do País dos recursos de natureza estratégica de interesse para a sua defesa;
- promover o conhecimento científico da região Antártica e a participação ativa no processo de decisão do seu destino;
- aprimorar o sistema de mobilização para atender às necessidades do País quando compelido a se envolver em conflito armado;
- sensibilizar e esclarecer a opinião pública com vistas a criar e conservar uma mentalidade de defesa nacional por meio de um incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria.

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à:
Presidência da República, Secretaria de Comunicação de Governo
Esplanada dos Ministérios - bloco A - 5º andar Brasília-DF - CEP: 70 054 900
Telefones: 61 411 4834 e 411 4837 Fax: 61 321 2230
secom@planalto.gov.br www.presidencia.gov.br www.brasil.gov.br

Edição Flaminio Fantini • **Organização** Ana Cristina Gonçalves de Oliveira e Antônio Celso de Paula Albuquerque • **Coordenação editorial** Bruno Schürmann • **Revisão** Ana Flavia Magalhães Pinto, Anamaria Silva Pinheiro, Clarissa Falcão de Sant'anna, Fátima Rejane de Meneses, Hélio Justino de Andrade, Ludimila Viana Barbosa, Luisa Guimarães Lima e Maely Santos Costa Guere • **Projeto gráfico e capa** Bruno Schürmann e Márcio Duarte • **Diagramação** Márcio Duarte, Carlos Eduardo Meneses Silva, Elzimar Moreira da Cunha, Marco Antônio Gaspar Pereira • **Fotolitos e Impressão** Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

Apoio:

CAIXA

Realização:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO

Governo do 
BRASIL